



**Pesquisa: A importância das usinas termelétricas
para a matriz elétrica brasileira**

Relatório Técnico:

**Acompanhamento Conjuntural do segmento de
geração termoelétrica no Brasil - 2018**

Autores:

Nivalde de Castro

André Alves

Fabiano Lacombe

Diogo Salles

João Pedro Gomes

Abril de 2019

Índice

Enquadramento Metodológico	3
I. Mercado	5
II. Tecnologia	81
III. Leilões.....	96
IV. Regulação	106
V. Empresas.....	128

Enquadramento Metodológico

Este relatório técnico foi elaborado no âmbito da pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Estudos do Setor Elétrico – GESEL, com o objetivo de sistematizar as principais informações, fatos e dados sobre o segmento de geração termelétrica no Brasil, verificados no ano de 2018.

A metodologia adotada consistiu em pesquisar, selecionar e sistematizar as informações publicadas no Informativo Eletrônico do Setor Elétrico (IFE), com foco no segmento de geração termelétrica e o mercado de gás natural. O IFE é um informativo editado diariamente desde o ano de 2000 e é distribuído para mais de 10.000 especialistas de diferentes formações e instituições. No ano de 2018, foram publicados os IFEs dos números 4.466 a 4.696, totalizando 231 publicações. Uma equipe de pesquisadores analisa, coleta, seleciona e resume informações, relatórios, artigos e dados dos principais sites de jornais, periódicos e sites especializados. As informações selecionadas são resumidas e publicadas em seções, indicando-se a fonte.

Desta forma, a base de informações processadas e publicadas no ano de 2017 foi analisada, selecionada e agrupada em cinco categorias:

- i. Mercado;
- ii. Tecnologia;
- iii. Leilões;
- iv. Regulação; e
- v. Empresas.

Na categoria **Mercado**, foram reunidos todos os conteúdos relacionados com: dados de produção e consumo de gás natural, projeções de oferta e demanda, tendências de preços do gás e condições de fornecimento do produto no mercado brasileiro. De modo geral, esta categoria reúne as notícias de ordem conjuntural que impactam na tomada de decisões dos agentes atuantes no setor.

Na categoria **Tecnologia**, foram selecionadas as matérias relacionadas com: técnicas das usinas termelétricas e inovações tecnológicas envolvendo equipamentos e serviços do segmento de geração termelétrica.

A categoria **Leilões** foca nos temas de leilões que envolvem diretamente o setor de gás natural e o setor elétrico, como, por exemplo, o calendário dos leilões, as regras, as alterações dos editais e os principais resultados.

Na categoria **Regulação**, a preocupação analítica ficou centrada nas matérias sobre o arcabouço regulatório e suas eventuais alterações, incluindo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e as agências reguladoras estaduais.

Por fim, a categoria **Empresas** reúne e sistematiza os mais relevantes fatos e dados de 2018, envolvendo as principais empresas e grupos que atuam diretamente no setor, seja como gerador, investidor ou produtor de equipamentos e serviço dos segmentos de gás natural e geração termelétrica.

Merece ser destacado dois outros elementos metodológicos. O primeiro é que, em cada categoria, as informações estão apresentadas por ordem cronológica do início para o fim do ano. E, em segundo, no caso das matérias que fazem referência a artigo ou relatório técnico, será possível acessar ao documento citado caso esteja conectado a uma rede.

I. Mercado

De acordo com consultor, PL do Gás pode ficar só para 2019

O mercado de gás natural deverá ter pouco movimento de mudanças em 2018, embora o setor espere por uma modificação profunda com o substitutivo do projeto de lei 6.407/13, que cria um novo marco legal para a área, o chamado PL do Gás. Aliás, esse é um tema que só deverá ficar para o próximo governo, ou seja: a nova lei do poderá ver a luz do dia somente em 2019. O consultor Cid Tomanik, sócio do escritório Tomanik Pompeu Sociedade de Advogados, disse que, como o tema acabou não sendo aprovado na CME, da Câmara dos Deputados no ano passado, a hipótese que seja aprovado agora, em pleno ano eleitoral, é pouco provável. Isso porque surgirão outros assuntos que tomarão a pauta dos deputados. Além disso, o consultor apontou também que o governo deverá apostar em pautas positivas e vê dúvidas se a PL do Gás, embora considerada fundamental para o setor, seja vista como uma dessas matérias positivas pela população. O consultor disse também que, independente de ter nova lei ainda em 2018 ou não, o próprio setor pode se movimentar para buscar melhorias com o que já tem. Sugeriu que os estados pudessem negociar um pacto federativo que unificassem os tributos referentes à movimentação da molécula do gás e ao tratamento regulatório dados pelos entes federativos. Para ele, esse tipo de plano poderia ser discutido sem a necessidade de uma lei que criasse um novo marco e seria um movimento mais ágil e com uma resposta mais imediata, enquanto os deputados e senadores discutissem a criação da PL. (Brasil Energia - 02.01.2018)

MME mantém geração térmica em RR até interligação ao SIN

O MME reconheceu a necessidade de manutenção de 216,5 MW instalados em Roraima, capacidade basicamente composta por termelétricas. A geração será mantida até a interligação do estado ao SIN ou até “a entrada em operação de outras soluções de suprimento definidas pelo MME”, segundo portaria publicada na semana passada. Sem estabelecer prazos para a interligação do estado ou para a implementação de geração alternativa, a portaria revogou uma medida do próprio ministério, que reconhecia a necessidade de manutenção de 189,1 MW térmicos e contratação de geração térmica adicional para o estado. Naquela medida, a previsão era de contratação de 9,8 MW em 2016, 17,7 MW no ano passado e de 17,4 MW este ano. A medida mais recente revogou esta portaria, o que em tese dispensa a contratação dos 17,4 MW previstos para este ano, mas mantendo a geração instalada no estado. Roraima é o único estado que ainda não foi integrado ao SIN e é atendido por importação de energia da Venezuela e pela geração a óleo no estado. (Brasil Energia - 03.01.2017)

Gás: mercado espera por definição de modelagem de transporte

O mercado de gás natural espera por uma definição, ainda no primeiro semestre, sobre a metodologia da nova tarifa do transporte que está sendo preparada pela ANP, com relação ao sistema de tarifação de entrada e saída. Esse é um dos

assuntos que deverá dominar a agenda do setor para o ano de 2018, mas o diretor técnico da Gas Energy, Rivaldo Moreira Neto, lembrou que, por ser ano de eleição, as discussões devem ocorrer normalmente somente até o meio do ano. Portanto, esta e outras matérias consideradas importantes para a área como o substitutivo do PL 6407/13, que promove uma mudança no marco do gás natural poderão ser prejudicadas. Moreira disse que o modelo de tarifas da chamada pública da TBG deverá dar aos agentes uma ideia do que o governo pode estar preparando para ser adotado pelos demais transportadores, mas ressalta que ainda existem muitas dúvidas, além da própria metodologia, como o período de transição, se ocorrerá e de que forma; se a nova tarifa valerá apenas para contratos futuros, entre outras questões. Isso porque já existem acordos em vigor pelo modelo atual. Outro tema que promete ser preponderante na agenda é a aproximação da Bolívia de mercados como do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. O diretor da Gás Energy explicou que os bolivianos se deram conta de que podem negociar livremente com esses estados, independentemente da Petrobras, e já se movimentam para estreitar os laços comerciais com estes entes da federação por meio do gás natural. Prova disso, é a reunião marcada para o próximo dia 30/1, no qual a MT Gás e a MSGás deverão realizar uma rodada de negociações, sendo que a distribuidora do Mato Grosso do Sul já deverá fechar nesta data um contrato de fornecimento de gás natural, que deverá ser voltado para a temelétrica Ladário, de 267 MW de potência instalada. (Brasil Energia - 03.01.2018)

Após incêndio em térmica, dois Estados receberão geradores

A UTE da Guascor, em Cruzeiro do Sul, no Acre, deve receber nesta terça-feira, 9 de janeiro, quatro novos grupos de geradores. Além desses, foram alugados oito geradores, que serão enviados para a usina nos próximos dias. Cerca de 120 mil pessoas foram atingidas diretamente pela falha no serviço de distribuição de energia depois de um incêndio ocorrido na semana passada na casa de máquinas da usina. Os municípios Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Rodrigues Alves, no Acre, e o de Guajará, no Amazonas, adotaram esquema de rodízio para o abastecimento de energia. Segundo o diretor de Operação da Eletrobras Distribuição Acre, Danilo Klein, o abastecimento poderá ser normalizado nesta semana. Ele informou que algumas máquinas ainda podem ser recuperadas e que se trabalha para isso. A Eletrobras Distribuição Acre afirma que o cronograma de rodízio é uma previsão que pode sofrer alterações a depender de condições climáticas e potência disponível. A prioridade no abastecimento é para bairros que dispõem de serviços públicos como hospitais, maternidades e presídios. (Agência Canal Energia - 09.01.2018)

Segundo pesquisadora da FGV, alguns pontos da Lei do Gás podem ser vetados

A votação do substitutivo ao Projeto de Lei 6.407/13, o PL do Gás, é uma incógnita para 2018, já que este é um ano eleitoral. Isso porque o texto que propõe um novo marco para o mercado de gás natural ficou para ser apreciado no Congresso em pleno ano eleitoral, em que muitos deputados e senadores buscam

se resguardar de eventuais disputas a fim de evitar desgastes. É provável ainda que, se aprovado, nem todos os pontos previstos na PL passem pelo Congresso. Ainda por cima a proposta corre o risco de criar uma judicialização do setor do gás natural, já que existem muitas divergências que ainda não foram completamente sanadas, embora as discussões do programa Gás para Crescer tenham levado cerca de um ano, entre 2016 e 2017. A pesquisadora da FGV Larissa Resende disse que o Legislativo precisa ter muito cuidado ao analisar e aprovar a matéria. Desde que foi encaminhado ao Congresso, o governo tenta votar a matéria que encontra-se na CME da Câmara dos Deputados. Mais de uma vez, o texto foi retirado de pauta, o que impossibilitou sua aprovação antes do fim do recesso parlamentar, que termina no próximo dia 2/2. Para a pesquisadora, é difícil vislumbrar como será o andamento desse processo e há risco de que nem todos os pontos previstos no texto das propostas sejam aprovados. (Brasil Energia - 22.01.2018)

Eleva-se em 49% o consumo de gás para produção de energia elétrica em novembro

O consumo de gás natural do país para geração de energia elétrica totalizou 33,9 milhões de metros cúbicos/dia em novembro de 2017, representando um crescimento de 48,9% em relação a novembro de 2016, acompanhado de uma retração de 7,4% em relação ao mês de outubro do ano anterior. Em novembro, o consumo de gás natural total do país apresentou crescimento de 9,1% frente ao mesmo mês do ano anterior. Foram consumidos 75 milhões metros cúbicos/dia ante 68,7 milhões metros cúbicos/dia no mesmo mês de 2016. Na comparação com o resultado de outubro de 2017 (77,2 metros cúbicos/dia), houve uma ligeira queda, de 2,8%. As informações compõem levantamento estatístico da Abegás, feito com concessionárias em 20 estados, reunindo dados em diversos segmentos: residencial, comercial e automotivo, entre outros. O levantamento da Abegás registrou um crescimento de 4,9% no consumo industrial, em comparação com o mesmo período do ano anterior, e um aumento de 0,49% frente a outubro de 2017. No comparativo 11 meses, o aumento foi de 3,4%. No segmento automotivo, o consumo de GNV subiu 9% em relação a novembro de 2016 e, na comparação com outubro de 2017, foi registrada uma variação de 1,47%. No acumulado, o aumento foi de 8,5%. No consumo comercial, o segmento teve um ligeiro crescimento de 0,4% em relação ao mês de outubro. Registrou também um recuo de 1,7% em relação ao mesmo mês de 2016. No segmento residencial, houve um aumento de 14% em relação ao mesmo mês de 2016, e 4,4% em relação a outubro de 2017. Na cogeração, o segmento teve um crescimento de 10,3% em relação a novembro de 2016. (Agência Canal Energia - 26.01.2018)

Eleva-se em 14% a produção de energia a partir do biogás

A produção de energia elétrica no Brasil a partir do biogás em 2017 foi 14% superior à geração comparada ao mesmo período do ano anterior. As 35 usinas que aproveitam rejeitos urbanos, da pecuária e da agroindústria somaram 135,28 MW med entregues ao longo do ano passado frente aos 118,6 MW médios gerados no mesmo período de 2016, segundo os dados da Aneel. Esse volume

significa uma geração de 1.065,5 MWh/ano por ano. Considerando a média per capita de consumo de energia em 2016, que foi de 2,266 MWh por habitante, a atual capacidade instalada de biogás poderia alimentar uma cidade de quase 470 mil pessoas, conforme os cálculos da Associação Brasileira de Biogás e Biometano. Apesar do significativo avanço do setor nos últimos anos, essa é só uma mínima parte da capacidade de produção do Brasil e equivale a apenas 0,0817% da matriz elétrica brasileira, de acordo com a Aneel. Todos os anos o Brasil deixa de gerar 115 mil GWh de energia com o não aproveitamento do potencial disponível para geração de biogás. O volume poderia abastecer 25% de toda energia consumida em 2016. A ABiogás acredita que é viável que o Brasil alcance uma produção diária de 10,7 milhões de m³/dia até 2025 para produção de bioeletricidade. Para o presidente da ABiogás, Alessandro Gardemann, a bioeletricidade tem cada vez mais ganhando protagonismo no setor energético em boa medida pela evolução do ambiente regulatório. O executivo lembrou também dos avanços nas políticas estaduais, como a formulação do primeiro Marco Legal do Biogás em Santa Catarina, e da proposta de aprimoramento do marco legal do setor elétrico. Segundo ele, em 2018 o biogás na matriz elétrica terá condições de crescer muito mais". (Agência Canal Energia - 30.01.2018)

Bolívia: Parceria com o Mato Grosso do Sul para venda de gás e uréia

O ministro Luis Alberto Sanchez informou ontem que as equipes técnicas do Ministério dos Hidrocarbonetos e dos Campos Petrolíferos Bolivianos (YPFB) se encontraram com o governador de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, que pediu para acelerar o processo de negociação na venda de 3,4 milhões de metros cúbicos por dia. O governador de Mato Grosso do Sul prometeu avançar rapidamente neste processo de vendas de gás e a necessidade de uréia na área. Ele também nos pediu para começar a negociar a venda direta de gás na conclusão do contrato de gás com o Brasil em 2019. Isso pode ser bastante positivo para o país", disse o ministro Sánchez. Por sua vez, o governador brasileiro explicou que a energia boliviana é necessária para a geração de eletricidade em usinas termoeletricas e a Unidade de Fertilizantes Nitrogênicos de Três Lagunas. (Bolívia - Pagina Siete - 31.01.2018)

MS se reúne com Bolívia na próxima semana

Representantes do governo do Mato Grosso do Sul e da Bolívia voltam a se reunir na próxima segunda e terça-feira (5/2 e 6/2). Estes dois novos encontros têm como objetivo concluir compra de 2,2 milhões de m³/dia para a unidade de produção de fertilizantes de Três Lagoas. No próximo dia 28/2, as autoridades voltam a se encontrar, desta vez, para tratar da compra de mais 1,2 milhão de m³/dia de gás para a termelétrica Ladário, com 267 MW de potência instalada. A reunião técnica e comercial realizada na última terça-feira (30/1) teve como objetivo tratar de temas como contratos futuros e o fornecimento de gás para os dois projetos alocados no estado. A princípio, o governo de Campo Grande compraria o gás somente para a térmica, mas a unidade de fertilizantes acabou entrando no radar de fornecimento direto. (Agência Canal Energia - 31.01.2018)

Produção de energia a partir do biogás eleva-se em 2017

A produção da energia a partir do biogás cresceu 14% em 2017, com relação ao ano anterior, ao passar de 118,6 MW médios para 135,2 MW médios. Apesar desse aumento, de acordo com a Abiogás, a participação da fonte na matriz é de 0,0817%. Considerando a média per capita de consumo de energia em 2016, que foi de 2,266 MWh por habitante, a atual capacidade instalada de biogás poderia alimentar uma cidade de quase 470 mil pessoas, conforme os cálculos da entidade. (Agência Canal Energia - 31.01.2018)

MME: Anseio para que PL do Gás seja aprovado até maio

O MME espera que até maio o Projeto de Lei do Gás seja aprovado no Congresso Nacional. De acordo com o secretário de Petróleo e Gás do MME, Márcio Félix, o momento agora é de esperar a volta do recesso parlamentar e a posterior composição da comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. O MME trabalha para que a partir de março ele já possa ser aprovado. Nessa nova rodada de discussão será necessário aparar algumas arestas que existem sobre o PL do Gás. Ainda de acordo com Félix, parte significativa do projeto foi objeto de concordância de todos os agentes, mas alguns pontos, considerados pelo secretário como 'cirúrgicos' sofreram resistência. Dentre eles, destacam-se o consumidor livre e a atuação dos estados, que a constituição de 1988 definiu como reguladores. A nova lei do gás natural, que veio a partir do programa 'Gás para crescer', foi uma iniciativa do governo para modernizar o setor. A expectativa era que no fim do ano passado, a lei fosse votada, mas a falta de consenso acabou com que ela não fosse votada no parlamento. (Agência Canal Energia - 01.02.2018)

Pacto federativo pode solucionar impasse do ICMS para gás natural

O mercado de gás natural atualmente conta com uma miríade de regulações e diferentes alíquotas de ICMS que incidem sobre o combustível, o que cria um arcabouço tributário complexo para a movimentação da molécula entre estados. A Constituição Federal estabelece que cada ente federativo fique responsável pelas atividades de distribuição em seus respectivos territórios bem como pela alíquota e tributos que cobrará. Mas há uma discussão nos bastidores do setor sobre unificar a cobrança do ICMS entre os estados. Fonte do setor disse que a ideia é que os estados interessados façam uma adesão espontânea a um pacto federativo sobre o gás, o que independeria da aprovação ou não do substitutivo ao projeto de lei 6.407/13, o chamado PL do Gás. Essa, aliás, é uma medida que não está prevista na proposta de mudança no marco legal e poderia até ser uma alternativa para facilitar a movimentação da molécula entre os estados. Esse pacto poderia ser aplicado não por outro projeto de lei, mas por uma resolução por parte da ANP ou um decreto governamental. O assunto, no entanto, ainda é discutido entre os agentes que participaram até o ano passado das discussões sobre o projeto Gás para Crescer. O tema acabou ficando de fora do PL, mas ainda está vivo e pode surgir no cenário, caso apareçam mais dificuldades para a aprovação do projeto no congresso. (Agência Brasil Energia - 05.02.2018)

Governo espera aprovar o PL do Gás até maio

O governo espera conseguir aprovar o PL do Gás até maio no Congresso. O projeto vem enfrentando resistências e na última quinta-feira (1/2), o secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME, Marcio Felix, adiantou que está esperando somente a composição da comissão para o novo ano legislativo para dar início às negociações sobre as divergências com agentes do setor. De acordo com Felix, as divergências dizem respeito apenas a pontos específicos da proposta e 90% dela está aderente com o que o setor de gás pretende. (Agência Brasil Energia - 05.02.2018)

GLP industrial para as distribuidoras fica 4,6% mais barato

A Petrobras informou nesta segunda-feira (5/2) que irá aplicar uma redução de 4,6% ao GLP industrial para as distribuidoras. A diminuição entra em vigor na próxima terça-feira (6/2). De acordo com a petroleira, a alteração mostra-se necessária devido à queda das cotações internacionais do produto, que reflete a proximidade do fim do inverno na Europa, com o consequente arrefecimento da demanda pelo derivado. Essa mudança não inclui o GLP residencial. Em nota, o Sindigás informou que a redução ficará entre algo em torno de 4,2% a 4,9%, dependendo do polo de suprimento. Lamentou também que falte ainda uma política de preços para o GLP empresarial. Para a entidade, isso faz com que persista a diferença de preços entre o GLP residencial e o empresarial e, ainda, o ágio cobrado pela Petrobras em relação ao preço praticado no mercado internacional para o produto, de acordo com a entidade. Pelos cálculos da entidade, com esse ajuste, o GLP para uso industrial deverá ficar 32,82% acima da paridade de importação e 35,20% mais caro do que o gás destinado ao uso residencial. (Agência Brasil Energia - 05.02.2018)

Audiência discute contratação de termelétricas no Amazonas

Aprovada hoje (06) abertura de audiência pública para obter subsídios e informações adicionais à proposta de resolução normativa para regular a Portaria MME nº 492, de 19 de dezembro de 2017, que reconheceu a necessidade de contratação de geração termelétrica em locais eletricamente equivalentes aos das atuais usinas de Flores e Iranduba na Região de Manaus, de responsabilidade da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. Conforme a portaria a ANEEL é responsável por regulamentar a nova contratação. A proposta em audiência pública apresenta os requisitos técnicos e financeiros para a contratação, como a exigência de testes operativos e a adoção de valores de referência para o preço do combustível conforme critérios já conhecidos e regulados pela ANEEL. (Aneel - 06.02.2018)

Térmicas do leilão A-6 vão operar na base

O presidente da EPE, Luiz Augusto Barroso, adiantou que as diretrizes propostas para o último leilão A-6, ocorrido em dezembro, que estabeleceu inflexibilidade de até 50% ao longo do ano para as termelétricas a gás, devem ser mantidas para

a edição que será realizada neste ano. Isso porque as duas térmicas que venderam energia na última concorrência, realizada no último dia 20/12, praticamente viabilizam a operação dos empreendimentos na base. Naquela ocasião, as novas usinas negociaram 2,1 GW em capacidade instalada, representando 44,3% do total dos empreendimentos que fecharam contratos. As usinas foram a Vale Azul II, que fechou contratos a R\$ 211,90 por MWh, e a GNA Porto do Açu III, que contratou energia a R\$ 213,91/MWh. As duas ficam no estado do Rio de Janeiro. Barroso citou o caso da Vale Azul, que declarou 100% de inflexibilidade durante o período úmido, que vai até abril, e zero durante o período seco, mas com CVU de R\$ 85/MWh. Com isso, a usina, que deve usar gás associado do pré-sal, tende a ser despachada na base, pois no período úmido o risco de não gerar está mitigado pela inflexibilidade. E com CVU baixo, a usina tende a ser uma das primeiras da fila do ONS. No caso da térmica da Prumo, a inflexibilidade ficou definida no período seco, o que coincide com o verão no hemisfério Norte, quando o gás no mercado internacional é vendido a preços mais baratos, por conta da queda da demanda do insumo para calefação. No período úmido, a usina tende a ser despachada por ordem do ONS, por ter um CVU de R\$ 160/MWh. Com isso, a usina pode ser despachada mais vezes, graças ao combustível mais barato, gerando energia com preços mais competitivos, fazendo com que a térmica, na prática, passe a gerar na base do sistema. (Agência Brasil Energia - 08.02.2018)

Consumo de gás no Ceará cresce 17,1% em janeiro

O consumo de gás natural no Ceará atingiu em janeiro volume de 503.393 m³/dia, em média, ante 429,736 m³/dia do mesmo mês do ano anterior, aumento de 17,1%. Este foi o primeiro mês que o estado consumiu acima de 500 mil m³/dia e é considerado o melhor desempenho mensal da história da Cegás, constituída em 1993. De acordo com a distribuidora, o segmento industrial registrou a maior expansão, com aumento de 21,9% no consumo, na mesma base de comparação. Em janeiro deste ano, foram destinados às fábricas, 296.563 m³/dia de gás ante 243.193 m³/dia de janeiro do ano passado. O diretor técnico e comercial da Cegás, Fabrício Bomtempo, disse que o aumento do consumo de gás natural neste segmento é reflexo da retomada do crescimento econômico no país e da entrada na CSP na carteira de clientes atendidos com gás canalizado. No segmento automotivo, segundo maior em termos de consumo de GNV da companhia, houve um aumento de 10,61% neste ano, com relação a janeiro de 2017, ao passar de 176.704 m³/dia para 195.459 m³/dia. No consumo residencial, o segmento teve um crescimento de 19,36% em janeiro de 2018, em relação ao mesmo período do ano passado, ao passar de 2.411 m³/dia para 2.878 m³/dia. O consumo de gás natural aumentou também em 14,3% no segmento comercial, que é formado por restaurantes, pousadas, hotéis e padarias. (Agência Brasil Energia - 07.02.2018)

Abiogás: Biometano a partir de aterros pode gerar ganhos sociais, econômicos e ambientais

A geração de energia por aproveitamento energético pela degradação dos resíduos sólidos pode contribuir para o compromisso de reduzir as emissões de

gases causadores do efeito estufa e aumentar para 18% a produção de biocombustíveis na matriz energética. Para Alessandro Gardemann, presidente da Associação Brasileira de Biogás e de Biometano, o aproveitamento do gás de aterro de resíduos sólidos urbanos e saneamento para transformação de biometano para substituição de diesel em frotas públicas têm capacidade de desenvolver uma nova atividade econômica e introduzir novos agentes ao mercado com ganhos sociais, econômicos e ambientais. Para ele, o biometano é a melhor opção para uma economia de baixo carbono e o RenovaBio é o grande catalizador disso, já que o incentivo aos ganhos de eficiência na produção e uso dos combustíveis, é o sinal econômico que o mercado precisa. (Agência Canal Energia - 22.02.2018)

MME: disposição de ter o PL do Gás aprovado até maio

O MME espera concluir em duas semanas as negociações para aprovar o substitutivo do projeto de lei 6.407/13 - o chamado PL do Gás - que cria um novo marco para o setor do gás natural. Para conseguir aprovar a matéria, o ministério pode propor mudanças no texto. Com isso, o governo mantém a disposição de ter o PL aprovado até maio. A previsão anterior do governo era votar o PL até o fim do ano passado, o que acabou não ocorrendo por resistência de alguns agentes do setor. (Agência Brasil Energia - 01.03.2018)

Márcio Félix: é de interesse do governo boliviano que o Brasil continue como cliente de seu gás

Um dos pontos de maior discordância na PL do Gás é a questão do consumidor livre, que pode entrar nas mudanças que serão propostas. O secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME, Márcio Félix, disse que o país pretende contar com toda a oferta possível de gás para dar conta da demanda, incluindo o gás boliviano, GNL, e o insumo que virá do pré-sal. Em sua opinião, é de interesse do governo boliviano que o Brasil continue como cliente de seu gás. Ao mesmo tempo, o país não pode abrir mão da oferta boliviana. Félix disse ainda que o Brasil oferece muitas oportunidades de aplicação do gás boliviano, como a construção da usina de fertilizantes de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul. O governo estadual já vem negociando diretamente com os vizinhos a importação de cerca de 2,1 milhões de m³/dia de gás para abastecer a unidade. Para o secretário, é importante o país apostar na integração energética com a Bolívia, o que inclui a construção de hidrelétrica binacional com o país andino. (Agência Brasil Energia - 01.03.2018)

Reforma do mercado de gás deverá sofrer mudanças

O governo entregará ao Congresso nas próximas semanas sugestões de mudanças no texto do substitutivo do projeto de lei sobre a reforma do marco legal do mercado de gás natural, de relatoria do deputado Marcus Vicente (PP-ES). Na última quarta-feira, representantes de vários segmentos da indústria de gás estiveram reunidos no MME, em Brasília, para buscar consenso sobre pontos incluídos no projeto que tramita na Câmara. Segundo o secretário de Petróleo,

Gás Natural e Biocombustíveis do MME, Márcio Félix, cerca de 80% do texto já tem convergência de interesses entre os agentes. Ele não detalhou, porém, quais itens foram equacionados e quais demandam mais discussões. As declarações do secretário pegaram o setor industrial de surpresa. (Valor Econômico - 02.03.2018)

Abrace não recebe convite para reunião sobre PL do Gás

O presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores (Abrace), Edvaldo Santana, afirmou que o segmento não foi convidado para participar da reunião, [na última quarta-feira, onde representantes de vários segmentos da indústria de gás estiveram reunidos no MME, em Brasília, para buscar consenso sobre pontos incluídos no projeto que tramita na Câmara]. O executivo disse ainda estar preocupado com relação a um possível retrocesso no texto do projeto de reforma do setor. Entre os pontos que podem ser mudados é o mecanismo para o mercado livre de gás natural. Enquanto o projeto prevê que as regras para o mercado sejam equânimes em todos os Estados e que o mecanismo seja regulado pela ANP, a mudança em análise pelo ministério prevê que as indústrias tenham que se submeter às distribuidoras de energia para contratar gás no mercado livre. (Valor Econômico - 02.03.2018)

Modelo de térmica associada ao poço de gás atrai investidor

Quatro anos após o início da operação do Complexo Parnaíba, no Maranhão, a geração "gas-to-wire" começa a ser replicada em outras regiões do país. Pioneira no desenvolvimento do modelo, no Brasil, a Eneva pretende confirmar a construção dessas termelétricas como um dos principais eixos de crescimento nos próximos anos, dentro do seu novo plano estratégico. Enquanto isso, outras empresas, como Imetame e Tradener, também miram oportunidades no segmento. Segundo o presidente da Eneva, Pedro Zinner, o objetivo é replicar o modelo adotado em menor escala, em projetos que variam de 100 a 150 megawatts. Hoje, a empresa opera um complexo de 1,4 GW, no Maranhão, composto por quatro usinas que geram receitas fixas da ordem de R\$ 1,15 bilhão por ano, no mercado regulado. Em novembro, a Eneva deu seu primeiro passo, para replicar o modelo de Parnaíba, ao adquirir, por US\$ 54 milhões, o campo de gás natural de Azulão, localizado na Bacia do Amazonas. A Eneva espera que a compra de Azulão seja concluída ainda neste primeiro trimestre. O executivo explica que, a princípio, a intenção é aproveitar o projeto termelétrico original, de 110 MW, desenvolvido pela Petrobras. A usina térmica já está licenciada e foi, inclusive, inscrita em leilões passados. (Valor Econômico - 07.03.2018)

Termelétrica pode ser solução para lixo na Baixada Santista

Audiência pública prevista para a próxima quarta-feira (7/3) no município de Praia Grande (SP) vai debater a melhor saída para a destinação final dos resíduos urbanos produzidos por nove cidades da região da Baixada Santista, no Litoral Centro-Sul do Estado de São Paulo. A construção de uma usina térmica movida a lixo, com produção de energia elétrica, após prévia triagem semi-mecanizada

para separação de material reciclável, foi considerada a solução com maior chance de aplicação por um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológica. O documento, cujas conclusões serão divulgadas para a população durante a audiência, aponta que não haverá mais área de aterro sanitário disponível, já em 2019, para receber uma carga estimada em 668 mil toneladas de lixo. O custo para implantação de um sistema como esse ficaria em torno de R\$ 821 milhões, mais despesa anual de operação calculada em R\$ 82 milhões. Denominado Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, o estudo foi encomendado ao IPT pela Agência Metropolitana da Baixada Santista, avaliou 12 cenários possíveis para resolver o problema nos próximos 20 anos. Cubatão, Guarujá e São Vicente são elegíveis, caso as prefeituras da Baixada, com aval da população, decidam partir para esse tipo de alternativa de destinação. A perspectiva é de que pode haver longo debate pela frente porque, historicamente, as entidades ambientais são refratárias às usinas movidas a lixo. Elas temem contaminação atmosférica por gases tóxicos, algo que na Europa, principalmente, já foi superado há anos. (Agência Brasil Energia - 06.03.2018)

Inflexibilidade permite novas estratégias e gás a preços competitivos, aponta FGV

O novo formato de declaração de inflexibilidade adotado pelo governo nos leilões de energia para as termelétricas permite que elas possam negociar suprimento de gás natural a preços competitivos. No leilão A-6 do ano passado, duas termelétricas adotaram uma estratégia diferenciada que permitiu a elas vender energia com CVU considerado baixo. O presidente da EPE, Luiz Augusto Barroso, já adiantou que a diretriz de inflexibilidade de 50% para as térmicas a gás deve ser mantida para os próximos leilões, ao considerar que o modelo foi bem sucedido. Um destes casos é o da termelétrica Vale Azul, que negociou contratos a R\$ 85/MWh. A pesquisadora de gás natural da FGV Energia, Larissa Resende, explicou que a usina declarou inflexibilidade de 100% no período úmido e 0% no período seco. Com isso, ela consegue despachar na média de 50% ao ano e garantir ao supridor que o gás será consumido. A Vale Azul tem capacidade instalada de 466,3 MW e usará o insumo do pré-sal, negociando fornecimento exclusivo por parte da Shell. A pesquisadora salientou que o tipo de estratégia adotada para o despacho permite que a usina possibilite o pleno escoamento do pré-sal, cujo gás é associado ao petróleo. Além da Vale Azul, a outra térmica a gás que vendeu energia no leilão foi a GNA II, da Prumo. A unidade tem capacidade instalada de 1.673 MW e vendeu 1.450 MW médios pelo valor de referência de R\$ 213,91/MWh. (Agência Brasil Energia - 07.03.2018)

Pacto conveniente pelo gás natural

Desde o ano passado, o mercado de gás natural tenta ver aprovado o substitutivo do projeto de lei 6.407/13, o chamado PL do Gás, que tem como objetivo criar um novo marco legal do setor. Entre os temas contemplados a partir das discussões do Gás para Crescer está o swap, que é a troca do insumo entre os estados. Mas essa questão enfrenta atualmente uma barreira considerável, que são os tributos estaduais incidentes sobre a movimentação do gás. Cada estado tem sua alíquota

de ICMS e quando há a necessidade de se transportar o gás, injetando-o em um terminal de regaseificação de GNL na Bahia, tendo como destino o sul do Brasil, por exemplo, cada estado no caminho do gás cobra seu quinhão. Esse quadro praticamente inviabiliza o swap, tão importante para integrar a malha nacional que por sua vez é considerado um dos pilares para a entrada de novos agentes supridores na cadeia. Na proposta que tramita na Câmara dos Deputados, enquanto o PL do Gás não “sai do forno”, está a tarifação de entrada e saída, que facilita o swap, uma vez que o gás pode ser injetado em qualquer ponto da malha e também recebido em um ponto específico, de acordo com a negociação acertada entre vendedor e comprador. É o caso da Abegás. (Agência Brasil Energia - 07.03.2018)

Abegás: o mais importante é promover a segurança para o setor como um todo

O gerente de Planejamento Estratégico e Competitividade da Abegás, Marcelo Mendonça, disse que a questão [do swap] é mais complexa do que é abordada, já que existem outros obstáculos que não se resume apenas às alíquotas. Ele explicou que há indefinição jurídica por exemplo sobre o gás importado, onde é discutido sobre qual estado pode ter direito pela cobrança do tributo, além das disparidades aplicadas nas operações interestaduais. Disse também que há um entendimento prévio jurídico que o estado responsável pelo recolhimento do destino pode fazer o recolhimento do ICMS do gás importado. Para ele, o mais importante é promover a segurança para o setor como um todo, senão os investidores podem acabar se afastando. (Agência Brasil Energia - 07.03.2018)

Dinâmica do mercado de gás pode ser alterada por privatização de distribuidoras

O vice-presidente Comercial do Grupo Bureau Veritas para a América Latina, Vinicius Parmezani, aponta que o mercado de gás natural brasileiro tem grande potencial de crescimento, principalmente quando é levada em conta a perspectiva de privatização de distribuidoras dos estados onde o serviço de gás canalizado é diretamente providenciado pelos governos estaduais. Para ele, a desestatização das empresas estaduais mudará a dinâmica do cenário de gás no país. Em entrevista, o executivo comentou que a capilaridade da rede em estados onde há mais desenvolvimento na distribuição como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, ainda é baixa quando se comparada com o Chile e a Argentina. As distribuidoras atualmente privatizadas atuam somente no Rio de Janeiro e em São Paulo: a Gás Natural Fenosa está presente nos dois estados e a GasBrasiliano e Comgás, em São Paulo. Atualmente, está em andamento o processo de estudo para as privatização da MSGás e Copergás. A Gás Natural Fenosa, tem mais de 1 milhão de clientes atendidos, no Rio e em São Paulo. Já em São Paulo, a GasBrasiliano atende a cerca de 15 mil consumidores, enquanto a Comgás tem em sua carteira, 1,7 milhão de clientes em sua área de concessão paulista, que inclui a capital. O grupo Bureau Veritas passou a atuar no mercado de gás natural e energia brasileiro no ano passado oferecendo serviços de teste, inspeção e certificação (TIC), o que faz parte da estratégia de diversificação no país, onde

está presente desde 2012. Na época, a empresa focava bastante no setor de óleo e gás, que representava 50% dos negócios. (Agência Brasil Energia - 13.03.2018)

Segmento termelétrico registrou aumento de 33,12% no consumo de gás

O consumo de gás natural em janeiro subiu 12,81% em comparação com igual período do ano passado, para 60,7 milhões de m³/dia, ante 53,8 milhões de m³/dia registrados no primeiro mês de 2017. No comparativo com dezembro, no entanto, o consumo caiu 14,02%, para 70,6 milhões de m³/dia, de acordo com dados da Abegás, divulgados nesta segunda-feira (12/3). O consumo industrial apresentou alta em ambas as bases de comparação. Em janeiro, o segmento consumiu 11,33% mais na comparação anual, indo de 24,4 milhões de m³/dia para 27,1 milhões de m³/dia. Com relação a dezembro, a demanda evoluiu 5,89%, para 25,6 milhões de m³/dia. Já o segmento termelétrico registrou aumento de 33,12% no consumo, ao sair de 16,3 milhões de m³/dia para 21,7 milhões de m³/dia, quando compara-se o primeiro mês deste ano com o mesmo período do ano passado. Na comparação mensal, foram consumidos 32,1 milhões de m³/dia em janeiro, o que corresponde a uma queda de 32,29%. O consumo automotivo apresentou alta de 6,99% com relação a janeiro do ano passado, ao atingir marca de 5,4 milhões de m³/dia, enquanto no comparativo com dezembro houve retração de 10% - para 6,092 milhões de m³/dia. A demanda residencial cresceu 19,36%, em janeiro ante igual mês do ano passado, ao sair de 810 mil m³/dia para 967 mil m³/dia. Frente a dezembro, a classe teve diminuição de 19,65%. O segmento comercial viu o consumo de gás crescer 12,45% ante janeiro de 2017, de 669 mil m³/dia para 752 mil m³/dia. Na comparação com dezembro, quando o consumo totalizou 838 mil m³/dia, houve queda de 10,26%. A utilização do gás como matéria-prima em janeiro cresceu 18,55% em comparação com o primeiro mês do ano passado, ao sair de 485 mil m³/dia para 575 mil m³/dia. Com relação à dezembro, quando foram consumidos 525 mil m³/dia, houve elevação de 9,47%. (Agência Brasil Energia - 12.03.2018)

Governo paranaense cria PL do biogás

O governo do Paraná enviou à Assembleia Legislativa PL que cria o marco regulatório estadual do biogás e do biometano. O texto foi assinado pelo governador Beto Richa nesta segunda-feira (12/3). De acordo com o Cibiogás, o Paraná tem o potencial de produzir 20 milhões de m³ de biogás, o que equivale ao abastecimento de 4 milhões de residências com o consumo médio de 217 kW/h. A iniciativa faz parte do Programa Paranaense de Energias Renováveis. Dois projetos foram enviados para o legislativo estadual. Um dispõe sobre a Política Estadual do Biogás e Biometano, incluindo também a produção de biofertilizantes. O outro altera a Lei Complementar 205/17, que trata dos serviços de distribuição de gás canalizado no Paraná, por conta do biometano. Além disso, será assinado um novo decreto do Paraná Competitivo, permitindo que as empresas utilizem créditos de ICMS para financiar a construção de biodigestores. O Instituto Ambiental do Paraná vai também expedir uma portaria para tratar do licenciamento ambiental do setor. O objetivo é criar arcabouço jurídico que dê segurança ao agronegócio, comércio, indústria e prestadores de serviços das

cadeias produtivas do biogás e do biometano quanto aos aspectos regulatórios, ambientais e tributários para o desenvolvimento do setor. (Agência Brasil Energia – 12.03.2018)

Consumo industrial de gás natural mostra recuperação em quatro regiões

O consumo de gás natural para o segmento industrial tem uma recuperação paulatina desde meados do ano passado. Levantamento feito pela Brasil Energia, com base em dados da Abegás, mostra que houve elevação significativa em quatro das cinco regiões do país no comparativo de dezembro do ano passado com janeiro deste ano, com exceção somente a região Nordeste. No Sudeste, principal mercado do país, o consumo chegou a 17,6 milhões de m³/dia, o que significa uma elevação de 8,3% com relação a dezembro, quando foi de 16,2 milhões de m³/dia. No Sul foi registrada variação positiva de 15% com relação a dezembro, passando de 2,7 milhões de m³/dia para 3,1 milhões de m³/dia. No Centro-Oeste, o segmento consumiu em janeiro 606 mil m³/dia, com aumento de 5,5% com relação ao mês anterior, quando houve consumo de 574 mil m³/dia. No Norte, a elevação chegou a 33,6%, com um consumo total de 92,6 mil m³/dia ante 69,3 mil m³/dia. A média do consumo industrial nacional em janeiro também aumentou. Neste ano, a média ficou em 27,1 milhões de m³/dia contra 24,4 milhões de m³/dia no primeiro mês do ano passado, o que representa um aumento de 11,3%. Já neste primeiro mês do ano, o segmento industrial registra média superior a qualquer um dos meses de 2016, quando a crise ainda estava em seu auge, tanto que naquele ano, a média ficou em 26,2 milhões de m³/dia. O panorama foi melhorando ao longo de 2017, com a paulatina retomada da atividade econômica. Em março chegou à casa de 27 milhões de m³/dia e não mais caiu para patamar abaixo, com exceção de dezembro, quando há uma diminuição em função das férias em muitas empresas e indústrias. (Agência Brasil Energia – 14.03.2018)

Governo de São Paulo dá partida a condomínio térmico

O governo de SP oficializou a construção de uma térmica de 1,6 MW no estado, que será implementado pela Emae e Gasen. O local será a área das termelétricas Piratininga e Fernando Gasparian, na capital paulista. A previsão é de investimentos da ordem de R\$ 5 bilhões e a previsão é que a usina entre em operação em 2024, após participar de leilão de geração da Aneel. Emae, Siemens e Gasen participaram de assinatura do contrato para implantar o empreendimento nesta quinta-feira, pelo governo de São Paulo. A usina vai consumir 6 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural. A Siemens será responsável pelo fornecimento de equipamentos, além de dar suporte técnico e comercial na configuração da usina. À Emae caberá fornecer a infraestrutura local com terreno, facilidade de conexão ao gasoduto e à rede de alta tensão, e realizando o licenciamento ambiental do empreendimento. O consórcio irá realizar os estudos de viabilidade ambiental, técnica e econômica, obtenção da licença prévia, elaboração do plano de negócios, contratação de fornecedores, negociação do fornecimento de gás natural e a participação em um leilão de

geração. Outra térmica será construída no local, entre a Emae e a AES Tietê. (Agência Brasil Energia – 15.03.2018)

Importação de gás cai em 2017

Às vésperas do vencimento do contrato de importação de gás natural da Bolívia, o volume do combustível comprado no exterior caiu em comparação com 2016. Dados do MME mostram que a oferta de gás importado chegou a 29,37 milhões de m³/dia em 2017, contra 32,13 milhões de m³/dia do ano anterior. Da Bolívia, vieram 24,33 milhões de m³/dia, com a média oscilando ao longo do ano. O mês de menor volume foi janeiro, quando o Gasbol trouxe 14,54 milhões de m³/dia, metade da capacidade total do duto, cerca de 30 milhões de m³/dia. Por outro lado, o volume máximo trazido no ano foi em abril, quando foram importados do país vizinho 30,19 milhões de m³/dia, utilizando toda a capacidade do duto de transporte. Somado à regaseificação de GNL, a importação total em abril foi de 33,32 milhões de m³/dia. Esse volume só não superou o de agosto, quando a oferta importada foi de 38,17 milhões de m³/dia, quando teve início o despacho em massa das termelétricas para suprir a demanda de energia com os reservatórios em baixa. (Agência Brasil Energia – 16.03.2018)

Média de regaseificação de GNL em 2017 supera 2016

Dados do MME mostram que o aumento do despacho termelétrico no segundo semestre, quando começaram os efeitos de baixa nos reservatórios das hidrelétricas, ajudou a elevar a regaseificação média no ano passado. O volume médio que passou pelos terminais de GNL em 2017 foi de 5,05 milhões de m³/dia, contra média de 3,81 milhões de m³/dia em 2016, de acordo com o MME. Ainda assim, o total de gás regaseificado no ano passado ainda está abaixo do verificado entre 2012 e 2015, anos em que a crise hídrica foi muito mais aguda. Com exceção de maio, de janeiro a julho, a regaseificação de GNL não chegava sequer a 4 milhões de m³/dia. Mas em agosto ocorreu um salto para 10,64 milhões de m³/dia injetados, seguido por 9,91 milhões de m³/dia no mês seguinte e por 9,75 milhões de m³/dia em outubro. O ano fechou com a terceira menor média de 2017: foram regaseificados em dezembro, 2,26 milhões de m³/dia, coincidindo com o início do período de chuvas. A maior parte desse gás chegou via terminal da Bahia, que regaseificou em média 2,91 milhões de m³/dia. O terminal de Pecém, no Ceará, recebeu volume de 2,15 milhões de m³/dia, enquanto o terminal da Baía de Guanabara (RJ) manteve-se ocioso, sem receber o combustível ao longo de todo o ano. Essa menor regaseificação no terminal fluminense, aliás, tem se mostrado uma tendência. No ano anterior, o Baía de Guanabara recebeu apenas 630 mil m³/dia de GNL. Em 2015, foram 5,16 milhões de m³/dia. (Agência Brasil Energia – 16.03.2018)

Comissão de Minas e Energia será instalada na próxima terça-feira

A Comissão de Minas e Energia será instalada na próxima terça-feira (27/3) junto com os demais colegiados permanentes da Câmara dos Deputados. A definição interessa diretamente ao setor de gás natural, pois por lá passará a análise do

substitutivo ao projeto de lei 6407/13, a chamada PL do Gás, que está parada na casa desde o fim do ano passado. A indicação do presidente fica sob a responsabilidade do PRB, que havia designado o deputado Jhonatan de Jesus (PRB-RR) no ano legislativo de 2017. Na ocasião, a maior parte das vagas ficou com o bloco de partidos formado por PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PODE, PMN, PRP, PSDC, PEN e PRTB. Esse grupo ficou com 21 vagas. O governo jogou suas fichas na aprovação do PL até o fim do ano passado, mas resistências de parte do setor impediram que a matéria seguisse adiante. Desde o início do ano, o MME vinha tentando costurar acordos para aprovar o projeto. Mas terá de correr contra o tempo, pois em ano de eleição os trabalhos do legislativo ficam prejudicados. A campanha eleitoral começa 45 dias antes da eleição. A meta do governo é ter o PL aprovado até maio. (Agência Brasil Energia - 21.03.2018)

Petróleo e gás vão movimentar R\$ 1,2 tri até 2030

As áreas de petróleo, gás natural e biocombustíveis já têm investimentos garantidos em torno de R\$ 800 bilhões até o fim da próxima década com projetos anunciados ou contratados pelo governo desde maio de 2016, o secretário Márcio Félix Bezerra, responsável por esses três segmentos no Ministério de Minas e Energia. Em tom de balanço, às vésperas de uma mudança na equipe que será deflagrada pela saída já anunciada do ministro Fernando Coelho Filho, ele estima que esse volume poderá chegar à cifra de R\$ 1,28 trilhão com novos projetos que vão ter um encaminhamento ainda neste ano. São prioridades do ministério em 2018 são a definição das metas do RenovaBio e o novo marco regulatório do gás natural. O governo vê a possibilidade de triplicar a produção de gás nos próximos dez anos, mas acredita que uma nova legislação é fundamental. Um texto já foi enviado pelo Palácio do Planalto à Câmara dos Deputados como substitutivo de um projeto de lei que tramitava para reformar o setor. A expectativa do secretário é fazer, até o fim deste mês, um mapeamento das convergências e divergências com o texto original. Assim, seria possível buscar a votação do projeto na Câmara ainda em abril. “É um projeto fundamental para atrair investidores”, conclui o secretário. “Queremos aumentar a chance de aprovação nessa pequena janela parlamentar que temos pela frente”, acrescenta, lembrando o período eleitoral. (Valor Econômico - 21.03.2018)

Geração térmica ainda consome mais da metade da oferta nacional de gás

A oferta total de gás natural no Brasil em 2017 chegou a 60,46 milhões de m³/dia, quase 10 milhões de m³/dia a mais do que os 52,40 milhões de m³/dia registrados no ano anterior. A geração térmica demandou mais da metade desse volume, consumindo 34,25 milhões de m³/dia em 2017. Ainda assim, houve queda na demanda do segmento na comparação com o ano anterior, que foi de 45,90 milhões de m³/dia de gás, conforme levantamento da Brasil Energia, com dados do MME. Apenas nos últimos meses de 2017 que a geração térmica teve impulso, devido à queda no nível dos reservatórios. De julho para agosto, a média do consumo do segmento foi de 25,87 milhões de m³/dia para 34,79 milhões de m³/dia. O aumento da energia térmica também se refletiu no crescimento da

importação de GNL, que registrou uma elevação significativa na mesma época do ano. O dado da oferta nacional exclui a reinjeção nos campos, queima e perda e o consumo nas próprias unidades de exploração e produção. Incluindo estes itens, a produção nacional foi de 109,86 milhões de m³/dia. O total da reinjeção, queima e consumo próprio nas plataformas é de 49,4 milhões de m³/dia, quase a metade da produção nacional. Este é um montante que deixa de entrar no mercado nacional de gás. Só a queima chega a 27,61 milhões de m³/dia no ano passado. O volume, no entanto, foi menor do que em 2016, quando passou de 30 milhões de m³/dia. (Agência Brasil Energia – 21.03.2018)

Instalação da Comissão de Minas e Energia é adiada por uma semana

O substitutivo ao PL 6.407/13, o chamado PL do Gás, terá de esperar mais uma semana para saber quando poderá ser pautado para votação na CME. Isso porque a instalação do colegiado que seria nesta terça-feira (27/3) ficou para o próximo dia 3/4, segundo decisão da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Por enquanto o que há de concreto, é a indicação do deputado Marcelo Squassoni (PRB-SP) para presidente da comissão, uma vez que a legenda tinha a preferência para indicação do nome do presidente. (Agência Brasil Energia – 27.03.2018)

Governo reúne agentes do setor do gás para negociar PL

O governo terá esta semana duas reuniões com agentes do setor de gás natural para tentar destravar as discussões em torno do substitutivo ao projeto de lei 6.407/13, o PL do Gás. A primeira, será na próxima terça-feira (3/4), na Casa Civil. A segunda, no dia seguinte, no próprio MME. Nas últimas semanas saíram nos bastidores informações de que o governo poderia acrescentar mudanças no texto. Mas a iniciativa pode não ser bem recebida por agentes do setor. O coordenador da equipe técnica de Gás Natural da Abrace, Adrianno Lorenzon, disse que a entidade pode se posicionar contra um eventual novo texto que mexa com o cerne do PL. Na semana passada, entidades que fazem parte do Forum do Gás – que além da Abrace – inclui a Abividro, Abraceel, Apine, Anfacer, Aspacer, Anace, Cogen e Abraget divulgaram cartas ao secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Márcio Félix, e ao deputado Marcus Vicente (PP-ES), relator do projeto, no qual reafirmam seu apoio ao texto apresentado no Congresso no último dia 6/12 e se posicionam contra qualquer mudança que venha a ocorrer. Um dos principais pontos de divergência é a questão do mercado livre de gás. Lorenzon disse que este ponto não pode ser mudado. Caso ocorram alterações, adiantou que a Abrace passará a ser contra. A ideia do governo é tentar aprovar o PL do Gás no Congresso até o próximo mês, em um ano de trabalhos mais curto do que o habitual, devido a 2018 ser ano de eleições. (Agência Brasil Energia – 02.04.2018)

ANP: produção de gás cresce 3% em fevereiro

A produção de gás natural no Brasil em fevereiro de 2018 totalizou 110 milhões de m³ por dia. Dados da Agência Natural de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis mostram que houve uma redução de 2,3% em comparação ao

mês anterior e aumento de 3% na comparação com o mesmo mês de 2017. O aproveitamento de gás natural no Brasil no mês de fevereiro alcançou 96,7% do volume total produzido. Foram disponibilizados ao mercado 60,5 milhões de metros cúbicos por dia. Já a queima de gás totalizou 3,6 milhões de metros cúbicos por dia, uma redução de 10,5% se comparada ao mês anterior e de 9% em relação ao mesmo mês em 2017. Ainda de acordo com a ANP, o campo de Lula, na Bacia de Santos, foi o maior produtor de petróleo e gás natural. Produziu, em média, 850 mil bbl/d de petróleo e 36,2 milhões de m³/d de gás natural. Os campos marítimos produziram 95,5% do petróleo e 83,5% do gás natural. A produção ocorreu em 7.698 poços, sendo 704 marítimos e 6.994 terrestres. Os campos operados pela Petrobras produziram 93,9% do petróleo e gás natural. A instalação Polo Arara, produzindo nos campos de Arara Azul, Araracanga, Carapanaúba, Cupiúba, rio Urucu e Sudoeste Urucu, por meio de 34 poços a ela interligados, produziu 7,8 MMm³/d e foi a instalação com maior produção de gás natural. (Agência Canal Energia – 03.04.2018)

Demanda de gás cai em janeiro por menos consumo térmico

A demanda de gás natural caiu em janeiro deste ano para 76,9 milhões de m³/dia contra 88,1 milhões de m³/dia no mês anterior. O motivo é a redução do consumo do segmento termelétrico, que saiu 34,2 milhões de m³/dia, em dezembro, para 27,6 milhões de m³/dia, no primeiro mês de 2018. A informação está na edição referente a janeiro do Boletim de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural, do MME. Houve também diminuição do segmento industrial, que passou de 40,7 milhões de m³/dia, em dezembro, para 38,6 milhões de m³/dia, em janeiro. Se a demanda caiu, por outro lado a reinjeção de gás natural nos campos de produção aumentou, o que acabou se refletindo na retração da oferta nacional. A reinjeção saiu de 26,7 milhões de m³/dia para 30 milhões de m³/dia, ao passo que a oferta caiu de 65,1 milhões de m³/dia para 60,8 milhões de m³/dia. A oferta de gás importado também registrou retração no primeiro mês do ano, saindo de 27 milhões de m³/dia para 21,7 milhões de m³/dia, reflexo da redução da entrada do insumo boliviano – que saiu de 24,7 milhões de m³/dia, em dezembro, para aproximadamente 19,5 milhões de m³/dia. (Agência Brasil Energia – 09.04.2018)

Frente parlamentar discute o impacto da cadeia de gás natural no desenvolvimento nacional

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Química promove um café da manhã nesta quarta-feira (11) para discutir a importância do gás no crescimento do País. Em 2016, o MME lançou o programa Gás para Crescer que prevê aprimoramentos nas diretrizes do segmento de gás natural para reduzir a participação da Petrobras em diversos segmentos da cadeia. A estatal responde aproximadamente por mais de 80% da produção nacional de gás natural. Segundo a ANP, o gás natural produzido no Brasil é predominantemente de origem associada ao petróleo e se destina, principalmente, à geração de energia termelétrica e à indústria. O gás natural também pode ser destinado ao uso veicular e, segundo a ANP, parece ser a melhor solução disponível atualmente para o transporte sustentável. A frente parlamentar, que é coordenada pelo

deputado João Paulo Papa (PSDB-SP), reúne-se às 8 horas no restaurante do 10º andar, no anexo 4 da Câmara dos Deputados. (Agência Câmara - 09.04.2018)

Secretário de petróleo e gás deverá ser o nº 2 do Ministério de Minas e Energia

O secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix, afirmou à Reuters que conversou com o novo ministro Moreira Franco e que deverá ser nomeado o secretário-executivo da pasta, ocupando a vaga deixada por Paulo Pedrosa. Félix explicou que a substituição de sua atual posição será discutida com o Moreira Franco, que toma posse na terça-feira. Ele não descartou mudanças adicionais na pasta, após o ministro Fernando Coelho Filho deixar o cargo na semana passada para concorrer às eleições. Mas disse que a tendência é de que a nova equipe dê continuidade à política da gestão anterior. Além de Pedrosa, o presidente da EPE, Luiz Barroso, apresentou um pedido de renúncia ao comando da estatal. Juntamente com Pedrosa, Félix chegou a ser apontado anteriormente por analistas como um dos possíveis sucessores de Coelho Filho, antes de Moreira Franco ser apontado por Temer. (Reuters - 09.04.2018)

Preço do gás nacional acompanha elevação internacional em janeiro

O preço do gás natural no Brasil acompanhou a alta no mercado internacional e também registrou elevação em janeiro, nos contratos da nova política modalidade firme. Passou de US\$ 7,28 por milhão de BTU para US\$ 7,47 por milhão de BTU, uma elevação de 3,2%. Porém, o custo do gás nacional cresceu a um ritmo menor do que o insumo trazido da Bolívia. De acordo com o Boletim de Acompanhamento da Indústria do Gás Natural, do MME, referente a janeiro, o preço do gás importado da Bolívia teve crescimento de 6,4%, passando de US\$ 5,91 por milhão de BTU para US\$ 6,29 por milhão de BTU, sendo uma elevação de 6,4%. Nos Estados Unidos, o gás vendido no regime de preços henry hub, registrou alta de 28,3%, saindo de US\$ 2,76 por milhão de BTU, em dezembro, para US\$ 3,54 por milhão de BTU no primeiro mês do ano. Além disso, o GNL utilizado no Brasil saiu de US\$ 6,90 por milhão de BTU para US\$ 7,28 por milhão de BTU. (Agência Brasil Energia - 11.04.2018)

Usinas térmicas do Ceará custam R\$ 81 milhões na conta de luz

A lista de penduricalhos lançados sobre a conta de luz do consumidor de energia de todo o País passou a incluir, nos últimos meses, o pagamento de contas de água de usinas térmicas do Ceará. A origem da cobrança está em um “encargo emergencial” que o governo do Ceará criou em 2016 para combater a crise hídrica, aumentando o preço do insumo para duas térmicas instaladas no porto de Pecém. Para inibir o consumo das usinas, o governo cearense criou o encargo que aumentava em quase cinco vezes o preço da água usada para resfriar as turbinas das térmicas. Depois de longa disputa judicial, as empresas EDP e Eneva, donas das usinas Pecém I e II, respectivamente, obtiveram na Justiça o direito de repassar a taxa extra para o custo da energia que entregam. Como essa energia é enviada para o “mercado regulado” do setor elétrico, no qual estão

todos os consumidores do País, o custo migrou para a conta de luz. Desde setembro de 2016, quando o encargo foi criado, até janeiro deste ano, mais de R\$ 81 milhões foram cobrados do consumidor nacional. Por mês, a taxa custa R\$ 5 milhões e a cobrança não tem data para acabar. Em agosto, o governo do Ceará emitiu decreto definindo que o “encargo hídrico emergencial” será cobrado enquanto houver escassez hídrica no Estado, vigorando por tempo indeterminado. Quando as taxas passaram a ser cobradas, a Aneel foi procurada pelas empresas, que queriam repassar o custo para a conta de luz. A agência negou o pedido. No ano passado, porém, as empresas conseguiram decisão favorável na Justiça. As térmicas de Pecém se conectam à rede de abastecimento que acessa a água do Açude do Castanhão, o maior do Ceará, a 280 quilômetros de distância de suas instalações. O reservatório está com apenas 4,6% de seu volume total de água. (O Estado de São Paulo – 11.04.2018)

João Vicente Vieira assume lugar de Márcio Félix

João Vicente Vieira é o novo secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME. O executivo comandava o Departamento de Política de E&P de Petróleo e Gás Natural da pasta desde novembro de 2016 e sua nomeação foi confirmada nesta quarta-feira (11/4). A indicação do executivo foi bem recebida e tranquilizou o mercado petrolífero. O nome mais cotado internamente para a vaga deixada em aberto pela nomeação de Márcio Félix para o cargo de secretário executivo do MME era o de João José de Nora Souto, secretário adjunto de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, nome que na avaliação da indústria era muito associado às estratégias e diretrizes do governo do PT. O novo secretário terá pela frente diversos desafios. Entre eles está o de concluir a negociação da cessão onerosa, garantir a realização do leilão do excedente, dar continuidade ao Reate e incentivar novos investimentos na área de Refino. Também precisará resolver comercialização do óleo da cessão onerosa, seja através de Medida Provisória ou de Lei, além da definição das metas do Renovabio até junho. Formado em Engenharia Industrial, pela Coppe, com MBA em Administração de Negócios, João Vicente acumula um ano e cinco meses de trabalho no MME. Oriundo da iniciativa privada, o executivo trabalhou na Schlumberger, onde ocupou diversos cargos de gerência, e na Gaffney, Cline & Associates, além da ANP. A meta do governo é definir os principais cargos vagos do MME ainda nesta semana ou até no máximo o início da próxima. (Agência Brasil Energia – 11.04.2018)

Falta de gás em térmicas provoca pressão sobre tarifas

Em apenas 45 dias, os consumidores de energia elétrica em todo o país ficaram com uma conta de R\$ 128 milhões nas mãos por causa da falta de suprimento de gás natural da Petrobras para a usina Termofortaleza (CE). A estatal deixou de fornecer o insumo para a térmica, operada pela italiana Enel, entre 28 de fevereiro e 15 de abril. Durante todo esse tempo, mesmo em plena temporada de chuvas, a usina de 332 MW foi acionada pelo ONS. Ela tem o terceiro custo mais baixo de operação entre 40 térmicas no Nordeste. Por isso, torna-se uma das primeiras a ligar as turbinas. Se fica indisponível, o ONS recorre a fontes mais caras para

tapar o buraco. Para especialistas, o problema na Termofortaleza é um prenúncio do que pode ocorrer com mais de 5 mil MW em usinas do PPT. Esses projetos tinham garantia de suprimento da Petrobras. Só que o preço do combustível está fixado em US\$ 4 por milhão de BTU nos contratos originais e ficou defasado. A Petrobras tem preferido pagar as multas do que fornecer o gás com prejuízo. Uma emenda deve ser incluída na MP 814 pelo deputado Julio Lopes (PPRJ). A conta iria para o ESS e, depois, seria repassada às tarifas. A emenda desperta reação contrária da Abrace, associação dos grandes consumidores industriais, que calcula um impacto de R\$ 2,5 bilhões. As empresas controladoras das térmicas admitem reservadamente que pode haver aumento de tarifa com atualização no preço do gás. Mas consideram as estimativas da Abrace exageradas e sustentam que o custo de não fazer nada seria várias vezes maior. O Instituto Acende Brasil estima que "não fazer nada" levaria a um gasto de até R\$ 9 bilhões por ano. (Valor Econômico – 18.04.2018)

Marcelo Squassoni substitui Marcus Vicente como relator do PL do Gás

O presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara, deputado Marcelo Squassoni (PRB-SP), será o novo relator do Projeto de Lei do Gás, no lugar de Marcus Vicente (PP-ES), que deixou a comissão neste mês. A informação foi confirmada nesta quarta-feira (18/4) pela reportagem por meio de uma fonte ligada ao setor. Squassoni foi indicado pelo seu partido para a compor a comissão e foi confirmado na presidência do colegiado no último dia 4/4. Conforme noticiou a Brasil Energia na ocasião, ele havia dito que pretendia colocar a proposta de mudança do marco legal do gás natural somente após o governo conseguir chegar a um consenso sobre o tema. O projeto de lei que estabelece novas regras para o mercado de gás natural, de forma a deixá-lo mais competitivo, ganhou força no fim do ano passado com o substitutivo apresentado pelo então relator Marcus Vicente. Na última hora, contudo, alguns pontos da proposta original do governo não encontraram consenso no setor e o PL acabou ficando para este ano. No início do ano, chegou a circular uma versão do substitutivo que seria apresentado por Vicente, mas novamente houve reações da indústria. O principal ponto de dissenso ainda é a negativa das distribuidoras em abrir mão do mercado livre de gás à ANP. Na presidência da comissão, Squassoni sucede o deputado Jhonatan de Jesus (PRB-RR), que esteve à frente do colegiado no ano passado. Além do PL do Gás, o parlamentar pretende também dar espaço a outras propostas, como uma de sua autoria em conjunto com os deputados Antônio Carlos Mendes Thame (PV-SP), Rodrigo de Castro (PSDB-MG), Augusto Carvalho (SD-DF), Odorico Monteiro (PROS-CE), Fábio Garcia (DEM-MT) e Pedro Vilela (PSDB-AL) que aprova a portabilidade da conta de luz. (Agência Brasil Energia – 18.04.2018)

CIBiogás anuncia inscrições para cursos sobre biodigestores e geração de energia

Buscando formar mão de obra especializada para um mercado em expansão, o Centro Internacional de Energias Renováveis- Biogás – CIBiogás divulgou nesta terça-feira, 17 de abril, a abertura das inscrições para novas turmas dos cursos

profissionalizantes de Fundamentos do Biogás, Operacionalização de Biodigestores e Biogás para Geração de Energia Elétrica. Com carga de 40 horas, os cursos serão ministrados totalmente a distância, com tutoria especializada e duração média de cinco semanas. As inscrições podem ser efetuadas através do site da instituição, com o investimento variando de R\$ 490 a R\$ 590. Segundo o diretor-presidente do CIBiogás, Rodrigo Regis, o objetivo dos cursos é incentivar a criação de mão de obra especializada no setor que está em expansão no país. “A projeção feita pela EPE aponta um aumento superior a 100% na geração de energia elétrica com biogás no Brasil nos próximos anos, somente em Geração Distribuída”, explicou. Outros incentivos, como o Renovabio, também devem promover a produção de biometano, combustível verde obtido do biogás. De acordo com a instituição, os cursos apresentam conteúdos atualizados e foram desenvolvidos para atender a demanda de diferentes públicos. A capacitação “Fundamentos do Biogás”, por exemplo, aborda os principais aspectos da produção por biodigestão e o uso do biogás para a geração de energia elétrica e térmica, além da conversão em biometano. As aulas são indicadas para todas as iniciantes no segmento. Por sua vez, o curso de “Biogás para a Geração de Energia Elétrica” é classificado como nível avançado e apresenta tecnologias, dimensionamento de sistemas, requisitos e modalidades de utilização da energia elétrica. Lançado este ano, superou a expectativa de matrículas na primeira turma. (Agência CanalEnergia – 18.04.2018)

Novas regras para térmicas a gás devem elevar demanda por equipamentos

As novas regras de participação das térmicas a gás no leilão de energia nova A-6, podem ajudar a elevar a demanda por contratação de equipamentos para as usinas, principalmente turbinas. A avaliação é do presidente da divisão de Power e Gas da Siemens, Armando Juliani. De acordo com o executivo, a tecnologia atual permite que as turbinas das térmicas a gás sejam mais eficientes. O nível de eficiência em geração saiu de um patamar de 42% a 45%, há 20 anos, para um nível em torno de 62%. Ele aponta ainda que o gás pode ter um papel crucial para garantir a consolidação das fontes renováveis de energia e disse que o país precisa definir melhor qual o melhor modelo de transição para as renováveis. Lembrou que os reservatórios das hidrelétricas não se recuperam como antes, devido à mudança do regime de chuvas nos rios. Disse ainda que, o Brasil só não teve uma crise de abastecimento nos últimos anos devido à recessão econômica pela qual passou. Caso o país tivesse tido um desempenho econômico mais aquecido, poderiam ter ocorrido problemas de fornecimento energético. Cita também que hoje em dia, nenhuma fonte deve ser descartada para apoiar a consolidação das renováveis. (Agência Brasil Energia – 20.04.2018)

Indústria do Mato Grosso estuda entrar com ação pela retomada do gás

A Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso (Fiemt), o Sindicato dos Taxistas de Cuiabá e o Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo avaliam entrar com uma ação no MPF para buscar a retomada do fornecimento de gás natural ao Mato Grosso. No último dia 12/4, a MT Gás havia conseguido uma liminar para voltar a comprar gás natural da Bolívia por meio do gasoduto

operado pela Gasocidente. Porém, de acordo com a assessoria de imprensa da federação, até esta segunda-feira (23/4), o abastecimento não havia sido retomado. Por causa da falta do insumo, as empresas matogrossenses tiveram de usar o GLP em seus processos o que, de acordo com a Fiemt, tem um custo três vezes maior. A falta do gás afeta ainda o uso do GNC no interior e o segmento automotivo. A Fiemt informou que a liminar conseguiu estabelecer que o contrato fosse assinado – porém, mesmo após a assinatura, será necessário aguardar uma possibilidade de compra de gás boliviano. O fornecimento havia sido interrompido em função da desativação da termelétrica Cuiabá, da Âmbar. Isso porque a empresa alegou que teve de suspender as atividades da usina porque o Cade havia decidido arquivar processo da Âmbar contra a Petrobras, em uma queda de braço pelo fornecimento do gás. Na ocasião, o gasoduto também estava incluído na suspensão das atividades. (Agência Brasil Energia – 24.04.2018)

Usuárias de água, térmicas entram no centro da discussão sobre crise hídrica

Uma discussão no Ibama e dos Recursos Naturais Renováveis sobre o papel das termelétricas no Sistema Interligado Nacional mostrou que a polêmica em torno da operação dessas usinas vai além do combustível usado e do custo de operação. A seca prolongada que levou a nível crítico o reservatório do Castanhão, em Fortaleza (CE), foi lembrada por especialistas presentes e pela plateia como um exemplo de que esses empreendimentos começam a aparecer também no centro do debate sobre o uso dos recursos hídricos. No caso das UTEs Pecém I e II, pertencentes a Eneva e EDP, a discussão sobre os impactos da cobrança do Encargo Hídrico Emergencial criado pelo governo do Ceará levou as empresas no ano passado a recorrerem à Justiça pedindo reconhecimento do custo adicional e a suspensão de eventuais penalidades pela Aneel. Uma ação judicial da própria Aneel questiona a validade da cobrança do encargo. O superintendente de Regulação dos Serviços de Regulação da Aneel, Christiano Vieira da Silva, lembrou que a alternativa para as térmicas é o uso da água do mar, o que facilita, pois elas estão localizadas no porto do Pecém. As usinas do complexo portuário usam carvão importado, tem CVU na faixa de R\$ 140 a R\$150/ MWh, sem o encargo emergencial, e representam 10% da demanda do Nordeste e 60% da carga do estado. (Agência Canal Energia – 26.04.2018)

PL do Gás pode ficar para junho

A cada dia o prazo para o governo conseguir aprovar o PL do Gás aperta mais. Segundo apurou a Brasil Energia, a proposta só deve ir ao Congresso Nacional em junho e este seria o prazo máximo para aprovação ainda em 2018, por conta das eleições. A previsão inicial do governo era ter a proposta aprovada ainda em maio. Escolhido para a presidência da CME, o deputado Marcelo Squassoni (PRB-SP) passou a acumular também a relatoria do projeto a partir do último dia 18/4, em substituição ao deputado Marcus Vicente (PP-ES). À reportagem, Squassoni reiterou que pretende colocar a proposta em votação só após chegar a um consenso. O parlamentar disse que vem conversando com os diferentes agentes para entender as divergências em torno da aprovação do projeto que cria

um novo marco para o setor do gás natural. Squassoni informou que, após as discussões, irá consolidar as posições em relatório que será apresentado ao colegiado. O secretário executivo de Gás do IBP, Luiz Costamilan, disse que o projeto está quase atingindo um consenso entre os agentes, mas a questão do mercado livre ainda é alvo de muitas polêmicas. Isso porque ainda não é aceito por alguns setores a regulação federal deste tema. Apesar de dizer que o consenso está próximo, o executivo do IBP ressaltou que será desafiador aprovar a matéria dentro da previsão do governo, até maio. Costamilan reiterou a importância de ter a matéria aprovada para viabilizar o novo mercado de gás. Para ele, a realidade de promover a entrada de novos supridores e promover a abertura esperada só será possível com a aprovação da proposta. (Agência Brasil Energia – 27.04.2018)

Relator prevê criação de fundo para financiar rede de gasodutos

O Fundo Social do pré-sal, poupança criada em 2010 que destina metade de seus recursos para as áreas de saúde e educação, poderá ter sua fonte de receitas reduzida. O relator Julio Lopes (PP-RJ) incluiu na MP 814, que trata da privatização da Eletrobras, a criação de um fundo para financiar a expansão da rede de gasodutos no país. Batizado de Dutogas, o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e escoamento da Produção receberia parte dos recursos hoje destinados ao Fundo Social do pré-sal. O Dutogas seria vinculado ao MME e administrado pela ANP. Pela proposta apresentada, fundo será financiado com 20% da receita da comercialização do petróleo e gás natural da União. Hoje, 100% dessa receita vai para o Fundo Social. O Dutogas receberá 1% da receita oriunda do pagamento de transporte dos gasodutos já existentes. O fundo será aplicado em apoio financeiro reembolsável, tendo como garantia os ativos a serem financiados, sem necessidade de intermediação de agente financeiro, utilizado para financiar a construção de gasodutos de transporte, gasodutos de escoamento, unidades de processamento do gás e terminais de GNL. O objetivo da proposta é criar uma rede nacional de gasodutos de transporte de gás natural para atender ao DF e às capitais que não contam com rede de gasodutos. (Valor Econômico – 27.04.2018)

Regras para mercado livre travam acordo do gás natural

Sem conseguir costurar um consenso entre os principais agentes do mercado, o governo enfrenta dificuldades para aprovar ainda este ano o projeto de lei que trata da reforma do marco regulatório do gás natural. O Ministério de Minas e Energia mantém a intenção de aprovar as propostas, discutidas no âmbito do programa Gás para Crescer, até maio, mas crescem as incertezas em torno da votação da medida antes que as campanhas eleitorais esvaziem as pautas do Congresso, segundo interlocutores consultados pelo Valor. O principal ponto de divergência está na regulação do mercado livre de gás. A versão original do substitutivo do PL 6.407/2013, apresentada no fim do ano passado, atribuía à ANP a regulação do consumidor livre. A proposta é defendida por praticamente todos os agentes da indústria, mas esbarrou na resistência das distribuidoras, favoráveis à manutenção da regulação estadual. Atualmente, cada Estado possui

uma regulação própria. Os consumidores se queixam de que há legislações que fixam volumes mínimos de consumo elevados para que uma indústria seja enquadrada como cliente livre e que são impeditivas à abertura do mercado. Eles também reclamam que, em alguns Estados, usuários livres têm de pagar às distribuidoras a mesma tarifa paga por usuários cativos, ainda que sejam abastecidos por pequenos ramais dedicados. Augusto Salomon, presidente-executivo da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), defende que a abertura do mercado ainda não se consolidou no Brasil devido à falta de diversidade na oferta de gás, hoje concentrada na Petrobras. Segundo ele, do preço final do gás para os consumidores, apenas 20% é relativo à atividade de distribuição. (Valor Econômico – 30.04.2018)

Térmicas a gás paradas por impasse em abastecimento buscam saída em MP

A Medida Provisória 814 do setor elétrico foi modificada no Congresso para incluir um artigo que institui subsídio a três usinas termelétricas que deixaram de ser abastecidas com gás natural mais barato pela Petrobras. As usinas ficam em Pernambuco, Rio e Ceará e pertencem, respectivamente, a Enel, Neoenergia e EDF. A Térmica Fortaleza não está em operação por ter tido o seu suprimento de gás suspenso pela Petrobras. As usinas foram construídas com incentivos de um programa do governo do ano de 2000, que garantia o abastecimento por vinte anos por um valor definido. O artigo incluído na MP determina que o subsídio às térmicas virá da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). Esse é um fundo setorial cobrado de todos os clientes de energia. Como a CDE não tem recursos suficientes, caso a mudança se concretize, haverá aumento na tarifa do consumidor final. Há cálculos de que esse impacto seria de 1,5% ao ano na tarifa nacional. (Folha de São Paulo – 02.05.2018)

GLP industrial tem alta de 7,1%

A Petrobras informou nesta segunda-feira (7/5), que o gás liquefeito do petróleo (GLP) em embalagens acima de 13 quilos – para uso industrial – terá reajuste de 7,1% para as distribuidoras. O novo preço entra em vigor na próxima terça-feira (8/1). De acordo com o Sindigás, o aumento para o consumidor final deve variar entre 5,8% e 8,6%, dependendo do pólo de suprimento. O sindicato informou que esse reajuste mostra que o ágio praticado está em 31% em relação ao preço praticado no mercado internacional. Na avaliação do Sindigás, esse ágio vem pressionando ainda mais os custos de negócios que têm o GLP entre seus principais insumos, impactando empresas que operam com uso intensivo de gás derivado do petróleo. (Agência Brasil Energia 07.05.2018)

Térmica a GNL inflexível no período seco é a fonte aparente mais barata, indica PSR

Os resultados preliminares de um estudo da PSR para o Instituto Escolhas indica que a fonte mais barata para gerar energia no Brasil não é necessariamente aquela com o menor Levelized Cost Of Energy (LCOE). O trabalho foi desenvolvido no

sentido de comparar entre si os valores dos atributos de cada fonte estudada e o resultado considerando os atributos da metodologia da consultoria indica que de uma gama de 11 formas de geração, entre as renováveis, a eólica no Nordeste é aparentemente a mais barata do país com R\$ 126/MWh ante R\$ 152/MWh das usinas hidrelétricas a fio d'água. Contudo, a térmica a GNL com 40% de inflexibilidade concentrada no período seco apresenta preço aparente de R\$ 66/MWh dentre todas avaliados seus atributos. Esses valores são aparentes apenas, pois o estudo apresentado pela consultoria traz outros dados que impactam o valor do LCOE, que representa o preço do MWh gerado considerando apenas custos de construção e operação das usinas, isso porque esse indicador é distorcido pelos diferentes subsídios que cada fonte tem. (Agência CanalEnergia - 08.05.2018)

País tem cerca de 400 usinas a biogás

Quatrocentas usinas de biogás estão em operação no país, estimam informações atualizadas recentemente do BiogásMap, ferramenta web que possibilita a visualização online das unidades de produção e do uso energético do produto. O número é 214,9% acima dos 127 empreendimentos verificados em 2015, quando foi feito o primeiro levantamento. A iniciativa foi desenvolvida por pesquisadores do Centro Internacional de Energias Renováveis-Biogás (CIBiogás) e Parque Tecnológico Itaipu (PTI), além do apoio da Embrapa, Probiogás, GIZ e Ministério das Cidades, bem como da Abiogás. A pesquisa colaborativa foi lançada em 2016 e permite que empresas responsáveis pelas unidades de biogás possam cadastrar as informações por meio de um formulário online, tais como local de instalação, potencial de produção e tipo de aplicação energética. Os dados coletados na primeira fase do levantamento foram utilizados e publicados por instituições como Agência Internacional de Energia, do Mercosul e da EPE e são mantidos em sigilo, de acordo com a Cibiogás. (Agência Brasil Energia - 09.05.2018)

Redução da geração térmica diminui demanda total de gás

A diminuição da demanda da geração termelétrica em fevereiro, que foi de 24,4 milhões de m³/dia de gás natural, fez com que a demanda total do insumo caísse para 75,8 milhões de m³/dia no segundo mês do ano ante 77,4 milhões de m³/dia, de acordo com o Boletim de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural, do MME. No entanto, a demanda na malha integrada - que exclui o sistema isolado do Norte - subiu de 67,8 milhões de m³/dia para 72 milhões de m³/dia. A geração térmica em janeiro havia consumido 27,60 milhões de m³/dia. A média de consumo desse segmento em 2017, foi de 34,25 milhões de m³/dia, ocasionado pelo aumento do despacho das usinas em função da queda do nível dos reservatórios das hidrelétricas a partir de setembro do ano passado. Para fazer frente ao aumento da malha interligada, de acordo com o ministério, foi necessária a elevação da importação de gás, já que a oferta nacional permaneceu estável. O gás trazido da Bolívia saiu de 19,5 milhões de m³/dia, em janeiro, para 22,5 milhões de m³/dia. (Agência Brasil Energia - 15.05.2018)

Matriz do Rio de Janeiro vê gás aparecer com força nos próximos anos

A matriz energética do estado do Rio de Janeiro deverá ver nos próximos anos o crescimento do gás e da como principal de energia do estado. A Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico lançou nesta quarta-feira, 16 de maio, a Matriz Energética do Estado 2017-2031. O estudo, feito pela Coppe/UFRJ, mostra que na atual conjuntura, o insumo é o único no estado que não tem o seu preço acima da média nacional, como acontece por exemplo, com energia elétrica, o que pode viabilizar a sua expansão indústria e transporte. “É uma boa fonte de energia para melhorar a competitividade”, explica Amaro Pereira, professor do PPE/Coppe/UFRJ e coordenador do projeto. A geração de energia no estado tem perfil térmico, movidas a gás, carvão e nuclear. No setor elétrico, o gás tem surgido com força no estado no último ano. Em 2017, a Prumo Logística comprou o projeto da Térmica a gás GNL de 1.200 MW da Bolognesi leiloado em 2014 e o levou para o porto do Açu. No leilão A-6, a mesma Prumo viabilizou projeto de potência similar, enquanto um consórcio de empresas com Shell e Mitsubishi viabilizou a térmica Vale Azul, em Macaé. O estado é tradicionalmente importador de energia, mas a seca de 2014, que fez as térmicas do estado ficarem ligadas, mudaram o quadro. (Agência CanalEnergia - 16.05.2018)

SP cria sistema para monitorar swap do gás

A secretaria da Fazenda de São Paulo deve disponibilizar até janeiro do ano que vem sistema eletrônico que irá controlar a documentação fiscal relacionada às operações de swap de gás natural. O sistema está sendo desenvolvido pela pasta, mas poderá ser utilizado em todo o país. A solução permitirá conciliar as notas fiscais emitidas pelos operadores do mercado e apurar o ICMS devido pelos contribuintes aos estados. Para o secretário de Energia e Mineração paulista, João Carlos Meirelles, a expansão do gás natural dará sustentação ao avanço das energias renováveis no país e o desenvolvimento do sistema é considerado por ele como um marco para o setor. Além do acompanhamento da documentação, o sistema também irá proporcionar o acompanhamento do fluxo contratual no mercado desde a injeção, transporte até a recepção do produto adquirido pelo contribuinte. O swap foi autorizado pela Lei nº 11.909/2009, a chamada Lei do Gás, e em tese possibilita que seja o percurso do combustível na rede de transporte seja mais eficiente. (Agência Brasil Energia - 16.05.2018)

Dutogás: Abegás apoia investimento que é pauta em MP 814

A Abegás defende a proposta de criação do Dutogas, uma das ações propostas na MP 814/17, que já foi aprovada pela Comissão Mista e segue como Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 12/2018 para votação no plenário da Câmara dos Deputados. Na avaliação da Abegás, se aprovado, o Dutogás terá papel estratégico para o país. “A produção de gás natural do pré-sal virá em grande parte de campos associados ao petróleo. Isto significa que, caso não se encontre uma solução para o escoamento desse volume, a alternativa para os produtores será a reinjeção desse gás até o limite técnico ou a redução da produção de petróleo. E isso consequentemente reduzirá o repasse de recursos para a União”,

afirma o presidente executivo da Abegás, Augusto Salomon. Caso aprovada, a nova fonte de recursos servirá para expandir gasodutos de escoamento e instalações de processamento do gás natural do pré-sal e o sistema de gasodutos de transporte e as instalações de regaseificação complementares para atender capitais de Estados e do Distrito Federal. Caso a proposta seja aprovada, toda a infraestrutura construída com recursos do fundo, ao final da amortização, será um ativo da União. Esta poderá vender, licitar ou conceder a infraestrutura, mediante autorização do Poder Legislativo, e os recursos recebidos poderão retornar para o fundo ou para o Tesouro Nacional. (Agência CanalEnergia – 17.05.2018)

Consumo de gás no primeiro trimestre sobe 9% comparado ao ano passado

O consumo de gás natural no país cresceu 9% no primeiro trimestre deste ano quando comparado com o mesmo período do ano passado. Nos três primeiros meses de 2018, a média foi de 59,55 milhões de m³/dia contra 54,61 milhões de m³/dia de janeiro a março do ano passado, de acordo com dados da Abegás. Em março deste ano, foi de 57,38 milhões de m³/dia. Frente a março do ano passado, quando foram registrados 56 milhões de m³/dia, houve elevação de 2,38%. Porém, ao comparar março deste ano com fevereiro (60,49 milhões de m³/dia), houve uma retração de 2,8%. O segmento termelétrico obteve aumento de 21,75% com relação ao primeiro trimestre do ano passado, ao sair de 16,80 milhões de m³/dia para 20,46 milhões de m³ dia. No comparativo com março de 2017, a variação positiva foi de 6,46%, ao passar de 17,54 milhões de m³/dia para 18,67 milhões de m³/dia. Porém, quando comparado com fevereiro deste ano (consumo de 20,93 milhões de m³/dia), houve queda de 10,82%. O industrial registrou elevação de 6,70% no primeiro trimestre do ano, ao sair de 25,74 milhões de m³/dia dos três primeiros meses do ano passado para 27,42 milhões de m³/dia neste ano. Na comparação com março deste ano, quando foram consumidos 27,22 milhões de m³/dia, com o mesmo mês do ano passado, quando foram destinados 27,34 milhões de m³/dia, é verificada queda de 0,42%, ao passo que no comparativo com o mês anterior (28 milhões de m³/dia), houve diminuição de 2,83%. Já a cogeração subiu 20,48% no acumulado do ano, frente ao mesmo período do ano passado, ao sair de 2,41 milhões de m³/dia para 2,91 milhões de m³/dia. Comparando-se com março deste ano, quando foram destinados ao segmento volume de 2,84 milhões de m³/dia, com março de 2017, quando foi de 2,29 milhões de m³/dia, a alta registrada é de 23,98%. Na comparação com fevereiro (consumo de 2,98 milhões de m³/dia, houve retração de 4,77%. (Agência Brasil Energia – 18.05.2018)

Comparado ao primeiro trimestre do ano passado, cresce o consumo de gás em todos os segmentos do setor

O consumo de gás para o segmento residencial no acumulado dos três primeiros meses foi de 1,030 milhão de m³/dia, o que representa uma alta de 19,56% com relação ao primeiro trimestre do ano passado, quando chegou a 862,28 mil m³/dia. Na comparação de março deste ano – quando houve consumo de 1,092 milhão de m³/dia – com março do ano passado (871 mil m³/dia), houve elevação

de 25,40%. Ante fevereiro (1,034 milhão de m³/dia), houve variação positiva de 5,70%. No segmento comercial, a Abegás apurou alta de 9,32% no primeiro trimestre deste ano, ao atingir 779,05 mil m³/dia contra 712,63 mil m³/dia do mesmo período de 2017. Em março deste ano, frente a março de 2017, houve avanço de 11,52%, ao passar de 797 mil m³/dia para 714 mil m³/dia. Com relação ao mês anterior (quando foram consumidos 788 mil m³/dia), o aumento foi de 1,09%. Com relação ao segmento automotivo, nos três primeiros meses de 2018, foi apurado consumo de 5,72 milhões de m³/dia. Há uma alta de 8,26% com relação ao mesmo período do ano passado, cujo consumo foi de 5,29 milhões de m³/dia. Na comparação de março deste ano – 5,97 milhões de m³/dia – frente a março do ano passado – consumo de 5,32 milhões de m³/dia –, houve um aumento de 12,21%. Já com relação a fevereiro (5,72 milhões de m³/dia), a variação positiva é de 4,25%. (Agência Brasil Energia – 18.05.2018)

Bolívia: Sul americano diz que garante mais 8 anos de gás ao Brasil

O ministro boliviano dos Hidrocarbonetos, Luiz Alberto Sanchez, afirmou que seu país poderá garantir a venda de gás natural ao Brasil por mais oito anos. Ao mesmo tempo, o país vizinho também garantiu que poderá exportar o insumo para a Argentina até 2026 e negocia um contrato flexível com o governo de Buenos Aires, segundo matéria do jornal boliviano El Deber. Quanto ao Brasil, a Bolívia ainda negocia com a renovação do atual contrato de importação, que vence no ano que vem, possivelmente envolvendo volume menor do que o atual, de 30 milhões de m³/dia. Deste volume total, 24 milhões de m³/dia são vendidos em contrato na modalidade take or pay, ou seja, o país paga mesmo sem consumir todo esse gás. (Agência Brasil Energia – 21.05.2018)

Expansão de renováveis abre espaço para maior geração térmica

A forte expansão de eólicas e solares que vem sendo aplicada no país nos últimos anos não é motivo de alegria apenas para os agentes dessas fontes. O aumento da participação de fontes intermitentes na matriz traz a necessidade de uma complementação de geração térmica, que desde o leilão A-6 do ano passado viu duas usinas serem leiloadas, além de ver a Prumo Logística assumir uma usina da Bolognesi em construção. “A expansão aqui vai estar calcada com fontes renováveis e complementadas com geração térmica. Acho que vai continuar a ter muita geração térmica no médio e longo prazo”, avisa Xisto Vieira, presidente da Associação Brasileira das Geradoras Termelétricas. A geração térmica será um dos temas em debate na 15ª edição do Encontro Nacional dos Agentes do Setor Elétrico (Enase), que será realizado a partir da próxima quarta-feira, 23 de maio, no Rio de Janeiro (RJ), e segue na quinta-feira, 24. (Agência CanalEnergia – 21.05.2018)

Crescem os desafios para as térmicas a carvão no país

Segundo Fernando Zancan, presidente da Associação Brasileira de Carvão Mineral, o maior entrave do carvão hoje no país é o financiamento, já que o BNDES não financia mais projetos desse tipo. “Com isso torna difícil a atração

dos investidores”, comenta. As conversas com o governo federal para o Plano de Modernização do parque Térmico a carvão brasileiro continuam. Segundo Zancan, sem esse plano as usinas vão acabar fechando, o que já está acontecendo, com a desativação de Charqueadas e as fases A e B de Candiota. “Com isso o Brasil perdeu 30% da sua capacidade instalada de carvão”, aponta. Segundo ele, a modernização é importante porque em 2027 o fim da CDE tornará o parque inviável economicamente. Como consequência disso vem o fim da mineração subterrânea do carvão, que vai trazer impactos negativos ao Sul do Brasil. Lembrando que o carvão mineral é uma das maiores reservas de energia que o Brasil tem, Zancan quer ver aplicada no país tecnologias de alta eficiência e baixas emissões que permitem que a fonte seja usada sem causar danos ao meio ambiente. De acordo com o presidente da ABCM, tecnologias já existentes alcançam 50% de eficiência em usinas de carvão na China. (Agência CanalEnergia – 21.05.2018)

Paraná cria marco legal para biogás

O Paraná é mais um estado brasileiro que institui o marco legal para o biogás, após iniciativas semelhantes em São Paulo e Santa Catarina. A Política Estadual do Biogás e Biometano inclui também a entrada em vigor da Lei Complementar 211/18, que adapta os serviços de distribuição de gás canalizado para atender à introdução do biometano. A lei complementar precisa agora ser regulamentada pelo estado em um prazo de até 120 dias. O texto dá nova redação à legislação anterior que tratava dos serviços de gás – a lei complementar 205/17 – e prevê a adoção de metas de descarbonização para o estado, que deverão ser atingidas por meio da aquisição do biometano. De acordo com a lei que institui a política do biogás, ficam estabelecidas regras, obrigações e instrumentos de organização, incentivo, fiscalização e apoio às cadeias produtivas dos materiais derivados da decomposição de matéria orgânica. O texto também estabelece ao poder público fomentar a produção e o consumo de biogás e biometano gerados no Paraná. (Agência Brasil Energia – 21.05.2018)

Petroleiras estrangeiras miram projetos de geração de energia a gás no Brasil

Grandes petroleiras como a norte-americana Exxon Mobil, a britânica BP e a anglo-holandesa Shell têm avaliado com crescente interesse a possibilidade de entrar como sócias em projetos de geração de energia no Brasil para impulsionar vendas de gás ou aproveitar uma produção futura esperada em áreas do pré-sal, disseram à Reuters especialistas e uma fonte da indústria. Com a movimentação, um leilão do governo brasileiro que contratará novas usinas de geração em agosto recebeu um recorde de inscrições de investidores com projetos de termelétricas a gás: 39 usinas, em um total de 28,6 gigawatts em capacidade, o que equivaleria a duas hidrelétricas como Itaipu, a maior do mundo em produção. A capacidade em termelétricas cadastradas para o leilão ainda ultrapassou a de usinas eólicas, que somaram 27,1 gigawatts e têm sido tradicionalmente a fonte com maior volume de empreendimentos nas licitações dos últimos anos. A contratação efetiva nos leilões, no entanto, depende da

demanda por energia, e o governo não divulga quantos projetos serão viabilizados para não interferir na competição. (Reuters - 22.05.2018)

Cresce o interesse pelo mercado de energia a gás no país, segundo pesquisador da UFRJ

A busca das petroleiras por negócios no setor elétrico do Brasil vem em meio a uma grande oferta global de projetos para produção de Gás Natural Liquefeito (GNL) e com a perspectiva de uma futura produção de gás associado ao petróleo em áreas do pré-sal brasileiro, disse o professor do Grupo de Economia da Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GEE-UFRJ), Edmar de Almeida. “Esse é, vamos dizer, o ‘plano A’ das petroleiras para o gás delas no Brasil, já que a Petrobras controla os outros mercados. O que sobra para elas é tentar vender o gás para os projetos termelétricos”, afirmou. Ele disse ainda que os contratos oferecidos nos leilões de energia brasileiros, que preveem a compra a produção das térmicas a gás por 25 anos, são vistos como valiosos porque garantem uma demanda de longo prazo para o fornecedor de combustível e podem ser até utilizados como lastro para financiamentos. (Reuters - 22.05.2018)

Liberação para mercado livre de gás natural deve demorar a acontecer

A efetivação do mercado livre de gás natural ainda deve demorar. O projeto de lei 6407, que tramita no Congresso com base nas medidas discutidas no projeto Gás para Crescer, ainda enfrenta resistências para ser aprovado. A proposta reuniu diversos elos da cadeia com o objetivo de colocar em prática uma regulação que incentive a desverticalização do setor diante do plano de desinvestimento da Petrobras. No Congresso, bancadas de Estados e distribuidoras de gás são contrárias à ideia de que seja criada uma regulação federal que determine critérios únicos para incentivar o mercado livre - como um consumo mínimo para se tornar consumidor livre. Eles entendem que isso seria competência dos próprios Estados e das empresas que distribuem o gás e têm mais conhecimento do mercado. As distribuidoras apontam que o grande problema para os grandes consumidores está na ausência de ofertantes de gás natural e na falta de livre acesso à malha de transporte. Isso exigiria estabelecer regras para essa abertura. A Petrobras é a grande produtora do insumo no país e a principal carregadora, em um momento em que o setor discute a renegociação do acordo com a Bolívia, responsável por 30 milhões de m³ /dia. Segundo os grandes consumidores, a falta de regulamentação do mercado livre é justamente o grande problema - atualmente apenas doze Estados têm uma regulação específica sobre o tema. (Valor Econômico - 24.05.2018)

Primeiros passos com destino a desverticalização do mercado de gás

Apesar de obstáculos regulatórios para a completa abertura do mercado de gás natural, alguns agentes já começam a dar os primeiros passos rumo à desverticalização da indústria, seguindo o plano de desinvestimento da Petrobras, principal agente do setor, responsável pela produção, comercialização, transporte e distribuição de grande parte do insumo. O

movimento mais visível está na malha de gasodutos. A estatal vendeu por US\$ 5,2 bilhões sua malha de gasodutos do Sudeste para um consórcio liderado pelo fundo canadense Brookfield. A malha Nordeste e Norte, com pouco mais de quatro mil quilômetros de rede, está à venda. Com receita anual de US\$ 4,7 bilhões, a rede estaria sendo negociada com exclusividade para a francesa Engie, que busca ampliar sua presença na área de gás no Brasil. A empresa, maior geradora de energia elétrica privada do país, busca diversificar sua atuação. A aquisição poderia ser feita com parceiros. A comercializadora Ecom Energia obteve autorização da ANP para vender gás. A empresa está negociando com fornecedores de gás de Trinidad e Tobago, da África e de gás de xisto, dos EUA, e fabricantes de máquinas e equipamentos na Ásia e Europa. A assessoria financeira do projeto é da Rio Bravo. A ideia é ter participação minoritária de 10% a 15% no projeto, cujo foco é atender à demanda de distribuidora da região Sul, onde existiria um déficit de pouco mais de dez milhões de m³ / dia. A intenção é concluir o projeto em 2019, informa o sócio diretor da Ecom Energia, Paulo Toledo. Outros negócios com regaseificação poderão sair do papel. Com uma participação inferior a 5% no início dos anos 2000, o combustível tem respondido por quase um terço da energia elétrica consumida no país nos últimos três anos, um volume recorde. Com o desenvolvimento do pré-sal e a nova regulação do setor, as térmicas deverão reforçar sua presença nos próximos anos, o que pode propiciar novos negócios. (Valor Econômico - 24.05.2018)

Greve dos caminhoneiros afeta suprimento de térmicas e gera racionamento em Rondônia

A manifestação dos caminhoneiros em protesto contra o preço dos combustíveis teve início na última terça-feira (23) em Rondônia e foi responsável pelo bloqueio de rodovias em dez municípios. Com a paralisação, o abastecimento de alguns produtos foi interrompido no estado, gerando reflexos na energia elétrica. Segundo a Eletrobras, o fornecimento de óleo diesel às usinas termoeletricas foi interrompido pelo bloqueio nas estradas e por isso será necessário realizar o racionamento da geração de energia no município de Buritis e em distritos próximos como Rio Pardo e Jacinópolis. Um rodízio será feito até que o suprimento de óleo diesel seja normalizado. Ainda de acordo com a empresa, se os bloqueios continuarem, o racionamento poderá ser estendido a outras localidades. (G1 - 23.05.2018)

Abiogás: Brasil tem potencial de aproveitar até 70 milhões de m³/dia de biometano

O Brasil tem atualmente um potencial de aproveitamento de biogás de até 52 milhões de m³/dia considerando proteína animal, saneamento e resíduos. Mas se considerar os rejeitos do setor agropecuário, esse potencial pode chegar a até 70 milhões de m³/dia, de acordo com cálculos da Abiogás. Dados da entidade apontam que o aproveitamento no campo pode vir do setor sucroenergético, que corresponderia a 78% do total no segmento, e do aproveitamento da proteína animal, que corresponderia a outros 22%. O vice-presidente da entidade, Gabriel Kropsch, ressaltou que o RenovaBio também pode ajudar a impulsionar o setor.

“Podemos precificar as vantagens e benefícios do biogás e biometano”, disse. Citando dados da EPE, a entidade informou que o biogás pode representar o mesmo volume de energia exportada que a fotovoltaica na geração distribuída e a Abiogás projeta que, até 2030, sejam produzidos 32 milhões m³/ dia de biometano no país. Recentemente, o Paraná criou o marco legal do estado na área do biogás. A legislação inclui a entrada em vigor da Lei Complementar 211/18, que adapta os serviços de distribuição de gás canalizado para atender à introdução do biometano. (Agência Brasil Energia – 24.05.2018)

Geração térmica pode ser afetada por greve dos caminhoneiros

O presidente da comercializadora América Energia, Andrew Frank, apontou que um possível impacto da paralisação de caminhoneiros sobre o setor de geração de energia poderia se dar com dificuldades para o abastecimento de termelétricas que operam com combustíveis como óleo diesel. Na sexta-feira, a Eletrobras informou que seis localidades em Rondônia chegaram a ficar no escuro devido ao final dos estoques de combustíveis em termelétricas, mas a situação já se encontra normalizada, de acordo com a estatal. Caminhões com combustível foram escoltados pela Polícia Rodoviária Federal para abastecer as termelétricas em Rondônia. "O Ministério Público Federal e a Polícia Rodoviária viabilizaram, desde sexta-feira, o envio de caminhões tanques com combustível a estas localidades", disse a empresa em nota. (G1 – 28.05.2018)

ANP autoriza biometano na rede da Cegás

A rede de gás natural canalizado da Cegás deve receber, até o fim do ano que vem, a injeção de 150 mil m³/dia de biometano, que complementar a oferta de gás natural da distribuidora cearense. A Ecometano, empresa responsável pela unidade de produção de biogás em Caucaia, recebeu nesta terça-feira (29/5) a autorização da ANP para a injeção. Hoje, a unidade produz cerca de 80 mil m³/dia de biometano, após investimentos de R\$ 100 milhões. Mas a produção deve aumentar gradativamente até atingir os 150 mil m³/dia previstos para 2019. (Agência Brasil Energia – 29.05.2018)

ANP: Produção no pré-sal atinge novo recorde em abril

A ANP informou que a produção do pré-sal no mês de abril chegou a 1,785 milhão de barris de óleo equivalente por dia (boed), superando em 2,3% os 1,763 milhões boed produzidos em fevereiro. A produção de barris de petróleo por dia foi de 1,423 milhão e gás natural chegou a 58 milhões de metros cúbicos diários por meio de 86 poços. A produção no pré-sal correspondeu a 54,4% do total produzido no país. Quanto a produção nacional, petróleo e gás do país chegaram a aproximadamente 3,281 milhões de barris de óleo equivalente por dia. Foram produzidos 2,597 milhões de barris de petróleo por dia, elevação de 1,5% na comparação com o mês anterior e de 2,3%, se comparada com abril de 2017. Já a produção de gás movimentou 109 milhões de m³ por dia, com o acréscimo de 1,7% ante o mês anterior e de 6%, se comparada com o mesmo período do ano passado. O aproveitamento de gás natural no Brasil no mês alcançou 96,9% do

volume total produzido, sendo disponibilizados ao mercado 59,7 milhões de metros cúbicos por dia. A queima de gás totalizou 3,4 milhões de metros cúbicos por dia, um aumento de 3% se comparada ao mês anterior e de 3,6% em relação ao mesmo mês em 2017. (Agência CanalEnergia - 04.06.2018)

No mês de março importação de gás aumenta, porém, oferta total diminui

O Brasil aumentou em março a importação de gás natural, em comparação com fevereiro, para compensar a menor oferta nacional no mês. Foram trazidos do exterior, 27,5 milhões de m³/dia, em média, contra 24,9 milhões de m³/dia do mês anterior. Por outro lado a oferta total caiu de 55,5 milhões de m³/dia para 52,1 milhões de m³/dia. As informações são do Boletim de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural, do MME. No mês, o país produziu 106,7 milhões de m³/dia em março. Considerando somente a malha interligada - que exclui o sistema isolado do Norte do país - a oferta nacional também caiu: passou de 50,72 milhões de m³/dia em fevereiro para 47,55 milhões de m³/dia. (Agência Brasil Energia - 04.06.2018)

Março aparece com uma queda na demanda por gás

A demanda total por gás em março registrou retração. Foram 73,51 milhões de m³/dia de gás contra 75,81 milhões de m³/dia demandados em fevereiro. A maior parte do gás foi destinado à indústria, que consumiu no mês 33,88 milhões de m³/dia, contra 40,32 milhões de m³/dia do mês anterior. A demanda termelétrica, que já havia registrado retração em fevereiro, voltou a ter queda, com o menor despacho de usinas. Foram destinados para geração elétrica 23,37 milhões de m³/dia, contra 24,40 milhões de m³/dia no mês anterior. (Agência Brasil Energia - 04.06.2018)

EPE: Fórum Sul Brasileiro de Biogás e Biometano se inicia nesta quarta-feira, 6 de junho

O Fórum Sul Brasileiro de Biogás e Biometano começa nesta quarta-feira, 6 de junho, e dura até a próxima sexta-feira, 8 de junho. O principal evento de Biogás e Biometano no Sul do Brasil acontece no Golden Park Internacional, em Foz de Iguaçu-PR. Palestras, mesas-redondas e visitas técnicas compõem a programação do Fórum e possibilitam a discussão sobre estruturação da cadeia de suprimentos, tecnologia, formação de mão de obra, mercado e organização para o desenvolvimento do setor. O objetivo do evento é disponibilizar para o público um espaço para discussão sobre a produção e o uso do biogás como fonte de energia e, especialmente, sobre a mitigação das barreiras existentes e o potencial de desenvolvimento desse setor na região Sul. O Fórum reúne empresários, gestores de órgãos públicos, profissionais, pesquisadores, estudantes e pessoas interessadas na indústria do biogás e biometano. (EPE - 06.06.2018)

PL do Gás: Governo ainda acredita em aprovação de projeto de lei

O governo ainda mantém as esperanças que o projeto da nova lei do gás seja aprovado ainda este ano. Sem trabalhar com um prazo específico, o secretário de Petróleo e Gás Natural do Ministério de Minas e Energia, João Vicente Carvalho, acredita que o PL, que está sob relatoria do deputado Marcelo Squassoni (PRB-SP) depende mais do componente político para ser aprovado. “Mesmo se não for aprovado o projeto todo, pelo menos uma parte. Está mais na esfera do MME que do Congresso”, afirma. A expectativa era que o PL do Gás fosse aprovado ainda no ano passado, como foi a nova política de biocombustíveis, o RenovaBio, mas divergências entre estados e o governo acabam por paralisar a tramitação dele. O secretário contou para a Agência CanalEnergia que a equipe do MME avalia o que fazer com os pontos da MP 814 que envolviam o gás natural. A inclusão dos tópicos em outros projetos de lei é uma das possibilidades estudadas. (Agência CanalEnergia – 07.06.2018)

Consumo de gás na geração termelétrica cai cerca de 23% em abril

O consumo de gás natural para geração termelétrica, um dos principais destinos do insumo do país, ao lado da indústria – registrou, em abril deste ano, queda de 23,20% em relação ao mesmo mês de 2017, ao atingir 17,075 milhões de m³/dia frente a 22,234 milhões de m³/dia no mesmo mês do ano anterior. Diante desse resultado, o consumo total registrou diminuição de 6,70% na mesma base de comparação, ao atingir 57,193 milhões de m³/dia contra 61,297 milhões de m³/dia. Já no acumulado dos quatro primeiros meses do ano, houve elevação de 4,75%, ao sair de 56,287 milhões de m³/dia para 58,960 milhões de m³/dia. Os dados foram divulgados pela Abegás nesta quinta-feira (7/6). (Agência Brasil Energia – 07.06.2018)

ANP: Preços dos combustíveis continuarão livres

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, disse nesta quarta-feira (7/6) que a formação de preços dos combustíveis no país continuará livre e reafirmou que a agência reguladora não fará qualquer intervenção na política de preços da Petrobras ou de qualquer outra empresa. No próximo dia 11/6, a ANP dá início a uma chamada pública para discutir uma resolução que estabelecerá um período mínimo ao repasse de reajustes dos combustíveis aos consumidores. A consulta segue até o próximo dia 2/7. A ideia, de acordo com Oddone, é dar estabilidade ao mercado. (Agência Brasil Energia – 07.06.2018)

Abegás: Consumo de gás na indústria sobe 3,2% em abril

O consumo de gás natural no país para a indústria apresentou elevação de 3,2% em abril, na comparação com os registros do mês anterior. No acumulado do ano frente aos números de consumo até abril de 2017, a alta é de 5,8%. Os números fazem parte do levantamento estatístico da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), realizado com concessionárias de 20 estados da federação. Na soma de todos os segmentos, o consumo total manteve-se estável frente ao desempenho do mês anterior. No quadrimestre, o consumo foi 4,7% superior ao registrado em 2017, utilizando-se em média, 58,96 milhões

de metros cúbicos/dia nos quatro meses iniciais do ano. O número de consumidores de gás natural em abril ultrapassou a marca dos 3,36 milhões. São 3.161 indústrias, 39.377 estabelecimentos comerciais, 3.319.369 consumidores residenciais e 1.567 postos que distribuem GNV. (Agência CanalEnergia - 08.06.2018)

PL do Gás: Dutogás pode ser incorporado

O fundo batizado como Dutogás (para o uso de recursos do fundo social do pré-sal no financiamento de novos gasodutos), que estava incluído no relatório sobre a MP 814, pode ser incorporado ao PL do Gás. A informação foi dada à Brasil Energia pelo presidente da Comissão de Minas e Energia, Marcelo Squassoni (PRB-SP). O presidente da comissão pretende reativar a ideia para tentar tornar o PL do Gás mais atraente, de forma a alcançar o consenso esperado por ele o quanto antes. “Quero votar logo esse projeto”, comentou. Squassoni disse também que tem negociado uma saída para o avanço da proposta com os agentes do setor e que as conversas têm sido consideradas boas. A perspectiva dele é votar a matéria na comissão até o fim deste mês. (Agência Brasil Energia - 12.06.2018)

AGU derruba ação de revendedores de GLP contra norma da ANP

A AGU derrubou, na 2ª Vara Federal do Distrito Federal, a ação movida por revendedores de GLP contra resolução da ANP que regulamenta a comercialização e entrega de botijões. As empresas alegavam que a agência reguladora não teria competência para a norma, que só poderia ser feita por meio de lei. A regra prevê, entre outros temas, que o material só pode ser transportado por motocicletas com o uso de sidecars ou reboque. A ação foi contestada pela Procuradoria Regional Federal da 1ª Região (PRF1) e pela Procuradoria Federal junto à ANP. A AGU argumentou que as leis de criação das agências reguladoras conferem às entidades poderes normativos em sua área de atuação de forma a garantir o desenvolvimento nacional e proteger o interesse dos consumidores. As procuradorias também ponderaram que a atividade de abastecimento de combustíveis é de utilidade pública e como tal está sujeita à regulamentação e à fiscalização administrativas. Por fim, a AGU ressaltou que a Lei nº 9.478/97 confere à ANP a atribuição de fiscalizar as atividades econômicas integradas à indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, conferindo poder de polícia à autarquia. (Agência Brasil Energia - 13.06.2018)

MME: Importação de gás natural cai 19,3% em abril

A importação de gás natural caiu 19,3% em abril, passando de 27,5 milhões de m³/dia, em março, para 22,2 milhões de m³/dia. O resultado é consequência da redução da demanda total, aliada ao aumento da oferta nacional de gás natural. O dado está no Boletim de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural, divulgado pelo MME. O documento mostra que a demanda total, em abril, foi de 71,30 milhões de m³/dia ante 73,51 milhões de m³/dia em março. Já a oferta nacional saiu de 52,12 milhões de m³/dia, no mês anterior, para 54,34 milhões de

m³/dia. De acordo com o boletim, a redução da oferta proveniente da Bolívia foi de 5 milhões de m³/dia, saindo de 25,06 milhões de m³/dia, em março, para 20 milhões de m³/dia. Considerando os quatro meses de 2018, a média de importação boliviana está em 21,76 milhões de m³/dia. (Agência Brasil Energia – 25.06.2018)

CNI: Venda de distribuidoras de gás pode ser por pulverização

Vender as distribuidoras de gás natural, atualmente controladas pela Petrobras e governos estaduais, por pulverização pode ser uma saída para aumentar a competitividade do setor. Pelo menos é o que acredita Rodrigo Garcia, especialista em Energia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em entrevista à Brasil Energia. Hoje, o mercado sofre com problemas antigos, tais como baixa oferta, pequenos investimentos e falta de transparência nos custos relativos ao transporte de gás natural, além da questão do preço do insumo nacional, considerado caro. Garcia cita que, atualmente, o Estado se confunde entre ser dono de uma distribuidora e regular o mercado no qual ele próprio é um dos atuantes. Para o executivo, a privatização das distribuidoras resolverá esse conflito e os entes federativos ficarão concentrados apenas na regulação do mercado, determinando metas de investimento e expansão da rede. Com o Estado fora do controle das empresas de gás canalizado, o setor fica mais independente para promover mudanças e gerar mais competitividade, reduzindo os custos e ampliando a oferta. Para mudar esse panorama, a entidade está preparando o estudo “Gás Natural: Mercado e Competitividade”, um conjunto de 43 documentos que será entregue aos candidatos à Presidência da República, que identifica as barreiras do mercado e propõe uma série de medidas para promover a oferta, criar um sistema de transporte robusto e competitivo, regulamentar as atividades de comercialização e fortalecer a competitividade da distribuição de gás natural. Grande parte dessas propostas está consolidada no PL do Gás, em tramitação no Congresso Nacional. (Agência Brasil Energia – 25.06.2018)

Eneva: Modelo de despacho termelétrico precisa ser revisto

O setor termelétrico brasileiro precisa buscar uma maior integração com a área de exploração e produção de gás natural no país e, assim, ter maior previsibilidade do ponto de vista do despacho térmico. Na opinião do diretor de Exploração e Produção da Eneva, Lino Cançado, o atual modelo é errático e precisa ser revisto. Ele citou as discussões no âmbito do subcomitê 8, do programa Gás para Crescer, como forma de permitir essa integração. Ele defendeu, por exemplo, que seja adotada, no país, uma faixa móvel de cinco anos no acionamento de térmicas, tendo, no contrato da usina, a previsão de, no mínimo, despachar 30% da energia contratada e, no máximo, de 70%. Dessa forma, disse ele, garantiria mais previsibilidade ao setor. Uma das dificuldades citadas pelo executivo da Eneva é conseguir escoar o gás desses campos, já que, atualmente, a rede de transporte de gás se concentra, principalmente, no litoral do país. Para contornar esse problema, o diretor de Estudos de Petróleo, Gás e

Biocombustíveis da EPE, José Mauro Ferreira Coelho, disse que uma opção é promover a oferta descentralizada. (Agência Brasil Energia - 27.06.2018)

Isenção de ICMS vem com o intuito de incentivo à indústria de petróleo e gás em SP

Bens e mercadorias produzidas pelo setor de Petróleo e Gás em São Paulo e vendidos a outros estados brasileiros terão isenção de ICMS. A medida entrou em vigor com um decreto assinado, nesta sexta, pelo governador Márcio França com o objetivo de dar maior competitividade a esse segmento da indústria paulista. Terão o benefício os itens incorporados aos bens que garantam a operacionalidade dos produtos utilizados na exploração e produção de Petróleo e Gás. As ferramentas utilizadas na manutenção também recebem o mesmo incentivo. Ficam isentos de ICMS os equipamentos, máquinas, acessórios, aparelhos, partes, peças, materiais e outras mercadorias, utilizadas como insumos na construção e montagem de sistemas flutuantes e de plataformas de produção ou perfuração, bem como de suas unidades modulares a serem processadas, industrializadas ou montadas em unidades industriais. Os cascos e módulos, quando utilizados como insumos na construção, reparo e montagem de sistemas flutuantes e de plataformas de produção ou perfuração também não pagarão o imposto. (Valor Econômico - 29.06.2018)

ANP: Produção de gás sobe 2,9% em maio

A produção de petróleo e gás natural no país em maio de 2018 totalizou cerca de 3,311 milhões boe/d. A produção de gás natural totalizou 112 milhões de m³ por dia, um crescimento de 2,9% em comparação ao mês anterior e de 6,8%, se comparada com o mesmo mês de 2017. O aproveitamento de gás natural alcançou 96,3% do volume total produzido no Brasil. Ao todo foram disponibilizados ao mercado 58,5 milhões de metros cúbicos por dia. Já a queima de gás somou 4,1 milhões de metros cúbicos por dia, um acréscimo de 20,5% quando comparada ao mês anterior e de 11,3% em relação ao mesmo período em 2017. O aumento está relacionado às atividades de comissionamento da plataforma P-74, em operação no campo de Búzios. (Agência CanalEnergia - 03.07.2018)

Rio Grande do Sul regulamenta polo carboquímico

O governo do Rio Grande do Sul regulamentou, no último dia 2/7, a lei 15.047/2017, que cria a Política Estadual do Carvão Mineral e institui o Polo Carboquímico estadual. A regulamentação permitirá ao estado investimentos de US\$ 4,4 bilhões - aproximadamente R\$ 13,2 bilhões - na produção de gás natural sintético (GNS), produzido a partir do carvão, atendendo à demanda interna de gás. O projeto é dividido em quatro fases, constituindo-se de um complexo integrado para produção também de ureia, amônia e metanol. Na primeira fase, serão investidos US\$ 1,4 bilhão (R\$ 4,2 bilhões) na construção de uma usina para a produção de 2,14 milhões de m³/dia de GNS. De acordo com o governo gaúcho, considerando o potencial do complexo, que também inclui a produção de

insumos para a indústria de fertilizantes, biocombustíveis e química em geral, o Polo Carboquímico pode gerar, em estimativa preliminar do impacto acumulado entre 2019 a 2042 no estado, injeção de R\$ 23 bilhões no produto interno bruto estadual e arrecadação de R\$ 3 bilhões em ICMS, além da geração de 7,5 mil empregos diretos. (BrasilEnergia – 03.07.2018)

Abegás: Demanda de gás pelas termelétricas caem 6,87% no mês de maio

No mercado total de distribuição de gás natural, o segmento que mais influencia na variação de consumo é o termelétrico, devido ao acionamento intermitente das usinas a gás. Em maio, as térmicas consumiram 20,6 milhões de metros cúbicos diários, com queda de 6,87% ante igual período de 2017, de acordo com dados da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás). Com isso o consumo total de gás canalizado do país em maio, de 59,458 milhões de metros cúbicos diários recuou 5 35% na mesma comparação. Entretanto, com a piora do cenário hidrológico do país, que demandou um acionamento maior de termelétricas em maio, o consumo de gás pelas usinas, em comparação com abril, cresceu 20,84%. "A geração termelétrica acaba tendo um peso muito forte nos dados", explicou Marcelo Mendonça, gerente de Estratégia e Competitividade da Abegás, que disse esperar consumo elevado de gás pelas térmicas nos próximos meses, devido ao período de poucas chuvas. "A geração termelétrica acaba tendo um peso muito forte nos dados", disse A perspectiva do executivo está em linha com a definição da bandeira tarifária pela Aneel para julho, no segundo patamar da cor vermelha. (Valor Econômico – 05.07.2018)

PL das distribuidoras: Prazo de outorga e valor de CDE das termelétricas entra em pauta

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (4), por 203 votos a 123, o substitutivo do deputado Julio Lopes (PP-RJ) para o Projeto de Lei 10332/18, do Poder Executivo, que viabiliza a privatização de seis distribuidoras de energia controladas pelas Eletrobras. O projeto de lei permite harmonizar os prazos da outorga das usinas termelétricas com o prazo da outorga da prestação de serviço de infraestrutura de transporte dutoviário de gás natural. O objetivo é conciliar os contratos de venda de energia firmados pela usina termelétrica Mauá 3 (que vão até 2042) com o prazo de outorga do gasoduto Urucu-Coari-Manaus (que vai até 2030). Essa diferença pode inviabilizar o fornecimento de energia para o Amazonas. Na prática, a termelétrica poderá antecipar a eletricidade que entregaria entre 2030 e 2042. O projeto também prorroga, de 2018 para 2019, o prazo para o governo destinar R\$ 3,5 bilhões da CDE para cobrir as despesas das termelétricas que atuam nos sistemas isolados (não conectados ao resto do País) com a compra de combustível, requisito considerado essencial para tornar as quatro distribuidoras da região Norte atrativas. O combustível é fornecido pela Petrobras. Nos últimos anos, as distribuidoras acumularam uma grande dívida com a estatal petrolífera, que a Eletrobras vem renegociando. (Agência Câmara - 04.07.2018)

Petrobras: Sobe em 4,4% preço médio do gás de cozinha e do GLP industrial

A Petrobras anunciou nesta quarta-feira alta de 4,4 por cento no preço médio do gás liquefeito de petróleo (GLP) para uso residencial, embalado em botijões de até 13 kg, o chamado gás de cozinha, a partir de quinta-feira, assim como reajuste da mesma ordem para o gás industrial. O preço às distribuidoras do GLP residencial passará para 23,10 reais o botijão, ante 22,13 reais desde 5 de abril, segundo informações do site da estatal. No caso do GLP industrial, em embalagens acima de 13 kg, a empresa não informa o valor do botijão. O último aumento, em 16 de maio, havia sido de 3,6 por cento, apontou a empresa. A petroleira destacou que o reajuste para o produto residencial poderia ter sido ainda maior que o divulgado, devido à desvalorização do real frente ao dólar, que entre março e junho chegou a 16 por cento, e elevações de 22,9 por cento nas cotações internacionais do GLP no mesmo período. (Reuters - 04.07.2018)

Sindicás: Após reajuste de 4,4% no preço do gás, ágio passa para 25,45%

O reajuste em 4,4% no gás industrial foi criticado pelo Sindicás, que estima que com a nova alta o ágio praticado pela Petrobras para o produto é de 25,45 por cento em relação ao preço praticado no mercado internacional. “Na avaliação do Sindicás, esse ágio vem pressionando ainda mais os custos de negócios que têm o GLP entre seus principais insumos, impactando de forma crucial as empresas que operam com uso intensivo de GLP”, afirmou o Sindicás. (Reuters - 04.07.2018)

Paralisação da venda da TAG pode inviabilizar o programa Gás para Crescer, segundo consultor

A suspensão da venda da TAG, aliada à demora no andamento do substitutivo do Projeto de Lei 6.407/13, o chamado PL do Gás, afundou de vez o programa Gás para Crescer. Como consequência desse cenário, investidores devem adiar investimentos no setor de gás natural do país. A avaliação é do consultor Cid Tomanik, sócio da Tomanik Martiniano Sociedade de Advogados, à Brasil Energia. Em nota enviada no dia 3 de julho, a Petrobras informou que está cumprindo decisão cautelar proferida pelo ministro Lewandowski do STF, no âmbito de ação direta de inconstitucionalidade, que questiona dispositivos da Lei das Estatais (Lei 13.303/2016). Ainda na nota enviada a investidores, a estatal informou que está avaliando medidas cabíveis para levar adiante seu programa de desinvestimentos. No caso da TAG, a venda já estava suspensa desde o dia 5 de junho por causa da decisão da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Com isso, Tomanik avaliou que não somente a venda da TAG fica ameaçada, como também os processos de privatização das distribuidoras de gás, como a Copergás e a MSGás, por exemplo, ficam paralisados, uma vez que a estatal petroleira, por meio da subsidiária Gaspetro, tem participação acionária nestas empresas. O consultor explicou que a situação dá um sinal complexo ao investidor estrangeiro que pretende aportar recursos no país. (BrasilEnergia - 05.07.2018)

Auditoria vai identificar custos da energia térmica no Norte do país

O Ministério da Transparência e a Controladoria-Geral da União (CGU) está na fase final de uma auditoria sobre um fundo que custeia a geração termelétrica no Norte do país por meio de encargos cobrados junto aos consumidores, a chamada Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). O levantamento começou após uma fiscalização da Aneel que apontou no ano passado que a estatal Eletrobras teria de devolver cerca de R\$ 3 bilhões à CCC devido a repasses superiores ao devido a subsidiárias da companhia entre 2009 e 2016. A Eletrobras questiona a cobrança da Aneel e defende que teria recursos extras a receber do fundo, ao invés de dívidas. A CGU priorizou o levantamento para avaliar o impacto financeiro da evolução no plano de privatizar a Eletrobras. "O trabalho de auditoria encontra-se em fase de finalização, com possível publicação para o mês de agosto", disse a CGU. (Folha de São Paulo - 07.07.2018)

Abegás: Consumo de gás cresceu 4% em maio em relação ao mês de abril

O consumo de gás natural no Brasil durante o mês de maio apresentou aumento de 4% frente aos números de abril. Foram consumidos ao todo 59,46 milhões de metros cúbicos/dia ante 57,19 milhões de metros cúbicos/dia registrados anteriormente. Já na comparação com o mesmo período de 2017, a queda foi de 5,4% e no acumulado dos cinco meses iniciais, a alta em 2018 é de 2,6%. As informações constam no levantamento estatístico Abegás, realizado com concessionárias em 20 estados. Um dos destaques desta edição foi a competitividade do Gás Natural Veicular (GNV), que teve acréscimo de 1,6% na comparação com abril. Já nos resultados por segmento, a indústria também foi impactada pela paralisação dos caminhoneiros, que reduziu a produção não só pela falta de insumos bem como pela impossibilidade de circulação dos produtos acabados, o que ocasionou uma retração de 3,6% em maio. No acumulado até o mês, o segmento apresentou um resultado positivo, com crescimento de 4%. Na geração elétrica, o aumento da demanda nas regiões Sudeste e Norte elevou o consumo em 20,9% no período. Na cogeração não houve impacto no mês - com alta de 3,6% e 11% no acumulado do ano. Quanto as regiões, os destaques foram a expansão de 64,5% no consumo residencial no Sul, a alta de 25,2% na cogeração no Centro-Oeste e o aumento de 29,3% na geração elétrica do Sudeste do país. (Agência CanalEnergia - 06.07.2018)

Itaipu: Sistema de micro-rede com geração a biogás será testado

A Itaipu binacional anunciou um projeto-piloto para a instalação de micro-redes de energia com geração a biogás. O prazo para a execução do projeto será de 18 meses, com investimento de R\$ 3 milhões. O sistema será instalado, inicialmente, na Granja Colombari, em São Miguel do Iguazu, que já dispõe de uma planta de geração distribuída a partir do biogás. A matéria-prima são os dejetos da produção de suínos. A unidade geradora da granja tem 80 kW de capacidade e a ideia é atender a uma rede formada por aproximadamente 15 propriedades rurais vizinhas. As pequenas redes de energia, conhecidas também como microgrids, são operadas e se sustentam de forma isolada como backup, em situações de falta da rede de distribuição. O objetivo é melhorar a qualidade e a disponibilidade de energia na zona rural que, em geral, tem mais problemas de

abastecimento de energia que as áreas urbanas. Na sequência, a ideia é levar o projeto para outros municípios da região. Já estão previstas plantas de produção de energia em Marechal Cândido Rondon e Santa Helena. (BrasilEnergia – 06.07.2018)

Distribuidoras de 12 estados lançam chamada pública para compra de gás

Distribuidoras de gás natural de 12 estados lançarão duas chamadas públicas em conjunto para compra de gás de novos fornecedores. Serão realizados dois processos: um envolvendo empresas do Centro-Sul do país e outro no Nordeste. No processo do Centro-Sul, cinco distribuidoras, localizadas na região Sul e nos estados de São Paulo e do Mato Grosso do Sul, farão uma chamada para comprar 10 milhões de m³/dia, conforme antecipou a Brasil Energia no dia 23/7. O objetivo é buscar diversificação de fontes, uma vez que todas elas são atendidas pelo Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol), com início do suprimento a partir de 2020. Os editais serão divulgados nos sites de cada distribuidora. Participam desse processo a Sulgás (RS), SCGás (SC), Compagas (PR), GasBrasiliense, que atende ao Noroeste de São Paulo, e a MSGás (MS). A ação foi decidida após estudos indicarem oportunidades de formatação conjunta de um edital e termo de referência para este fim. Devido à especificidade das características de cada distribuidora em relação a volumes e pontos de entrega, os editais são individuais para cada companhia. A modalidade de contratação de gás proveniente de novos fornecedores tem sido alternativa adotada pelas distribuidoras diante do reposicionamento estratégico da Petrobras – de desinvestimentos em ativos e saída do mercado de distribuição de gás natural. Os editais serão lançados nesta sexta-feira (10/8) e no próximo dia 14/8, respectivamente. (Brasil Energia – 09.08.2018)

PL 10.332/18: Texto aprovado permite que diferenças de preço do PPT seja paga com recursos do CDE

O substitutivo do deputado Julio Lopes (PP-RJ) ao Projeto de Lei 10332/18 (PL das Distribuidoras), tem efeito direto no preço de gás natural fornecido às termelétricas participantes do PPT. O preço do contrato é de 4 dólares por milhão de BTU (unidade de medição energética do gás), enquanto o preço de mercado é em torno de 7 dólares. Devido ao preço defasado do gás, a Petrobras tem optado por pagar as multas pelo rompimento do contrato em vez de arcar com a diferença de quase 100%. Em uma das situações, a Termofortaleza (CE) não pôde ser acionada em fevereiro porque a Petrobras interrompeu o fornecimento do insumo. Segundo o novo texto aprovado, a diferença de preço deverá ser paga às termelétricas com recursos da CDE, que supriria ainda o pagamento de energia no mercado de curto prazo para a geradora honrar seus contratos. A diferença em relação ao texto do projeto de lei de conversão da MP 814 é que o preço a ser informado pela ANP para os cálculos da Aneel será com base no praticado no mercado e não mais apenas no mercado nacional, contemplando importações. Para o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, a mudança poderá significar um repasse de R\$ 2,1 bilhões por ano aos consumidores de energia. Já o

ressarcimento relativo a 2018 será pago em 12 parcelas mensais em 2019, atualizadas pelo IPCA. (Agência Câmara - 10.07.2018)

PL 10332/18 visa evitar problemas no fornecimento de térmicas para locais isolados

Para evitar problemas de abastecimento de energia elétrica oriunda de termelétricas nos sistemas isolados, o PL 10332/18 permite a antecipação de entrega de energia. A norma afeta a usina termelétrica Mauá 3, pertencente à AmE-GT, uma das empresas que será dissociada do grupo Eletrobras. Segundo o governo, as falhas de planejamento na contratação de gás natural para alimentar a usina poderiam provocar desabastecimento e aumento de tarifas. Mauá 3 firmou contratos para entrega de energia elétrica à distribuidora até 2042, prevendo a utilização de gás natural fornecido pelo gasoduto Urucu-Coari-Manaus, cuja outorga se encerra em 2030. A solução proposta é conciliar a obrigação de entrega de energia pela termelétrica com o prazo de autorização do gasoduto. Assim, a AmE-GT poderá usar outras usinas para gerar toda a energia contratada (de 2030 a 2042) a ser entregue antecipadamente. A distribuidora terá de contratar a energia antecipada. O texto não deixa claro, entretanto, se o custo será repassado ao consumidor. Para os novos contratos de comercialização de energia derivados dos leilões futuros, a data final de entrega de energia elétrica deverá coincidir com a data final do contrato de fornecimento de gás natural. (Agência Câmara - 11.07.2018)

MSGás: Cresce no MS o volume de gás distribuído para o mês de junho

O volume de gás natural fornecido pela MSGás aos segmentos residencial e comercial cresceu no mês de junho. Na área comercial, o aumento foi de 35%, alcançando 6,42 mil m³/dia no mês passado. Já o residencial registrou elevação de 20%, atingindo 3,22 mil m³/dia. Em 2017, o volume distribuído para o comercial e residencial foi de 4,86 mil m³/dia e 1,92 mil m³/dia, respectivamente. De acordo com a distribuidora do Mato Grosso do Sul, os resultados devem-se ao trabalho da companhia junto às construtoras civis e aos condomínios já habitados por meio de políticas de captação de novos clientes. Para os próximos meses, o cenário traçado pela MSGás é otimista em relação ao volume distribuído. Isto porque o preço competitivo do energético no estado e a ausência de necessidade de fornecimento podem ser fatores favoráveis para o aumento do uso do gás canalizado. (Brasil Energia 10.07.2018)

CNI: Estudo defende térmicas a gás na base para reduzir custo da energia

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) realizou um conjunto de estudos os quais foram apresentados aos pré-candidatos à presidência da República no início de julho. Um dos estudos, intitulado “Térmicas na Base: A Escolha Inevitável”, está voltado para o setor elétrico. Em resumo, a entidade defende a inclusão de termelétricas a gás na base de geração do sistema elétrico brasileiro para reduzir os custos da energia e garantir segurança no abastecimento. Além disso, as térmicas desempenhariam um papel estratégico contribuindo para o

desenvolvimento do mercado de gás natural no Brasil, bem como garantindo a expansão do uso de outras fontes renováveis, como eólica e solar. Segundo o estudo, o Brasil conta com cerca de 13 GW de capacidade instalada em usinas termelétricas a gás natural, o que representa 8% da potência instalada total no país e 30% das térmicas em operação (2016). De acordo com o PDE 2024, a expansão do parque gerador termelétrico agregará 10,5 GW até 2024, a partir de usinas preferencialmente movidas a gás natural. Para ler o texto na íntegra, clique [aqui](#). (Agência CanalEnergia - 13.07.2018)

Multa da Petrobras por desempenho de UTE cai para R\$ 4,8 milhões

A diretoria da Aneel reconsiderou parcialmente o recurso interposto pela Petrobras e reduziu de R\$ 5,9 milhões para R\$ 4,8 milhões o valor de multa aplicada em razão do desempenho da usina termoelétrica Barbosa Lima Sobrinho. (Agência CanalEnergia - 13.07.2018)

MME: Geração térmica eleva demanda de gás natural em maio

O aumento da geração termelétrica com gás natural puxou a alta da demanda pelo combustível em maio, de acordo o Boletim de Acompanhamento da Indústria do Gás Natural, do MME. No quinto mês do ano, foram demandados 75,6 milhões de m³/dia, sendo 25,32 milhões de m³/dia para térmicas. Em abril, a demanda havia sido de 71,9 milhões de m³/dia, sendo que o volume para fins de geração elétrica foi de 20,71 milhões de m³/dia. Apesar da ampliação da demanda, a oferta nacional caiu de 54,34 milhões de m³/dia para 53,36 milhões de m³/dia. Para completar a necessidade de abastecimento, como consequência, houve mais importação, que passou de 22,22 milhões de m³/dia - sendo 20 milhões de m³/dia da Bolívia e o restante via gás natural liquefeito (GNL) - para 25,98 milhões de m³/dia - sendo 24,17 milhões de m³/dia bolivianos e o restante em GNL. (Brasil Energia - 17.07.2018)

MME: Diversificação da origem de GNL importado faz com média de BTU caia em maio

De acordo o Boletim de Acompanhamento da Indústria do Gás Natural, do MME, o GNL que aportou no país em maio - 1,81 milhão de m³/dia - foi mais barato do que o comprado no mês anterior. A média do valor do quinto mês do ano foi de R\$ 8,23 por milhão de BTU contra R\$ 8,90/milhão de BTU em abril, com o insumo sendo adquirido apenas dos Estados Unidos. O gás importado dos Estados Unidos, em maio, foi de R\$ 8,91/milhão de BTU, mas o preço mais em conta do insumo comprado de Trinidad e Tobago - de R\$ 8,06/milhão de BTU - ajudou a puxar a média para baixo. Porém, desde fevereiro, o GNL vem mostrando uma tendência de alta. Aquele foi o último mês em que o país conseguiu comprar no mercado spot abaixo de R\$ 8/milhão de BTU: foram pagos R\$ 7,26/milhão de BTU, em média, sendo mais barato o gás vindo da Nigéria, que foi de R\$ 6,10/milhão de BTU naquele mês. No entanto, desde então, as compras têm sido revezadas entre Estados Unidos e Trinidad e Tobago e a importação da Nigéria não tem aparecido mais no balanço. O boletim de maio

mostrou ainda que o gás da oferta brasileira chegou a R\$ 8,28/milhão de BTU, na modalidade firme renegociada (que discrimina o valor pago na molécula e no transporte), e a R\$ 7,44/milhão de BTU na modalidade firme. Na média, o importado ficou mais barato, em R\$ 6,71/milhão de BTU. (Brasil Energia – 17.07.2018)

EPE: termelétricas podem adicionar capacidade de 153 milhões de m³/dia

Projetos de terminais de gás natural liquefeito (GNL) em estudo podem agregar ao país uma capacidade de regaseificação de até 153 milhões de m³/dia, considerando uma possível expansão do terminal do Porto do Açu. Dados da EPE mostram que existem 15 projetos em diferentes estágios de maturação, desde aqueles que ainda estão em fase inicial de estudos até os mais avançados. Mas nem todos os projetos podem sair do papel. De acordo com dados da EPE, alguns enfrentam obstáculos, como o terminal de Santos (SP), que possui pouco espaço físico e intensa movimentação naval em seu entorno. Projeto em Paranaguá (PR) já tem capacidade de regaseificação definida: pode chegar a até 14 milhões de m³/dia, mas está ancorado em três termelétricas que ainda precisam participar dos leilões do governo. O superintendente Adjunto de Gás Natural e Biocombustíveis da EPE, Marcelo Alfradique, explica que os terminais estão ancorados em térmicas e que o excedente de cada um deles deve ser destinado a outros usos nos mercados locais. A infraestrutura poderia ser utilizada por terceiros, porém, o PL do Gás, que prevê a abertura do mercado e o acesso à infraestrutura por terceiros, está parado à espera de votação no Congresso Nacional. As empresas que estão investindo nesses terminais já buscam uma alternativa para escoar o excedente, caso a abertura do mercado não seja suficiente. (Brasil Energia – 20.07.2018)

ONS: Redução do fornecimento de gás da Petrobrás deixa 7 térmicas paralisadas no período seco

Em pleno auge do período seco, quando as usinas termelétricas deveriam estar funcionando a todo vapor para evitar uma queda ainda mais acentuada no volume de água dos reservatórios, a Petrobras está reduzindo o fornecimento de gás natural que abastece essas unidades geradoras nas regiões Sudeste e Nordeste. O desfalque no fornecimento do insumo é provocado pela manutenção programada de uma plataforma em Mexilhão, um dos principais campos do pré-sal na Bacia de Santos, que começou nesta terça-feira e vai durar pelo menos até o dia 8 de setembro. Sem combustível para rodar suas turbinas, sete termelétricas também vão parar temporariamente, segundo o ONS. Todas vão aproveitar a escassez no abastecimento para fazer seus próprios trabalhos de manutenção. Elas deixarão de gerar até 2,1 mil MW em um momento crítico para a operação do sistema interligado, conforme antecipou o Valor ontem de manhã. Diante do problema, as autoridades do setor elétrico acenderam o sinal de alerta. Sem todo o parque térmico movido a gás à disposição, o ONS provavelmente terá que acionar usinas a óleo combustível. Nos bastidores, as autoridades do setor demonstram preocupação até mesmo com o risco de blecautes. (Valor Econômico – 26.07.2018)

ONS: Com fornecimento de gás reduzido, há possibilidade de aumento nos custos da geração

A Petrobras está reduzindo o fornecimento de gás natural que abastece unidades geradoras nas regiões Sudeste e Nordeste. Diante do problema, as autoridades do setor elétrico acenderam o sinal de alerta. Em ofício encaminhado ao ONS na segunda-feira, a Aneel conclui: "Solicitamos desse Operador avaliação quanto à possibilidade de se reprogramar ou reescalonar no decorrer do próximo período úmido, integral ou parcialmente, as atividades de manutenção que impactam a disponibilidade da oferta de gás natural para geração termelétrica". Procurado, o ONS descartou a ameaça ao suprimento de energia, mas não negou que pode haver aumento de custos na geração por causa do problema. O órgão afirmou que a paralisação das térmicas "não traz qualquer risco para a operação do sistema elétrico" e que elas "serão substituídas por outras fontes de geração disponíveis, respeitando a ordem de mérito definida pelo modelo da programação da operação, de forma a atender a totalidade da carga". O uso de térmicas mais caras não deve impactar de imediato as tarifas porque os consumidores já estão pagando o adicional da bandeira vermelha nível 2, a mais cara, sobre suas contas. As distribuidoras, no entanto, reclamam que a arrecadação com as bandeiras não tem sido suficiente para pagar a compra de energia térmica. Com a geração de usinas movidas a óleo, o problema só tende a se acentuar. (Valor Econômico - 26.07.2018)

ONS: Parada das térmicas não compromete sistema

O diretor-geral do ONS, Luiz Eduardo Barata, afirmou ontem que a parada para manutenção de sete usinas térmicas em pleno auge do período de estiagem não ocorre em momento inadequado. Ele se defendeu da crítica feita pela Aneel, que demonstrou preocupação com o aumento de custos e a segurança no abastecimento pelo desligamento temporário de usinas com potência instalada de 2,1 mil MW. "Numa primeira análise, superficial, parece sem sentido parar as térmicas no período seco", disse Barata ao Valor. "Mas não é uma decisão extemporânea ou irresponsável. Foi feita uma análise cuidadosa e, no detalhe, mostra-se a opção mais correta." Segundo o diretor-geral, a ideia foi otimizar uma parada para manutenção da plataforma de Mexilhão, na Bacia de Santos, pela Petrobras. A estatal precisava fazer a manutenção agora porque descumpriria normas de segurança do trabalho. Paralelamente, já se planejava uma paralisação da plataforma para expandir o sistema de dutos e canais de escoamento de gás. Resolveu-se, então, fazer uma só parada. E aproveitar a redução na oferta de gás para trabalhos de conservação das térmicas. "O Brasil tem aversão à cultura de manutenção. O setor elétrico é diferente e cuida muito bem de suas instalações. Quando não se para por bem, se para por mal." (Valor Econômico - 27.07.2018)

ANP: Produção de gás sobe 2,7% em junho

A produção de petróleo e gás natural no país em junho de 2018 movimentou cerca de 3,313 milhões boe/d, segundo dados divulgados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), Gás Natural e Biocombustíveis. Foram produzidos 2,590

milhões de barris de petróleo por dia, redução de 0,7% na comparação com o mês anterior e de 3,2% quando comparada com o mesmo período de 2017. Por sua vez a produção de gás natural totalizou 115 milhões de m³ por dia, um crescimento de 2,7% em comparação a maio e de 3,4%, se comparada com o mesmo mês de 2017. Foram produzidos 1,405 milhão de barris de petróleo por dia e 57 milhões de metros cúbicos diários de gás natural por meio de 89 poços. A prospecção no pré-sal correspondeu a 53,2% do total produzido no país. O aproveitamento de gás natural alcançou 96,4% do volume total produzido no Brasil. Ao todo foram disponibilizados ao mercado 63,4 milhões de metros cúbicos por dia. Já a queima de gás somou 4,2 milhões de metros cúbicos por dia, um acréscimo de 0,7% quando comparada ao mês anterior e de 7,9% em relação ao mesmo período em 2017. (Agência CanalEnergia – 02.08.2018)

Petrobrás: Cresce a participação não-térmica no consumo de gás no primeiro semestre

De acordo com dados da Petrobrás, houve um leve aumento da participação não-térmica, o que inclui o consumo por parte da indústria, residências, comércio, GNC e outros. No primeiro semestre do ano, foram 38 milhões de m³/dia, enquanto que no mesmo período de 2017, o volume alcançou 36 milhões de m³/dia. (Brasil Energia – 03.08.2018)

Petrobrás: Demanda por gás no setor de energia decresce no primeiro semestre

Segundo dados da Petrobrás, a demanda do segmento termelétrico de janeiro a junho de 2018 caiu, passando de 25 milhões de m³/dia no acumulado no mesmo período em 2017 para 23 milhões de m³/dia neste ano. O consumo por parte das unidades de produção de fertilizantes ficou em 16 milhões de m³/dia, ante 17 milhões de m³/dia no ano passado. A geração termelétrica no primeiro semestre de 2018 alcançou 2.108 MW médios, contra 2.351 MW médios verificados no mesmo período do ano passado. No comparativo entre o segundo trimestre deste ano e o primeiro trimestre de 2018, foi observado um crescimento na geração térmica, passando de 1.966 MW médios para 2.248 MW médios. (Brasil Energia – 03.08.2018)

Thymos Energia: Substituir usinas a óleo por térmicas a gás economizaria bilhões no NE

Já prevendo o insucesso de grandes termelétricas no leilão A-6 do fim do mês, o setor se movimenta para tentar viabilizar a substituição de usinas antigas a óleo combustível do Nordeste, mais caras e poluentes, por novos projetos a gás natural. Um estudo preparado pela Thymos Energia a pedido da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget) aponta que, se as usinas a óleo tivessem sido substituídas por outras a gás natural entre 2012 e 2015, o consumidor teria obtido uma economia de R\$ 6 bilhões por ano, evitando custos decorrentes da geração das usinas mais caras, da exposição ao risco hidrológico e também com encargos. Além disso, os reservatórios das hidrelétricas não teriam enfrentado a situação crítica dos últimos anos – como as térmicas a gás

têm custo mais baixo, seriam despachadas com maior frequência do que as a óleo. (Valor Econômico – 06.08.2018)

MME: País importou US\$ 157,8 milhões em GNL em 2018

O país importou até maio deste ano, US\$ 157,8 milhões em gás natural liquefeito (GNL) para complementar a oferta de gás natural. Esse montante corresponde à compra de 886,8 mil m³ do combustível, em estado líquido. O dado está no Boletim de Acompanhamento da Indústria do Gás Natural, do MME. Após regaseificado, o volume correspondente importado do exterior entre janeiro e maio é de 532,1 milhões de m³. Já o preço médio pago pela compra do produto no exterior foi de US\$ 7,55 por milhão de BTU, considerando o valor do combustível entregue, sem os custos do frete e do seguro. A tendência é que as importações cresçam, diante do plano da Petrobras de compensar com GNL o gás natural que deixará de ser produzido pelo campo de Mexilhão, que ficará paralisado até o próximo mês. A Petrobras informou que o terminal da Bahia terá a capacidade ampliada, de 14 milhões de m³/dia, para 20 milhões de m³/dia de gás. (Brasil Energia – 06.08.2018)

Governo não deve renovar térmicas a óleo e diesel no NE

As discussões acerca da contratação de usinas térmicas na região Nordeste estão sob estudo do governo. Uma decisão sobre o tema não foi tomada, mas a indicação é de que aquelas usinas mais antigas cujo vencimento de contratos ocorrem entre 2022 a 2024, principalmente, não deverá ser renovado, o que pode abrir espaço para novas centrais que custam menos como as movidas a gás natural, uma vez que essas antigas têm como combustível o diesel e óleo combustível, mais caras e poluentes. O secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME, Eduardo Azevedo, afirmou após sua participação no Brazil Windpower 2018 que esse burburinho da contratação de mais térmicas foi apenas citado na reunião do CMSE que indicou a necessidade de estudo desse assunto ao avaliar cenários futuros. A resposta que o governo procura, disse o representante do governo, é verificar qual a saída para essa capacidade que será descontratada. Ele finalizou ao indicar que o governo quer deixar claro um critério e metodologia de forma clara a refletir a decisão técnica e não política sobre este tema e sobre as perspectivas de leilões futuros. (Agência CanalEnergia – 08.08.2018)

Comgás: Custos do gás e do transporte sobem 33,7% no segundo trimestre de 2018

Os custos relacionados à compra do gás natural e ao transporte totalizaram, no segundo trimestre do ano, R\$ 1,041 bilhão, crescimento de 33,7% quando comparado com o mesmo período de 2017, quando foi registrado R\$ 778,8 milhões. De acordo com a Companhia de Gás de São Paulo (Comgás,) esses aumentos são reflexos da variação dos preços do dólar e do petróleo, referências nos contratos de fornecimento de gás. No acumulado do primeiro semestre de 2018, esse gasto totalizou R\$ 1,8 bilhão, o que representa crescimento de 31,5%

na comparação com o mesmo período de 2017, quando os gastos ficaram em R\$ 1,4 bilhão. Do ponto de vista financeiro, a companhia obteve lucro líquido de R\$ 219 milhões no segundo trimestre, aumento de 7,6% com relação ao mesmo período do ano passado, quando atingiu R\$ 204 milhões. No semestre, houve elevação de 26,1%, ao passar de R\$ 347,9 milhões para R\$ 438,8 milhões. (Brasil Energia – 08.08.2018)

Distribuidoras de 12 estados lançam chamada pública para compra de gás

Distribuidoras de gás natural de 12 estados lançarão duas chamadas públicas em conjunto para compra de gás de novos fornecedores. Serão realizados dois processos: um envolvendo empresas do Centro-Sul do país e outro no Nordeste. No processo do Centro-Sul, cinco distribuidoras, localizadas na região Sul e nos estados de São Paulo e do Mato Grosso do Sul, farão uma chamada para comprar 10 milhões de m³/dia, conforme antecipou a Brasil Energia no dia 23/7. O objetivo é buscar diversificação de fontes, uma vez que todas elas são atendidas pelo Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol), com início do suprimento a partir de 2020. Os editais serão divulgados nos sites de cada distribuidora. Participam desse processo a Sulgás (RS), SCGás (SC), Compagas (PR), GasBrasiliiano, que atende ao Noroeste de São Paulo, e a MSGás (MS). A ação foi decidida após estudos indicarem oportunidades de formatação conjunta de um edital e termo de referência para este fim. Devido à especificidade das características de cada distribuidora em relação a volumes e pontos de entrega, os editais são individuais para cada companhia. A modalidade de contratação de gás proveniente de novos fornecedores tem sido alternativa adotada pelas distribuidoras diante do reposicionamento estratégico da Petrobras – de desinvestimentos em ativos e saída do mercado de distribuição de gás natural. Os editais serão lançados nesta sexta-feira (10/8) e no próximo dia 14/8, respectivamente. (Brasil Energia – 09.08.2018)

Seca faz com que setor elétrico impulsione expansão do setor de gás

O maior acionamento de usinas termoeletricas, principalmente na região Nordeste, foi o principal motor de crescimento do setor de gás natural neste ano. O aumento está relacionado à situação de seca no país. Quando os reservatórios de hidrelétricas estão baixos, usinas térmicas são acionadas para garantir o abastecimento de energia. Nos primeiros seis meses de 2018, o volume de gás usado nessas usinas teve alta de 18,2% em relação ao mesmo período de 2017, segundo a Abegás (Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado). O Nordeste respondeu por quase metade do aumento. O consumo total do gás, que inclui aplicações industriais e uso doméstico, teve um aumento médio de 6% no mesmo período. A expectativa é que a demanda até o fim deste ano siga em alta, segundo Marcelo Mendonça, gerente da Abegás. Hoje, o acionamento das usinas elétricas é o principal responsável pela expansão do setor de gás natural, afirma Pedro Franklin, diretor da Comerc Gas (empresa de gestão de consumo de gás). (Folha de São Paulo – 13.08.2018)

Distribuidoras do RJ terão de adotar plano de contingência em caso de falta de gás

A Ceg e a Ceg Rio, distribuidoras de gás do Rio de Janeiro, terão de adotar medidas de contingência, incluindo prioridades de abastecimento do combustível, em caso de racionamento de gás em função da diminuição da produção ocasionada pelo campo de Mexilhão, na Bacia de Santos. A ação está prevista em uma resolução da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio (Agenera), que fará ainda uma audiência pública, no dia 15/8, para tirar dúvidas de interessados sobre o tema. Entre as medidas previstas estão o relato imediato sobre interrupção no fornecimento à Agenera e a adoção de planos de contingência para mitigar possíveis danos por uma eventual falta do gás. Em caso de necessidade de racionamento em suas áreas de concessão, as distribuidoras devem privilegiar as categorias para o abastecimento de gás na seguinte ordem: hospitais, escolas, prédios públicos, aeroportos e demais serviços essenciais; residências; comércio; abastecimento veicular; indústrias; e, por último, as termelétricas. O estado do Rio não conta com o gás importado da Bolívia, sendo totalmente dependente da produção nacional – uma vez que o terminal de gás natural liquefeito (GNL) não vinha sendo utilizado pela Petrobras e só será reativado agora com o planejamento da petroleira no atendimento ao mercado com a parada de Mexilhão. (Brasil Energia - 10.08.2018)

MME: Criado novo grupo de trabalho para discutir diretrizes de comercialização de petróleo e gás

O MME criou um novo grupo de trabalho para discutir as diretrizes gerais para a nova política de comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos que couberem à União. A Portaria nº 322 foi publicada nesta segunda-feira (13/08) no Diário Oficial da União. Segundo o Governo, a equipe se reunirá ordinariamente uma vez por semana, ou extraordinariamente, mediante convocação prévia da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (SPG) do MME, que encaminhará a pauta dos assuntos a serem debatidos. O coordenador também poderá convidar técnicos e especialistas dos órgãos e entidades da administração pública federal, bem como de organizações para participarem das reuniões e prestarem assessoramento sobre temas específicos. Os membros serão compostos por representantes do MME, da ANP e da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A - Pré Sal (PPSA). (Agência CanalEnergia - 13.08.2018)

Abegás: Consumo de gás natural no Brasil cresce 6% no 1º semestre

O consumo de gás natural no Brasil aumentou 6% no primeiro semestre de 2018 na comparação com igual período no ano passado, para 61,3 milhões de metros cúbicos/dia, com impulso da indústria e do segmento automotivo, informou a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás) nesta segunda-feira. O consumo de gás pela indústria, que responde pela maior parte da demanda entre os segmentos analisados pela Abegás, cresceu 3,8 por

cento, para 27,6 milhões de metros cúbicos/dia. Já o segmento automotivo registrou aumento de mais de 10 por cento, para 5,8 milhões de metros cúbicos/dia. O presidente executivo da Abegás, Augusto Salomon, disse que o aumento da demanda para geração elétrica a gás natural também foi significativo e sinaliza a importância estratégica de o país alterar o planejamento energético, prevendo a inserção das térmicas a gás natural na base do sistema elétrico para preservar e recuperar os reservatórios hídricos, em vez de apenas no horário de ponta ou em situações de risco hidrológico. A demanda para a geração elétrica foi de 21,7 milhões de metros cúbicos/dia, alta de 18 por cento. Em junho, o consumo de gás no Brasil somou 72,3 milhões de metros cúbicos/dia, em média, alta de 23,5 por cento na comparação com o mesmo mês do ano passado. (Reuters - 13.08.2018)

Chamadas públicas de gás natural demandam até 17,7 milhões de m³/dia em contratos

As chamadas públicas de gás natural por parte de distribuidoras do Centro-Sul e do Nordeste contratarão até 17,7 milhões de m³/dia no total, sendo 9,7 milhões de m³/dia para as empresas do Centro-Sul e 8,080 milhões de m³/dia para as do Nordeste. Dentre as distribuidoras dos 12 estados que participam do processo, a Compagás é a empresa que pretende comprar o maior volume de gás, com até 5,9 milhões de m³/dia, de acordo com levantamento da Brasil Energia. O processo de compra coordenada das distribuidoras teve o pontapé inicial dado no último dia 10/8, com a publicação dos editais por parte das companhias do Sul - Compagás (PR), Sulgás (RS) e SCGás (SC) -, além da GasBrasiliano (noroeste de SP) e a MSGás (MS), que também aderiram à mesma compra coordenada. No último dia 14/8, foi a vez das distribuidoras do Nordeste. A Bahiagás é a responsável pela compra do maior volume da região, com 4,1 milhões de m³/dia. (Brasil Energia - 15.08.2018)

Mercado de gás se movimenta por abertura e nova dinâmica independente de PL do Gás, analisa consultora

O mercado de gás natural se movimentará no sentido de promover uma abertura e uma nova dinâmica, mesmo que o PL do Gás não seja votado neste ano. Prova disso são as chamadas públicas para contratação de suprimento que vêm sendo realizadas pelas distribuidoras, além do processo de oferta de capacidade pela TBG e do reposicionamento estratégico da Petrobras. A análise é da consultora Livia Amorim, especialista em Energia, Petróleo e Gás pelo escritório de advocacia Souto Correa Advogados. A consultora disse à Brasil Energia que, embora não tenha produzido ainda resultados práticos do ponto de vista de viabilizar um novo mercado ou marco legal do setor, o programa Gás para Crescer, promovido pelo governo entre 2016 e o ano passado, teve o mérito de abrir um espaço para discussões que antes não existia. Desta forma, os agentes conseguiram identificar quais são suas necessidades e começaram a projetar novas formas de atuar. “É um esforço sem precedente”, avalia ela, que participou de um evento sobre acesso à infraestrutura de escoamento, promovido pelo escritório em que a consultora atua. A movimentação das empresas tem sido um

primeiro passo, mas Livia diz que, para que o novo mercado de gás realmente se desenhe conforme o esperado, é necessário que o setor elétrico equacione seus próprios problemas para conseguir viabilizar planos a longo prazo. (Brasil Energia – 16.08.2018)

Santa Catarina tenta viabilizar terminal GNL de 15 milhões de m³/dia

O estado de Santa Catarina tenta viabilizar a construção de um terminal de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) com capacidade para regaseificar aproximadamente 15 milhões de m³/dia. A estação ficará em São Francisco do Sul e deve entrar em operação em 2021. A operação de GNL seria feita pela Golar Power e a Engie tem interesse em comprar parte do gás que chegará via terminal catarinense. O combustível deve ser utilizado em um projeto termelétrico que a empresa francesa está avaliando construir no Norte do estado. A SCGás é outra parte interessada na construção do terminal porque o volume ajudaria a abastecer o mercado de distribuição, uma vez que o contrato de fornecimento com a Petrobras expira em 2020. No começo do mês, representantes da Engie e da Golar estiveram reunidos com a Investe SC, agência de fomento estadual. Durante a reunião, além de apresentadas as principais características e o plano de ações do projeto, foram discutidos aspectos como as licenças necessárias e os tributos atrelados à realização da obra. (Brasil Energia – 20.08.2018)

Distribuidoras de gás do NE e Sul realizam chamada pública por novos contratos de suprimento

Um grupo de 12 distribuidoras de gás natural do Norte e do Nordeste se juntou para realizar uma chamada pública em busca de novos contratos de suprimento do insumo, em um movimento que visa garantir oferta para atender à demanda de seus consumidores a partir do final de 2019, quando expiram acordos de muitas dessas empresas junto à Petrobras. Um evento no Rio de Janeiro para apresentar a proposta das distribuidoras a potenciais fornecedores, realizado nesta terça-feira, atraiu executivos de algumas grandes empresas do setor, como Shell, Engie, Exxon, Total e Mitsui, além de representantes da Petrobras, entre outros, disse à Reuters o presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Gás (Abegás), George Ventura. O bloco de distribuidoras do Nordeste que participará da chamada envolve empresas como a PBGás, da Paraíba, BahiaGás, da Bahia, e outras, que somam um total de 215 mil clientes atendidos e um volume de 12 milhões de metros cúbicos de gás por dia. No bloco do Sul, as empresas que aderiram, como Compagás, Gás Brasileiro e MSGás, entre outras, somam 124 mil clientes e volume de 21 milhões de metros cúbicos por dia. No total, a Abegás estima que as distribuidoras envolvidas respondem por uma participação de cerca de 35 por cento no mercado de gás natural canalizado no país. A chamada buscará atender um mercado potencial de 6 milhões de metros cúbicos/dia no Nordeste e 7,7 milhões de m³/dia no Sul em 2020, entre demanda firme e sazonal e por disponibilidade. Os volumes poderiam alcançar 9,7 milhões de m³/dia no Nordeste e 10 milhões no Sul em 2024. (Reuters – 21.08.2018)

MME: Geração térmica amplia importação de GNL em junho

A compra de gás natural liquefeito (GNL) saiu de um patamar de 1,8 milhão de m³/dia, em maio, para 10,1 milhões de m³/dia em junho. O aumento da geração termelétrica no mês impulsionou a demanda por gás e, conseqüentemente, a importação do insumo, que passou para 34,3 milhões de m³/dia, ante 25,9 milhões de m³/dia no mês anterior. Os dados estão no Boletim de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural, publicado pelo MME nesta quinta-feira (23/8). O segmento termelétrico demandou em junho 31,8 milhões de m³/dia, representando o pico de consumo desde o início do ano. Desde os últimos dois meses, o consumo de gás para térmicas só cresceu: em abril foram 17,9 milhões de m³/dia; e em maio, 20,7 milhões de m³/dia. Com esse aumento do segmento térmico, a demanda total de gás no país passou de 75,6 milhões de m³/dia, em maio, para 87,8 milhões de m³/dia, em junho. O GNL foi usado para complementar a oferta para as térmicas, já que o volume de gás trazido da Bolívia permaneceu na casa dos 24 milhões de m³/dia. (Brasil Energia – 23.08.2018)

FGV: GNL tem oferta mundial crescente, mas Brasil não consegue aproveitar tendência

A oferta crescente de gás natural liquefeito (GNL) no mundo tem contribuído para a redução dos preços desse tipo de produto. O Brasil poderia estar aproveitando essa tendência de preços mais baixos, se não esbarrasse na falta de andamento do projeto de lei que cria um novo marco legal para o gás – o projeto permanece parado no Congresso Nacional à espera de uma decisão. O estudo da FGV Energia, intitulado “A dialética do mercado do gás natural brasileiro: entre a falta de competitividade e a perspectiva mundial de GNL”, mostra que a produção de gás liquefeito no mundo vem crescendo a uma taxa de 6,6% ao ano desde 2000, devido a investimentos em novas unidades de liquefação no Catar, na Austrália e nos Estados Unidos. Segundo Larissa Resende, pesquisadora e uma das autoras do estudo, a falta do novo marco, que prevê a entrada de novos fornecedores que poderiam vender no mercado brasileiro o GNL, é um obstáculo para que o Brasil possa ter uma fatia dessa oferta crescente. Além disso, a dificuldade em abrir o mercado para novos agentes é outro entrave ao andamento de projetos de terminais de regaseificação que hoje estão parados. Parte deles está na região Sul do país, que, hoje, é praticamente dependente da oferta importada da Bolívia. Dessa forma, o Brasil necessita de outra fonte supridora de gás para dar conta de sua demanda e o GNL tem a flexibilidade necessária para complementar a oferta e, também, o aumento esperado de carga das termelétricas, com o avanço das renováveis. (Brasil Energia – 23.08.2018)

KPMG: Fusões no setor de óleo e gás do Brasil crescem 170% no 1º semestre

O Brasil teve 38 operações de fusões e aquisições na indústria de óleo e gás no primeiro semestre, alta de 170 por cento na comparação anual, disse a KPMG nesta sexta-feira. De acordo com a empresa de auditoria e assessoria financeira, a quantidade, em apenas se aproxima do recorde de 40 negócios fechados em todo o ano de 2001. Em 2017, foram 28. “Acho que o primeiro ponto (para esse

aumento) é a gestão do governo nas rodadas de licitações, tanto na parte de concessão, quanto na de partilha. O governo tem feito uma agenda mais forte desde 2017”, afirmou Paulo Guilherme Coimbra, sócio da KPMG. “Tem também o fato de mudanças regulatórias. Isso facilitou muito o destravamento da parte de partilha e ajudado a atrair grandes operadores internacionais”, acrescentou. Para setembro está marcado mais um certame, envolvendo áreas do pré-sal, enquanto também há a expectativa de um leilão da chamada cessão onerosa para novembro. Coimbra diz que há riscos à manutenção desse ritmo de fusões, diante de incertezas eleitorais e cambiais, mas não prevê grandes impactos nas regras já “estruturadas”. (Reuters – 24.08.2018)

EPE: Publicado estudo sobre competitividade de Biometano frente ao Gás natural

A EPE publicou nesta semana um estudo em que analisa as possibilidades de exploração do biometano advindo do biogás de aterros sanitários, tanto para injeção na rede de distribuidoras quanto para uso veicular. A pesquisa estimou que a “tarifa de equilíbrio” para remunerar projetos de produção do biometano varia de R\$ 1,04/m³ a R\$ 1,85/m³, a depender da escala e da composição financeira dos projetos. A nota destaca que o valor calculado se refere a situações específicas de condições do aterro e os preços finais podem ser diferentes para cada estado, a depender das alíquotas de ICMS adotadas. Os resultados consideram biometano com poder calorífico de 8.851 kcal/m³. A pesquisa conclui que os preços estimados do biometano podem ser competitivos com os preços do gás natural, principalmente para projetos de maior porte, com produção acima de 45 mil metros cúbicos por dia. De acordo com o Boletim do Gás Natural, publicado pelo MME (2018), os preços do gás natural atualmente praticados pela Petrobras para as distribuidoras variam de R\$ 0,91/m³ até R\$ 1,12/m³. Para ler o estudo na íntegra, clique [aqui](#). (Brasil Energia – 24.08.2018)

UTE da Raízen mostra que biogás está amadurecendo, diz secretário do MME

O início das obras da usina UTE Bonfim (SP – 21 MW), de propriedade da Raízen, mostra que o biogás segue em um processo de amadurecimento da fonte na matriz brasileira. De acordo com Eduardo Azevedo, secretário de Planejamento de Desenvolvimento Energético do MME, o modelo adotado na usina aponta para que projetos similares sejam desenvolvidos no país. A UTE foi a primeira a ser viabilizada em um leilão de energia, em 2016. Azevedo conta que está sendo avaliado para que na próxima edição do PDE o biogás seja separado da biomassa, de modo a indicar que ele tenha de ter uma participação relevante na matriz. No contrato da UTE Bonfim está previsto que 70% da energia da usina irá para suprir o contrato com o mercado regulado. Para o gás restante, a Raízen avalia outros destinos, como transformá-lo em biometano veicular ou vender a energia para o mercado livre. Na visão de Azevedo, essa última opção deverá prevalecer, já que embora os custos com combustível da indústria de açúcar e álcool serem altos, vender energia e injetar na rede será mais vantajoso. (Agência CanalEnergia – 24.08.2018)

CCEE: Geração de energia à biomassa cresce no primeiro semestre de 2018

Comparado ao primeiro semestre do ano passado, a geração de usinas movidas a biomassa registrou um crescimento de 14% nos seis primeiros meses de 2018, segundo dados da última atualização do boletim InfoMercado mensal da CCEE. O levantamento aponta que as 270 usinas movidas pela queima da biomassa em operação comercial no SIN somaram 2.408,8 MW médios entregues entre janeiro e junho deste ano. Em 2017, a geração alcançou 2.111,2 MW médios quando haviam 261 usinas cadastradas na CCEE. O Bagaço de Cana totalizou 1.878,7 MW médios em 2018, 78% do total. Em 2017, o montante gerado foi de 1.690,3 MW médios, 80% do total. A capacidade instalada das termelétricas movidas pela fonte, ao final de junho, somava 12.678,5 MW frente aos 12.530,6 MW de capacidade existente um ano antes, ou seja, um pequeno acréscimo de 1,2%. (Agência CanalEnergia - 27.08.2018)

MME: Amazonas paga o maior preço pelo gás industrial

O preço do gás natural para a indústria ainda é mais caro no Amazonas, embora o valor tenha caído em relação ao praticado em maio. De acordo com o Boletim de Acompanhamento da Indústria de Gás, do MME, referente a junho, o preço para indústrias com consumo de até 20 mil m³/dia ficou em US\$ 16,67 por milhão de BTU no estado. No mês anterior, o preço médio do combustível foi de US\$ 17,30 por milhão de BTU. A média nacional para esse patamar de consumo foi de US\$ 13,58/milhão de BTU em junho. (Brasil Energia - 27.08.2018)

Governo do Espírito Santo prevê criar empresa de gás com BR ainda em 2018

O governo do Espírito Santo prevê concluir até o final do ano a criação de uma empresa de distribuição de gás estadual, na qual será acionista controlador e terá como sócia a BR Distribuidora, da Petrobras, após anos de imbróglia judicial junto à companhia, disse à Reuters o secretário de Desenvolvimento do Estado, José Eduardo Faria de Azevedo. O negócio acontece após o governo do Espírito Santo decidir anular no final de 2015 um contrato de distribuição de gás da BR Distribuidora no Estado, que havia sido fechado sem licitação em 1993. Segundo Azevedo, um projeto de lei para formalizar a constituição dessa distribuidora de gás com controle estatal deverá ser concluído nesta semana e apresentado em seguida à Assembleia Legislativa do Estado. Ele afirmou ainda que o governador Paulo Hartung convidou o atual secretário-executivo do MME, Márcio Félix, para assumir a presidência da companhia de gás após a conclusão do processo de estruturação da empresa. Uma fonte de Brasília confirmou que Félix foi convidado para a função, mas disse que ele segue no ministério e não tomará qualquer decisão antes que a criação da empresa no Espírito Santo esteja completamente concluída. Procurada, a BR Distribuidora não quis comentar o processo de criação da nova empresa em conjunto com o governo do Espírito Santo. (Reuters - 29.08.2018)

PL sobre criação de distribuidora de gás no ES deve chegar ao Legislativo até segunda-feira (03/09)

O governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, deve encaminhar à Assembleia Legislativa até a próxima segunda-feira (3/9) o projeto de lei que cria a distribuidora de gás natural do estado, segundo informou sua assessoria de imprensa. Atualmente, a atividade é exercida diretamente pela Petrobras por meio da BR Distribuidora. Em maio, o governo do estado fechou um acordo com a BR para formalizar a criação da companhia estadual de distribuição. A futura empresa terá capital social majoritário do estado com uma participação da petroleira e a nova concessão deve durar 25 anos. (Brasil Energia – 30.08.2018)

Agentes do setor acompanham PL sobre regulação de gás e fazem críticas a atual modelo

Os empresários do setor acompanham de perto a tramitação no Congresso do projeto de lei 6407, que contém medidas discutidas no projeto Gás para Crescer, que reuniu diversos elos da cadeia com o objetivo de colocar em prática regulação que incentive a desverticalização do setor diante do plano de desinvestimento da Petrobras. O insumo poderia ampliar o leque de opções para a indústria de alumínio. O projeto enfrenta resistências para ser aprovado, enquanto ainda existem arestas sobre a desregulação. No Congresso, bancadas de Estados e distribuidoras de gás são contrárias à ideia de que seja criada uma regulação federal que estipule alguns critérios únicos para incentivar o mercado livre, como consumo mínimo para se tornar consumidor livre de gás, já que cada Estado arbitra um número. Isso seria competência dos próprios Estados e das empresas que distribuem o gás e têm mais conhecimento do mercado. As distribuidoras apontam que o maior problema para os grandes consumidores está na ausência de ofertantes de gás natural e na falta de livre acesso à malha de transporte, o que exigiria uma regulação para essa abertura. Ainda segundo os grandes consumidores, uma das principais barreiras é a falta de regulamentação do mercado livre: atualmente apenas doze Estados possuem a regulamentação do mercado livre de energia. Não existem grandes consumidores industriais de gás livres, realidade oposta à do setor elétrico. Os mesmos Estados que não têm regulamentação do mercado livre não regulamentaram o livre acesso a todos os agentes (consumidores livres, produtores, autoprodutores, autoimportadores) mediante o pagamento de tarifas de uso. Isso impede o acesso de pequenos produtores ao mercado. (Valor Econômico – 03.09.2018)

ANP: Divulgada relação da produção do pré-sal, de petróleo e gás natural para julho

A produção do pré-sal em julho totalizou 1,821 milhão de barris por dia, crescimento de 3,3% em relação ao mês anterior, e correspondendo a 55,1% do total produzido no Brasil, segundo informou a ANP. Foram incorporados 1,454 milhão de barris por dia e 58 milhões de metros cúbicos diários de gás natural através de 87 poços. Já a produção de petróleo e gás do Brasil foi de aproximadamente 3,305 milhões de barris de óleo equivalente por dia, com 2,575 milhões de barris de petróleo por dia, uma redução de 0,6% na comparação com o mês anterior e de 1,8%, se comparada com julho de 2017. A produção de gás somou 116 milhões de m³ por dia, elevação de 0,9% no comparativo com o mês

anterior e de 0,8% em relação ao mesmo mês de 2017. O aproveitamento de gás natural alcançou 96,7% do volume total produzido, sendo disponibilizados ao mercado 63 milhões de metros cúbicos por dia. A queima de gás movimentou 3,9 milhões de metros cúbicos por dia, uma redução de 6,6% se comparada ao mês anterior e redução de 8,2% em relação ao mesmo mês em 2017. O campo de Lula, na Bacia de Santos, foi o maior produtor de petróleo e gás natural, gerando em média, 879 mil bbl/d de petróleo e 36,8 milhões de m³/d de gás natural. Já os campos marítimos prospectaram 95,7% do petróleo e 77,6% do gás natural, com 7.483 poços, sendo 718 marítimos e 6.765 terrestres. Os campos operados pela Petrobras produziram 93,3% do petróleo e gás natural. (Agência CanalEnergia – 03.09.2018)

ANP: Divulgado cronograma sobre chamada pública para Gasoduto Bolívia-Brasil

A ANP informou cronograma para preparação e realização da chamada pública para contratação da capacidade de transporte no Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol). Uma parcela da capacidade de transporte do Gasbol ficará descontratada a partir de 2019. Assim, a ANP abre chamada para apurar interesse em contratar essa capacidade, entre distribuidoras e produtoras de gás. O contrato de serviço de transporte firme de gás natural a vencer foi assinado entre a Petrobras e a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG) em fevereiro de 1999 e expira em 31 de dezembro do ano que vem - ele se refere a uma capacidade de 18,08 milhões de metros cúbicos por dia (m³/dia) de gás natural. Com a proximidade do vencimento, a ANP solicitou à TBG que encaminhasse uma minuta de edital de chamada pública, que será objeto de consulta e de audiência públicas. Após a aprovação do edital pela agência, a TBG realizará, de forma indireta, a chamada pública para contratação da capacidade. No cronograma, a ANP prevê finalização dos documentos referentes à chamada pública entre setembro e outubro. Em 9 de novembro, será enviada pela TBG a minuta de edital de chamada pública para ANP. Entre dezembro e janeiro de 2019, está prevista consulta pública da ANP do edital de chamada pública e de seus anexos. No dia 29 de janeiro do ano que vem será realizada audiência pública, sobre o edital de chamada pública. A partir de março de 2019, ocorrerá a promoção de chamada pública. A promoção será realizada em três fases. (Valor Econômico - 04.09.2018)

MME: Térmicas consomem 34,9 mi de m³/dia em junho

O mês de junho teve o maior patamar de consumo termelétrico de gás natural do ano. De acordo com o Boletim de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural, publicado pelo MME, foram consumidos 34,9 milhões de m³/dia no mês ante 25,4 milhões de m³/dia em maio. Até então, o mês de maior consumo havia sido em janeiro, com 27,6 milhões de m³/dia. A média dos seis primeiros meses de 2018 é de 31,4 milhões de m³/dia. Esse aumento é reflexo do baixo nível dos reservatórios durante o período seco e o consumo de gás pelas térmicas pode continuar alto. O preço do gás para as térmicas integrantes do Programa Prioritário de Termelétricas (PPT) também esteve, em junho, no patamar mais

alto do ano, em US\$ 4,37 por milhão de BTU. Em maio, o preço ficou em US\$ 4,20/milhão de BTU. A média anual do primeiro semestre ficou em US\$ 4,37/milhão de BTU. (Brasil Energia - 04.09.2018)

Chamada pública da TBG sobre contratações de capacidade deixa dúvidas quanto acesso à malha de transporte, afirma consultora

A chamada pública da TBG será de crucial importância para o setor de gás natural. Isto porque a operação sinalizará ao mercado como se darão as contratações de capacidade no transporte, uma tendência nos próximos anos com a decisão da Petrobras de sair desse segmento e com a entrada em vigor das regras previstas no substitutivo ao Projeto de Lei 6407/13, no âmbito do programa Gás para Crescer. No entanto, a especialista em Energia, Petróleo e Gás pelo escritório de advocacia Souto Correa Advogados e também pesquisadora da FGV, Lívia Amorim, aponta que ainda existem dúvidas de como se dará o acesso à malha de transporte, principalmente para termelétricas que decidirem por contratar gás de outro ponto. A consultora disse à Brasil Energia que essa dúvida dificultará a gestão das usinas, já que ainda não se sabe como será feito o envio do gás nos casos em que o agente decide por contratar o combustível de outro gasoduto que não seja o de sua área de atendimento. A abertura não pode ser feita de forma indiscriminada, na avaliação da pesquisadora da FGV. Lívia aponta que os transportadores precisam estar protegidos e firmar acordos apenas com empresas financeiramente robustas para arcar com as despesas do envio do gás para outro ponto da malha. Isso porque os gasodutos, diferentemente das linhas de transmissão do setor elétrico, não são ativos concedidos pelo governo. Ou seja, os riscos ficam na conta do proprietário da infraestrutura. Para a consultora, a abertura à infraestrutura deve ser feita com critérios, de forma que os transportadores não possam correr riscos ao oferecer sua malha para que terceiros possam executar suas operações de envio do gás. (Brasil Energia - 04.09.2018)

MME: Enquadrada junto ao Reidi termelétrica em Pernambuco

O MME autorizou na última terça-feira, 11 de setembro, o enquadramento ao Regime Especial de Incentivos ao Desenvolvimento da Infraestrutura do projeto de posse da Asja Pernambuco Serviços Ambientais, relativo a termelétrica Asja Jaboatão. (Agência CanalEnergia - 12.09.2018)

GEA: UTE Suape II reduz custos com combustível

A alemã GEA forneceu equipamentos de separação centrífuga para a Suape Energia, que permitiu à geradora processar lodo residual de óleo uma unidade de geração com potência de 381,2 MW. Com isso, destacou a empresa, é possível reduzir os custos de descarte, recuperar a água para uso em outras partes da usina e fornecer combustível limpo óleo para venda e para operar seu sistema de aquecimento interno. A companhia europeia calcula que o retorno total do investimento de mais de R\$ 2 milhões foi alcançado em quatro meses. A UTE Suape II é a maior usina termelétrica movida a óleo no Brasil com 381 MW de

capacidade instalada e cujo CVU é de R\$ 711,97/MWh e que vem produzindo 300 MW médios por garantia energética, conforme orientação do CMSE. Seu início se deu em janeiro de 2013. De acordo com o gerente de projeto, o uso de separadores assegura que seja obtida pureza e viscosidade do combustível seguindo com as exigências dos motores. Além disso, a limpeza de combustível e óleos lubrificantes é importante para proteger os motores contra desgaste, perdas de energia e desligamentos. A UTE Suape II trata um volume de 2,12 Kg de resíduo de óleo por MW gerado. Sandro Roberto da Silva foi o gerente de contas da GEA para o projeto. Ele disse que a água recuperada do lodo foi adequado para uso dentro da planta para fins de limpeza, reduzindo significativamente a quantidade total de consumo de água da unidade. O novo equipamento está em funcionamento desde o início de 2017 e apresentou volume de água residual no óleo recuperado menor que 0,3%, permitindo que ele seja reciclado como combustível e vendido no mercado preço médio de R\$ 0,67 por Kg. Nas contas da geradora, em nove meses alcançou R\$ 350 mil em vendas desse óleo recuperado. (Agência CanalEnergia - 19.09.2018)

Fenavega: Criminalidade afeta transporte de combustíveis na região Norte

As transportadoras de combustíveis da região Norte do país vêm sofrendo com a insegurança nos rios. Isto porque o grupo tem sido vítima de roubos de cargas de petróleo e derivados, transportados por empurradores em granéis líquidos, como do combustível usado pelas embarcações. O transporte por vias fluviais é o principal modal na região e fundamental para abastecer comunidades ainda isoladas do sistema elétrico nacional, atendidas principalmente por termelétricas a óleo combustível e diesel. Atualmente, Roraima é o único estado que não está interligado ao SIN, dependendo praticamente da energia elétrica transmitida pela Venezuela e por térmicas. Segundo a Federação Nacional das Empresas de Navegação Aquaviária (Fenavega), nos últimos três anos, foram registradas 60 ocorrências somente nos estados do Pará e Amapá, compondo um prejuízo de mais de R\$ 200 milhões em consequência de ações criminosas. Em carta enviada à Antaq, a Fenavega propõe que a entidade realize operações conjuntas coordenadas com outros órgãos, amplie o controle de embarcações e a inspeção de instalações portuárias, estaleiros e tancagens irregulares e intensifique o trabalho de fiscalização sobre operações piratas/clandestinas. (Brasil Energia - 19.09.2018)

Clima favorável faz cogeração de biomassa bater recorde no país

A geração de energia elétrica das térmicas a biomassa tem demonstrado vigor neste ano diante do forte desempenho da queima do bagaço da cana-de-açúcar no país. Os efeitos do clima seco sobre a cultura "turbinaram" a cogeração a partir de biomassas em geral, que cresceu 11% do início do ano até agosto e, em julho, bateu recorde histórico. As térmicas a biomassa entregaram 17.356 gigawatt-hora (GWh) para o SIN de janeiro a agosto, um crescimento de 11% na comparação com o mesmo período do ano passado, segundo levantamento da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) a partir de dados preliminares da CCEE. A cana responde por 77% de participação nessa matriz. Apenas em julho, a

energia gerada a partir do bagaço da cana alcançou 3.066 GWh (o equivalente a 4.121,3 megawatts médios). Foi a primeira vez na história em que as usinas sucroalcooleiras geraram mais de 4 mil MW médios em um mês, segundo a CCEE. As térmicas a biomassa no país entregaram 3.538 GWh em julho, alta anual de 8%. Em relação a toda a energia gerada em julho, a biomassa representou 7,8%, a maior participação da história na matriz energética nacional em um mês. Desse aumento da cogeração, 5% resultaram do aumento da produtividade por causa do clima. Roberto Castro, membro do conselho de administração da CCEE, afirma que os demais 3% de crescimento derivaram da entrada de sete novas plantas em operação e, sobretudo, de melhorias nos equipamentos das unidades, como novas caldeiras e turbogeradores. (Valor Econômico – 21.09.2018)

Geração via biomassa está além da demanda tanto no ACL quanto no ACR, porém, crédito não está sendo revertido em receita

A geração de energia elétrica de térmicas a biomassa tem crescido bastante em 2018, tudo isso diante do clima seco no país, favorável para a queima do bagaço de cana. Os aportes para melhorar a potência de unidades de cogeração de biomassa têm absorvido nas últimas safras a maior parte da atenção das poucas usinas que continuam realizando novos investimentos em sua área industrial. Mas esse fortalecimento da cogeração a biomassa também tem gerado um impasse. Segundo Zilmar de Souza, gerente em bioeletricidade da Unica, muitas usinas tem gerado mais eletricidade do que o previsto para entregar em contratos no ambiente regulado (ACR) e no ambiente livre (ACL). Não seria uma má notícia se os geradores estivessem recebendo pela energia entregue no mercado de curto prazo - um acerto de contas entre as empresas do setor realizado pela liquidação do PLD. "Seria bom, porque o PLD está alto, em R\$ 500 o MWh. Considerando o excedente, isso estaria ajudando o caixa das usinas. Mas, na prática está agravando, porque estamos acumulando crédito que não estamos recebendo", afirma. O passivo total para os geradores no país que está sendo contestado na Justiça atualmente é de R\$ 7,8 bilhões, segundo a CCEE. Desse montante, o gerente da Unica avalia que o valor devido aos geradores de bioeletricidade esteja entre R\$ 300 milhões e R\$ 400 milhões. Segundo Souza, as usinas a biomassa não receberam nenhum pagamento a que têm direito nos últimos três meses. Essa situação tem colocado um limite ao impulso à expansão da geração de eletricidade a biomassa, afirma o gerente da Unica. (Valor Econômico – 21.09.2018)

Wood Mackenzie: Distribuidoras de gás podem gerar US\$11 bi em novos contratos no Brasil

Uma chamada pública aberta em agosto por 12 distribuidoras de gás natural do Nordeste, Centro-Oeste e Sul, em busca de novos ofertantes do insumo, além da Petrobras, tem um potencial para gerar negócios de cerca de 11 bilhões de dólares, de acordo com estudo desenvolvido pela Wood Mackenzie, ao qual a Reuters teve acesso com exclusividade. A concorrência foi lançada pelas distribuidoras em um movimento inédito que visa garantir os contratos para

atender à demanda de seus consumidores a partir do final de 2019, quando expiram acordos de muitas dessas empresas junto à Petrobrás. O sucesso completo da iniciativa, no entanto, depende de reformas regulatórias colocadas em curso pelo governo federal e pela ANP, que poderá permitir a entrada dos novos ofertantes de gás, como as gigantes que hoje atuam no pré-sal, disse à Reuters o analista de Gás e GNL da consultoria para a América Latina, Mauro Chavez. O estudo da Wood Mackenzie apontou que as distribuidoras tem um potencial para contratar um total 32,9 bilhões de metros cúbicos de gás natural, para janela de 2020 a 2026, o que poderá representar ofertas totais de até 11 bilhões de dólares, frisou Chavez. O prazo para envio de propostas por possíveis fornecedores vai até 10 de outubro no Sul e 8 de novembro para o Nordeste. (Reuters - 21.09.2018)

ANP: Medidas de incentivo a concorrência no setor de gás natural serão lançadas em Outubro

A ANP informou que lançará, em outubro, uma tomada de contribuições sobre medida de incentivo à concorrência no setor de gás natural. A ideia é coletar contribuições, dados e informações sobre as formas de como pode ser executada a desverticalização da indústria do gás natural. Serão considerados temas como medidas para garantir a independência dos transportadores de gás natural em relação aos agentes que atuam nas atividades potencialmente concorrenciais da indústria. Serão criadas também regras e diretrizes para o acesso ao gasoduto de escoamento, unidades de tratamento de gás natural e terminais de regaseificação de GNL e a forma que se dará a conciliação e arbitramento em caso de impasse entre as partes interessadas. (Brasil Energia - 21.09.2018)

ANP e EPE lançam consulta pública sobre substituição de GNL por gás nacional

A ANP, em conjunto com a EPE, realiza, a partir do próximo dia 24/9, uma tomada pública de contribuições sobre a substituição do gás natural liquefeito (GNL) por gás natural produzido no Brasil quando os projetos de produção estiverem concluídos. A ideia é baratear o custo da geração de energia térmica. A consulta pública segue até o dia 24/10. A consulta coletará dados, informações e evidências que possam contribuir para a necessidade de adoção de mecanismos que possibilitem a troca do GNL, com preço mais elevado, pelo gás nacional, que é mais competitivo. Essa consulta pública em conjunto vem no bojo da proposta de governo, divulgada na semana passada, em adotar a realização de leilões de contratação de energia termelétrica a gás por região para garantir o abastecimento energético, sobretudo no Nordeste, onde a situação dos reservatórios das hidrelétricas é considerada crítica. Essas usinas devem gerar energia na base. (Brasil Energia - 21.09.2018)

MME: Governo tenta destravar medidas do programa Gás para Crescer

Mudanças infralegais, que não necessitam de alteração ou nova lei, podem ser a saída para destravar o avanço das propostas do programa Gás para Crescer, no

sentido de fomentar um novo mercado do gás natural. Para isso, o MME pretende iniciar as discussões com a ANP para debater quais ações podem ser adotadas enquanto o substitutivo ao Projeto de Lei 6407/13 não sai do papel e que podem ser implantadas até o fim do ano, quando termina a gestão do presidente Michel Temer. Emperrada na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados desde o fim do ano passado, a proposta enfrenta resistências de parte de agentes do mercado, principalmente no que diz respeito à figura do comercializador de gás. De acordo com Symone Araújo, diretora de Gás do MME, a partir das conversas com a ANP, será possível ter uma ideia do quadro geral do que pode ser executado até o fim deste ano. Symone acrescentou que tem acompanhado a movimentação da renovação dos contratos de importação de gás natural da Bolívia e informou que, em julho, esteve no país vizinho para acompanhar as negociações. A diretora argumentou, no entanto, que a renovação está atrelada ao desempenho da chamada pública da TBG para contratação no Gasoduto Brasil-Bolívia. (Brasil Energia – 24.09.2018)

Abrace: Diretrizes do Gás para Crescer podem vir por outros meios que não por lei

Muitos dispositivos do programa Gás para Crescer poderiam entrar em vigor por meio de medidas infra legais, sem a necessidade de virar lei. A nova lei do gás, que vem na esteira do debate do programa, está sem data para ser votada no Congresso Nacional. De acordo com o presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e dos Consumidores Livres (Abrace), Edvaldo Santana, um dos grandes méritos do programa, a busca da transparência, está sendo trazida por meio de consulta pública via agência reguladora da área de Petróleo e Gás, a ANP. “É um passo importante, 20% do Gás para Crescer anda com isso que a ANP colocou em consulta pública”, explica Santana, que participou de painel na Rio Oil & Gas sobre a reforma do mercado de gás, nesta segunda-feira, 24 de setembro, no Rio de Janeiro (RJ). (Agência CanalEnergia – 24.09.2018)

Presidente da CEG/Gás e consultor do setor defendem abertura ao mercado livre e quebra de monopólio da Petrobras

A partir da ideia de que, dispositivos do programa Gás para Crescer poderiam entrar em vigor por meio de medidas infra legais, a diretora do departamento de gás natural da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME, Symone Araújo, diz que haverá uma conversa com a ANP ainda essa semana para acertar quais pontos podem ser discutidos para avançar por meio dessas medidas. A criação de um mercado livre obrigatório do gás foi sugerida pelo presidente da CEG/Gás Natural Fenosa, Bruno Armbrust. Segundo ele, os consumidores industriais seriam inseridos nele, ficando de fora os residenciais e comerciais. “Tem que ter um mercado livre compulsório. Criar condições que tragam vantagem em comprar”, afirmou. O tempo exíguo até o fim do atual governo é motivo de preocupação para o consultor Adriano Pires. Segundo ele, a indústria do óleo e gás do país vive um momento importante e a assunção de um próximo governo que não mantenha as atuais diretrizes pode colocar todos

os ganhos alcançados a se perder. Ele quer resgatar o mercado da década de 90, quando o monopólio da Petrobras foi quebrado. Ainda segundo ele aspectos positivos da antiga lei do gás não foram à frente devido ao caráter intervencionista do governo da época. (Agência CanalEnergia - 24.09.2018)

Petrobras: Produção de petróleo e gás natural diminui em agosto e fica em 2,47 mi barris/dia

A produção total de petróleo e gás no mês de agosto no país foi de 2,47 milhões de barris de óleo boed p/dia, sendo 2,35 milhões boed produzidos no Brasil e 116 mil boed no exterior. As informações são Petrobras, que teve uma produção total operada de 3,15 milhões boed, sendo 2,99 milhões boed no Brasil. Em relação ao mês anterior, houve redução de 0,13% na produção, principalmente pela concentração de paradas programadas para manutenção, que ocorreram no FPSO Cidade de Angra dos Reis e no FPSO Cidade de Maricá, localizados no campo de Lula no pré-sal da Bacia de Santos, nas plataformas P-25 e P-31, localizadas no campo de Albacora no pós-sal da Bacia de Campos, e da continuidade da parada da plataforma de Mexilhão. (Agência CanalEnergia - 25.09.2018)

Santander: Nunca houve tanto dinheiro para investir em petróleo e gás

A agenda da energia renovável não vai mudar no futuro, afirmou o presidente do Santander no Brasil, Sergio Rial. Segundo ele, ainda assim, "o mundo nunca teve tanta liquidez, tanto dinheiro disponível para investir mesmo em um segmento que está sendo desafiado", referindo-se ao setor de petróleo e gás natural. O executivo, que participa de painel na Rio Oil & Gas, evento que ocorre de 24 a 27 de setembro no Rio de Janeiro, disse que a Petrobras fez uma boa gestão em focar nas áreas em que tem mais rentabilidade, notadamente exploração e produção em águas profundas. (Valor Econômico - 25.09.2018)

Petroleiras apostam no setor de gás brasileiro

O aumento da produção de petróleo com a exploração gradual da camada pré-sal e a transição energética têm reflexo na estratégia de negócios das grandes petroleiras, que irão investir em gás natural, energias renováveis e biocombustíveis. Junto ao óleo extraído nos campos chega o gás, o que deverá dobrar a produção do insumo para 250 milhões de m³ diários em 2030. Para reduzir as emissões de poluentes globais, o etanol brasileiro deve ganhar espaço diante de uma frota mundial que deverá dobrar de tamanho em 25 anos e atingir 2 bi de veículos. Investimentos em UFVs e EOLs também comporão o portfólio de novos negócios. Associado ao petróleo, o gás deverá ganhar espaço no consumo industrial e do setor elétrico. "Esperamos produzir mais gás com o desenvolvimento dos nossos campos de petróleo no Brasil", destaca Kjetil Tugland, diretor de gás da Equinor. "Terá de haver um fim para o gás, já que há restrições técnicas para ele ser reinjetado e não pode ser queimado por questões regulatórias", diz José Magela Bernardes, diretor-presidente da Prumo Logística, que investe em duas UTEs com 3 GW de capacidade instalada no porto de Açú

(RJ), um terminal de GNL com capacidade para 21 milhões m³/dia. Também será necessário desatar nós tributários. Um dos problemas é que cada Estado tem uma alíquota diferente sobre a molécula. (Valor Econômico - 02.10.2018)

Empresas apontam desafio de associar GNL com o setor elétrico

Um desafio para as empresas brasileiras do setor petrolífero é criar mais convergência entre o gás natural e o setor elétrico. A maior intermitência na matriz, com o avanço de usinas eólicas e solares, exigirá energia térmica na base. "Se as autoridades querem segurança total, isso tem um custo, se for previsto que a energia será despachada todos os dias por 25 anos, isso tem um valor de investimento de exploração e produção. É preciso então criar maneiras para não superdimensionar esse investimento e para aperfeiçoar o uso das térmicas no sistema", analisa Camila Schoti, gerente de assuntos regulatórios da Eneva, que produz 8 milhões de m³ por dia. Uma das principais novidades do setor é a chamada pública de contratação de capacidade no Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol) que a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG) está realizando. Ela será concluída em julho e contempla 18 milhões de m³ por dia. Todos os novos contratos firmados pela TBG passarão a contemplar o novo regime de entrada e saída, que amplia a concorrência e propicia mais flexibilidade para que comercializadoras e produtoras possam participar do mercado. As renováveis também integram o portfólio de investimentos futuros das empresas. Equinor e Petrobras firmaram semana passada memorando para desenvolvimento de negócios em eólicas offshore no Brasil. As empresas estão investigando ainda outras áreas de cooperação, incluindo o desenvolvimento de iniciativas em renováveis. (Valor Econômico - 02.10.2018)

Solidez de contratos e instituições traz credibilidade ao setor de gás no Brasil, afirmam diretores-jurídicos ligados ao setor

Encerrada na última quinta-feira, 27 de setembro, a Rio Oil&Gas, contou com a participação de muitos agentes do setor elétrico. Um dos temas mais discutidos do evento foi a estabilidade regulatória da indústria de gás e petróleo. Segundo Humberto Quintas, vice-presidente e diretor jurídico da BP Energy do Brasil, a estratégia do setor, diante do futuro novo governo, é "continuar a boa advocacia, preventiva e reativa, do que é importante para a indústria. E confiar nas instituições do Brasil, que são sólidas". Ele destacou ainda que qualquer que seja o próximo presidente terá que trabalhar com o Congresso. E lembrou a tradição do país de honrar contratos. O diretor-jurídico da Repsol Sinopec, Pablo Gay-Ger, concorda que "o que faz a grande diferença do Brasil em relação a outros países da América do Sul, é o respeito a contratos. Isso traz credibilidade a investimentos", ressaltou. (Valor Econômico - 02.10.2018)

Conclusão da chamada pública de gás do Centro-Sul fica para 2019

As distribuidoras do Centro-Sul estenderam para 31/01 de 2019 o prazo para recebimento de propostas para sua chamada pública de compra de gás natural. Antes, o envio das ofertas deveria ser feito até o dia 10/10. Pesaram na

prorrogação da data as divulgações, pela ANP, do cronograma de chamada pública para contratação de capacidade de transporte no Gasbol e da aprovação de Tomada Pública de Contribuições sobre medidas de incentivo para abertura do mercado de gás natural. (Brasil Energia - 02.10.2018)

BNDES: Liberado crédito de R\$ 62,9 mi para ampliação de usina a biomassa

A Diretoria do BNDES aprovou financiamento de R\$ 62,9 milhões para a ampliação da capacidade de cogeração de energia elétrica da Pitangueiras Açúcar e Álcool Ltda, usina localizada no município de Pitangueiras (SP), a 60 km de Ribeirão Preto. O objetivo é otimizar a capacidade industrial do empreendimento e maximizar o potencial de geração de energia a partir do bagaço de cana produzida. O projeto contempla também a interligação de sua subestação à rede da CPFL. Com investimento total de R\$ 78,6 milhões, o projeto envolve aquisição de maquinário de cogeração, construção de uma subestação elevadora interligada ao sistema em Morro Agudo, implantação de 7 km de linha de transmissão, e obras civis. Atualmente, a usina de cana-de-açúcar já produz energia suficiente para sua operação e conta com um excedente de 90 mil MWh que é negociado no mercado livre. (Agência CanalEnergia - 02.10.2018)

Mais chances para supridores de gás para o Centro-Sul

A postergação da chamada pública de contratação de gás por parte das distribuidoras do Centro-Sul do país pode representar um incremento no número de propostas a serem enviadas pelos supridores. A avaliação é do diretor para América Latina de Gás e GNL da Wood Mackenzie, Mauro Chavez. Ele acredita que a contratação de gás por parte das distribuidoras deve envolver montantes que podem chegar a até US\$ 6 bi na comercialização, incluídos nesse valor, além da compra da molécula, os custos relativos ao transporte do combustível. As 5 distribuidoras do Centro-Sul que coordenam a chamada pública anunciaram a postergação do prazo para envio de propostas de oferta de gás para 2019. (Brasil Energia - 03.10.2018)

Gás para Crescer esbarra em paradoxo, diz professor da UFRJ

A amplitude do programa Gás para Crescer, ao mesmo tempo em que busca várias soluções em diversas frentes, também dificulta a execução das propostas. Esse paradoxo ocorre porque os temas deveriam ser solucionados um de cada vez, analisa o professor do Instituto de Economia da UFRJ, Helder Queiroz Pinto. Ele afirmou à Brasil Energia que as questões abordadas pelo programa só serão resolvidas em longo prazo. “Não se resolve todos os problemas de uma vez só”, comentou. Para ele, o programa, ao tentar atacar diversas questões ao mesmo tempo, impõe dificuldades do ponto de vista da implementação. Entre os pontos fundamentais de atenção está a harmonização regulatória das regras relativas ao gás entre os estados, já que cada ente da federação tem suas próprias regras no que diz respeito à distribuição de gás e, principalmente, à incidência do ICMS. (Brasil Energia - 05.10.2018)

Baía de Guanabara fica sem GNL por tempo indeterminado

O navio Golar Winter, da Petrobras, deixou o terminal de regaseificação da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, nesta quarta-feira (3/10). A embarcação rumará ao terminal de GNL de Salvador, na Baía de Todos os Santos, onde aguardará ordens para seus próximos serviços. O deslocamento da embarcação faz parte do processo de otimização da frota de navios regaseificadores (FSRU) da petroleira, explicou o gerente de Assuntos Regulatórios e Relacionamento Externo da estatal, Dean William Moraes Carmeis, em carta enviada à Antaq. O terminal de GNL da Baía de Guanabara tem capacidade para transferir até 14 milhões de m³/d de gás natural para a malha de gasodutos Sudeste, atendendo principalmente as termelétricas da região. Assim sendo, ele ficará sem embarcações à disposição por tempo indeterminado. (Brasil Energia - 05.10.2018)

Abertura de mercado do gás ganha novo fôlego

O chamado Decreto do Gás deve ser definido em reunião na próxima segunda-feira (8/10), no MME, com a possível adoção de mais medidas infralegais. Esse é mais um passo que o governo dá em direção à abertura do mercado do gás, enquanto o substitutivo ao projeto de lei 6.407/13, o chamado PL do Gás, está estacionado na Câmara dos Deputados. Na semana passada, a diretora de Gás do MME, Symone Araújo, havia adiantado que o governo pretendia adotar algumas ações de alçada infralegal para tentar fazer as propostas do programa Gás para Crescer avançar. Como são infralegais, não necessitam de mudança na lei. Paralelamente, a ANP tem buscado meios para fazer com que as iniciativas propostas pelo programa Gás para Crescer possam caminhar. (Brasil Energia - 05.10.2018)

Setor de bioenergia aguarda portaria do MME para a possibilidade de produzir até 30% a mais em 2019

A indústria de produção de energia elétrica a partir de biomassa aguarda ansiosamente pela publicação de um comando legal que vai autorizar a expansão em até 30% das garantias físicas do setor em 2019. Em reunião com lideranças do setor na semana passada, o MME se comprometeu a publicar uma portaria excepcional até o final do ano. Há oito dias o MME soltou uma portaria ordinária revisando a garantia física de 116 usinas a biomassa. Destas, 73 apresentaram aumento de garantia física, enquanto 43 apresentaram redução. Além disso, sete empreendimentos tiveram sua garantia física definida. No geral, o setor teve um aumento de 3% das garantias físicas para 2019, volume considerado muito aquém do potencial de produção do segmento, segundo levantamento da Associação Brasileira da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA). (Agência CanalEnergia - 08.10.2018)

Produção de gás recorde em julho tem apenas 50% disponibilizado para o mercado

A produção nacional de gás natural do país registrou recorde em julho, ao atingir 116 milhões de m³/dia. Apesar do volume recorde, praticamente só metade desse montante foi disponibilizado efetivamente ao mercado, mesmo com o aumento da demanda por parte das termelétricas. O dado está no Boletim de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural. A demanda de gás do país saiu de 87,8 milhões de m³/dia, em junho, para 89,6 milhões de m³/dia em julho. O consumo para fins de geração de energia ficou em 36,7 milhões de m³/dia no sétimo mês do ano, frente a 34,9 milhões de m³/dia do mês anterior. De acordo com o documento, o volume destinado ao mercado foi de 57,8 milhões de m³/dia, enquanto a reinjeção atingiu 36,1 milhões de m³/dia – quase equivalente à capacidade do Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol), que transporte até 30 milhões de m³/dia da Bolívia. Esse total reinjetado também equivale a todo o parque térmico a gás do país. (Brasil Energia – 16.10.2018)

Consultas públicas da ANP para mercado do gás devem ter forte engajamento de agentes, afirma especialista

A decisão da ANP de realizar tomadas de consultas públicas para incentivar a concorrência do gás deverá mostrar o engajamento dos agentes no tema. De acordo com a advogada Livia Amorim, do Souto Correa Advogados, mesmo com um cenário de incerteza, movimentos em prol do incremento do mercado já estão sendo feitos, como a contratação de usinas termelétricas. “Os agentes continuam engajados, inclusive porque algumas decisões de longo prazo já foram feitas. Alguns projetos já foram vendidos em leilão, como GNA, Celse, Vale Azul e o fechamento de ciclo da Eneva. Houve um esforço para quebrar a inércia que não vai parar aí. Os agentes continuam se mexendo”, afirma. (Agência CanalEnergia – 17.10.2018)

Wood Mackenzie: China deve responder por 50% da demanda global de GNL

Com a recuperação do setor de petróleo e gás da região da Ásia-Pacífico nos próximos meses, a demanda de gás natural liquefeito (GNL) na Ásia deve continuar a crescer de forma consistente. Esse aumento é puxado, principalmente, pela China, cuja demanda alcançou 8 milhões de toneladas no ano passado impulsionada pela substituição do uso do carvão por gás para fins de geração de energia. A previsão é que a compra de GNL pelo país chinês atinja 12 milhões de toneladas, respondendo a 50% do crescimento da demanda global do combustível, de acordo com relatório da consultoria Wood Mackenzie. Até 2030, a projeção é que demanda na região cresça 60%. Diante desses sinais, o estudo aponta para a necessidade de os fornecedores responderem a essa ampliação por meio da entrada em operação de novas unidades de liquefação. De acordo com o diretor analista para a área de Gás e GNL para a América Latina do escritório, Mauro Chavez, no caso brasileiro, o país acaba tendo de arcar com preços que variam entre US\$ 10 e US\$ 12 por milhão de BTU. Segundo Chavez, esse tipo de combustível será relevante para o Brasil balancear o mercado de gás. No entanto, a conjuntura de preços de GNL em um mercado mais ajustado pode fazer com que o combustível se torne mais caro para térmicas a gás contratadas em leilões de energia nova. (Brasil Energia – 17.10.2018)

Abegás: Consumo de gás pela indústria atinge recorde em agosto

O consumo de gás natural pela indústria do Brasil ultrapassou a marca de 30 milhões de metros por dia em agosto pela primeira vez em 38 meses e atingiu um recorde, reflexo de recuperação econômica, informou nesta quinta-feira a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás). No oitavo mês do ano, o consumo pela indústria foi de 30,3 milhões de metros cúbicos por dia, alta de 3,5 por cento ante julho e de 7 por cento frente igual período de 2017. No acumulado de 2018, o avanço é de 4,6 por cento. Considerando-se todos os setores da economia, o consumo total de gás no Brasil em agosto foi de 72,17 milhões de metros cúbicos ao dia, retração de 1,7 por cento ante julho e queda de 5,6 por cento na comparação anual. Conforme a Abegás, o número de consumidores de gás natural já ultrapassa mais de 3,4 milhões em todo o país, crescimento de 7 por cento em relação a 2017. (Reuters - 18.10.2018)

Abegás: Consumo de gás para térmicas cai 20% em agosto

O menor despacho de termelétricas refletiu no consumo de gás natural em agosto. O volume total consumido no país alcançou 72,1 milhões de m³/dia, queda de 5,60% na comparação com o mesmo mês do ano passado. Comparado com julho, quando foram consumidos 73,4 milhões de m³/dia, a retração é de 1,75%. Somente para geração de energia elétrica, o consumo caiu 20%, atingindo 28,4 milhões de m³/dia. No comparativo com julho, o consumo termelétrico teve queda de 8,38%, com 30,9 milhões de m³/dia, segundo a Abegás. Já o consumo residencial se manteve praticamente estável, passado de 1,404 milhão de m³/dia para 1,402 milhão de m³/dia. No segmento comercial, o consumo aumentou 6,56%, ao atingir 869 mil m³/dia em agosto deste ano. O segmento de cogeração registrou consumo de 2,788 milhões de m³/dia, aumento de 5,52%. (Brasil Energia - 18.10.2018)

Governo vai aprofundar estudos até dezembro e pretende lançar edital de Angra 3 em 2019

O governo vai aprofundar nos próximos dois meses os estudos para a retomada de Angra 3, para que o edital da licitação que vai escolher um parceiro para o empreendimento possa ser lançado no ano que vem. As premissas do edital e o tipo de licitação serão definidos por um grupo de trabalho vinculado ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos. O primeiro passo para tornar o empreendimento atrativo aos investidores foi dado no dia 9 de outubro, quando o Conselho Nacional de Política Energética aprovou preço de referência de R\$ 480,00/MWh para a energia da usina. A preço atual de Angra 3 está na faixa de R\$ 240/MWh. O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr, comentou em conversa com jornalistas na última quinta-feira, 18, que “já estaria muito satisfeito” se o documento com as regras da licitação fosse lançado até meados de 2019. (Agência CanalEnergia - 19.10.2018)

IBP: Mudança na tributação de ICMS no Amazonas inviabiliza produção de gás

Mudanças adotadas pelo governo de Amazonas para elevar a cobrança de ICMS sobre o gás natural ameaçam inviabilizar investimentos da indústria no Estado. Alterações na alíquota, base de incidência e o início da vigência da substituição tributária geraram um aumento de 38% no preço final do insumo ao consumidor final, de acordo com o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP). As mudanças anunciadas pelo governo do Amazonas afetam basicamente duas empresas: Petrobrás e Eneva. (O Estado de São Paulo – 23.10.2018)

Abep: Impactos da substituição tributária do gás no Amazonas

O estado do Amazonas deve perder R\$ 2 bilhões com o decreto estadual de 38.910/2018, em vigor desde 26 de abril deste ano e que altera o sistema de tributação do ICMS do gás natural no estado. O impacto da nova norma atinge ainda todos os elos da cadeia, encarecendo o preço do gás natural e também o custo da energia gerada por termelétricas na região. As conclusões constam do estudo da Associação Brasileira de Empresas de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (Abep), que prevê uma paralisação de investimentos por parte das empresas produtoras de gás. Para chegar a esses números, a Abep fez uma simulação para mensurar os impactos da nova regra em comparação com as normas anteriores ao decreto. O estudo levou em conta algumas premissas – para projetos de gás – como volume de reservas de 28,70 milhões de barris de óleo equivalente (boe), contratos de 35 anos de produção, preço do gás a US\$ 3,94 por milhão de BTU, preço do Brent em US\$ 65 o barril e volume de investimentos de US\$ 4 por barril, tendo alíquota de ICMS de 25% e royalties de 8%. (Brasil Energia – 25.10.2018)

Adiada entrega de propostas para chamada pública de gás no NE

A exemplo do que ocorreu com a chamada pública coordenada pelas distribuidoras de gás natural do Centro-Sul, o processo envolvendo as distribuidoras do Nordeste também alterou o prazo de entrega das propostas. Inicialmente, os interessados teriam prazo até o dia 8/11, agora, ficou para 31 de janeiro de 2019. Pesou na mudança o lançamento da Tomada Pública de Contribuições (TPC), por parte da ANP, com medidas de incentivo à concorrência no setor. A avaliação do mercado é que, enquanto a questão do transporte não for equacionada, como modelo ideal de tarifação, processos como as chamadas públicas terão dificuldades. O presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), George Ventura, acredita que questões estratégicas também contribuíram para a prorrogação da chamada, uma vez que, a partir da consulta da agência reguladora, a competitividade das propostas de interesse pode ser fortalecida. (Brasil Energia – 26.10.2018)

Petrobrás: Produção de petróleo e gás se mantém estável em setembro

A produção total de petróleo e gás no mês de setembro foi de 2,47 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), sendo 2,35 milhões boed produzidos

no Brasil e 125 mil boed no exterior. A informação é da Petrobras, que operou em parcela própria e dos parceiros, 3,18 milhões boed, sendo 3,02 milhões boed no Brasil. Segundo a petroleira, a produção total de óleo e gás se manteve estável comparada ao mês anterior, com redução na parcela de produção de óleo ocasionado por paradas para manutenção das plataformas P-57, no campo de Jubarte, e na P-52, no campo de Roncador, ambas localizadas na Bacia de Campos. O volume foi compensado pelo aumento na produção de gás devido, principalmente, à normalização da produção da plataforma de Mexilhão. A companhia também destaca que atingiu o recorde mensal de aproveitamento do gás produzido, de 97,1%, e que mantém o seu compromisso com a meta de produção divulgada no Plano de Negócios e Gestão 2018-2022, tendo em vista o ramp-up de prospecção das plataformas que já iniciaram operação este ano (P-74, no campo de Búzios, FPSO Cidade de Campos, no campo de Tartaruga Verde e P-69, no campo de Lula) e o início da produção de novos sistemas previstos até o final de 2018. (Agência CanalEnergia – 30.10.2018)

Setor de cogeração a biomassa aguarda medida do MME para ampliar oferta

O setor sucroenergético continua na expectativa de publicação, pelo MME, de uma portaria que permitirá às usinas de cana-de-açúcar flexibilizarem em até 30% suas respectivas garantias físicas para 2019. Na prática, as empresas poderão ampliar a oferta de energia que estão autorizadas a comercializar, trazendo, assim, benefícios diretos ao atual quadro de abastecimento do setor elétrico brasileiro, que, no momento, ainda enfrenta baixo volume de água nos reservatórios das hidrelétricas. Após diversas reuniões com o governo, a medida de flexibilização das garantias físicas das usinas, em até 30%, chegou a ser confirmada pelo próprio secretário de Planejamento Energético do MME, Eduardo Azevedo. A preocupação com a demora na publicação da portaria é que se aproxima a data limite para que as companhias de geração do setor, incluindo as que exportam bioeletricidade para o SIN, façam as suas declarações de sazonalização de garantia física para 2019. (Brasil Energia – 30.10.2018)

Secretaria de Energia e Mineração de SP define percentual mínimo de biometano na rede de gás

Depois de mais de um ano em deliberação, a Secretaria de Energia e Mineração de São Paulo definiu o percentual mínimo obrigatório de inserção de biometano na rede de gás canalizado, que precisará ser atendido pelas três concessionárias paulistas – Comgás, GasBrasiliano e Gas Natural Fenosa. A decisão foi feita pelo Comitê Paulista de Biogás, formado por representantes do governo, da indústria e da comunidade acadêmica. Quando publicado o decreto regulamentador, depois de três anos, a Comgás precisará adquirir e adicionar 0,5% de biometano em sua rede e as demais 1%. No quarto ano, o percentual deverá ser dobrado, para 1% para a Comgás e 2% para a Gas Brasiliano e Gas Natural Fenosa. O projeto de lei complementar à Política Paulista do Biogás (Decreto 58.659/2012) e fundamentado pela resolução Arsesp 744 vai para a Assembleia Legislativa ainda neste ano, segundo Abreu. (Brasil Energia – 01.11.2018)

PL do Gás pode ser votado nesta semana

O substitutivo ao Projeto de Lei 6407/13, o chamado PL do Gás, dever ir à votação na Comissão de Minas e Energia (CME) no próximo dia 7/11, após o relator da proposta, deputado Marcelo Squassoni (PRB-SP) – que também é presidente da comissão -, ter apresentado parecer pela aprovação da matéria. Está incluído no projeto o Dutogás, proposta do deputado Julio Lopes (PP-RJ) que pretende usar fatia de 20% do fundo do pré-sal para custear a expansão de rede de gasodutos do país. Há quase um ano o governo tenta aprovar o PL, que é fruto das discussões do programa Gás para Crescer. (Brasil Energia – 05.11.2018)

ANP: Produção de óleo e gás no pré-sal sobe 3,7% e bate recorde

No mês de setembro, a produção de petróleo e gás do Brasil foi de aproximadamente 3,196 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d), segundo dados divulgados pela ANP. Foram prospectados 2,486 milhões de barris de petróleo por dia (bbl/d), redução de 1,4% na comparação com o mês anterior e de 5,9% em relação a setembro de 2017. Já a produção de gás natural totalizou 113 milhões de m³ por dia, um aumento de 6,1% em comparação ao mês anterior e uma redução de 0,9%, se comparada com o mesmo mês de 2017. O aproveitamento de gás natural no mês alcançou 97,2% do volume total produzido, com a disponibilização ao mercado de 56,4 milhões de metros cúbicos por dia. Já a queima de gás movimentou 3,1 milhões de metros cúbicos por dia, redução de 0,6% se comparada ao mês anterior e de 7,7% em relação ao mesmo mês em 2017. (Agência CanalEnergia – 06.11.2018)

Petrobras reduz GLP industrial em 5,6%

Um dia após anunciar reajuste de 8,5% no preço do Gás Liquefeito do Petróleo (GLP) para uso residencial, a Petrobras anunciou, na terça-feira (6/11), redução de 5,6% no valor do GLP industrial, vendido em embalagens acima de 13 quilos. O ajuste entra em vigor para as distribuidoras nesta quarta-feira (7/11). O Sindigás informou que, para o consumidor final, a redução pode variar de 5,2% a 5,9%, dependendo do polo de suprimento. Ainda de acordo com cálculos da entidade, o GLP industrial ficará 44% mais caro do que o gás residencial, mesmo com a redução anunciada pela estatal. O Sindigás considera que a falta de uma política de preços para o GLP empresarial faz persistir essa diferença de preços entre os dois tipos do gás liquefeito. Já a Petrobras justifica que a política de preços para o GLP industrial e comercial vendido nas refinarias tem como base o preço de paridade de importação, formado pelas cotações internacionais destes produtos mais os custos de importação, como transporte e taxas portuárias. (Brasil Energia – 07.11.2018)

Bento Gonçalves (RS) terá usina a gás de síntese do lixo

O município de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, lança na próxima semana edital de concorrência de uma PPP para instalação de usina de

tratamento térmico do lixo doméstico e consequente conversão em energia elétrica. A tecnologia escolhida em uma primeira etapa do processo licitatório, no fim do ano passado, foi a de reator de pirólise lenta a tambor rotativo, vencida pela empresa Planex, de Belo Horizonte, Minas Gerais. O edital de agora, que sofreu alguns adiamentos para esclarecimentos pedidos pelo Tribunal de Contas do estado, escolherá a empresa responsável pela implantação e operação da planta. Há seis empresas pré-qualificadas para participar do certame. Geradores a aproveitarão o gás de síntese (syngas) gerado no reator de pirólise e terão capacidade instalada de 16,4 MW, dos quais 2 MW serão utilizadas pela própria usina, 12 MW serão utilizados em prédios públicos e em iluminação pública e os restantes 2 MW poderão ser comercializados com terceiros, explica o secretário de desenvolvimento econômico, Silvio Bertolini. (Brasil Energia - 07.11.2018)

EPE: Capacidade de térmicas a gás pode chegar a 23 GW em dez anos

A capacidade instalada de termelétricas a gás natural, que hoje é de 12 GW, pode chegar a 23 GW em dez anos. Com isso, a modalidade deve aumentar sua participação na matriz energética, saltando de 8% para 11% no período. No total, a capacidade instalada deve atingir 216 GW daqui a uma década. Apesar do avanço, a fatia correspondente à fonte na matriz energética tem potencial para ser maior, avalia o diretor de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis da EPE, José Mauro Coelho. Isto porque ainda não está definida qual fonte será contemplada para o atendimento ao consumo de ponta, que deve responder por 6% da matriz em 2027. Caso a opção seja pela contratação de mais térmicas a gás, a participação dessa fonte no mix de geração deve ser ampliada. Hoje, a demanda termelétrica está em 34 milhões de m³/dia e deve atingir 35 milhões de m³/dia em 2027. Se considerar a demanda termelétrica indicativa de usinas a ciclo combinado, poderá ocorrer um acréscimo de 23 milhões de m³/dia em 2027. (Brasil Energia - 08.11.2018)

AESBZ: Brasduto pode ajudar na atração de investimentos

A perspectiva da criação de um fundo para fomentar a ampliação da malha de gasodutos do país, o Brasduto, pode impulsionar a atração de investimentos para o setor. É o que analisa advogado Daniel do Vale, responsável pela equipe de Energia e sócio do escritório AESBZ. Apesar da boa expectativa, observa, ainda levará tempo para dizer se o projeto - versão do Senado do Dutogás - se mostrará viável ou não. A proposta foi apresentada como emenda ao Projeto de Lei 209/2015, aprovado na quarta-feira (7/11) pelo Senado. Pelo texto, o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e Escoamento da Produção tem por objetivo fomentar a expansão da malha de transporte de gás para todas as capitais brasileiras. Enquanto o Brasduto avança, o substitutivo do Projeto de Lei 6.407/13, que seria analisado ontem (7/11) pela Comissão de Minas e Energia (CME), acabou sendo retirado da pauta e fica, mais uma vez, parado na Câmara dos Deputados. Ainda não há uma nova data para a próxima reunião da comissão. (Brasil Energia - 08.11.2018)

Relator de PL do Gás acredita que projeto pode ficar para 2019

O Projeto de Lei do novo marco do mercado de gás natural corre o risco de ficar somente para a próxima legislatura. Na avaliação do deputado Marcelo Squassoni (PRB-SP), relator do projeto e presidente da CME, a falta de bom senso por parte de alguns agentes estaria emperrando o andamento do PL do Gás na Comissão de Minas e Energia (CME). Se não fosse isso, diz, haveria tempo hábil para que a proposta fosse votada antes do recesso parlamentar de fim de ano. Squassoni explicou à Brasil Energia que a proposta foi retirada de pauta da última reunião, ocorrida na quarta-feira (7/11), por discordâncias por parte de alguns agentes. Diante da situação, o parlamento decidiu por abrir espaço para o recebimento de sugestões. A previsão é que este material seja analisado no próximo dia 12/11 para só depois ser novamente incluído na pauta da comissão. (Brasil Energia - 09.11.2018)

MME: Agosto tem a maior regaseificação de GNL desde 2015

A parada programada da plataforma do campo de Mexilhão, na Bacia de Santos, impactou a oferta de gás natural ao longo do mês de agosto e elevou a oferta de Gás Natural Liquefeito (GNL) para o maior nível desde novembro de 2015. De acordo com o Boletim de Acompanhamento da Indústria do Gás Natural, do MME, houve ampliação para 20,5 milhões de m³/dia na regaseificação de GNL, contra 13,4 milhões de m³/dia observados em julho. Em novembro de 2015, foram injetados na rede 20,98 milhões de m³/dia de GNL naquele mês. O terminal de regaseificação da Baía de Guanabara (RJ) foi o responsável pelo acréscimo da entrada de GNL no mercado nacional em agosto, após vários meses em ociosidade. Foram regaseificados nesse terminal 8,03 milhões de m³/dia. Além de novembro, outros dois meses em 2015 superaram a marca de regaseificação de 20 milhões de m³/dia: agosto (20,22 milhões de m³/dia) e abril (23,33 milhões de m³/dia). Aquele foi um dos anos em que mais houve oferta de GNL no país. (Brasil Energia - 12.11.2018)

EPE: Publicado estudo sobre Estocagem Subterrânea de Gás Natural

A história e o desenvolvimento da estocagem subterrânea de gás natural (ESGN) é indissociável da do gás natural. Por se tratar de uma indústria de rede, a indústria de gás natural requereu desde o seu início tecnologias para lidar com o descasamento temporal e espacial da oferta e da demanda. Nesse sentido, a ESGN seria uma forma de garantir segurança de suprimento, possibilitando ainda o balanceamento da malha de gasodutos tanto no sentido de estocar excedentes ou injetando na rede em caso de eventuais dificuldades de fornecimento por parte de agentes carregadores ou produtores. Apesar da importância potencial da ESGN para a indústria de gás no Brasil, esta atividade ainda se encontra muito incipiente no país, carecendo de discussões sobre a sua regulamentação e de possíveis incentivos à pesquisa e implementação da atividade. Sendo assim, esta Nota Técnica tem como objetivo analisar a experiência internacional acerca da atividade de ESGN, suas características técnicas, custos e aspectos regulatórios, além de avaliar, por meio de estudos de caso elaborados pela EPE, a viabilidade técnica e econômica desta atividade no Brasil. Para ler o texto na íntegra, clique [aqui](#). (EPE - 13.11.2018)

UTE Mauá 3 coloca 189,55 MW em operação comercial

A Aneel autorizou a operação comercial da unidade geradora nº 2 da UTE Mauá 3 por tempo determinado desde o último sábado 17 de novembro até 31 de dezembro. A unidade geradora tem capacidade instalada de 189,55 MW. A usina, localizada em Manaus (AM), pertence a Amazonas GT. (Agência CanalEnergia – 19.11.2018)

Abiogás: Dados brasileiros referentes a potencial de produção de Biogás

A Associação Brasileira do Biogás e do Biometano (Abiogás) atualizou os dados referentes ao potencial brasileiro de produção de biogás, que, no último levantamento, de 2015, era de 51,4 bilhões de m³/ano. Agregando novos substratos da produção agrícola coletados na pesquisa de 2018, e somados a demais resíduos dos setores sucroenergético, agropecuário e de saneamento, o potencial renovado é da ordem de 82 bilhões de m³/ano. A Abiogás detalha o potencial: 41,3 bilhões de m³ seriam do setor sucroenergético, 37,3 bilhões de m³ da agropecuária, 3,1 bilhões de m³ de saneamento. Com relação ao biometano, o potencial brasileiro é de 45,3 bilhões de m³/ano. Se todo o biogás fosse empregado para geração de energia elétrica, o país seria capaz de suprir 36% da atual demanda elétrica. Já se ele fosse purificado para a produção de biometano, a possibilidade seria de suprir 70% da demanda interna de diesel combustível, conforme dados da ANP para 2017. (Brasil Energia – 21.11.2018)

Bolívia está próxima de assinar contratos de gás com empresas brasileiras

O governo boliviano espera assinar, nas próximas semanas, memorandos de entendimento com empresas que atuam no mercado de gás natural do Brasil e da Argentina. Segundo o ministro boliviano dos hidrocarbonetos, Luiz Alberto Sanchez, o governo está negociando contratos de venda de gás natural para até três empresas privadas do setor do Brasil e da Argentina, sem especificar os nomes dessas companhias. O preço do gás boliviano, enfatizou ele, continuará sendo o mais competitivo da região, sendo, inclusive, mais barato do que o que será produzido no pré-sal brasileiro e o gás produzido no campo de Vaca Muerta, na Argentina. Em entrevista à rádio estatal Patria Nueva, Sanchez adiantou ainda que é esperado o ingresso de investimentos de até US\$ 2,5 bilhões nos campos de exploração no país por parte das empresas que atuam na Bolívia para o próximo ano. A expectativa é que, com os recursos, sejam descobertos entre dois e três poços de exploração. (Brasil Energia – 22.11.2018)

[<topo>](#)

CBIE: Expansão do mercado de gás esbarra em falta de políticas públicas

A ampliação do mercado de gás natural do Brasil esbarra na falta de políticas públicas capazes de promover o aumento do consumo por parte dos diferentes segmentos. Embora energia elétrica e indústria sejam os maiores consumidores de gás do país, a fatia correspondente ao energético na matriz de consumo destes

dois setores fica pouco acima de 10%. Atualmente, o gás natural representa somente 11,3%, em média, do que é consumido pelas indústrias – dado que se mantém há anos -, apesar de o setor industrial responder por 32,9% da demanda final de gás. O transporte, que possui grande potencial para ser consumidor de gás natural, responde apenas por 2,1% na frota nacional, ante 44% do óleo diesel, 29,4% da gasolina e 16,4% do etanol. O mercado de gás natural enfrenta ainda concorrência de outras fontes de combustíveis que contam com subsídio do governo, como o Gás Liquefeito do Petróleo (GLP), para expandir no segmento residencial, por exemplo. Na avaliação do diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, se o governo não encontrar soluções que permitam a expansão do mercado de gás no país, toda a produção proveniente do pré-sal poderá seguir para a exportação, por meio de terminais de liquefação de gás, já que a indústria não terá como escoar o insumo. (Brasil Energia – 22.11.2018)

EPE sugere políticas públicas para estimular consumo de gás

O estímulo ao consumo de gás natural será essencial para definir a monetização do insumo explorado no pré-sal. Mas isso dependerá da adoção de políticas públicas, conforme explicou nesta sexta-feira (23/11), o diretor de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis da EPE, José Mauro Coelho. Ele lembrou que até 2027, só o pré-sal deve produzir até 48 milhões de m³/dia de gás. Coelho cita que o gás tem grande potencial de uso nos transportes público, na agricultura – por meio de tratores, por exemplo – e também no transporte marítimo. São áreas pouco exploradas pelo país e que, de acordo com ele, vale a pena estimular. O diretor participou de seminário sobre mobilidade a gás natural, promovido pela Abegás. Entre políticas que poderiam ser adotadas estão o estabelecimento de metas de emissão de gases poluentes, incentivos a fabricação de veículos a gás e criação de critérios para que veículos equipados com combustíveis fósseis sejam impedidos de circular em determinadas áreas das grandes capitais. (Brasil Energia – 23.11.2018)

Tarifa de gás em Santa Catarina pode subir 6% em janeiro

A tarifa de gás natural em Santa Catarina pode sofrer reajuste de até 6% em janeiro, conforme adiantou o gerente de regulação da Agência Reguladora de Serviços Públicos (Aresc), Silvio César dos Santos Rosa. O valor final desse reajuste, entretanto, dependerá do movimento do dólar, uma vez que o gás natural consumido no estado é importado da Bolívia. A perspectiva de alta preocupa a indústria. De acordo com Otmar Müller, presidente da Câmara de Assuntos de Energia da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), embora esteja em curso uma melhora do mercado, ainda há setores que estão deprimidos e as empresas estão trabalhando com dificuldades em termos de rentabilidade. Para ele, qualquer mexida nos preços representa elevação de custos e afeta a competitividade. (Brasil Energia – 27.11.2018)

MME: Importação de gás sobe para atender demanda de térmicas

A demanda total de gás natural em setembro alcançou 92,5 milhões de m³/dia, aumento de 6,81% na comparação com o mês anterior. O resultado é reflexo do maior consumo de gás natural por parte das termelétricas. Para fazer frente a essa ampliação, foi necessário importar mais gás, principalmente por meio de GNL. O volume importado em setembro chegou a 23,2 milhões de m³/dia. No total, considerando a importação da Bolívia, a oferta importada chegou a 47,6 milhões de m³/dia. O uso do gás para geração elétrica saltou de 33,4 milhões de m³/dia para 41,5 milhões de m³/dia, superando o consumo de gás pelo segmento termelétrico, que, no mês, chegou a 39,1 milhões de m³/dia. Se de um lado, a regaseificação de GNL cresceu, o mesmo não aconteceu com o volume trazido da Bolívia, que ficou praticamente estável na comparação com agosto: 24,46 milhões de m³/dia em setembro contra 24,06 milhões de m³/dia no mês anterior. (Brasil Energia – 29.11.2018)

Petrobras: Produção de petróleo e gás aumenta 8% em outubro

A produção total de petróleo e gás da Petrobras, incluindo líquidos de gás natural (LGN), foi de 2,66 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), sendo 2,54 milhões boed produzidos no Brasil e 119 mil boed no exterior. A produção total operada da companhia (parcela própria e dos parceiros) foi de 3,34 milhões boed, sendo 3,18 milhões boed no Brasil. Em relação ao mês anterior, houve um aumento de 8% da produção total de óleo e gás devido, principalmente, ao início de produção da plataforma P-69, no campo de Lula, localizado no pré-sal da Bacia de Santos, além do término das paradas para manutenção das plataformas P-57, no campo de Jubarte, P-52, no campo de Roncador, e P-25 e P-31, no campo de Albacora, localizadas na Bacia de Campos. A Petrobras informou que mantém o seu compromisso com a meta de produção divulgada no Plano de Negócios e Gestão 2018-2022, tendo em vista o ramp-up de produção das plataformas que já iniciaram operação esse ano (P-74 e P-75, no campo de Búzios, FPSO Cidade de Campos, no campo de Tartaruga Verde e P-69, no campo de Lula). (Agência CanalEnergia – 29.11.2018)

EPE: Estocagem de gás pode ser alternativa para renováveis

A longo prazo, a estocagem subterrânea de gás natural pode ser uma alternativa para a intermitência das usinas de energia renovável, como a eólica e a solar, a longo prazo. A EPE estuda a forma mais viável de fazer com que a estocagem seja compatível com o mercado nacional, do ponto de vista do balanceamento da oferta. O GNL é considerado, atualmente a opção mais viável do ponto de vista da flexibilidade para a operação das renováveis por meio da complementação termelétrica. Empresas também já buscam essa alternativa para projetos. (Brasil Energia – 04.12.2018)

Abegás: Consumo de gás atinge maior patamar em mais de três anos

O consumo de gás natural no país atingiu cerca de 79,222 milhões de m³/dia em setembro – o maior patamar em mais de três anos. A última vez que isso aconteceu foi em junho de 2015, quando chegou a 79,279 milhões de m³/dia. Na

comparação com setembro do ano passado, a alta foi de 5,15%. No acumulado do ano até setembro, houve aumento de 4,42%, ao sair de 63,045 milhões de m³/dia, em 2017, para 65,834 milhões de m³/dia. Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (5/12) pela Abegás. (Brasil Energia – 05.12.2018)

Governo do MS perto de fechar contrato de gás com a Bolívia

O governo do Mato Grosso do Sul está próximo de fechar um acordo de compra direta de gás natural proveniente da Bolívia. O governador Reinaldo Azambuja viaja, nos dias 12/12 e 13/12, para Santa Cruz de La Sierra para apresentar as projeções de demandas, solicitadas pelo governo boliviano, como forma de garantir o fornecimento de gás natural para o estado – o que inclui o fornecimento de combustível para a termelétrica Ladário, em fase de instalação. O país vizinho, por sua vez, vem sinalizando que pode formalizar o acordo ainda neste ano. (Brasil Energia – 05.12.2018)

2 Findes envia carta ao governo cobrando gás mais competitivo no Espírito Santo

A Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) enviou carta ao governo do estado para pedir que a futura distribuidora de gás ofereça um preço de gás natural mais competitivo para as empresas que atuam no Espírito Santo. Apesar de produzir cerca de 10 milhões de m³/dia, o estado possui hoje o segundo preço mais caro do país, perdendo apenas para o Amazonas, segundo o MME. Atualmente, o preço do insumo no Espírito Santo chega a US\$ 15,59 por milhão de BTU. (Brasil Energia – 07.12.2018)

Rondônia busca no GNL ou biogás alternativas para o mercado de gás

A Companhia Rondoniense de Gás (Rongás), em parceria com a Agência de Regulação de Serviços Públicos do Estado de Rondônia (Agero), busca alternativas para viabilizar o consumo de gás do estado. Na mesa estão opções como o GNL importado, que chegaria pelos rios Amazonas ou Madeira; o biogás obtido através da biodigestão de biomassa e resíduos sólidos em aterros sanitários locais; e a distribuição pelo modal rodoviário por meio do Gás Natural Comprimido (GNC). (Brasil Energia – 12.12.2018)

II. Tecnologia

GE fornecerá solução digital para 14 térmicas da Enel

A GE fornecerá solução digital para 14 termelétricas da Enel, localizadas na Europa e América Latina. As ferramentas farão o diagnóstico e manutenção do funcionamento das usinas utilizando a plataforma Predix. O software estará disponível em 13 usinas a gás natural e uma a carvão, com capacidade instalada total de 7 GW. O sistema fará o monitoramento para as térmicas. A previsão é que a implementação do software comece ainda este mês e seja finalizada até o final do ano. O aplicativo APM, baseado na plataforma Predix, usa análises preditivas para examinar dados, detectar e diagnosticar problemas de equipamentos antes que eles ocorram, com objetivo de aumentar a confiabilidade e disponibilidade de ativos, ao mesmo tempo em que reduz as operações e os custos de manutenção. As máquinas, conectadas e equipadas com sensores de dados, coletam grandes quantidades de informações em um banco de dados centralizado. (Brasil Energia - 10.01.2018)

CS Bioenergia vai receber resíduos alimentares para complementar geração de biogás

A CS Bioenergia, usina a biogás instalada dentro da área da estação de tratamento de esgoto (ETE) Belém, em Curitiba (PR), da Sanepar, em breve começará a receber a totalidade de resíduos necessários para poder colocar seus motogeradores em operação. Desde junho de 2017, a empresa - sociedade entre a companhia de saneamento paranaense (40%) e o grupo Cattalini (60%) - já gera biogás a partir da digestão do lodo de esgoto recebido da estação. Apesar de já bombear para seus biodigestores a totalidade do lodo da ETE - 800 m³/dia - o biogás gerado ainda não atende a necessidade mínima para alimentar os dois motogeradores da GE Jenbacher de 1.4 MW cada. "Por enquanto estamos queimando o gás no flare", revelou o diretor técnico da CS Bioenergia, Luciano Fedalto. Antes de entrar na digestão, o lodo sofre desagüe (remoção da água por centrifugação). Para atingir o volume necessário, a usina conta com o acréscimo de mais resíduos orgânicos nos biodigestores, o que começará a ocorrer na próxima semana, quando será concedida licença de operação para recebimento de resíduos de terceiros no local. Segundo Fedalto, provavelmente a partir do próximo dia 15/1 cerca de 30 toneladas por dia de resíduos orgânicos de frutas e legumes do Centro de Abastecimento do Paraná, o Ceasa, principal entreposto de alimentos da região metropolitana, chegarão para serem preparados para entrada nos dois biodigestores. Na sequência, mais 140 toneladas diárias, de forma paulatina, serão agregadas a esse volume, provenientes de restaurantes, cozinhas, indústrias de alimentos, hotéis e supermercados. Ainda neste mês, a Aneel deve dar a autorização para conectar a usina à rede da Copel. A energia, segundo o diretor, deve servir de crédito para compensação como geração distribuída pela Sanepar, a maior consumidora de energia do estado. (Brasil Energia - 10.01.2018)

Certificadora internacional dá nota máxima à INB

O Laboratório de Controle Ambiental da Unidade de Concentrado de Urânio da INB, em Caetité, na Bahia, acaba de receber uma certificação internacional que comprova a capacidade da empresa em determinar com precisão a presença de urânio na água e no solo. A conquista é significativa por assegurar os dados obtidos no monitoramento ambiental e garantir que a atividade de mineração se desenvolva de maneira sustentável. A unidade da INB foi aprovada com conceito máximo no programa de proficiência da empresa norte-americana Environmental Resource Associates, referência mundial na área e credenciada pelo órgão internacional American Association for Laboratory Accreditation. No total, 45 laboratórios de diferentes países foram avaliados dentro do mesmo conjunto de parâmetros ambientais. A Instituição também foi avaliada no Programa Nacional de Intercomparação Laboratorial do Instituto de Radioproteção e Dosimetria para urânio em água. O desempenho analítico foi considerado bom, o que significa conceito máximo na avaliação do Programa. Para a gerente de Segurança, Radioproteção e Ambiental da INB, Andréa Borba, esse tipo de certificação norteia o laboratório, comparando o desempenho com outros semelhantes, indicando ações preventivas para melhoria dos procedimentos e oportunidades de treinamento. (Agência Canal Energia - 24.01.2018)

Mato Grosso do Sul terá Termelétrica que funcionará com biomassa de eucalipto

A Usina Termelétrica Onça Pintada, localizada no Mato Grosso do Sul, recebeu a licença prévia que autoriza os estudos de sua implantação sendo o primeiro no estado a operar a partir de biomassa de eucalipto. Segundo informações da assessoria de imprensa da Semagro (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar), a obra deve custar em torno de R\$ 320 milhões e deve gerar mil empregos diretos e indiretos na fase de instalação. O empreendimento será erguido em Selvíria, a 404 quilômetros de Campo Grande, e terá capacidade para gerar 50MW de energia. A Eldorado Brasil Celulose, dona da termelétrica, informou que os estudos devem ser concluídos até o segundo semestre deste ano e a termelétrica deve começar a funcionar em 2021. O projeto é importante na linha de uso alternativo de madeira e inaugura uma nova fase na silvicultura sul-mato-grossense incluindo a diversificação do uso de restos florestais, como folhas, raízes, cascas e demais subprodutos que não servem para produzir a celulose na geração de energia. Conforme a Semagro, a Eldorado sinalizou que poderá instalar mais duas termelétricas em Selvíria depois de avaliar o mercado do setor: a Tuiuiú e Sucuri, cada uma com capacidade de 50 MW. Para que isso aconteça, é preciso que ela participe do leilão da Aneel. O Mato Grosso do Sul tem outras três termelétricas cujas obras ainda não começaram, mas que já obtiveram aval da União: a Eldorado e Ceronia em Nova Andradina; e a Costa Rica I em Costa Rica. Esta última foi enquadrada pelo Governo Federal no Reidi em novembro do ano passado. (Ambiente Energia - 02.02.2018)

Turbina da UTE Goodyear liberada para testes

A Aneel aprovou para operação em regime de testes a unidades geradora UG1, de 14.000 kW da usina de geração termelétrica denominada UTE Goodyear, a partir de 3 de março, segundo publicação do despacho nº 481 do DOU de 5 de março. O empreendimento está localizado em Americana, São Paulo. Já a PCH Ado Popinhak, localizada em Curitibanos, Santa Catarina, foi liberada pela Aneel para operar comercialmente a turbina UG4, de 5.650 kW de capacidade instalada. (Agência CanalEnergia - 05.03.2018)

Inovação em refino e gás depende de parcerias, diz Petrobras

O gerente-executivo de gestão integrada de ativos de refino e gás da Petrobras, Carlos Felipe Guimarães Lodi, disse nesta terça-feira (20) que a companhia espera aumentar a inovação no "downstream" a partir de parcerias. A estatal já informou que pretende concluir este ano a estruturação do modelo de negócios do programa de desinvestimentos e parcerias em refino. Segundo Lodi, o setor de downstream assumirá uma "dimensão bastante importante nos próximos anos", diante das mudanças no padrão de consumo de energia. O executivo citou, como exemplo, o crescimento do uso de veículos elétricos, a redução dos custos das energias renováveis e a transição para uma economia de baixo carbono. (Valor Econômico - 20.03.2018)

GE vence licitação da Petrobras, com contrato de R\$ 1 bi

Beneficiada pela nova onda de encomendas da Petrobras, a GE conquistou seu maior contrato de curto prazo na América Latina após longa concorrência no ano passado, de US\$ 300 milhões. A unidade brasileira do conglomerado americano vai fornecer 41 turbinas a gás, três a vapor e treze geradores, além de serviços, para manutenção de onze termelétricas da estatal durante quatro anos. A companhia não informou valores, mas mobilizou até 300 profissionais para atender às especificidades colocadas pela petroleira no edital. Como cada térmica precisará de um tipo de componente e são várias fases de manutenção programada, a preparação foi intensa. "O contrato possui enorme relevância global. O fato de estarmos falando do maior contrato na América Latina para este tipo de serviço em curto prazo coloca o negócio entre os maiores para o segmento", disse Daurio Speranzini, líder da GE na América Latina. Marcio Delorenzo, diretor de vendas da GE Gas Services para a América Latina, disse que não se lembra de outro contrato dessa importância para a área em todo o mundo. Segundo ele, o tipo de projeto é característico das mudanças que o conglomerado está promovendo internamente, de sempre agregar a prestação de serviços no fornecimento. A GE ficou, na prática, responsável pelas paradas programadas das usinas da estatal. As onze unidades representam 80% do parque da empresa e geram 4,3 GW. (Valor Econômico - 16.04.2018)

Térmica a gás de Coari recebe primeira turbina em maio

A termelétrica a gás natural de Coari (AM) deve receber a primeira turbina a vapor até o próximo dia 15/5. O empreendimento, com início de operação previsto para 2019, fechou no ano passado contrato de fornecimento de

equipamentos de R\$ 470 milhões, com o consórcio formado pela Guascor e Dresser-Rand, ambas do grupo Siemens. Com capacidade instalada de 40 MW, a usina tem suprimento contratual de vender 23,4 MW por 12 anos para atender 83 mil habitantes da região de Coari. O início da operação comercial está prevista para início de 2019. Além desta turbina a vapor, o consórcio deverá fornecer mais duas a gás para a térmica. O diretor-geral da Guascor, Yuri Sanches, disse que a térmica será em ciclo combinado e totalmente automatizada. O consórcio ficará responsável pela construção e fornecimento das turbinas. A térmica a biomassa Pitangueiras, em São Paulo, recebe sua primeira turbina até o fim do ano. Com investimentos de R\$ 70 milhões, a usina vendeu 3.220 GWh no leilão A-6 realizado em dezembro do ano passado. O equipamento tem 44 MW de capacidade instalada. (Agência Brasil Energia - 23.04.2018)

Informe Técnico: Terminais de Regaseificação de GNL nos Portos Brasileiros - Panorama dos Principais Projetos e Estudos

O informe apresenta as principais características técnicas e os graus de maturidade dos estudos e projetos de terminais de regaseificação de GNL no litoral brasileiro, consolidando as informações divulgadas nos sítios eletrônicos das empresas envolvidas, em eventos do setor de energia e na mídia especializada. Neste documento analisam-se os principais projetos de terminais de regaseificação de GNL em estudo quanto às características técnicas dos portos e terminais, as distâncias até os gasodutos de transporte e de distribuição, termelétricas existentes, bem como as fases de maturidade desses projetos. Em seguida, traça-se um breve panorama do setor e analisa-se o impacto da sua reestruturação com as mudanças regulatórias propostas na iniciativa Gás para Crescer, que podem influenciar na entrada de novos terminais de GNL. (EPE - 20.04.2018)

Carvão ou lenha não substituem o GLP, afirma Sindigás

O Sindigás negou nesta terça-feira (15/5) que o uso do carvão e da lenha esteja substituindo o GLP nas residências na preparação de alimentos. Citando os dados divulgados pelo IBGE, a entidade afirma que os dois combustíveis são utilizados como “auxiliar” e não como “substituto” do botijão de gás, no momento em que se constata elevação do preço do insumo no varejo em várias partes do país. No fim de abril, dados do PNAD, do IBGE, mostrou que a parcela de brasileiros que passou a aderir ao carvão e à lenha saiu de uma parcela de 16,05% em 2016 para 17,63% em 2017, o que corresponde a 12,3 milhões de lares contra pouco mais de 11 milhões. Esse aumento coincide com a adoção da nova política de reajuste do GLP adotada pela Petrobras, cujas variações acompanham a flutuação do mercado internacional. Isso fez com que em alguns estados o botijão de 13 quilos - o chamado P13 - ficasse próximo a R\$ 100. No entanto, de acordo com o sindicato, o consumo desse energético nos lares nacionais permanece estável, sendo utilizado em 98,4% das residências. (Agência Brasil Energia - 15.05.2018)

Estudo feito pela Coppe/UFRJ faz projeção de cenário no RJ com base na eficiência energética e no avanço das renováveis

A projeção de referência é que até 2031 seriam 8,6 mil unidades comerciais com produção de energia solar, que gerariam 86,2 MWp e 331 mil casas, que impulsionadas por programas habitacionais, gerariam 993,9 MWp. Um cenário alternativo para a matriz estadual foi elaborado com base na eficiência energética e no avanço das renováveis mostra que isso traria efeitos benéficos para o estado, como aumento da competitividade da indústria, melhora da mobilidade urbana com ônibus elétricos, além, do incremento da fonte solar e da geração distribuída. A projeção é que até 2031 seriam 2.085 MWp de GD, com 250 MW a biomassa e resíduos, com 20 MW em 2026. Para o superintendente de energia da SDE, Claudio Guarany, mesmo com o eminente avanço da renováveis no país, o estado vai continuar a ser líder na produção de petróleo e gás desse insumo, que continuarão a ser bastante demandados no país e no mundo nas próximas décadas. Ele cita como fato da pujança do gás no estado, o fato de das mais de 400 empresas acreditadas pelo Inmetro para fazerem conversão a gás em veículos, cerca de 40% estarem no estado do Rio. (Agência CanalEnergia – 16.05.2018)

GE está otimista com o avanço de sua turbina a gás para operar na base

A GE iniciou a instalação das primeiras unidades da nova geração de turbinas a gás da série 9EMax que é a 9ª geração de seu produto para ser utilizado em geração de base e que foi lançada em 2016. A nova atualização do produto, que teve sua primeira unidade desenvolvida no final da década de 70, começou a ser pensada em 2012 e iniciou as entregas em meados do ano passado, são três unidades na japonesa Tepco e há mais seis para entrarem em operação nos próximos meses. A empresa aponta ainda que participa de mais 48 processos de concorrência com a turbina, mas não revela onde estão essas disputas. A nova unidade, explicou o gerente de produto para a linha 9EMax, Robert Colwell, chegou ao mercado com a possibilidade de entregar cerca de 145 MW de capacidade instalada em ciclo aberto e 37% de eficiência. Esses números refletem um aumento de 13 MW e de 2,5 pontos percentuais quando comparados à última versão da turbina, lançada no início da década. Outra característica apontada pela empresa é o fato de que a nova unidade pode operar durante quatro anos sem a necessidade de ser aberta para manutenção mesmo com uma operação 24 por 7, ou seja, todos os dias da semana o dia todo. (Agência CanalEnergia – 18.05.2018)

ABCM prorroga acordo de cooperação com Laboratório dos Estados Unidos

Foi assinado no último dia 16 de maio, em Washington, nos Estados Unidos, aditivo ao memorando firmado em 2007 entre a Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM) e o National Energy Technology Laboratory. O acordo de cooperação, que já existe desde 2007 e agora foi prorrogado por mais cinco anos, propiciou o treinamento de vários pesquisadores do Centro de Tecnologia de Carvão Limpo nos Estados Unidos e no Brasil, nas áreas de gasificação de carvão

e captura de CO₂. O NETL faz parte do sistema nacional de laboratórios do Departamento de Energia dos EUA e dá suporte a missão do departamento de avançar na segurança energética do país. Para o presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral, Fernando Zancan, a assinatura do aditivo demonstra a confiança no trabalho desenvolvido no Centro Tecnológico do Carvão Limpo /SATC e na busca de novas tecnologias limpas para o carvão mineral brasileiro. Segundo ele, a cooperação já gerou duas patentes sendo uma internacional. Zancan também participou de um workshop promovido pela Associação Mundial do Carvão que contou com a participação do Secretário de Energia dos Estados Unidos. Ele salientou a importância de tirar o estigma das energias fósseis, em especial o carvão, uma vez que existem tecnologias para seu uso de forma sustentável. (Agência CanalEnergia – 23.05.2018)

Itaipu e CIBiogás anunciam projeto internacional para biogás no Sul do país

Com um aporte inicial de US\$ 7 milhões do Fundo Global do Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), Itaipu e o Centro Internacional de Energias Renováveis - Biogás (CIBiogás) irão coordenar o Projeto “Aplicações de biogás na agroindústria brasileira”, que pretende investir na tecnologia do biogás e do biometano para reduzir as emissões de poluentes e a dependência dos combustíveis fósseis. O anúncio foi realizado na manhã da última quarta-feira, 6 de junho, durante o Fórum Sul Brasileiro de Biogás e Biometano, em Foz de Iguaçu. Na visão do diretor-presidente do CIBiogás, Rodrigo Régis, o foco do projeto é consolidar o biogás na agroindústria, principalmente na região Sul. Os recursos serão usados para o incentivo de políticas públicas, aprimoramento das tecnologias e desenvolvimento de modelos de negócio com o biocombustível. “A gente precisa desenvolver o setor não só pela geração de energia em si, mas para criar uma cadeia de tecnologia que gere mais valor”, resumiu. Ele destacou também o potencial multiplicador do Projeto do GEF, que conta com a contrapartida de governo e empresas e prevê ainda a captação de mais US\$ 58,4 milhões para a consolidação da cadeia do biogás no Sul do país. (Agência CanalEnergia – 08.06.2018)

Complexo Termelétrico Porto de Sergipe recebe turbinas da GE

O Complexo Termelétrico Porto de Sergipe acaba de receber três turbinas a gás, fornecidas pela General Electric (GE), que representam um marco de aproximadamente 60% das obras concluídas. Ao mesmo tempo, a Centrais Elétricas de Sergipe (Celse), empresa controlada pela empresa nacional EBrasil Energia e uma joint venture entre a norueguesa Golar LNG e o fundo americano Stonepeak, já pensa na expansão da usina, que será possível se houver demanda no leilão A-6 previsto para 31 de agosto. (Valor Econômico – 14.06.2018)

Projeto de expansão de usina térmica de Sergipe está em andamento

A Centrais Elétricas de Sergipe (Celse) já pensa na ideia de uma expansão da usina térmica de Sergipe. Essa expansão só seria possível através de uma alta demanda no leilão A-6 em agosto desse ano. "Nosso financiamento foi realizado

com instituições financeiras internacionais no começo de maio e fizemos no tempo certo, pois o mercado piorou por aqui logo depois disso", afirmou ao Valor Pedro Litsek, presidente da Celse há menos de um mês. Os investimentos na usina térmica de Sergipe devem totalizar R\$ 6 bilhões, sendo que R\$ 1,3 bilhão vieram dos acionistas. Mais de 80% dos recursos necessários de fora do bloco de controle já estão assegurados, de acordo com o executivo. A operação deve se iniciar em 2020. Esse montante não considera o terminal de regaseificação de GNL, uma vez que o navio será alugado. Caso a expansão seja, de fato, possível, a Celse vai tentar se financiar pelo mesmo modelo, com uma captação em reais com instituições estrangeiras, e fechar um contrato com preço do gás fornecido em custo CVU, a ser reajustado dependendo da taxa cambial e dos preços do petróleo de tipo Brent. Na primeira fase do complexo, de 1.551 megawatts (MW), a Ocean LNG - empresa comandada pela Exxon Mobil e pela Qatar Petroleum - é quem entregará o GNL. Paralelamente à expansão, a elétrica também avalia se será possível redistribuir parte desse gás à região. O navio contratado comporta até 21 milhões de metros cúbicos por dia, mas apenas 6 milhões são necessários para a operação. Mesmo com uma eventual expansão da capacidade da usina, que poderá ser de 600 MW ou de 1.200 MW, caso o leilão de agosto tenha demanda, a Celse não utilizaria toda a capacidade do terminal. A ideia é vender o restante a terceiros. (Valor Econômico - 14.06.2018)

Complexo Termelétrico Porto de Sergipe: Celse recebe registro de apoio aquaviário para instalação de embarcação

A Celse obteve autorização junto a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq para a instalação do navio FSRU Golar Nanook, que irá regaseificar o Gás Natural Liquefeito importado para abastecer parte do Complexo Termoelétrico Porto de Sergipe I. A aprovação para as Instalações de Apoio ao Transporte Aquaviário é um importante passo para a companhia, visto o registro consistir em um pré-requisito para emissão da autorização da ANP para construção do gasoduto que conectará a embarcação ao complexo - última etapa para que a empresa inicie as obras das Instalações Offshore. O Complexo é formado pela Usina Termoelétrica Porto de Sergipe, que converterá o gás em energia elétrica; pela Linha de Transmissão, que levará energia até a rede de transmissão; e pelas Instalações Offshore, que contemplam uma unidade de armazenamento e regaseificação GNL e gasoduto até a usina. Toda essa estrutura utilizará tecnologia de ponta, o que otimizará a usina em seu nível mais elevado de produção. A configuração de operação de uma unidade flutuante de armazenamento e regaseificação, em ambiente offshore e ancorada em sistema do tipo soft yoke submarino (SSYS), fornecendo de maneira exclusiva combustível para geração elétrica, a chamada LNG to Power - é inédita no mundo, demonstrando o pioneirismo do empreendimento. (Agência CanalEnergia - 13.06.2018)

GE entrega equipamentos para a UTE Porto de Sergipe I

A multinacional GE entregou três turbinas a gás 7HA.02 e três geradores na usina Porto de Sergipe I, no município de Barra dos Coqueiros (SE). A companhia é a

responsável por fornecer toda a ilha de energia, bem como equipamentos para balanço da planta, torres de resfriamento, fundações de estradas e edifícios. Quando concluída, a planta de propriedade da Centrais Elétricas de Sergipe terá capacidade instalada de 1.516 MW, considerada a maior usina a gás do país. A GE destacou que a tecnologia 7HA desempenhará um importante papel ao permitir uma resposta rápida às flutuações na demanda da rede. (Agência CanalEnergia - 15.06.2018)

GE explora o uso de tecnologia de manufatura aditiva

A manufatura aditiva é uma tecnologia que pode elevar a produção e a eficiência das turbinas a gás GT13E2 existentes. Entre os benefícios reduzir os requisitos de refrigeração dos componentes em até 25%, aumentar a produção até 21 MW em uma configuração de ciclo combinado, alcançar eficiência adicional de até 1,6% em uma configuração de ciclo combinado. E ainda, entregar intervalos de manutenção de até 48 mil horas. O novo MXL2 com tecnologia aditiva pode ajudar os produtores de energia de usinas de gás a economizar até US\$ 2 milhões em combustível anualmente. Além de possibilitar uma receita adicional de até US\$ 3 milhões por ano. Isso reforça o compromisso da GE em manter o seu portfólio maduro e competitivo no atual mercado. De acordo com a empresa, a turbina a gás HA registrou a 26ª unidade entrando em operação comercial. (Agência CanalEnergia - 15.06.2018)

EPE: Informe Técnico - Terminais de Regaseificação de GNL nos Portos Brasileiros

O lançamento do Informe Técnico EPE: Terminais de Regaseificação de GNL nos Portos Brasileiros - Panorama dos Principais Projetos e Estudos, aconteceu sexta-feira, dia 15 de junho, na sede do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). A cerimônia de abertura contou com a participação do presidente da EPE, Reive Barros, do diretor de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis, José Mauro, e do secretário geral do IBP, Milton Costa Filho. Para ler o Informe na íntegra, clique [aqui](#). (EPE - 15.06.2018)

EPE participa da missão técnica de biocombustíveis e biogás promovida no Reino Unido

A EPE esteve presente na missão técnica de biocombustíveis e biogás promovida no Reino Unido na semana de 9 a 13 de julho, representados pela Analista de Pesquisa Energética da Diretoria de Petróleo Gás e Biocombustíveis, Raquel Martins Henriques. Além da EPE, foram convidados para esta missão representantes do MME, ANP, ÚNICA, Abiogás e Abrelpe. O objetivo da missão é explorar áreas de colaboração governamental e empresarial entre o Brasil e o Reino Unido nestes segmentos e divulgar as oportunidades de negócios e parcerias no mercado brasileiro. Entre as atividades propostas a comitiva participará de duas sessões na conferência anual da ADBA, principal organização privada do setor no Reino Unido. (EPE - 10.07.2018)

Barueri (Grande - SP) prepara primeira térmica de 20MW movida a lixo

Após inúmeros adiamentos, a primeira usina movida a partir da incineração de resíduos urbanos do estado de São Paulo deve começar a ser construída neste semestre. O projeto é do começo da década, mas enfrentou longo processo de licenciamento e também dificuldades contratuais para comercialização de energia, segundo a Brasil Energia apurou junto a uma fonte a par das negociações. A Unidade de Recuperação de Energia (URE) Barueri vai ser construída na cidade de mesmo nome, na grande São Paulo, junto a uma estação de tratamento de esgotos da Sabesp. A instalação será conectada a uma linha da Eletropaulo. Com capacidade total de 20 MW, vai consumir 825 toneladas de lixo por dia, conforme contrato com a prefeitura do município, que abriu concorrência em 2010 para firmar uma parceria pública privada. A empresa responsável pelo empreendimento é a Foxx Haztec, empresa de soluções ambientais, com matriz no Rio de Janeiro. A estimativa de investimento é na faixa de R\$ 400 milhões. Os equipamentos e serviços de construção devem ser fornecidos por uma empresa de Singapura, especializada nessa área de geração, a Keppel Seghers. (Brasil Energia - 16.07.2018)

CIBiogás: Publicada nota técnica sobre potencial de produção a partir de suinocultura

O Centro Internacional de Energias Renováveis Biogás (CIBiogás) publicou, nesta quinta-feira (19/07), nota técnica sobre a produção de biogás a partir da biodigestão de dejetos suínos em fase de terminação. O potencial de produção é de 26,08 metros cúbicos de biogás para cada metro cúbico de dejetos do animal, considerando um fator de conversão de metano de 60% dos biodigestores, mais comum segundo o mapeamento. Todos os dados foram obtidos por meio de ensaios de produção de metano, realizados no Laboratório do CIBiogás, além do monitoramento sistemático de unidades produtivas da região. A ideia é orientar, fornecer dados e metodologias adequadas para futuros projetos, estudos e outras iniciativas com o biogás no Brasil, especialmente no agronegócio. O documento foi elaborado pela equipe das áreas de Tecnologia & Inovação, em parceria com a equipe do laboratório. (Brasil Energia - 19.07.2018)

UTE Pecém reutiliza 23% do efluente na geração de energia elétrica

Buscando elevar os índices de eficiência de seus empreendimentos, a EDP Brasil implementou medidas voltadas à redução do consumo de água e de reuso dos efluentes gerados pela termelétrica Pecém, localizada em São Gonçalo do Amarante (CE). Com a iniciativa, 23% do resíduo produzido - o equivalente a 20 mil metros cúbicos por mês - deixaram de ser descartados, fazendo parte agora do processo de geração da usina. O projeto conta com um aporte anual de R\$ 1,2 milhão, sendo 66% bancado pela EDP e 33% pela Eneva - empresa que tem participação na produção de Pecém II. O reaproveitamento e tratamento de efluentes foi realizado por um sistema de clarificação da água moderno e compacto. Até o fim do ano, a meta da companhia é praticamente triplicar o volume recuperado do recurso, passando de 20 mil para mais de 57 mil metros

cúbicos mensais. A redução do consumo de água é uma prioridade para a usina desde o início das suas atividades, em 2012. (Agência CanalEnergia – 31.07.2018)

Barueri prepara primeira térmica (20MW) do país a base de resíduos

No último Acompanhamento das Centrais Geradoras Termelétricas a Biomassa, de julho de 2018, da Superintendência de Fiscalização da Aneel, a URE Barueri aparece com viabilidade de operação média, previsão de início da obra em 1º de janeiro de 2019 e de entrada em operação comercial em 1º de março de 2020. A agência também checkou a licença ambiental de instalação da unidade, que promete ser a primeira usina térmica com queima direta de lixo doméstico do país, uma autêntica WTE, com potência de 20 MW. A licença ainda está ativa, mas precisará ser renovada, pois sua validade vence em 3 de dezembro de 2018, quando termina o prazo de três anos de duração do documento emitido pela Cetesb. (Brasil Energia – 13.08.2018)

Asja: Aterro pernambucano receberá usina a biogás de 12,8 MW

O aterro sanitário privado da Muribeca, em Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, terá até janeiro de 2019 uma usina de geração de energia a partir do biogás oriundo da decomposição do lixo orgânico do local. A planta já está sendo instalada pela italiana Asja e ocupará uma área de 2 mil metros quadrados da Central de Tratamento de Resíduos Candeias (CTR Candeias), do grupo Ecopesa Ambiental, com uma potência instalada de 12,8 MW. A usina vai gerar 95 GWh de energia, o suficiente para atender o consumo de 52 mil pessoas e para evitar a emissão de 300 mil toneladas/ano de CO₂. A empresa já assinou dois contratos de comercialização de energia com empresas locais, que garantem a venda parcial da capacidade nominal da planta por cinco anos. O alemão Deutsche Bank financia o empreendimento com empréstimo de 6 milhões de euros ao longo de cinco anos. Serão instalados ao todo 14 geradores que aproveitarão o biogás hoje queimado e desperdiçado em dois flares. (Brasil Energia – 20.08.2018)

EPE apresenta estudo sobre utilização de lixo urbano para produção de biometano

No ano de 2014, a EPE publicou conjunto de estudos sobre aproveitamento energético de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU). As notas técnicas DEA 16/14 e 18/14 intituladas respectivamente “Economicidade e Competitividade do Aproveitamento Energético dos Resíduos Sólidos Urbanos” e “Inventário Energético dos Resíduos Sólidos Urbanos” buscaram analisar as possibilidades de aproveitamento energético dos resíduos sólidos urbanos. Na ocasião, as rotas tecnológicas consideradas para quantificação foram a incineração e a produção de biogás em biodigestores anaeróbios. Na época de realização destes estudos, não havia ainda regulamentação para especificação e qualidade do biometano oriundo de aterros sanitários e estações de tratamento de esgoto para uso veicular e injeção na rede de gás canalizado. Desta forma, nos estudos realizados pela EPE até então, não tinha sido avaliado a economicidade destas opções tecnológicas. Entretanto, em 29 de junho de 2017, a ANP publicou a resolução de

nº 685/2017 para tratar o tema, o que possibilita novos modelos de negócios para aterros sanitários no Brasil. Para quaisquer mercados, cabe ressaltar que o biometano dispõe de atributos ambientais locais e globais que o distingue dos seus concorrentes de origem fóssil. Assim, tendo em vista o potencial de utilização do biometano e as novas possibilidades de modelos de negócios, objetivou-se neste estudo avaliar economicidade de empreendimentos de produção de biometano a partir de biogás de aterro. Para ler a atual nota técnica na íntegra, clique [aqui](#). (EPE - 20.08.2018)

Raízen e Geo Energética anunciam construção de usina de biogás a partir de subprodutos da cana-de-açúcar

A Raízen anunciou joint venture com a Geo Energética para a construção da usina de Biogás Bonfim, com combustível gerado a partir da torta de filtro e vinhaça, subprodutos da cana-de-açúcar. De acordo com a empresa, esta será a primeira planta no mundo, em escala comercial, a utilizar a tecnologia. A previsão é que a usina gere 138 mil MWh por ano. Desses, 96 mil MWh estão atrelados ao contrato fechado pela Raízen no leilão A-5 de 2016, para uma planta de 20 MW, e o volume excedente de energia poderá ser negociado no mercado livre ou comercializado por meio de outros contratos. A planta está sendo construída junto a unidade Bonfim, da Raízen, na cidade de Guariba (SP). A unidade possui a segunda maior operação da companhia em moagem de cana, moendo mais de 5 milhões de toneladas por ano. A unidade já possui infraestrutura de exportação de energia, que demandará mínimas mudanças para atender às necessidades da planta de biogás. A Raízen terá participação de 85% das ações na joint venture e a Geo Energética 15%. A Geo Energética já tem uma planta demonstração com capacidade instalada de geração de até 4 MW de energia. A usina conta ainda com parceria da Sebigás/Cótica, empresa que será responsável pela construção de parte da biodigestão de vinhaça. (Brasil Energia - 23.08.2018)

Zeg Ambiental incorpora projeto que substitui gás natural por bagaço de laranja

A Zeg Ambiental, pertencente ao grupo Capitale Energia, incorporou três projetos em implementação: uma parceria com a Nexa Resources para gerar energia renovável a partir de Combustível Derivado de Resíduo (CDR); uma parceria com a Citrosuco, para a substituição do gás natural por bagaço de laranja; e o projeto de desenvolvimento de um ecoparque em aterro sanitário - o conceito mais recente de recuperação e tratamento de resíduos, que já vem sendo utilizado no mundo desenvolvido. A companhia também incorporou a operação de duas CGHs na Bahia, além de uma usina de geração distribuída que provê energia para um grande consumidor. A companhia tem ainda duas plantas fotovoltaicas de 4 MW de potência em desenvolvimento também na Bahia. No Paraná, está em desenvolvimento um projeto de biodigestão de composto orgânico, que deve gerar 3 MW médios. A expectativa é que os empreendimentos implantados e desenvolvidos pela ZEG gerem um faturamento superior a R\$ 150 milhões nos primeiros três anos de operação. (Brasil Energia - 28.08.2018)

Mesmo sem marco regulatório, empresas do setor de gás investem inovações tecnológicas

A geração de energia a partir de gás natural é um dos caminhos da transição global para uma economia de baixo carbono. Embora seja um combustível fóssil - e, por isso, não renovável -, o gás tem características que o aproximam da energia limpa. Não à toa, tem sido impulsionador de pesquisas para o desenvolvimento de novas tecnologias. Acadêmicos e indústrias dedicam-se, com tempo e investimentos bilionários, a encontrar maneiras de tornar produção, armazenamento, transporte, distribuição e atendimento a clientes cada vez mais eficientes. Por questões regulatórias, o Brasil ainda está um passo atrás no que se refere à implantação de novas tecnologias para o gás natural. O setor aguarda a conclusão da tramitação no Congresso de um novo marco regulatório, concentrado num projeto de lei baseado em proposta do MME. Mesmo sem um novo marco regulatório as empresas da ampla cadeia do gás se movimentam para aplicar os avanços tecnológicos. Como diz o diretor de tecnologia e regulação da Associação da Indústria de Cogeração de Energia (Cogen), Leonardo Caio, empreendedores imobiliários, por exemplo, já se deram conta de que a atual rede de energia elétrica não é suficiente para garantir abastecimento contínuo. Muitos condomínios comerciais, shoppings e hospitais hoje operam com geradores alimentados com gás natural da rede já existente. Na ponta do consumidor, a Comgás implantou plataformas digitais para deixar mais rápidos os atendimentos. Segundo a empresa, 70% dos contatos são feitos por canais digitais. As inovações não param também na ponta da oferta. A Shell, um dos maiores produtores de gás no país, investiu R\$ 95 milhões para a criação, em parceria com a Fapesp, do Centro de Pesquisa para Inovação em Gás, sediado na USP. De acordo com a gerente de projetos em gás sustentável da Shell, Camila Brandão, os 300 pesquisadores integrados ao projeto desenvolvem estudos para uso sustentável de gás natural e outros combustíveis mais limpos. (Valor Econômico - 30.08.2018)

Furnas: Primeiros testes com Usina Termoquímica começam em 2019

Furnas Centrais Elétricas deverá realizar em fevereiro de 2019 os primeiros testes para operação da usina que deverá produzir energia elétrica a partir do lixo em Boa Esperança (MG). Conforme a empresa, a Usina Termoquímica de Geração de Energia teve recentemente a licença ambiental renovada pela Superintendência Regional de Meio Ambiente de Minas Gerais (Supram-MG). Ainda conforme Furnas, o reator termoquímico, recebido em julho, segue em fase de montagem. Considerado o coração do projeto, o reator terá a função de transformar o combustível derivado de resíduo em um gás para alimentar a caldeira e a turbina a vapor. Após a conclusão da montagem, começam os testes do equipamento. Com investimento de R\$ 32 milhões, o projeto deverá gerar 1MW, o que corresponde a 25% de toda energia utilizada no município de Boa Esperança. (G1 - 01.09.2018)

Cogen lança simulador que calcula potencial de economia com cogeração a gás natural

A Cogen firmou parceria com a Promon Engenharia e lançou um novo serviço em seu site: um simulador online que calcula rapidamente potencial de economia obtida a partir da implantação de um sistema de cogeração a gás natural para diversos tipos de empreendimento – hotéis, edifícios corporativos, aeroportos, shopping centers, indústrias, entre outros. A cogeração permite que, a partir de uma única fonte seja possível gerar energia e ao mesmo tempo, gerar outra forma de energia – vapor ou água quente ou água gelada para ar condicionado. De acordo com Newton Duarte, presidente executivo da Cogen, com essa iniciativa, a associação tem o objetivo de demonstrar como um sistema de cogeração a gás natural é uma solução extremamente eficiente, podendo criar valor para um empreendimento diante dos elevados custos de energia elétrica. Para realizar a simulação, é importante o usuário ter conhecimento das informações sobre o consumo de energia elétrica e térmica do empreendimento. É levado em conta o tipo de negócio para avaliar o benefício da cogeração. O simulador, que conta com o patrocínio de diversos associados da Cogen, pode ser encontrado no site da Cogen ou pelo link <http://simulador.cogen.com.br/>. (Agência CanalEnergia – 03.09.2018)

Governo estuda medida para ampliar geração de energia por usinas à biomassa

O governo brasileiro tem estudado uma medida para impulsionar a geração de energia por usinas movidas à biomassa, principalmente de cana-de-açúcar, o que poderia reduzir a necessidade de acionar termelétricas mais caras e poluentes. As conversas sobre a iniciativa começaram em meio a uma disputa judicial que tem deixado bilhões de reais em aberto em um acerto de contas mensal do mercado de eletricidade realizado pela CCEE, o que faz usinas de biomassa ficarem sem receber pelo que geram acima do previsto. A ideia em discussão prevê que as usinas de biomassa possam declarar para 2019 um valor adicional de garantia física, que é o montante de eletricidade que elas podem comercializar no mercado. Atualmente, as unidades recebem pelo que geram acima da garantia física por meio de créditos nas liquidações financeiras da CCEE, mas a briga judicial que se arrasta desde meados de 2015 deixou as usinas de biomassa movidas a bagaço de cana com um acumulado de mais de R\$ 300 milhões a receber, segundo estimativa da Unica. "As usinas têm biomassa e querem voltar a produzir. Mas o que elas geram acima da garantia física é liquidado na CCEE. Elas têm o crédito na CCEE, mas não recebem... nessa conjuntura, estamos avaliando fazer uma revisão extraordinária de garantia física", disse à Reuters o secretário de Planejamento do MME, Eduardo Azevedo. (Folha de São Paulo 11.09.2018)

Medida de incentivo a produção de energia via biomassa mostra sensibilidade do governo com tema, diz presidente da Cogen

Recentemente o secretário de Planejamento do MME, Eduardo Azevedo, confirmou que o MME estuda lançar uma portaria para ampliar a geração de energia por usinas à biomassa. O presidente-executivo da Associação da Indústria de Cogeração de Energia (Cogen), Newton Duarte, estimou que, se confirmada, a medida do governo poderia incentivar uma geração adicional de

500 megawatts médios pelas usinas de biomassa, o que significa aproximadamente a produção de uma hidrelétrica de grande porte, de 1 gigawatt em capacidade. "O governo parece estar atento e sensível a essa dificuldade dos geradores, que estão entregando energia para o sistema e não estão recebendo na liquidação da CCEE... com essa flexibilização, dando uma garantia física adicional, as usinas se veem na possibilidade de gerar mais e vender no mercado livre de energia", explicou. Ele disse que a medida poderia possibilitar até que geradores de energia com usinas à biomassa se inscrevam em leilões do governo previstos para o final do ano, que contratarão energia de empreendimentos existentes para atender à demanda das distribuidoras --os chamados A-1 e A-2. Segundo Duarte, as conversas com o governo apontam para a possibilidade de os geradores declararem uma garantia física adicional de até 30% do valor de suas garantias originais, com validade até o final de 2019. (Folha de São Paulo 11.09.2018)

GE entrega 4 transformadores para UTE em Sergipe

A GE concluiu a entrega de quatro transformadores para o Complexo Termoelétrico Porto de Sergipe I, um projeto da Celse na cidade de Barra dos Coqueiros. Segundo a multinacional, os equipamentos são o de maior potência fabricados no Brasil, com 736 MVA. Os transformadores elevarão a tensão da energia produzida pelas turbinas para 500 kV. Três equipamentos ficarão na geração de ciclo combinado, o outro será responsável por transmitir a energia gerada a vapor. A GE foi contratada pela Celse para construir, operar e fazer a manutenção da UTE, além de aplicar soluções digitais para potencial otimização operacional e segurança cibernética. Outro passo para seguir com a construção da térmica é a linha de transmissão, também é de responsabilidade da fabricante. (Agência CanalEnergia - 03.10.2018)

V Fórum Biogás debaterá os desafios para desenvolvimento do biogás no Brasil

Considerado o maior evento sobre biogás do país, O V Fórum do Biogás reunirá nos dias 31 de outubro e 1º de novembro, em São Paulo, representantes de todos os setores da cadeia de produção, aproveitamento e beneficiamento do segmento. Além de incentivar o networking, a troca de conhecimento e o fomento à novas parcerias, o evento promovido pela Associação Brasileira do Biogás e do Biometano tem como principal objetivo a inserção definitiva dessas fontes alternativas na matriz energética brasileira. (Agência CanalEnergia - 08.10.2018)

Tim vai usar energia de biogás para abastecer antenas em SP

A Tim assinou contrato para colocar em operação, ainda em 2018, a primeira usina de biogás de resíduos sólidos urbanos com 5 MW de potência para autoconsumo remoto do Brasil. A planta irá atender 864 antenas em São Paulo (SP). Com isso, a companhia será a primeira operadora do país a utilizar Biogás para gerar energia dentro de um grande centro urbano para abastecer suas próprias instalações. Até 2020, a Tim pretende atingir 60% de sua matriz

energética proveniente de fontes de energia renovável, como solar, eólica, a biogás e CGH, o que corresponderá a uma economia de até 22% no custo da energia. (Agência CanalEnergia - 04.12.2018)

BNDES dá R\$ 10,3 mi para planta piloto de biogás no RJ

Apoiada pelo BNDES com R\$ 10,36 milhões não reembolsáveis, uma planta-piloto de tratamento e aproveitamento energético do lixo orgânico foi inaugurada na última segunda-feira, 3 de dezembro, na Estação de Transbordo da Comlurb no bairro do Caju, no Rio de Janeiro (RJ). Resultado de um projeto que recebeu investimento total de R\$ 11,66 milhões, a unidade entrou em operação no dia 27 de novembro. A tecnologia extrai adubo e gás natural dos resíduos sólidos e foi desenvolvida pela UFMG em parceria com a Methanum Tecnologia Ambiental e a Comlurb. (Agência CanalEnergia - 05.12.2018)

III. Leilões

Térmica Emae-Gasen será negociada em leilão e no mercado livre

Com formação de consórcio autorizada nesta quinta-feira (15/3) pelo governo de São Paulo, a futura usina termelétrica que a estatal Emae e a privada Gasen pretendem construir, poderá ser negociada já no leilão que o governo federal planeja realizar no final de 2018 ou, mais tardar no primeiro pregão de 2019, o que tende a ser mais provável. Tudo irá depender, basicamente, do processo de licenciamento ambiental, segundo explicou o presidente da Emae, Luiz Carlos Ciochi. A ideia é também comercializar parte da produção no mercado livre. O executivo admite que será um desafio trabalhar na obtenção da licença prévia, já que o empreendimento ficará localizado numa região altamente urbanizada e nas proximidades de alguns dos principais mananciais de água da cidade. Como a tecnologia de construção da usina é escalável, é possível, segundo Ciochi, que a usina comece oferecendo de 400 MW a 800 MW instalados, conforme as condições do mercado, bem como das regras de leilão, sendo que a planta poderá chegar a uma capacidade total de 1.600 MW. Segundo Armando Juliani, diretor Executivo de Gestão de Energia da Siemens, fabricante que fornecerá os equipamentos e subestação, as turbinas serão classe "HL", com baixos fatores de emissão. Luiz Carlos Ciochi afirmou não ter qualquer preocupação com o fornecimento de gás para o projeto. A rede da Comgás, parceira nos estudos de viabilidade do projeto, também já está praticamente preparada para um atendimento que pode, no futuro, alcançar 6 milhões de m³/dia. Sobre a participação da Emae no consórcio, o presidente explicou que deve ficar entre 10% a 15%, mas nada impede alcançar 49%, desde que consiga trazer um outro sócio para o empreendimento. (Agência Brasil Energia - 15.03.2018)

Eneva avalia disputar leilão de energia com projeto de térmica no campo de Azulão

A elétrica Eneva avalia inscrever em um leilão de energia que será promovido pelo governo neste ano um projeto para a construção de uma termelétrica na região do campo de Azulão, na bacia do Amazonas, adquirido pela companhia junto à Petrobras, disseram executivos da empresa à Reuters nesta sexta-feira. O empreendimento, que utilizaria o gás de Azulão, teria entre 110 megawatts e 150 megawatts em capacidade e demandaria investimentos de 500 milhões a 600 milhões de reais para ser implementado, caso a empresa consiga vender antecipadamente sua produção no leilão de energia, que o governo tem dito que pretende realizar até agosto. Em paralelo, a companhia ainda avaliará outras oportunidades para viabilizar o empreendimento, como a venda de energia no mercado livre de eletricidade, por exemplo. A companhia também planeja realizar o chamado "fechamento de ciclo" em sua termelétrica Parnaíba I, usina a gás natural de 676 MW no Maranhão, com a implementação de turbinas a vapor que ampliariam a capacidade do empreendimento em 385 MW. O investimento estimado é de 1,5 bilhão de reais, mas a Eneva ainda busca formas de viabilizar

o negócio, uma vez que nos últimos leilões de energia realizados pelo governo não houve abertura para inscrição de projetos de fechamento de ciclo. Além disso, a companhia também analisará oportunidades de compra de concessões para exploração de gás em terra, após uma bem sucedida experiência em viabilizar térmicas junto a reservatórios do insumo na bacia do Parnaíba, no Maranhão. Nesse sentido, os executivos da Eneva disseram que avaliarão rodadas de licitação da ANP, incluindo a venda de blocos devolvidos ou não arrematados em leilões que a autarquia quer oferecer a investidores em um modelo chamado de “oferta permanente”. (Reuters – 16.03.2018)

Eneva confirma participação no leilão A-6 com duas térmicas a gás

A Eneva cadastrou dois projetos termelétricos no próximo leilão de energia A-6, previsto para ser realizado pelo Governo Federal em 31 de agosto. Embora a empresa já tivesse sinalizado que pretendia participar da disputa, a confirmação foi feita nesta sexta-feira, 11 de maio, pelo presidente da companhia, Pedro Zinner. Ele participou de teleconferência com analistas de mercado para apresentar os resultados do primeiro trimestre de 2018. Um dos projetos está localizado Maranhão. Trata-se do fechamento do ciclo da termelétrica Parnaíba I (676MW). Com a implementação de turbinas a vapor, a empresa espera ampliar a capacidade do empreendimento em 363 MW. O contrato de Parnaíba termina em dezembro de 2027, porém a regra do leilão permitirá o descasamento dos PPAs. “Além do projeto de fechamento de ciclo de Parnaíba, a gente também cadastrou o projeto de Azulão. São duas vertentes de crescimento, no curto prazo, em termos de aumento de capacidade de geração”, disse Zinner. O projeto térmico está no campo de Azulão, na bacia do Amazonas, comprado da Petrobras. A área deve receber uma térmica movida a gás natural com potência superior a 100 MW. Não foi possível identificar a potência exata do projeto, porém, segundo dados da EPE, há dois projetos térmicos previstos para o Amazonas, que juntos somam 613 MW. Os vencedores do A-6 precisam iniciar a operação em 2023. A Eneva não descarta a possibilidade de antecipar a entrega, caso haja oportunidade de monetizar esse encurtamento de prazo. (Agência CanalEnergia – 11.05.2018)

Leilão A-6: Boas perspectivas para térmicas a gás

Tendo viabilizado dois projetos de grande porte no leilão A-6 do ano passado, a fonte térmica também tem boas perspectivas para esse leilão. Com uma capacidade cadastrada de 28.656 MW em 39 projetos, esse montante de energia é maior que o montante cadastrado para a fonte eólica, de 27.142 MW. Lembrando que os projetos termelétricos têm uma complexidade diferente de outras fontes, além da potência instalada bem maior, o analista também lembra que o crescimento da matriz em eólicas e solares faz com que sempre exista a possibilidade de usinas térmicas serem viabilizadas nos certames. A Prumo Logística e a Vale Azul, que se saíram vencedoras no leilão de 2017, largam na frente das outras concorrentes caso tenham projetos aptos a entrarem no certame. Por já estarem vivendo a realidade dessas usinas contratadas, ganham de quem ainda busca a primeira vitória. De acordo com Lucas Rodrigues, analista da Safira

Energia, hoje o ambiente é melhor para a oferta de combustível e mais preparação dos players nessa área, embora outros pontos ainda devam ser levados em consideração para a equação perfeita do financiamento de um player. “Hoje tem maior confiança para conseguir financiamento. No fim das contas o que pode ser problema para um pode não ser para outro”, diz Rodrigues. (Agência CanalEnergia – 29.05.2018)

CNI: Atual modelo de contratação dos leilões impõe barreira à expansão de térmicas a gás

O especialista em energia da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Roberto Wagner Pereira explica que um dos obstáculos à expansão da matriz térmica movida a gás natural está justamente na atual metodologia de contratação dos leilões de geração, que impõe riscos elevados aos projetos. “A ideia é que sejam contratadas térmicas para operar na base, com projetos adequados, com menor flexibilidade, tecnologias e custos menores, para aproveitar o gás que teremos com a expectativa do pré-sal”, disse Pereira em entrevista à Agência CanalEnergia. A obrigação de lastro, como exigida atualmente, configura-se como um dos principais desafios à contratação de novas usinas a gás natural. A exigência de comprovação de suprimento de combustível para atender ao despacho térmico permanente a plena potência, segundo o estudo, é inconsistente com o papel de backup desempenhado por essas usinas, nas quais o consumo de gás pode ocorrer por vários meses ou não se materializar. Dessa forma, caso um projeto térmico seja contratado, o fornecedor de gás natural comprometerá grandes montantes de suas reservas e capacidade de transporte com uma demanda térmica muito volátil. Além disso, “a negligência do fator locacional é especialmente danosa ao gás natural, que também detém uma indústria de rede, em que a configuração física é determinante para aproveitamentos de economias de escala e escopo. (Agência CanalEnergia – 13.07.2018)

Cresce a tímida disputa no setor elétrico sobre térmicas no Nordeste

Nesta sexta-feira (27/07) a Folha mostrou que há uma queda de braço, ainda silenciosa, no setor de energia para a realização de um leilão de usinas térmicas no Nordeste. Políticos da região, especialmente de Pernambuco, e empresas do setor de óleo e gás têm pressionado para que se realize um leilão que pode acrescentar mais R\$ 1 bilhão à conta de luz em todo o país. A proposta, pelas discussões em curso, é construir, via leilão de reserva, uma ou várias usinas térmicas com capacidade para gerar entre 1.500 MW e 2.500 MW, mas o custo disso é a cifra bilionária. O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, se diz favorável à substituição das usinas térmicas a óleo pelas movidas gás. O equívoco neste caso, afirma o ministro, é justamente o leilão de reserva, que faz o consumidor arcar com os gastos por uma energia que não precisa ou não vai consumir. Os defensores do leilão alegam que há risco de desabastecimento elétrico por causa da prolongada seca no Nordeste e que é preciso investir na autossuficiência regional, em razão das dimensões continentais do Brasil. O ministro afirma que é importante adaptar o fornecimento de energia às

realidades regionais, mas que é preciso buscar mecanismos que barateiem a vida das pessoas. (Folha de São Paulo – 28.07.2018)

Prumo Logística estuda participação em leilão de geração térmica de agosto

A Prumo Logística estuda participar do próximo leilão de geração de energia, marcado para 31 de agosto. A licitação, do tipo "A-6", negociará contratos de energia de novos empreendimentos com início de fornecimento em 2024. "Sim, pensamos [em participar do leilão]. Temos duas térmicas, mais ou menos 3.000 MW. Temos licenciado 6.400 MW. Então ainda temos 3.400 MW para crescer e a nossa intenção é chegar lá", afirmou o presidente da Prumo, José Magela, após participar de cerimônia de assinatura de portaria de outorga para a implantação da termelétrica GNA II, sociedade entre a Prumo, a Siemens e a BP, no Porto do Açu, no Rio. A térmica GNA II venceu leilão de energia no fim de 2017. O projeto está previsto para entrar em operação em janeiro de 2023. A GNA I está prevista para entrar em operação em janeiro de 2021. Juntas, as duas térmicas somarão 3 mil MW. (Valor Econômico – 31.07.2018)

Leilão de usinas a gás no Nordeste é discutido em reunião, sem conclusão

A proposta de um leilão para contratar usinas térmicas a gás natural no Nordeste foi discutida, nesta quarta-feira (1º), pela Comissão Especial de Leilões do Ministério de Minas e Energia, mas não houve uma conclusão. A ideia inicial do governo era realizar um leilão de reserva – modelo que geraria um impacto de R\$ 2 bilhões na conta de luz de todos os consumidores (famílias e empresas), por 20 anos, segundo a Abrace, associação que representa grandes consumidores de energia. O governo teria desistido da modelagem após reportagem da Folha, que mostrou que havia uma queda de braço dentro do setor justamente por causa do impacto na conta de luz. O ministério disse, em nota, que serão feitos estudos técnicos para "avaliar a pertinência e definir a modelagem adequada para contratação". (Folha de São Paulo – 02.08.2018)

Abrajet nega pleito por leilão de reserva para térmicas

A Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abrajet) negou que haja um pleito para organizar um leilão de reserva para contratar térmicas para o atendimento do Nordeste. Segundo o presidente da entidade, Xisto Vieira Filho, o que foi proposto é que um conjunto de usinas a óleo contratadas no passado (e que estão com contratos vencendo) sejam substituídas por usinas modernas que utilizam o gás natural na produção de energia elétrica, combustível considerado mais eficiente e menos poluente na comparação com o óleo. "O que sempre se pensou foi o seguinte: vamos substituir as térmicas a óleo por térmicas a gás, porque se eu não substituir térmica por térmica eu afeto a confiabilidade elétrica e energética do sistema", disse Vieira Filho em entrevista à Agência CanalEnergia. Segundo a Abrajet, estudos da Thymos Energia indicam que a colocação de térmicas nesta modalidade de substituição resultaria em uma economia de R\$ 6 bilhões por ano. (Agência CanalEnergia- 01.08.2018)

MME avalia leilão para substituir térmicas a óleo por a gás, mas pode ter contratação insuficiente

O governo federal tem estudado a realização de um leilão ainda neste ano para contratar novas usinas termelétricas movidas a gás natural, que substituiriam unidades a óleo cujos contratos vencem até 2024, disse à Reuters nesta quinta-feira o secretário-executivo do MME, Márcio Félix. Mas a contratação pode esbarrar na falta de demanda das distribuidoras de energia, que entram como compradoras da produção dos empreendimentos viabilizados em leilões do governo federal para novas usinas de geração, uma vez que a crise econômica no Brasil reduziu o consumo de energia e a necessidade de expansão do parque gerador. Segundo Félix, o governo tem avaliado quais formatos possibilitariam levar a contratação adiante dentro do contexto de projeções de sobra de energia para os próximos anos. “Não existe ainda uma maneira de se fazer... o que vai se fazer agora é construir a forma de viabilizar o leilão... ainda não temos um consenso, e ainda não se sabe qual seria a potência (em novas usinas a serem contratadas)”, disse o secretário. (Reuters – 02.08.2018)

EPE e MME pretendem contratar térmicas a gás ainda esse ano

O governo federal tem estudado a realização de um leilão ainda neste ano para contratar novas usinas termelétricas movidas a gás natural, que substituiriam unidades a óleo, disse à Reuters nesta quinta-feira o secretário-executivo do MME, Márcio Félix. As termelétricas a óleo cujas concessões vencem em 2024 têm cerca de 1,3 GW em energia contratada, segundo dados da CCEE. O secretário ressaltou, no entanto, que o tempo para a preparação da licitação é curto, uma vez que seriam necessários trâmites burocráticos que levam algum tempo, como a preparação e divulgação prévia do edital e a abertura de cadastramento para investidores interessados, por exemplo. “Para fazer o leilão até dezembro, isso tem que ser decidido em pouco tempo... a gente gostaria muito que saísse, mas só vamos poder falar depois que houver uma formatação”, adicionou Félix. A proposta de realização do leilão para novas termelétricas foi apresentada pela estatal EPE, segundo o MME. A pasta afirmou em nota que a modelagem do certame será discutida em estudos técnicos com a participação também da Aneel, do ONS e da CCEE. (Reuters – 02.08.2018)

PSR não recomenda leilão de reserva para térmicas por conta do momento econômico

A PSR recomendou que não seja realizado, no momento, um leilão de reserva para contratação de termelétrica a gás natural na base na região Nordeste. O posicionamento de uma das consultorias mais respeitadas no setor elétrico consta em artigo técnico de mais de dez páginas publicado na última terça-feira, 31 de julho, para assinantes do Energy Report. O primeiro argumento da consultoria é que existe uma sobra estrutural de energia provocada causada pela crise econômica por qual o país passa nos últimos quatro anos. Inclusive, no início desta semana o ONS revisou a expectativa de demanda para este ano, cortando 914 MW médios em relação a 1ª revisão. A consultoria acrescenta ainda que

devido à grande penetração eólica nos últimos anos, o Nordeste passará a ser exportador estrutural de energia no longo prazo. Neste cenário, a construção de termelétricas na base nesta região pode ocasionar “vertimentos de vento”, principalmente durante a madrugada. Outra componente importante que precisa ser avaliada é o custo da transmissão. Utilizando a metodologia Aumann-Shapley para calcular os custos do sinal locacional no Brasil, foi constatado que as tarifas na região Nordeste deveriam ser mais elevadas que em outras localidades, indicando que seria mais caro construir novas usinas nesta região. (Agência CanalEnergia – 02.08.2018)

Thymos Energia: Estudo aponta economia com construção de UTEs no Nordeste

A proposta de um leilão para construir usinas térmicas a gás natural no Nordeste do país, que está em estudo pelo governo, provoca divergências entre especialistas do setor elétrico. A ideia inicial era contratar essas obras por meio do chamado leilão de reserva. Nesse tipo de leilão, o governo compra a energia e repassa para os consumidores o custo – que, nesse caso, seria de R\$ 2 bilhões na conta de luz de todos os consumidores, por 20 anos, segundo a Abrace, associação que representa grandes consumidores de energia. Entretanto, para João Carlos Meirelles, da consultoria Thymos, que foi contratada para fazer estudos para a Abraget (Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas) ainda há uma janela para fazer o leilão em 2018. Ele vê espaço para dois certames: um de energia nova (que não traz custos à conta de luz), que leiloaria um volume de energia que hoje é garantido por usinas térmicas a óleo, cujas concessões se encerram em 2023. O segundo seria um leilão de reserva, com um volume de energia adicional, que ele considera necessário para dar segurança ao sistema elétrico, em meio à volatilidade da geração hidrelétrica no rio São Francisco e das usinas eólicas, que têm fortes variações. Um estudo da Thymos, contratado pela entidade setorial, aponta uma potencial economia de R\$ 2 bilhões por ano, entre 2024 e 2030, caso as usinas a gás sejam construídas. O impacto para além de 2030 --já que as usinas têm vida útil de cerca de 25 anos-- é difícil de prever, pelo cenário incerto no país, afirma João Carlos Meirelles, presidente da consultoria. (Folha de São Paulo – 06.08.2018)

EPE defende leilão para térmicas no Nordeste após críticas de consultoria PSR

Um plano do governo de promover ainda em 2018 um leilão para contratar novas térmicas a gás no Nordeste tem como objetivo aumentar a segurança energética da região e pode beneficiar os consumidores, que hoje são atendidos por usinas a óleo, mais caras e poluentes, defendeu em entrevista à Reuters o presidente da estatal EPE, Reive Barros. A ideia da licitação, que tem sido discutida no MME nas últimas semanas, ainda sem consenso, foi duramente criticada na semana passada pela influente consultoria do setor elétrico PSR, que avalia que a demanda por energia para os próximos anos já está atendida e a contratação poderia resultar em sobre no futuro, com sobrecusto para o consumidor. “Não será leilão de reserva, isso está descartado. Há uma preocupação com a segurança energética, e ao mesmo tempo temos uma preocupação de que o sistema seja

operado com o menor custo global possível. Ninguém ia colocar uma solução que onere mais a tarifa”, disse Barros. Segundo Barros, se as termelétricas que o governo quer contratar para a partir de 2022 já estivessem em operação atualmente, o consumidor não estaria sofrendo cobranças adicionais com as chamadas bandeiras tarifárias, que elevam a conta de luz em momentos de menor oferta de energia. (Reuters – 06.08.2018)

Secretário do MME nega discussão no CMSE sobre leilão de térmicas no NE

O secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME, Eduardo Azevedo disse que jamais foi tratado dentro do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) a realização de um leilão para a contratação de termelétricas exclusivamente para atender ao submercado Nordeste. Ele confirmou que existe um problema de suprimento na região e que estudos serão feitos para buscar uma saída para a questão, mas não houve acerto quanto à realização de processos de contratação pelo comitê. Ainda sobre a reunião do CMSE, o secretário descartou que o país esteja correndo risco de racionamento de energia, devido ao baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas, apesar de o mês de julho ter sido considerado ruim do ponto de vista hidrológico. (Brasil Energia – 08.08.2018)

Distribuidoras de gás defendem leilão para novas térmicas no NE

Algumas distribuidoras de gás endossam a defesa de um leilão para contratar novas usinas térmicas no Nordeste --proposta que está atualmente em estudo pelo governo federal, com a possibilidade de sair ainda neste ano, contudo, o projeto é bastante controverso no setor elétrico. Parte dos analistas defende que não é necessário contratar novas usinas agora por causa da baixa demanda por energia, resultado da lenta recuperação da economia. Há também uma perspectiva de que o leilão provoque um aumento de R\$ 2 bilhões na conta de luz dos consumidores por ao menos 20 anos, a depender da forma de contratação das usinas, aponta cálculo da Abrace (associação nacional dos grandes consumidores de energia). Para Marcelo Mendonça, gerente da Abegás, o leilão seria importante para ajudar a preservar os reservatórios das usinas hidrelétricas, dar segurança ao sistema de energia do país e mais estabilidade ao consumo de gás. Segundo André Donha, sócio-diretor da consultoria KPMG, “além da expansão da oferta de gás no país, há também uma perspectiva de que mudanças regulatórias promovidas pelo governo Michel Temer no mercado de gás natural ampliem a entrada de empresas privadas no setor, hoje dominado pela Petrobras”. Ele conclui que, “em um médio ou longo prazo, há uma tendência de entrada de novos atores no mercado de geração termelétrica”. (Folha de São Paulo – 13.08.2018)

Abralee sugere rescisão dos contratos das térmicas a óleo e leilão específico no NE

A discussão sobre a substituição de usinas termelétricas a óleo combustível no Nordeste, mais caras e poluentes, por outras fontes de energia ganhou um

reforço. As distribuidoras de energia propõem a rescisão antecipada e amigável dos contratos com essas térmicas e a aquisição de um montante de energia a um preço mais baixo para o consumidor. "Essas térmicas estão contratadas por disponibilidade pelas distribuidoras. Então você poderia buscar uma forma negociada de encerramento desses contratos, respeitando a segurança jurídica, respeitando o contrato como um ato jurídico perfeito, mas substituindo essa energia, por uma fonte mais barata", disse o presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite. Segundo ele, as térmicas a óleo combustível possuem cerca de 3.500 megawatts (MW) de capacidade instalada. "Se for analisar por montante de energia, elas significam um percentual pequeno na quantidade de energia do Brasil. Mas, como o preço delas é tão alto, quando são operadas, elas causam um impacto danado. Elas custam cinco vezes mais", completou Leite. Para o executivo, os próprios empreendedores dessas térmicas estariam dispostos a negociar uma rescisão, porque as usinas foram contratadas para funcionar como uma reserva, porém são acionadas continuamente. A proposta do presidente da Abradee é fazer um leilão específico para negociar o montante de energia proporcional ao que será descontratado das térmicas. (Valor Econômico - 15.08.2018)

Governo fará leilão de térmicas a gás para substituir usinas a óleo

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, afirmou que o governo fará um leilão de contratação de energia de térmicas a gás para substituir usinas a óleo. Oddone falou com a imprensa depois de participar de reunião, na sede da ANP, com o ministro do MME, Moreira Franco, o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, e o presidente da EPE, Reive Barros. No encontro foram discutidas medidas para reduzir o custo da energia para o consumidor, como a realização de leilões regionais de energia térmica a gás natural na base. Oddone disse ainda que o leilão para substituição de térmicas a óleo por usinas a gás também deve permitir que as termelétricas a gás natural liquefeito (GNL) mudem seu fornecimento para gás nacional ao longo do contrato. A ideia do governo é contratar as térmicas a GNL no leilão, uma vez que, atualmente, não há oferta suficiente de gás natural para garantir esses contratos. O presidente da EPE, Reive Barros, afirmou que as usinas a óleo somam atualmente 5.163 MW e serão descontratadas entre 2022 e 2024. Segundo ele, o governo estuda a realização de leilões regionais. Em nota distribuída depois da reunião, o MME informou que o primeiro leilão poderá ocorrer no Nordeste. O Ministério informou ainda que foi criado um fórum permanente, com reuniões periódicas entre EPE, ANP e Aneel, para garantir a integração do setor de gás e energia elétrica, preços justos e abundância no fornecimento de energia. (Valor Econômico - 06.09.2018)

Unica reclama da baixa contratação da biomassa nos últimos leilões regulados

Durante o III Congresso Internacional de Biomassa (CIBIO), evento internacional realizado esta semana em Curitiba (PR), o gerente em Bioeletricidade da União da Indústria de Cana de Açúcar (Unica), Zilmar de Souza, falou sobre a baixa comercialização da bioeletricidade nos últimos leilões regulados e a falta de diferenciação entre energias limpas e poluentes nos critérios de contratação. No

último dia 31 de agosto, a Aneel promoveu o leilão A-6/2018, para atendimento ao mercado das distribuidoras a partir de 2024. Ao fim da disputa, o setor sucroenergético, que havia cadastrado 25 projetos, totalizando 1.040 MW, vendeu apenas dois, o que representará o incremento de 28,5 MW. Para o especialista, esta baixa comercialização pode colocar em xeque o alcance das metas indicadas para a bioeletricidade canavieira no PDE 2026. O documento elaborado pela EPE prevê que contratação da capacidade instalada por esta biomassa deverá ser de 1.868 MW entre 2021 a 2024. Zilmar espera que os próximos leilões regulados consigam evoluir para, no mínimo, a criação de um produto específico para a bioeletricidade produzida da cana, ou mesmo leilões regionais e específicos para esta fonte e o biogás. (Agência CanalEnergia - 06.09.2018)

EPE: Térmicas a gás habilitaram 30% da capacidade cadastrada em leilão

As térmicas a gás natural cadastradas para o leilão A-6 tiveram a menor proporção de habilitação, de acordo com dados divulgados pela EPE. Dos 28,6 GW cadastrados da fonte, apenas 8,8 GW, ou 30,7% foram habilitados. A não habilitação de uma térmica a gás foi, inclusive, a causa de uma disputa judicial que atrasou a realização do leilão por quase sete horas. A Evolution Power Partners ganhou, no dia anterior à concorrência, o direito de incluir informações sobre a inflexibilidade da usina térmica GPE Bahia 1 - a companhia chegou a entrar na disputa, mas desistiu durante o processo. (Brasil Energia - 06.09.2018)

Leilões de térmicas a gás podem trazer economia de R\$ 5 bi ao ano

A realização de leilões específicos para contratação de termelétricas a gás natural liquefeito (GNL), em substituição às térmicas a óleo, pode permitir ao país uma economia de R\$ 5 bilhões por ano. Isto porque as usinas a gás têm preços mais competitivos na comparação com os das usinas a óleo e oferecem maior confiabilidade à segurança energética. O MME divulgou, na semana passada, que busca soluções para reduzir o custo da energia para o consumidor por meio da realização de leilões específicos de termelétricas. O primeiro certame seria voltado para o Nordeste, onde a situação de abastecimento é considerada mais crítica, substituindo as usinas a óleo combustível e diesel, cujos contratos vencem entre 2022 e 2024 e que representam 5.163 MW em capacidade instalada, por outras a gás. A economia se dará conforme estes empreendimentos forem sendo substituídos, acredita o presidente da Abraget, Xisto Vieira Filho. A confiabilidade energética é outra vantagem da adoção de térmicas a gás, na avaliação do executivo. (Brasil Energia - 11.09.2018)

Bolívia: Contrato firme de gás deve ser fechado com Mato Grosso

O governo boliviano acena com a possibilidade de fechar um contrato de fornecimento firme de gás natural para o estado do Mato Grosso, que deverá ser destinado principalmente para o mercado industrial e pode incluir também a venda de gás liquefeito do petróleo (GLP) para uso residencial. Atualmente, o estado conta com um contrato que pode ser interrompido, ou seja, a Bolívia envia

o gás apenas quando há excedente. No próximo dia 30/1, o governador do estado, Pedro Taques, deverá se reunir com o presidente boliviano Evo Morales para oficializar o acordo. O objetivo do estado é que o início do fornecimento se dê a partir de março. O governador em exercício do estado, Carlos Fávaro, se reuniu na última quinta-feira (4/1) com o vice-Ministro de Industrialização e Comercialização da Bolívia, Humberto Salinas, para as negociações. Ele afirmou que o atual acordo com os bolivianos não dá segurança para as indústrias do estado. “Isso não dá segurança para que as indústrias se convertam para o gás natural porque ela não sabe o dia que vai ter o produto. E hoje nós consumimos pouco gás por isso”, explicou. Acrescentou que a tendência é que o consumo vá aumentando pouco a pouco, conforme os contratos de fornecimento vão sendo costurados com as empresas locais. Essa parceria vem sendo trabalhada pelo governo do estado desde o ano passado. Mato Grosso trabalha para importar 4 milhões de m³/dia do gás boliviano. Em reunião no ano passado com presidente boliviano, Evo Morales, o governador Pedro Taques colocou a possibilidade de uma sociedade da MT Gás com a boliviana YPF para garantir a distribuição do gás. (Brasil Energia – 05.10.2018)

MME: Publicada portaria sobre Consulta Pública para viabilizar leilão de térmicas no NE

A portaria assinada publicada nesta terça-feira, 23 de outubro, no Diário Oficial da União abre Consulta Pública para estabelecer novas regras a serem seguidas para o Leilão de Potência associada à Energia de Reserva. O leilão está previsto para o primeiro semestre de 2019 e atende as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. A consulta vai até 7 de novembro. A consulta propõe a negociação de Contratos de Potência associada à Energia de Reserva, na modalidade por disponibilidade, para contratação de usinas termelétricas a gás em ciclo aberto. Essas usinas são totalmente flexíveis e devem atender ao despacho centralizado do Operador Nacional do Sistema Elétrico. (Agência CanalEnergia – 23.10.2018)

EPE: Térmicas contribuem para solucionar problemas estruturais no NE

A EPE calcula que o leilão de contratação de termelétricas a gás natural para potência associada a energia de reserva para o Nordeste ajuda a resolver um problema estrutural da região, que é a intermitência das renováveis e a vulnerabilidade criada no intercâmbio energético existente hoje. A concorrência deve ocorrer ainda no primeiro trimestre de 2019, segundo o presidente da entidade de pesquisa, Reive Barros. Outro ponto favorável ao leilão seria o aumento da geração eólica esperado para 2027, que deve chegar a 35 GW em capacidade instalada, ampliando ainda mais a necessidade de ter uma geração de potência para dar suporte às renováveis, como as térmicas a gás. Na avaliação do presidente da entidade de pesquisa, as hidrelétricas não têm como cumprir esse papel. (Brasil Energia – 13.11.2018)

IV. Regulação

Autorizada revisão de CVU para a Norte Fluminense

A Aneel autorizou a revisão do CVU solicitada pela UTE Norte Fluminense relativos ao mês de dezembro de 2017, a serem aplicados pelo ONS a partir da primeira revisão do PMO e determinar à CCEE a utilização dos valores para fins de contabilização da geração verificada na citada usina no mês de dezembro de 2017. Para a Norte Fluminense 1 o valor é de R\$ 52,99, na Norte Fluminense 2 é de R\$ 62,76, de R\$ 118,96 para a Norte Fluminense 3 e de R\$ 305,97 para a Norte Fluminense 4. (Agência Canal Energia - 11.01.2018)

Aprovado o CVU para UTE Termopernambuco

A Aneel aprovou o CVU, visando o ressarcimento da UTE Termopernambuco. Os valores de CVU foram fixados em R\$ 106,69/MWh e serão aplicados no processo de contabilização a partir do mês de dezembro de 2017. A decisão foi publicada no despacho N° 87, na edição da última quarta-feira, 17 de janeiro, do DOU. (Agência Canal Energia - 18.01.2018)

UTE Mauá 3 pode testar unidade geradora

A Aneel liberou para operação em teste a unidade geradora UG3, de 211,65 MW de capacidade instalada da usina de geração termelétrica denominada UTE Mauá 3, segundo despacho publicado pela Aneel nesta quinta-feira, 25 de janeiro. O empreendimento está localizado em Manaus (AM). (Agência Canal Energia - 25.01.2018)

Transferência do complexo termelétrico Jorge Lacerda é autorizada pela Aneel

A Engie Brasil foi autorizada pela Aneel a transferir a titularidade das usinas termelétricas Jorge Lacerda I e II, Jorge Lacerda III e Jorge Lacerda IV para a Diamante Geração de Energia. O pedido de transferência foi formalizado em 22 de dezembro do ano passado. Localizadas no município de Capivari de Baixo, no estado de Santa Catarina, as termelétricas têm potência instalada de 232 MW, 262 MW e 363 MW. (Agência CanalEnergia - 06.02.2018)

Aneel: discussão sobre contratação de térmicas no Amazonas

A Aneel abriu audiência pública para discutir com os agentes e a sociedade a contratação de geração termelétrica para o atendimento da região de Manaus, de responsabilidade da Amazonas Geração e Transmissão de Energia. A Portaria do MME n° 492, de 19 de dezembro de 2017, reconheceu a necessidade de contratação de nova capacidade em locais eletricamente equivalentes aos das atuais usinas de Flores e Iranduba. Conforme a portaria a Aneel é responsável por regulamentar essa nova contratação. A proposta em audiência pública apresenta os requisitos técnicos e financeiros para essa operação, como a exigência de testes operativos e a adoção de valores de referência para o preço

do combustível conforme critérios já conhecidos e regulados pela Aneel. (Agência Canal Energia - 07.02.2018)

Aceito o pedido de revogação da UTE Willian Arjona

A Aneel aceitou o pedido de revogação da autorização da termelétrica William Arjona, localizada no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. O pedido de revogação partiu da própria Engie, responsável pela usina que utiliza o óleo diesel como combustível para gerar energia. A empresa argumentou que “os atuais valores de mercado do gás natural não levariam ao despacho sustentado da usina no médio e longo prazos; que a usina apresentava elevados custos fixos, principalmente as tarifas de uso da rede elétrica e da rede de gás, não se mostrando mais economicamente viável no mercado de energia”. A Aneel analisou o pedido da concessionária e concluiu “não haver óbices à revogação da autorização”. A empresa terá que pagar R\$ 31,5 mil devidos da TFSEE, proporcional aos dias em que sua outorga estava vigente na competência de fevereiro de 2018, que deverá constar do ato de revogação da outorga. (Agência Canal Energia - 20.02.2018)

Revogada a autorização de térmica a biomassa no Acre

A diretoria da Aneel decidiu nesta terça-feira, 20 de fevereiro, revogar a autorização da Yser Participações Energia para construir a termelétrica Acre, prevista para ser instalada no município de Rio Branco. Para a agência, projeto se mostra inviável diante da falta de perspectiva do agente de conseguir financiamento. O projeto foi viabilizado no leilão A-5 de 2014, realizado no dia 28 de novembro daquele ano. O Governo Federal contratou a térmica com a expectativa de início de suprimento em 1º de janeiro de 2019. A empresa, contudo, esperava iniciar a operação comercial da usina em 1º de junho de 2018. Em março de 2017, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração verificou que as obras de implantação da usina não haviam sido iniciadas. A Aneel verificou que o projeto estava em fase “bastante preliminar”, sem perspectiva por parte do agente de viabilizar o financiamento e o licenciamento ambiental. Diante desse quadro, a diretoria optou por revogar a autorização do projeto, decisão tomada em reunião pública ordinária em Brasília. (Agência Canal Energia - 20.02.2018)

CVU da UTE Norte Fluminense consegue é revisado

A Aneel atendeu o pedido da UTE Norte Fluminense e revisou o CVU relativos aos meses de janeiro e fevereiro de 2018. O ONS deverá aplicar os valores do CVU de janeiro de 2018 para os patamares 1, 2 e 3 e do valor do CVU de fevereiro de 2018 para o patamar 4 da UTE Norte Fluminense a partir da primeira revisão do PMO. A CCEE deverá usar os novos valores para contabilização da geração verificada no período, além de adotar o ajuste financeiro no valor de R\$ 293,86 através de crédito para a UTE Norte Fluminense S.A. e como débito do ESS no próximo processo de contabilização e liquidação financeira. A Aneel também revisou o CVU de outras quatro termelétricas, que deverão ser aplicados pelo

ONS e pela CCEE a partir da primeira revisão do PMO depois do despacho. O maior CVU revisado é o da UTE Fernando Gasparian, de R\$ 548,04/ MWh. Em seguida vem o da UTE Jesus Soares Pereira, em 450,86/ MWh. O da UTE Celso Furtado vai ser de ficou em 374,87/ MWh, enquanto o da UTE Juiz de Fora foi fixado em R\$ 283,74/ MWh. (Agência CanalEnergia - 21.02.2018)

UTE Termopernambuco: CVU passa a ser de R\$101,01/ MWh

A Aneel aceitou o pedido da Termopernambuco e alterou o Custo Variável Unitário para R\$ 101,01/ MWh. O valor deverá ser aplicado pelo Operador Nacional do Sistema logo a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica deverá adotar o novo CVU na contabilização da geração verificada na usina a partir de fevereiro deste ano. (Agência Canal Energia - 22.02.2018)

Aneel: suspensão a operação de fase da Térmica Candiota

A Aneel suspendeu a operação comercial, em caráter definitivo, da UTE Presidente Médici - Fase A, localizada em Candiota, Rio Grande do Sul. A turbina suspensa foi a de número 1, com 66 MW de capacidade instalada. A decisão acima foi publicada no despacho Nº 415 da edição do dia 26 de fevereiro de 2018 do DOU. (Agência CanalEnergia - 26.02.2018)

Aneel define CVU para UTE Araguaia

A Aneel confirmou o Custo Variável Unitário, visando o ressarcimento da Eletronorte pela geração de energia elétrica da UTE Araguaia. O valor de CVU foi fixado em R\$ 950,41/MWh, e será aplicado no processo de contabilização a partir do mês de janeiro de 2018. A decisão foi publicada no despacho Nº 413, na edição da última segunda-feira, 26 de fevereiro, do DOU. (Agência CanalEnergia - 27.02.2018)

Agenera quer mudanças na autovistoria do gás no Rio

A Agenera encaminhou pedido à Alerj para rever pontos da lei de autovistoria quinquenal das instalações de gás canalizados e em botijões nas residências e prédios comerciais. A requisição foi motivada pelas dificuldades encontradas pelo órgão para cumprir a inspeção. Dentre as modificações sugeridas, está a dilação do prazo inicial de cinco anos (2020) para realização da primeira vistoria quinquenal obrigatória. Pela proposta, o prazo passaria a contar a partir da publicação da alteração da lei pela Alerj. Para os imóveis novos, que tiverem o laudo de instalações prediais para início do fornecimento de gás canalizado datado após a alteração da lei, o prazo de cinco anos passaria a ser contado a partir data do laudo do primeiro fornecimento. O conselheiro-presidente da Agenera, José Bismarck Vianna de Souza, disse que foram elaboradas duas instruções normativas para fiscalizar o cumprimento da autovistoria, mas foram encontrados problemas de conflito no processo. Outras mudanças também estão sendo pleiteadas. Na primeira inspeção quinquenal obrigatória, todos os imóveis

que tiverem o habite-se em conformidade com os laudos emitidos pela Ceg e Ceg Rio e de acordo com o regulamento de instalações prediais, as empresas que fazem as inspeções verificarão se os mesmos encontram-se de acordo com as especificações técnicas do regulamento contidas à época do início do fornecimento de gás aos consumidores. (Agência Brasil Energia - 28.02.2018)

Aneel nega postergação de cronograma da UTE Mauá 3

A diretoria da Aneel negou o pedido feito pela Amazonas GT para postergar em 12 meses a implantação da termelétrica Mauá 3. A decisão foi tomada nesta terça-feira, 6 de março, durante reunião pública em Brasília. A energia proveniente dessa usina foi comercializada no 20º Leilão de Energia Nova realizado em 28 de novembro de 2014, com início de suprimento previsto para 1º de janeiro de 2019. O prazo vigente para a entrada em operação comercial das três unidades geradores da usina, porém, era 27 de novembro de 2017. Até o momento, apenas uma unidade geradora está em operação comercial, mesmo assim, por força de decisão judicial. Como já é de conhecimento do mercado, a Amazonas GT, subsidiária da Eletrobras, trava uma disputa comercial com a Petrobras, que se nega a fornecer o gás natural para usina enquanto as pendências da elétrica não forem solucionadas. No pedido de postergação de cronograma, a Amazonas GT apresentou como justificativa as dificuldades na execução do contrato firmado com a empresa Andrade Gutierrez, construtora contratada para os serviços de implantação da usina. Primeiro, o problema com a construtora não é reconhecido pela agência reguladora como razão para excludente de responsabilidade do agente. Segundo, o atraso na usina é decorrente de pendências relativas ao fornecimento de gás. A área de fiscalização da Aneel verificou que o percentual de execução total da obra é de 99% e que a previsão de finalização do ciclo combinado da usina é abril de 2018, configurando um atraso de cerca de cinco meses com relação à data de operação considerada no ato de outorga em vigor. (Agência CanalEnergia - 06.03.2018)

Turbina de termelétrica em SP é liberada para operação comercial

A Aneel liberou para operação comercial a turbina UG1, de 14.000 kW da usina de geração termelétrica denominada UTE Goodyear, a partir de 7 de março, segundo publicação do despacho nº 512 do DOU da mesma data da liberação. O empreendimento está localizado em Americana, São Paulo. Já a CGH Apolo, localizada em São Cristovão do Sul, Santa Catarina, também foi autorizada pela Aneel para operar comercialmente a unidade UG1, de 1.000 kW de capacidade instalada. (Agência Canal Energia - 07.03.2018)

Regulamento para contratação de termelétricas no Amazonas é aprovado

A Aneel aprovou hoje (13) a emissão de resolução normativa que estabelece critérios e procedimentos para definição e ressarcimento dos custos fixos e variáveis das usinas termelétricas de que trata a Portaria do MME nº 492, de 19 de dezembro de 2017. A Portaria determinou a contratação de geração termelétrica em locais eletricamente equivalentes aos das atuais usinas de Flores

(80 MW) e Iranduba (25 MW) na Região de Manaus, de responsabilidade da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. O regulamento aprovado pela Agência define requisitos técnicos e financeiros para a contratação, como a exigência de testes operativos e a adoção de valores de referência para o preço do combustível conforme critérios já conhecidos e regulados pela Aneel. O tema foi debatido em audiência pública, realizada entre 8 e 23 de fevereiro de 2018, que recebeu 12 contribuições de agentes do setor elétrico. (Aneel - 13.03.2018)

Aneel aprova CVU para a UTE Campos

A Aneel aprovou o CVU no valor de R\$ 723,05/MWh, visando o ressarcimento dos custos variáveis de Furnas Centrais Elétricas pela geração da UTE Campos. O valor será aplicado no processo de contabilização a partir do mês de março. Outra empresa a ter o CVU definido pela Aneel foi a Termopernambuco, visando o ressarcimento pela geração da térmica de mesmo nome. O valor foi fixado em R\$ 106,83/MWh e será aplicado na contabilização a partir de fevereiro de 2018. As decisões acima foram publicadas nos despachos N° 616 e 617, na edição da última terça-feira, 20 de março, do Diário Oficial da União. (Agência CanalEnergia - 21.03.2018)

Aneel define parâmetros de termelétricas da Amazonas GT

A Aneel aprovou o CVU, a potência disponibilizada e o custo fixo dos lotes 1 e 2 da termelétrica Flores, sob titularidade da Amazonas GT. A usina tem potência de 40 MW e CVU de R\$ 794,72/MWh e R\$ 808,99/MWh, respectivamente. Já o custo fixo de ressarcimento pela operação das unidades ficou em R\$ 2.704.626,24/mês e R\$ 2.725.153,43/mês, com vigência até março. A Aneel também deu provimento à outra solicitação feita pela Amazonas GT, com relação a UTE Mauá Parte III Bloco Iranduba. O CVU foi confirmado em R\$ 784,21/MWh e a potência estabelecida em 25 MW. Com validade até março de 2018, o custo fixo ficou em R\$ 1.678.293,01. (Agência Canal Energia - 22.03.2018)

Unidade da UTE Ceni liberada para operação em teste

A Aneel aprovou para operação em teste a unidade geradora UG1, de 30 MW de capacidade da usina de geração termelétrica denominada UTE Ceni, a partir de 23 de março, segundo publicação do DOU de mesma data. O empreendimento, de posse da Bela Vista Energética S.A, está localizado no município de Nova Independência, em São Paulo. (Agência CanalEnergia - 23.03.2018)

Aneel aprova operação comercial de termelétricas no Pará

A Aneel autorizou para operação comercial, a partir de 24 de março, algumas unidades geradoras de três usinas termelétricas localizadas no Pará e sob titularidade da Guascor do Brasil Ltda. e Soenergy - Sistemas Internacionais de Energia S.A, segundo publicação do DOU da última segunda-feira, 26 de março. No município de Afuá, a UTE Afuá - CEPA, teve liberadas as unidades UG2 a UG3, de 846 kW cada, somando 1.692 kW de capacidade. Já em Alenquer, a UTE

Alenquer – CEPA teve aprovada a unidade UG16, de 846kW. Por fim, a UTE Terra Santa, localizada no município de Terra Santa, recebeu autorização para operar a unidade UG6, também de 846 kW. (Agência CanalEnergia – 27.03.2018)

CVU para UTE Norte Fluminense aprovado

A Aneel aprovou o CVU visando o ressarcimento dos custos variáveis da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A pela geração da UTE Norte Fluminense. Foram definidos em R\$ 59,59, R\$ 70,61 e R\$ 133,67, os valores para fevereiro dos patamares 1, 2 e 3 da usina, e R\$ 357,47 relativo a março e ao 4º patamar. A Aneel também determinou o CVU de R\$ 161,40/MWh na contabilização de fevereiro da CCEE para o ressarcimento dos custos da Eletrobras pela importação de energia do Uruguai. Outra a receber a aprovação do órgão regulador foi a Eletronorte, que teve o valor de CVU definido em R\$ 953,77/MWh, para aplicação no processo de contabilização de fevereiro na CCEE, visando o ressarcimento dos custos variáveis pela geração da UTE Araguaia. (Agência CanalEnergia – 27.03.2018)

Definido CVU de março para UTE Norte Fluminense

A Aneel aprovou o CVU visando o ressarcimento dos custos variáveis da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A pela geração da UTE Norte Fluminense. Foram definidos em R\$ 60,60, R\$ 71,62 e R\$ 135,76, os valores para março dos patamares 1, 2 e 3 da usina, e R\$ 364,06 relativo ao 4º patamar. A Aneel também determinou o CVU de 940,70/MWh para aplicação no processo de contabilização de março na CCEE, visando o ressarcimento dos custos variáveis da Eletronorte pela geração da UTE Araguaia. (Agência CanalEnergia – 17.04.2018)

Agenssa abre consulta pública sobre custo médio do gás no RJ

A Agenssa abre na próxima terça-feira (24/4) consulta pública sobre proposta da Ceg e Ceg Rio sobre a metodologia de cálculo do custo médio ponderado (Wacc, na sigla em inglês) de gás natural. As contribuições podem ser enviadas até o próximo dia 24/5. A consulta faz parte do processo da quarta revisão tarifária das distribuidoras do estado. A agência define em agosto o reajuste da nova margem de distribuição da Ceg e da Ceg Rio. As empresas propõem aumento de 34% na margem da Ceg e de 24% na Ceg Rio na quarta revisão tarifária, que compreende o período de 2018 a 2022. Esse item é um dos que são utilizados na composição da tarifa final. (Agência Brasil Energia – 23.04.2018)

Definidos CVU e custo fixo de termelétricas da Amazonas GT

A Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou o Custo Variável Unitário visando o ressarcimento dos custos variáveis das Usinas Termelétricas UTE Mauá Parte III Bloco Iranduba (UTE Iranduba) e UTE Flores, dividida em lote 1 e 2. Os respectivos valores foram fixados em R\$ 856,49/MWh para a primeira usina e R\$ 868,35 e R\$ 883,17 para cada lote. Também foram definidos os custos fixos e o período de vigência de cada empreendimento: R\$ 1,733 milhão desde 17

de março para a UTE Mauá Parte III Bloco Iranduba (UTE Iranduba) e R\$ 2,760 milhões e R\$ 2,780 milhões para os lotes 1 e 2 da UTE Flores, que estão validados desde 24 de março. A Aneel também determinou o CVU de 108/MWh para aplicação no processo de contabilização de março na CCEE, visando o ressarcimento dos custos variáveis da Termopernambuco S.A. pela geração da UTE Termopernambuco. (Agência CanalEnergia - 27.04.2018)

Agenera discutirá regras para GNC, GNL e biogás

A Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenera) promove na próxima terça-feira (15/5) duas audiências públicas para analisar a proposta de regulamentação de distribuição de gás natural comprimido e gás natural liquefeito e ainda a proposta sobre compra, venda e fornecimento de gás natural renovável. A proposta que regulamenta a distribuição de GNC e GNL prevê a exigência de disponibilidade de suprimento de gás da concessionária ou garantia formal junto aos supridores; informação sobre o custo das atividades; cronograma de realização das obras de implantação das redes locais, incluindo sua integração com a rede principal; estudo de mercado, entre outras informações. Já as regras para comercialização de GNR preveem que a qualidade do biometano a ser destinado para venda deve atender aos requisitos da ANP, cujos testes de qualidade deverão ficar sob a responsabilidade do fornecedor; exigência da odorização do biometano nos mesmos parâmetros adotados pelo gás natural; tempo de duração do contrato de compra e venda; garantia de agentes da agência reguladora à unidade de tratamento do biogás; entre outros pontos. (Agência Brasil Energia - 14.05.2018)

Aneel aprova CVU da UTE Norte Fluminense

Agência também confirmou valor de ressarcimento de 958,99/MWh à Eletronorte pela geração da UTE Araguaia. A Aneel aprovou o Custo Variável Unitário visando o ressarcimento dos custos variáveis das Usinas Termelétricas UTE Norte Fluminense 1, 2, 3, referente ao mês de abril, e a UTE Norte Fluminense 4 para o mês de maio. Os respectivos valores foram fixados em R\$ 62,48, R\$ 73,50, R\$ 139,81 e R\$ 402,87/MWh. A Aneel também determinou o CVU de 958,99/MWh para aplicação no processo de contabilização de abril na CCEE, visando o ressarcimento dos custos variáveis da Eletronorte pela geração da UTE Araguaia. (Agência CanalEnergia - 16.05.2018)

CVU pode ser usado no cálculo de penalidades por falha na entrega de combustível para termelétricas

Uma nova regra de aplicação de penalidades por falha no suprimento de combustível para usinas termelétricas sugere a substituição do PLD pelo CVU da usina no cálculo do valor da multa contratual. Para as agências reguladoras de energia elétrica (Aneel) e de petróleo e gás natural (ANP), o CVU é um critério mais adequado, por estar relacionado ao preço do próprio combustível usado na usina e ser previsível. Pela proposta, a penalidade por falta de combustível será de até 30% do percentual da carga não entregue para todas as fontes de geração

de energia elétrica. Ela só será aplicada quando a indisponibilidade mensal da usina for superior a 10% da energia programada, e terá seu valor aumentado até o limite de 30% do CVU do empreendimento. Caso a indisponibilidade mensal seja superior a 50%, o valor da penalidade se manteria no máximo. Outra novidade é que o valor da sanção contratual será livremente negociado entre gerador e fornecedor. Atualmente, as multas contratuais podem atingir, em alguns casos, o PLD máximo e resultar em valores elevados. (Agência CanalEnergia - 24.05.2018)

Definido o CVU da UTE Termopernambuco

A Aneel aprovou o CVU visando o ressarcimento dos custos variáveis da Usina Termelétrica UTE Norte Termopernambuco referente ao mês de abril. O valor foi fixado em R\$ 114,59/MWh. A decisão foi publicada na edição da última sexta-feira, 25 de maio, do Diário Oficial da União. (Agência CanalEnergia - 28.05.2018)

Aneel: Aprovado CVU para UTE Norte Fluminense

A Aneel definiu o Custo Variável Unitário, visando o ressarcimento da Norte Fluminense S.A pela geração da UTE Norte Fluminense. O valor de CVU foi confirmado para quatro patamares da usina: R\$ 65,69/MWh para o 1º, e R\$ 76,71/MWh, R\$ 156,54/MWh e R\$ 450,59/MWh para os patamares seguintes. Os valores serão aplicados no processo de contabilização a partir do mês de maio de 2018, e, no caso do 4º patamar, em junho. A decisão foi publicada no despacho Nº 1.267, na edição da última terça-feira, 12 de junho, do Diário Oficial da União. (Agência CanalEnergia - 13.06.2018)

Aneel: Confirmado valor da CVU para UTE Araguaia

A Agência Nacional de Energia Elétrica definiu o Custo Variável Unitário, visando o ressarcimento da Eletronorte pela geração da UTE Norte Fluminense. O valor de CVU foi fixado em de R\$ 1.012,26/MWh e será aplicado no processo de contabilização a partir de maio de 2018. A decisão foi publicada no despacho Nº 1.343, na edição da última segunda-feira, 18 de junho, do Diário Oficial da União. (Agência CanalEnergia - 19.06.2018)

Aneel: Definido o CVU da UTE Termopernambuco

A Aneel definiu o Custo Variável Unitário visando o ressarcimento dos custos variáveis da Termopernambuco referente ao mês de maio. O valor foi fixado em R\$ 114,59/MWh. A decisão foi publicada na edição da última terça-feira, 19 de junho, do Diário Oficial da União. (Agência CanalEnergia - 20.06.2018)

Aneel: Confirmada unidade geradora na UTE Lasa

A Aneel liberou uma unidade geradora de 17,5 MW da UTE Lasa para operação em testes no município de Linhares, no Espírito Santo. A usina é de titularidade da Linhares Agroindustrial S.A. (Agência CanalEnergia - 20.06.2018)

Aneel: Negada alteração do cronograma de Maua 3

A Aneel ratificou a decisão de não postergar por 12 meses o cronograma de implantação da termelétrica Mauá 3. O pedido de reconsideração foi apresentado pela Amazonas Geração e Transmissão, que solicitou o deslocamento da data de entrada em operação comercial das unidades geradoras 2 e 3 para até 27 de novembro desse ano. A empresa alegou que os atrasos na execução da obra são de responsabilidade da construtora contratada, e que uma solução para as pendências relacionadas ao fornecimento de gás para a usina está em negociação. A outorga de Maua 3 foi emitida pela Aneel em novembro de 2014, com previsão de entrada em operação comercial em novembro de 2017. A térmica tem contratos negociados no leilão A-5 novembro de 2014, com início de suprimento previsto para janeiro de 2019. (Agência CanalEnergia - 21.06.2018)

Aneel: Alterado o CVU para UTE Campos

A Aneel confirmou o valor do Custo Variável Unitário, visando o ressarcimento de Furnas pela termelétrica de Campos. O valor de CVU foi fixado em R\$ 773,24/MWh, e será aplicado pelo ONS a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação - PMO. A decisão foi publicada no despacho Nº 1.413, na edição da última quinta-feira, 28 de junho, do Diário Oficial da União. (Agência CanalEnergia - 29.06.2018)

Aneel: Prorrogada operação comercial da UTE Pernambuco III

A Aneel confirmou a prorrogação da operação comercial da termelétrica Pernambuco III para até 21 de julho de 2019. A medida contempla 23 unidades geradoras da usina, num total de 200,8 MW de capacidade instalada. A UTE está localizada no município de Igarassu (PE). (Agência CanalEnergia - 02.07.2018)

Aneel: Confirmado CVU para UTE Norte Fluminense

A Aneel aprovou o Custo Variável Unitário (CVU) visando o ressarcimento dos custos variáveis da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A pela geração da UTE Norte Fluminense. Foram definidos em R\$ 67,70, R\$ 78,72 e R\$ 150,18, os valores para junho dos patamares 1, 2 e 3 da usina, e R\$ 452,02 relativo ao 4º patamar e ao mês de julho de 2018. (Agência CanalEnergia - 17.07.2018)

Aneel: Definido o CVU para UTE Termopernambuco

A Aneel definiu o Custo Variável Unitário (CVU) visando o ressarcimento dos custos variáveis da Termopernambuco referente ao mês de junho. O valor foi fixado em R\$ 123,12/MWh. A decisão foi publicada na edição da última segunda-

feira, 23 de julho, do Diário Oficial da União. (Agência CanalEnergia - 23.07.2018)

Aneel: Determinado CVU para UTE Termopernambuco

A Aneel definiu o Custo Variável Unitário visando o ressarcimento dos custos variáveis da Termopernambuco referente ao mês de junho. O valor foi fixado em R\$ 123,12/MWh. A decisão foi publicada na edição da última segunda-feira, 23 de julho, do Diário Oficial da União. (Agência CanalEnergia - 24.07.2018)

Aneel faz críticas a parada de plataforma da Petrobrás

A Petrobrás informou que iniciou nesta quarta-feira, 25, a parada programada da plataforma de Mexilhão, na Bacia de Santos, que vai durar 45 dias e reduzir a oferta de gás natural no mercado brasileiro. A Aneel criticou a decisão da Petrobrás de fazer a manutenção em pleno período de seca, quando as usinas térmicas são mais demandadas. “Essa condição sugere que, sob a ótica do setor elétrico, o momento escolhido para a parada não tenha sido o mais adequado, visto que o sistema demanda a geração térmica para preservar água nos reservatórios até a chegada do próximo período úmido”, disse a Aneel em relatório emitido na segunda-feira passada para o ONS. A Aneel solicita ao ONS que informe as medidas que deverão ser tomadas para garantir o atendimento da carga, principalmente na Região Nordeste, bem como os impactos de tais medidas na manutenção dos níveis dos reservatórios e no custo total de operação do sistema. (O Estado de São Paulo - 26.07.2018)

Aneel: Térmicas paradas e fluxo de recursos das distribuidoras são um desafio

Às voltas com custos adicionais que ameaçam tornar ainda mais altas as tarifas de eletricidade, a Aneel está se desdobrando em estudos e análises para encontrar soluções que onerem o menos possível o consumidor. Calibrar os vetores de pressão tem sido o principal desafio, segundo o diretor-geral do órgão regulador, Romeu Rufino. Além do descasamento do fluxo de caixa das distribuidoras, que, com maior frequência, precisam adiantar recursos para fazer frente ao pagamento da geração térmica mais cara, acionada mais vezes frente à rigorosa estiagem, a agência agora tem que lidar também com a paralisação de usinas térmicas que estão sem gás por causa de manutenção na plataforma de Mexilhão. Rufino explicou que a Aneel está trabalhando para encontrar soluções de menor impacto. Está descartado auxílio financeiro de emergência e reajustes extraordinários. Ele explicou que essa segunda saída não é sequer adequada, porque é usada para resolver problemas econômicos das distribuidoras e não descasamento de fluxos financeiros. A saída pode estar em ajustes no sistema de bandeiras, pois esse cálculo é complicado e trabalha com muitas variáveis, algumas de difícil acerto de previsibilidade, caso do PLD e do risco hidrológico, representado pelo GSF. (Brasil Energia - 27.07.2018)

Aneel: Ideia é negociar com a Petrobras tempo das usinas paradas ou alterar o período de manutenção

Com a paralisação de usinas térmicas que estão sem gás por causa de manutenção na plataforma de Mexilhão, o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, embora afaste qualquer risco de suprimento de energia ao sistema, disse que a ideia é negociar com a Petrobras a possibilidade de reduzir esse período em que as usinas ficarão paradas ou mesmo tentar transferir os trabalhos de manutenção para outra ocasião. (Brasil Energia – 27.07.2018)

Aneel: Aprovada operação comercial na UTE Asja Sabará

A Aneel autorizou a operação comercial de uma unidade geradora de 1,4 MW da usina de geração termelétrica Asja Sabará, de acordo com despacho publicado nesta sexta-feira, 27 de julho, no Diário Oficial da União. A UTE está situada no município de Sabará, em Minas Gerais. (Agência CanalEnergia – 27.07.2018)

Aneel: Liberado 11 MW térmicos para testes em SP

A Aneel deliberou a operação em teste de duas unidades geradoras, UG1, de 6 MW, e UG2, de 5 MW, totalizando 11 MW da usina termelétrica Bortolo Carolo, segundo despacho publicado nesta segunda-feira, 30 de julho, no Diário Oficial da União. A UTE é de posse da Usina Carolo S.A – Açúcar e Álcool e está situada no município de Pontal, em São Paulo. (Agência CanalEnergia – 30.07.2018)

Aneel: Revisado o CVU de UTE Igarapé solicitado pela Cemig

Atendendo a solicitação da Cemig, a Aneel revisou o CVU da termelétrica Igarapé para R\$ 939,55/MWh. Ficou definido ainda que, quando a UTE operar em carga reduzida, o ONS utilizará valores diferenciados para cada potência mínima, como por exemplo 110 MW com CVU de 942,51/MWh, e 32 MW com 1.279,72/MWh. (Agência CanalEnergia – 03.08.2018)

Artigo de Juliana Rodrigues (Abrace): “Os desafios da competição no setor de gás natural”

Em artigo publicado no Brasil Energia, Juliana Rodrigues, analista do setor de gás natural da Abrace, trata da necessidade do Brasil de monetizar as reservas de gás visando atingir o desenvolvimento gradual do mercado. Segundo a autora, “apesar de muitos estados já terem regulamentado o mercado livre, os critérios estabelecidos são restritivos.” Ela conclui que os desafios são grandes, mas inadiáveis. E que o desenvolvimento do mercado de gás natural só será alcançado a partir da diversificação da oferta, com custos mais competitivos, e do desenvolvimento de mecanismos de mercado que permitam reduzir a tradicional inflexibilidade contratual, decorrente da ausência de um mercado competitivo e da falta de liquidez. Para ler o texto na íntegra, clique [aqui](#). (GESEL-IE-UFRJ – 07.08.2018)

Aneel: Confirmada a operação de 28 MW de UTE Prosperidade I na Bahia

A Aneel confirmou a operação em teste de três unidades de 9,3 MW cada, somando 28 MW de potência liberada na UTE Prosperidade I. A usina é de titularidade da Imetame Termelétrica e está localizada no município de Camaçari, na Bahia. (Agência CanalEnergia - 10.08.2018)

UTGE de 1 MW deve entrar em operação em julho de 2019

Está prevista para julho de 2019 a entrada em operação da Usina Termoquímica de Geração de Energia (UTGE), que gera energia a partir do lixo com uso de gaseificador, em Boa Esperança, Minas Gerais. Resultado de programa de P&D-Aneel de Furnas, as obras estão em andamento no aterro sanitário da cidade, que fornecerá 60 t/dia de lixo que serão transformados em CDRs para uso na usina com potência de 1 MW. O sistema, da empresa Carbogas, conta com reator pressurizado (gaseificador), caldeira e turbina a vapor. Conectado à rede local da Cemig, o projeto recebeu investimento de R\$ 32 milhões. A gaseificação transforma os CDRs em gás combustível por meio de oxidação parcial (praticamente ausente de oxigênio) dos resíduos em reator pressurizado (a 850oC), que será utilizado na caldeira para gerar vapor para a turbina. (Está prevista para julho de 2019 a entrada em operação da Usina Termoquímica de Geração de Energia (UTGE), que gera energia a partir do lixo com uso de gaseificador, em Boa Esperança, Minas Gerais. Resultado de programa de P&D-Aneel de Furnas, as obras estão em andamento no aterro sanitário da cidade, que fornecerá 60 t/dia de lixo que serão transformados em CDRs para uso na usina com potência de 1 MW. O sistema, da empresa Carbogas, conta com reator pressurizado (gaseificador), caldeira e turbina a vapor. Conectado à rede local da Cemig, o projeto recebeu investimento de R\$ 32 milhões. (Brasil Energia - 13.08.2018)

Aneel: Aprovada a operação em regime de testes de 14,3 MW de UTE em SP

A Aneel determinou a operação em regime de testes da usina termelétrica Tremembé, de acordo com despacho publicado nesta sexta-feira, 17 de agosto, no Diário Oficial da União. A UTE teve três unidades geradoras contempladas pelo parecer da Aneel, somando 14,3 MW de potência liberada no município de Tremembé, em São Paulo. (Agência CanalEnergia - 17.08.2018)

Aneel: Autorizada operação comercial de 11 MW térmicos em SP

A Aneel determinou a operação comercial da usina termelétrica Bortolo Carolo, de acordo com despacho publicado nesta terça-feira, 21 de agosto, no Diário Oficial da União. A UTE teve duas unidades geradoras contempladas pela decisão da Aneel, somando 11 MW de potência liberada no município de Pontal, em São Paulo. (Agência CanalEnergia - 21.08.2018)

Aneel: Definido CVU da Termopernambuco

A Aneel aprovou o Custo Variável Unitário (CVU) visando o ressarcimento dos custos variáveis da Termopernambuco referente ao mês de julho. O valor foi

fixado em R\$ 117,57/MWh. A decisão foi publicada na edição da última quarta-feira, 22 de agosto, do Diário Oficial da União. (Agência CanalEnergia - 23.08.2018)

Aneel: Revogada autorização de UTE Costa Rica I no MS

A Aneel revogou a autorização da usina termelétrica Costa Rica I por atrasos no cronograma de implantação, e determinou a abertura do processo de execução da garantia de fiel cumprimento depositada pela Yti - Yser Timberland Investment Energy. A empresa está sujeita ainda à aplicação de outras penalidades. A outorga para construção e exploração da usina foi emitida em 2015, após a negociação pela empresa de contratos de energia no leilão A-5 de 2014. Esses contratos tinham início de suprimento em 1º de janeiro de 2019. Em março desse ano, fiscalização realizada pela Agência de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul apontou o descumprimento do calendário de implantação da usina. A empresa foi notificada, mas não conseguiu apresentar a operação financeira que tornaria viável o projeto; o Parecer de Acesso do ONS, os contratos de uso e de conexão ao sistema de transmissão e a Licença de Instalação do órgão ambiental. O empreendimento a biomassa seria instalado no município de Costa Rica, Mato Grosso do Sul, com uma unidade geradora de 164 MW de capacidade instalada. O investimento previsto era da ordem de R\$ 1 bilhão. (Agência CanalEnergia - 23.08.2018)

Alterado CVU de UTE Campos

A Aneel reconheceu o pedido de Furnas e alterou o valor do Custo Variável Unitário visando o ressarcimento da empresa pela termelétrica Campos. O valor foi alterado para R\$ 863,07/MWh e será aplicado pelo ONS a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação - PMO. A decisão consta na edição desta sexta-feira, 24 de agosto, do Diário Oficial da União. (Agência CanalEnergia - 24.08.2018)

Aneel: Autorizada operação comercial de unidade de 7 MW em termelétrica no RS

A Aneel autorizou a operação comercial de uma unidade geradora de 7 MW da usina de geração termelétrica denominada Energir, de acordo com despacho publicado nesta quarta-feira, 5 de setembro, no Diário Oficial da União. A UTE está situada em Erechim, região norte do Rio Grande do Sul. ANP: 5ª rodada de Partilha de Produção do pré-sal tem 12 empresas interessadas A ANP informou nesta terça-feira que a Comissão Especial de Licitações (CEL) concluiu a análise das empresas interessadas em participar da 5ª Rodada de Partilha de Produção, prevista para ser realizada no próximo dia 28. Ao todo, 12 empresas manifestaram interesse na rodada, sendo que seis foram aprovadas no último dia 29 e as demais nesta terça-feira. São as seguintes: Chevron Brazil Ventures LLC - Estados Unidos; CNOOC Petroleum Brasil Ltda. - China; Ecopetrol S.A - Colômbia; Equinor Brasil Energia Ltda. - Noruega; ExxonMobil Brasil - Estados Unidos; Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) - Brasil; BP Energy do Brasil Ltda. -

Reino Unido; CNODC Brasil Petróleo e Gás Ltda. – China; DEA Deutsche Erdoel AG – Alemanha; QPI Brasil Petróleo Ltda. – Catar; Shell Brasil Petróleo Ltda. – Reino Unido; Total E&P do Brasil Ltda. – França. A 5ª Rodada de Partilha da Produção será realizada em 28 de setembro e ofertará as áreas de Saturno, Titã, Pau Brasil e Sudoeste de Tartaruga Verde, localizadas nas bacias de Santos e de Campos. (O Globo – 05.09.2018)

Aneel nega recurso da Cigás contra cisão de ativos de elétrica da Eletrobras no Amazonas

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, negou um pedido da estatal amazonense Cigás para que fosse suspensa uma cisão de ativos da subsidiária de distribuição de energia da Eletrobras no Amazonas, a chamada “desverticalização”, processo considerado vital para possibilitar a privatização da empresa. Segundo despacho no Diário Oficial da União desta segunda-feira, a Cigás alegou “risco de não receber o valor das parcelas devidas pelo fornecimento de gás natural” à distribuidora da Eletrobras no Amazonas, cujo leilão de desestatização está agendado para 26 de setembro, mas Pepitone não considerou o argumento suficiente. Na chamada “desverticalização”, aprovada pela Aneel em agosto, a Eletrobras separou da distribuidora de energia do Amazonas os ativos de geração e distribuição da companhia, que ficarão em uma nova empresa, a chamada Amazonas GT, ainda sob controle da estatal. A cisão dos ativos foi colocada pelo BNDES como condição prévia à desestatização da distribuidora da Eletrobras no Estado, a Amazonas Energia. Ao negar o pedido de efeito suspensivo apresentado pela Cigás, que poderia travar o avanço da privatização, o diretor-geral da Aneel avaliou que “são improcedentes as preocupações” da companhia sobre um eventual risco de inadimplência após a desverticalização. Segundo Pepitone, a operação não impacta o contrato de compra e venda de gás natural assinado entre a fornecedora e a elétrica do Amazonas. (Reuters – 10.09.2018)

ANP: Aprovada tomada pública sobre regulação de acesso à infraestrutura de gás

A ANP fará uma tomada pública de contribuições para obter sugestões sobre a regulação do acesso à infraestrutura do gás natural, como gasodutos e terminais de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL). A medida foi apresentada pela autarquia nesta terça-feira (11/9) durante reunião do CNPE. Também foi discutida a possibilidade de conciliação e do arbitramento pela ANP nas negociações de acesso à essa infraestrutura. A tomada pública deve ainda tratar sobre a desverticalização do setor, com a introdução de modelos de independência para os transportadores. De acordo com o MME, essas medidas estão em consonância com o novo desenho do mercado de gás proposto nas discussões do programa Gás para Crescer. Esta é uma tentativa do governo em fazer o tema avançar, já que o projeto de lei baseado nas conclusões do programa ainda está parado no Congresso, sem uma decisão da Comissão de Minas e Energia. (Brasil Energia – 11.09.2018)

Aneel: Liberada para operação comercial turbina de 1,42 MW de Térmica em SP

A Aneel liberou nesta quarta-feira, 19 de setembro, o início da operação comercial da unidade geradora UG2 da UTE Tremembé, que fica na cidade de mesmo nome, em São Paulo. A turbina autorizada tem potência de 1,42 MW. (Agência CanalEnergia - 19.09.2018)

Aneel: Aprovado novo CVU para UTE Norte Fluminense

A Aneel definiu o Custo Variável Unitário (CVU), visando o ressarcimento da Norte Fluminense S.A pela geração da UTE Norte Fluminense. O valor de CVU foi confirmado para quatro patamares da usina: R\$ 71,40/MWh para o 1º, e R\$ 82,41/MWh, R\$ 157,73/MWh e R\$ 459,17/MWh para os patamares seguintes. Os valores serão aplicados no processo de contabilização a partir do mês de agosto de 2018, e, no caso do 4º patamar, em setembro. (Agência CanalEnergia - 20.09.2018)

Aneel: Confirmado novo CVU para UTE Termopernambuco

A Aneel confirmou o Custo Variável Unitário CVU da UTE Termopernambuco, visando o ressarcimento dos custos variáveis da usina referente ao mês de agosto. O valor foi fixado em de R\$ 134,44/MWh e será aplicado no processo de contabilização a partir desta quinta-feira, 20 de setembro. (Agência CanalEnergia - 20.09.2018)

Aneel: Aprovada para testes unidade de 20 MW de Térmica Codora em Goiás

Localizada em Goiás, no município de Goianésia, a térmica Codora recebeu da Aneel na sexta-feira, dia 21 de setembro, a autorização para testar uma unidade de 20 MW de potência. (Agência CanalEnergia - 21.09.2018)

Aneel: Liberada para testes três unidades somando 2,8 MW de potência de UTE Tremembé em SP

A Aneel, nesta sexta-feira (21/09), deu o parecer positivo para três unidades geradoras, somando 2,8 MW de capacidade para a UTE Tremembé, localizada em São Paulo. (Agência CanalEnergia - 21.09.2018)

Equinor: Mudanças regulatórias seriam fundamentais para maior acesso ao gás brasileiro

A petroleira norueguesa Equinor espera que o Brasil realize mudanças regulatórias para permitir maior acesso ao gás natural produzido no país, afirmou nesta quinta-feira o presidente da unidade brasileira, Anders Opedal. Durante participação em um debate no congresso Rio Oil & Gas, o executivo frisou que o gás natural é parte importante do processo de transição energética que ocorre em todo mundo, e que o país conta com boa oferta do insumo e precisa

fazê-lo chegar aos consumidores. As afirmações vêm em meio a iniciativas regulatórias do governo brasileiro, nos últimos dois anos, para permitir maior acesso aos gasodutos já existentes, além de uma entrada mais importante de investidores privados e novos investimentos. As mudanças, conforme desenhadas pelo governo federal, incluem ainda uma redução da dominância da Petrobras no setor. (Reuters – 27.09.2018)

Petrobrás: Atual modelo regulatório deixa recontração de térmicas inviável

Maior geradora termelétrica do país, a Petrobras alertou o governo para o vencimento do contrato de um conjunto expressivo de térmicas a gás natural a partir de 2022 e que não possui mecanismos de recontração previstos no modelo regulatório atual, afirmou Marcelo Lopes, gerente-executivo de energia da companhia. Segundo ele, a empresa propõe, como alternativa, uma modificação no modelo que permita a inclusão de termelétricas existentes nos leilões de compra de energia nova. Segundo ele, a descontração dessas usinas se dará ao longo dos próximos anos. “Já há algumas sem contratos. Mas a partir de 2022 e 2023 já começa a ter um volume expressivo descontratado”, completou, acrescentando que o montante descontratado a partir de 2023 pode superar 50% da capacidade instalada atual de térmicas a gás. Questionado por jornalistas se a proposta defendida pela Petrobras poderia ser incluída já no leilão de contratação de térmicas para substituir usinas a óleo combustível no Nordeste, em estudo pelo governo, Lopes disse que “[a mudança pode ser para] qualquer leilão. Não vejo motivo para não permitir”. (Valor Econômico – 27.09.2018)

Aneel: Fixado os valores dos CVUs para os ciclos simples e combinado de UTE Mauá 3

A Aneel fixou o Custo Variável Unitário (CVU) da UTE Mauá 3 em R\$ 98,25/MWh em ciclo simples, e R\$ 70,89/MWh para o ciclo combinado, ambos válidos até 31 de dezembro de 2018. As decisões foram publicadas na última quinta-feira, 27 de setembro, através das portarias nº 2.201 e nº 2.2044, no Diário Oficial da União. (Agência CanalEnergia – 28.09.2018)

Agenssa: Segunda audiência sobre novas tarifas da CEG e da CEG Rio marcada para quarta-feira (03/10)

A quarta revisão tarifária quinquenal da CEG e da CEG Rio vai à segunda audiência pública no próximo dia 3/10. O evento faz parte do cronograma de atividades, divulgado pela agência reguladora fluminense, sobre as novas tarifas das distribuidoras de gás natural do Rio de Janeiro. Na audiência pública, serão apresentadas e debatidas as propostas que tratam dos novos limites tarifários e base remunerada a serem praticados nos próximos cinco anos (2018-2022). Previsto inicialmente para agosto, o processo de revisão das empresas ficou para o fim de outubro. A postergação atendeu a um pedido feito pela Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à UFF, consultoria contratada pela Agenssa para dar auxílio ao processo da revisão quinquenal. (Brasil Energia – 01.10.2018)

ANP lança série de três consultas públicas sobre marco infralegal do gás

A ANP inicia, nesta sexta-feira (5/10), mais uma consulta pública envolvendo o marco infralegal do setor de gás natural. Agora, o mercado poderá enviar contribuições para dois objetos de avaliação: os modelos de independência dos agentes e regras para formalização do acesso concedido a gasodutos de escoamento, unidades de tratamento de gás natural e terminais de regaseificação de GNL e conciliação e arbitramento. Há ainda outras duas tomadas públicas de contribuições, que serão realizadas em dezembro e em janeiro. Essa primeira consulta seguirá até o dia 4/12. A partir do dia 3/12, será realizada consulta pública sobre medidas para ampliar a transparência às transações comerciais entre partes relacionadas, a fim de atender ao mercado das distribuidoras. Também haverá uma consulta sobre o pacto nacional, entre estados e União, para harmonização das regras de regulação. Esta consulta segue até 17/1, quando terá início outra consulta pública sobre a realização do gás release, que é uma das medidas pedidas pela indústria. Esta última vai até o dia 3 de março. Sobre as consultas específicas de regulação sobre o acesso à infraestrutura foi uma recomendação do CNPE, em reunião realizada no último dia 11/9. (Brasil Energia – 05.10.2018)

Arsesp: Consulta pública sobre metodologia de determinação de ativos termina na próxima semana

Em São Paulo, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do estado (Arsesp) encerra, no próximo dia 17/10, a consulta pública destinada à criação de uma metodologia voltada para determinar a base de ativos das concessionárias de distribuição de gás do estado. A minuta de deliberação propõe que as concessionárias façam um levantamento de avaliação dos ativos, que deverá ser encaminhado à autarquia em um prazo de 60 dias, depois da entrada em vigor da deliberação. (Brasil Energia – 09.10.2018)

Agrese: Aberta consulta pública para regulamentar uso de biometano

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe (Agrese) abriu consulta pública para regulamentar a criação de um subsegmento de uso de gás natural para geração de energia elétrica dentro do regulamento relativo à distribuição de gás no estado. As propostas podem ser enviadas até o próximo dia 7/11. A proposta da autarquia sergipana abre espaço para o uso do biometano na oferta de gás do estado, uma vez que as propostas de alteração levam em consideração o uso do termo “gás renovável”, que pode ser uma das fontes destinada para geração termelétrica. Além disso, é neste estado que está localizado o projeto Porto de Sergipe, com início de operação previsto para 2020. Os investimentos na construção da usina são de R\$ 5 bilhões. (Brasil Energia – 09.10.2018)

ANP: Aberta a tomada de consultas públicas para incentivo à concorrência do gás

Começou na semana passada, a Tomada Pública de Contribuições referente a medidas para incentivo à concorrência no setor de gás natural. A TPC tem como objetivo coletar contribuições, dados e informações dos agentes sobre a necessidade de desverticalização dessa indústria e foi dividida em cinco objetos, com períodos diferentes para o recebimento de contribuições. (Agência CanalEnergia - 11.10.2018)

Aneel: Liberadas para testes duas unidades de 50 MW em térmica no Pernambuco

A Aneel autorizou a operação em teste de duas unidades de 50 MW da térmica U-50, de posse da Petrobras no município de Ipojuca, no Pernambuco. A informação consta em despacho publicado nessa terça-feira, 16 de outubro, no Diário Oficial da União. (Agência CanalEnergia - 16.10.2018)

Aneel: Aprovada a operação comercial de 28 MW em térmica na Bahia

A Aneel aprovou a operação comercial da termelétrica Prosperidade I, com 3 unidades somando 28 MW de potência instalada em Camaçari, na Bahia. A informação consta no Diário Oficial da União. (Agência CanalEnergia - 16.10.2018)

Aneel: Definidos o CVU para setembro e outubro de UTE Norte Fluminense

A Aneel aprovou o Custo Variável Unitário, visando o ressarcimento da Norte Fluminense pela geração da UTE Norte Fluminense. O valor de CVU foi definido para quatro patamares da usina: R\$ 70,24/MWh para o 1º, e R\$ 81,26/MWh, R\$ 154,76/MWh e R\$ 512,32/MWh para os patamares seguintes. Os valores serão aplicados no processo de contabilização a partir do mês de setembro de 2018, e, no caso do 4º patamar, em outubro. A decisão foi publicada no despacho N° 2.363, na edição da última quarta-feira, 17 de outubro, do Diário Oficial da União. (Agência CanalEnergia - 18.10.2018)

Aprovada para teste unidade de 33 MW térmicos no ES

A Aneel autorizou a operação em teste de uma unidade geradora de 33 MW da termelétrica Alcon, segundo despacho publicado nesta quinta-feira, 18 de outubro, no Diário Oficial da União. A UTE está localizada no município de Conceição da Barra, no Espírito Santo. (Agência CanalEnergia - 18.10.2018)

Aneel: Alterada a localização de UTE Onça Pintada

A Aneel alterou o local de instalação da UTE Onça Pintada (50 MW). A usina, que é de propriedade da Eldorado Brasil Celulose, sai da cidade de Aparecida do Taboado, no Mato Grosso do Sul, e vai para a cidade de Selvíria, no mesmo estado. O Sistema de Transmissão de Interesse Restrito, que passará a ser constituído pela Subestação Elevadora UTE Onça Pintada, contendo 1 transformador e uma linha de transmissão, em 138 kV, com 3,1 km de extensão,

circuito simples, conectando a SE UTE Onça Pintada à SE Selvíria, de propriedade da Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia. Procurada pela Agência CanalEnergia sobre o motivo da mudança de cidade, a Eldorado disse que não iria comentar o assunto. (Agência CanalEnergia - 22.10.2018)

Aneel: Definido CVU de 758,44/MWh para UTE Araucária

A Aneel definiu o Custo Variável Unitário da UTE Araucária. O valor de CVU foi fixado em de R\$ 758,44/MWh e será aplicado pelo ONS desde a primeira revisão do Programa Mensal de Operação - PMO. A decisão foi publicada no despacho N° 2.499, na edição da última quinta-feira, 1º de novembro, do Diário Oficial da União. (Agência CanalEnergia - 05.11.2018)

Agenersa: Ceg e Ceg Rio podem ter renovação da concessão antecipada

A Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenera) estuda antecipar a concessão da Ceg e da Ceg Rio por mais 30 anos, por pedido do governo do estado e das concessionárias de distribuição de gás canalizado. Os contratos de concessão das empresas foram assinados em 1997 e valeriam até 2027. A decisão, ainda sem data para sair, depende de estudos que serão realizados por auditoria externa a ser contratada pelo órgão regulador estadual. O processo também terá o auxílio de uma comissão formada por integrantes indicados pelas secretarias de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico, de Fazenda e Planejamento e da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. (Brasil Energia - 13.11.2018)

Aneel autoriza alteração do CVU para térmica de Furnas

A Aneel acatou pedido de Furnas para alterar o custo variável unitário da termelétrica Campos. Com isso, o valor a ser considerado passa a ser de R\$ 978,10/MWh, a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação, após a publicação do despacho ocorrida na última segunda-feira, 19 de novembro, no Diário Oficial da União. (Agência CanalEnergia - 20.11.2018)

Aneel: Confirmado CVU para UTE Norte Fluminense

A Aneel definiu o Custo Variável Unitário, visando o ressarcimento da Norte Fluminense S.A pela geração da Termelétrica Norte Fluminense. O valor de CVU foi confirmado para quatro patamares da usina: R\$ 59,33/MWh para o 1º, e R\$ 69,02/MWh, R\$ 130,24/MWh e R\$ 428,17/MWh para os patamares seguintes. Os valores serão aplicados no processo de contabilização a partir do mês de outubro de 2018, e, para o 4º patamar, em novembro. A decisão, publicada através do despacho N° 2.638, na edição da última terça-feira, 20 de novembro, do Diário Oficial da União, também determina que a CCEE efetue o ajuste no valor de R\$ 10.752 por meio de crédito para a usina e como débito do Encargo de Serviços de Sistema - ESS, nos termos do módulo Encargos das Regras de Comercialização

vigentes para o próximo processo de contabilização e liquidação financeira. (Agência CanalEnergia - 21.11.2018)

Aneel: Definido CVU da UTE Fortaleza em R\$ 164,36/MWh

A Aneel determinou o Custo Variável Unitário da UTE Fortaleza, no Ceará, em R\$ 164,36/MWh. De acordo com a Aneel, o novo valor é relativo ao mês de novembro de 2018 e depende da contabilização por parte da CCEE que, junto com o ONS, deverá aplicar o montante a partir do Programa Mensal de Operação do mês citado. As informações foram publicadas no Diário Oficial da União desta quinta-feira, 22 de novembro, através do despacho nº 2.689. (Agência CanalEnergia - 22.11.2018)

Governo atual pede que transição não mexa nas regras de óleo e gás

De olho nos R\$ 100 bilhões que devem entrar no caixa da União com a venda do direito de explorar áreas de baixo risco no pré-sal, o atual governo tenta convencer a equipe de transição de que o momento não é oportuno para mexer nas regras do setor. O presidente eleito, Jair Bolsonaro, quer adotar um único modelo de contrato para áreas de pós e pré-sal, o de concessão, e acabar com o regime de partilha, utilizado apenas no pré-sal. Mas, para isso, vai precisar da autorização do Congresso, o que pode interferir no cronograma de realização do leilão de áreas excedentes da cessão onerosa, previsto para o segundo trimestre do ano que vem. O governo depende do dinheiro do leilão do excedente da cessão onerosa para pagar uma dívida bilionária com a Petrobrás e ainda compor o orçamento do ano que vem. Segundo o secretário de Petróleo do MME, Márcio Felix, a equipe de Bolsonaro é “receptiva” aos argumentos do MME. (O Estado de São Paulo - 23.11.2018)

Agenera: Revisão da Ceg e da Ceg Rio deve ter novo cronograma

A Agência Reguladora de Energia e Saneamento do Estado do Rio de Janeiro (Agenera) deve definir ainda nesta semana um novo cronograma para as atividades da quarta revisão tarifária quinquenal da Ceg e da Ceg Rio, que está suspensa há mais de um mês em função de requerimentos administrativos apresentados pelas distribuidoras. Em meados de outubro, as duas companhias apresentaram duas petições que alegavam supostos problemas no relatório de auditoria produzido pela Universidade Federal Fluminense (UFF). O processo de revisão estava previsto para ser encerrado no fim de novembro e já havia passado por outros adiamentos anteriores. As empresas também revisaram para baixo a proposta de reajuste de 7% e de 1,5%, para a Ceg e para a Ceg Rio, respectivamente, para 3,9% e 0,8%. Paralelamente, a agência concedeu prazo até o próximo dia 7/12 para que os agentes se manifestem sobre o complemento das sugestões apresentadas pelas empresas relativas. (Brasil Energia - 28.11.2018)

Aneel: CVU da UTE Termopernambuco fica em R\$ 112,91/ MWh

A Aneel aceitou o pedido feito pela UTE Termopernambuco para a adoção de Custo Variável Unitário de R\$ 112,91/MWh. O valor deverá ser aplicado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico a partir da revisão zero do Programa Mensal de Operação de dezembro deste ano. A CCEE deverá aplicar o valor para fins de contabilização da geração verificada na usina a partir de outubro de 2018. (Agência CanalEnergia - 04.12.2018)

Arsesp divulga cronograma de revisão tarifária da Comgás

A Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp) deu início à revisão tarifária da Comgás, distribuidora de gás que atende à capital paulista. No dia 20/12, serão publicadas as notas técnicas sobre o cálculo do custo médio ponderado de capital e sobre a metodologia da revisão. Esta quarta revisão se encerra em maio, com a publicação de relatório e nota técnica final do cálculo da estrutura tarifária. O cronograma prevê também consultas públicas sobre as primeiras notas técnicas, previstas para ocorrer entre 21/12 e 7/1, mesma época em que entra em consulta a minuta do termo aditivo para alteração dos períodos correspondentes ao quarto e quinto ciclos tarifários do contrato de concessão. (Brasil Energia - 12.12.2018)

Aneel: UTE Mauá 3 tem 379,1 MW liberados para operação comercial

A Aneel autorizou a operação comercial por tempo indeterminado das unidades geradoras UG1 e UG2 da Termelétrica Mauá 3. As turbinas possuem capacidade instalada de 189,55 MW cada. A usina está localizada em Manaus (AM) e pertence a Amazonas GT. Publicada nesta quinta-feira, 13 de dezembro, no Diário Oficial da União, a medida da Aneel altera os despachos nº 3.017, de 18 de setembro de 2017, e nº 2.625, de 16 de novembro de 2018. (Agência CanalEnergia - 13.12.2018)

V. Empresas

Mercado de comercialização de gás natural terá Tradener como agente

A comercializadora de energia elétrica Tradener está prestes a se tornar uma das primeiras entre os seus pares a negociar gás natural no mercado livre. A empresa aguarda autorização do órgão ambiental para começar a vender, ainda em 2018, cerca de 30 mil metros cúbicos de gás por dia, proveniente de poços no distrito de Barra Bonita, município de Pitanga, no centro do Paraná. A empresa está se preparando para a comercialização de gás natural no mercado livre há quatro anos, quando foi criada a diretoria especializada no setor de gás, disse Walfrido Avila, presidente da Tradener. O ano de 2017 foi movimentado para o setor de gás natural, com o projeto “Gás para Crescer”, que está tramitando na Câmara dos Deputados, e pode mudar os rumos do segmento no país. A aprovação do projeto “Gás para Crescer”, principalmente no que diz respeito à abertura para o mercado livre, pode beneficiar diversos setores da economia, incluindo os consumidores. (Agência Canal Energia – 08.01.2018)

Fitch afirma e retira ratings de emissão de R\$ 300 milhões da UTE Pernambuco III

A Fitch Ratings afirmou e ao mesmo tempo retirou, na última segunda-feira, 8 de janeiro, os ratings nacionais de longo prazo das quatro primeiras séries da primeira emissão de debêntures da Termelétrica Pernambuco III, no valor de R\$ 300 milhões, em 'D (bra) '. Cada série é de R\$ 75 milhões e vencem ao longo de 2025. De acordo com a Fitch, os ratings da primeira emissão de debêntures de PE III estão sendo retirados em função do não-pagamento integral de juros e principal e também por razões comerciais. A agência não fornecerá mais ratings a este emissor nem fará a sua cobertura analítica. (Agência Canal Energia - 09.01.2018)

Novo diretor técnico-comercial é anunciado na Copergás

A Copergás, de Pernambuco, anunciou para o cargo de diretor técnico-comercial o arquiteto e funcionário de carreira da BR Distribuidora José Waldir Ferrari. No mercado de gás natural há cerca de 18 anos e a gestão de Ferrari terá como objetivo a expansão dos segmentos residencial e comercial da zona Norte de Recife e a ampliação dos esforços para o aumento da oferta de GNV. Ferrari foi eleito para o cargo no último dia 20/12, em reunião do conselho de administração, e tomou posse no último dia 1/1. Ele substituiu o engenheiro Jailson Galvão, e passa a compor a diretoria da Copergás que é formada pelo diretor presidente, Roberto Fontelles, e pelo diretor administrativo financeiro, Luciano Guimarães. O novo diretor tem ainda como desafios a ampliação da carteira de clientes industriais e de cogeração e a continuidade de projetos para interiorização do gás natural. (Brasil Energia - 09.01.2018)

Governo do RS quer urgência para viabilizar UTE Rio Grande

Após as festas de fim de ano, o governo do Rio Grande do Sul se engaja em nova ofensiva para viabilizar a construção da termelétrica a gás Rio Grande, cuja outorga foi revogada no ano passado pela Aneel. Na quarta-feira (10/1), uma reunião no Palácio Piratini, em Porto Alegre, entre o secretário-chefe da Casa Civil, Fábio Branco, e o prefeito do município de mesmo nome da usina, Alexandre Lindenmeyer, buscou uma solução para o impasse. O governo gaúcho quer urgência e a ideia é dar condições para que a térmica seja construída o quanto antes. A Bolognesi, dona do empreendimento, apresentou recurso contra a revogação, que ainda não foi analisado pela agência reguladora. A diretoria da Aneel volta a se reunir no próximo dia 23/1, na primeira reunião pública do ano, mas a pauta ainda não foi definida. O projeto prevê geração suficiente para atender a um terço da energia consumida pelo Rio Grande do Sul e tem investimento avaliado em R\$ 3 bilhões. A Bolognesi negocia para que a empresa norte-americana New Fortress Energy assuma a execução do projeto. No entanto, a revogação da outorga tem causado dificuldades às negociações. (Brasil Energia - 10.01.2018)

Tradener busca viabilizar venda de 30 mil m³/dia de GNC

A Tradener busca viabilizar para este ano, a comercialização de até 30 mil m³/dia de GNC destinado ao mercado do interior do Paraná. Esse volume de gás será extraído de poços gasíferos no distrito de Barra Bonita, em Pitanga (PR). Os investimentos são de aproximadamente R\$ 10 milhões. O objetivo da Tradener é se tornar uma das primeiras comercializadoras a negociar gás natural no mercado livre, de acordo com o presidente da companhia, Walfrido Avila. Ávila explicou que a ideia é comercializar o gás para as indústrias da região e postos que vendem GNV. O GNC é considerado pela ANP como um alternativa para estimular o desenvolvimento de novos mercados de gás natural no Brasil, em especial em localidades não atendidas pela infraestrutura de transporte e distribuição dutoviária do País. O presidente da Tradener acrescentou que o poço de produção foi obtido em rodadas de campos maduros e já vinha sendo explorado pela Petrobras desde os anos 80, mas ainda necessita de uma licença para viabilizar a produção plena. O executivo disse que tem acompanhado de perto a emissão da licença, que tem demorado, na visão do executivo. Sobre a viabilização do campo, a assessoria de imprensa do Instituto Ambiental do Paraná, órgão responsável pela emissão da licença, que em 2016, foi iniciado um estudo para saber a melhor maneira do estado de proceder em como emitir o documento por se tratar de uma atividade pouco licenciada em território paranaense. (Brasil Energia - 10.01.2018)

Catena é a nova associada à Abiogás

A Catena Planejamento Territorial é a mais nova associada da A Biogás. A empresa oferece produtos ligados à agroenergia e gestão territorial para a produção agropecuária e na área de biogás, atua na identificação do potencial gerador de energia, redução de custos de obtenção de energia para aumentar a eficiência energética e x excedente, além de assessoria ambiental. Com a Catena, a Abiogás possui 38 associados em seu quadro. (Brasil Energia - 12.01.2018)

Eneva tem 18,8 bilhões de metros cúbicos em reservas de gás natural

A Eneva encerrou o ano de 2017 com reservas certificadas de 18,8 bilhões de m³ de gás natural na Bacia do Parnaíba, região na qual possui cinco usinas no complexo de mesmo nome. De acordo com relatório publicado no site da CVM, a incorporação de novas reservas no decorrer do ano somou 2,7 bilhões de m³. Descontando a produção anual de 1,6 bilhão de m³ o saldo aumentou em 1,1 bilhão de m³. A auditoria das Reservas de GN dos campos nos quais a Parnaíba Gás Natural detém participação foi elaborado pela consultoria independente Gaffney, Cline & Associates, segundo os critérios do Petroleum Resources Management System. As maiores variações de reservas foram em Gavião Caboclo, neste ativo foram perfurados e completados os 6 poços de desenvolvimento do campo com resultados melhores do que os esperados. Já Gavião Branco e Gavião Branco Sudeste vêm apresentando uma performance classificada pela empresa como bem superior ao inicialmente estimado. E finalizou o Fato Relevante ao mercado que em 2017 o Índice de Reposição de Reservas foi de 170%, e a relação entre o volume de reservas e o volume produzido em 2017 é de 12 anos. (Agência Canal Energia - 15.01.2018)

Catena se associa a ABiogás

A ABiogás recebeu mais uma nova associada. Trata-se da Catena Planejamento Territorial, uma importante empresa que oferece produtos ligados à agroenergia e gestão territorial para a produção agropecuária e a fim de contribuir com o crescimento da produção rural nacional. Na área de biogás, a Catena atua na identificação do potencial gerador de energia, redução de custos de obtenção de energia, aumentando a eficiência energética e comercialização excedente, além de assessoria ambiental. O sócio-administrador da companhia, Pedro Höfig, lembrou que a uma das missões da empresa é potencializar o uso do espaço de forma intensa e racional. Neste sentido, desenvolver a geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis comuns no meio rural é fundamental. Segundo o presidente da Associação, Alessandro Gardermann, a iniciativa de associação da companhia evidencia o crescente interesse da iniciativa privada no grande potencial brasileiro de biogás para a economia. Gardermann acrescentou também que a entrada da Catena mostra como o biogás no Brasil possui uma completa cadeia produtiva em todos os setores de geração do insumo e se consolida como uma commodity ambiental. (Agência Canal Energia - 15.01.2018)

23 consumidores industriais devem ser conectados à rede pela SCGás em 2018

A SCGás deve conectar ao longo deste ano, 23 novos consumidores industriais de gás natural, de acordo com previsão da empresa divulgada nesta terça-feira (16/1). No fim do ano passado, foram interligadas quatro novas indústrias, totalizando agora 260 clientes do segmento atendidos pela distribuidora catarinense. Em todo o ano passado, 38 novas fábricas catarinenses foram interligadas em 2017. Com sede em São Bento do Sul, a Metalúrgica RS foi interligada no último dia 30/11 e atua no ramo de fundição de metais não

ferrosos, forjaria e usinagem. A empresa, que iniciou sua operação em 2001, passou a usar gás natural no seu refeitório, forjaria e fornos de fundição, substituindo o GLP e o óleo de xisto. O contrato assinado entre a SCGÁS e a Metalúrgica RS prevê que o novo cliente consuma por volta de 15 mil m³/mês. Interligada no último dia 4/12, a Altenburg Indústria Têxtil tem sede em Blumenau e fabrica artigos de cama, mesa, banho e decoração. A companhia utiliza o gás natural em aquecedores e em uma rama, em substituição ao GLP e cavacos de madeira, e deve consumir aproximadamente 28 mil m³/mês do insumo. Outro cliente com sede em Içara, interligado no último dia 14/12, é a Oregon Química do Brasil, que produz cerca de 900 toneladas mensais de produtos químicos para diversos mercados, como cerâmico, tintas, têxtil, papel e celulose, adesivos, mineração e sabão, a Oregon iniciou sua atividade em 2012 e utiliza o gás natural em seus fornos de fabricação de silicato de sódio, em substituição ao óleo combustível. A indústria do Sul catarinense deve consumir uma quantidade média diária de 2,3 mil m³/dia do insumo, o que dá aproximadamente 20 mil m³/mês. (Brasil Energia - 16.01.2018)

New Holland é nova associada da ABiogás

A fabricante norte-americana de implementos agrícolas, New Holland, é a nova associada da ABiogás. A empresa atua na venda de produtos como tratores e colheitadeiras e retroescavadeiras. Na área de biometano, a empresa trouxe ao Brasil o primeiro trator movido a biometano, que é um protótipo feito a partir do modelo T6.140, da New Holland Agriculture. Com uma autonomia de aproximadamente seis horas de trabalho. Com a entrada da empresa, passam a ser agora 38 associadas à entidade. (Brasil Energia - 16.01.2018)

SCGás: volume de 656 milhões de m³ de gás consumidos em 2017

A SCGás fechou o ano de 2017 com um volume de consumo de 656 milhões de m³ ante 606 milhões de m³ do ano anterior. Apesar desse aumento, a distribuidora catarinense encerrasse o ano com um prejuízo de R\$ 46 milhões contra lucro de R\$ 54 milhões de 2016. Em dezembro, a companhia teve um consumo de 54,1 milhões de m³, tendo um prejuízo de R\$ 4,7 milhões contra um lucro de R\$ 15,3 milhões de dezembro do ano anterior. De acordo com a companhia, esse resultado está ligado aos valores negativos do Índice de Reajuste do Preço do Gás e do Transporte, aplicado ao cálculo da conta gráfica, que baliza o aumento da tarifa do gás no estado. Durante o mês também foram ligados sete novos clientes, principalmente no setor industrial, onde está concentrada a maior parte da demanda do estado, com 73 novos clientes no ano. (Brasil Energia - 17.01.2018)

Terminal GNL da UTE Porto de Sergipe recebe licença prévia

O IBAMA emitiu, no último dia 19 de dezembro, a licença prévia para as instalações offshore de gás natural do projeto termelétrico Porto de Sergipe, no município de Barra dos Coqueiros. Segundo o Ibama, a "licença prévia atesta a viabilidade ambiental da implantação e operação das instalações marítimas

compreendidas pela Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação de GNL, Operação de Transbordo de GNL com o navio metaneiro atracado a contrabordo, gasoduto no trecho submarino, adutora para captação de água do mar e emissário submarino para lançamento dos efluentes da UTE Porto de Sergipe I, conforme descrito no Estudo de Impacto Ambiental e suas complementações". Ao custo de R\$ 5 bilhões, a UTE Porto de Sergipe é o maior investimento privado em desenvolvimento no estado. A usina terá 1.551 MW de capacidade instalada, suficiente para abastecer a 15% da demanda de energia do Nordeste. O projeto ainda é composto por uma linha de transmissão de 33 quilômetros de extensão e de um conjunto de instalações offshore. (Agência Canal Energia - 22.01.2018)

UTE Porto de Sergipe será finalizada até 2019

Atualmente, a obra da UTE Porto de Sergipe está em fase de construção civil e será finalizada até 2019, quando tem início a fase de testes e comissionamento. Em janeiro de 2020, a usina deverá estar pronta para começar a fornecer energia comercialmente, garante a Celse. A Celse contratou a General Electric para a construção da termoeletrica, linha de transmissão e subestações. A Sapura Energy foi contratada para as instalações offshore. O navio FSRU está sendo construído pela Samsung e será operado pela Golar Power. O navio FSRU terá capacidade de 170.000 metros cúbicos de GNL, suficiente para atender a UTE Porto de Sergipe I por 17 dias, gerando a plena carga, ou seja, nessas condições, o consumo será de 10.000 metros cúbicos de GNL por dia. Esse despacho, porém, dependerá de solicitação feita pelo ONS. A Celse informou que o financiamento do projeto está em fase final de aprovação e será divulgado assim que os contratos forem assinados. (Agência Canal Energia - 22.01.2018)

De acordo com Parente, Petrobras quer novos parceiros

"Vamos buscar parcerias para aumentar a participação da produção de gás natural no Brasil", disse Pedro Parente, presidente da Petrobras, depois de ter falado sobre o tema em um painel em Davos, nesta terça (23). Os campos do Brasil têm 80% de petróleo e 20% de gás natural, geralmente associado. O plano, ainda sem números definidos, é alterar essa composição e produzir também no exterior. "Na transição para a economia de baixo carbono, uma das questões, que inclusive está apontada no planejamento estratégico da companhia, é a matriz energética. O gás é considerado combustível de transição, e, sob o ponto de vista estratégico, temos de aumentar a participação dele na nossa matriz." Para Parente, parece ser inevitável rever a distribuição geográfica da companhia. "Se continuarmos só operando no Brasil, não vamos atender a esse comando estratégico. Há parcerias já assinadas, mas também ainda não se tem clareza de que países possam compor com a empresa", disse. "Não creio que seja o caso de inverter [o mix], mas aumentar de forma que passe a ser mais equilibrada [a participação dos dois]." Investidores e altos executivos das maiores petroleiras com que o presidente da Petrobras tem se reunido questionam o executivo sobre o que consideram aspectos de instabilidade do país. "Como o setor é de investimentos de longo prazo, vejo mais como uma necessidade do negócio deles

de estarem informados do que propriamente uma preocupação de 'vou sair do Brasil'. Não, não tem nada disso", disse. (Folha de São Paulo - 24.01.2018)

Petrobras e BR assinam acordo de compra e venda de gás

A Petrobras irá fornecer gás natural para a BR Distribuidora, conforme contrato assinado no último dia 29/12. O insumo será destinado ao mercado não termelétrico do Espírito Santo, onde a BR é a responsável pela distribuição. O valor do acordo, válido por um ano, é de R\$ 674,1 milhões. Divulgado somente nesta terça-feira (23/1), o contrato foi firmado na modalidade take-or-pay para mercado firme inflexível. Ao contrário dos demais estados que contam com concessionárias ou distribuidoras vinculadas ao estado, a BR é quem fica responsável pelo gás canalizado no estado capixaba. No ano passado, o governo de Vitória havia divulgado sua intenção de privatizar os serviços de gás canalizado do estado. Mas até o momento, a ideia pouco avançou. Somente a Copergás e MSGás têm processos em andamento no BNDES e na semana passada, e o Rio Grande do Sul abriu consulta pública sobre a concessão do serviço de distribuição, hoje sob responsabilidade da Sulgás. O prazo para que o imbróglgio seja resolvido termina neste ano. (Brasil Energia - 23.01.2018)

Até 2021 Copergás investirá R\$ 230 mi na expansão da rede

A Copergás planeja investir R\$ 230 milhões até 2021 no projeto de expansão da rede de distribuição de gás natural em todo o estado. Em localidades ainda não dotadas de gasodutos, o abastecimento ocorrerá por meio do GNC que leva o energético aos consumidores via caminhões. Nesta modalidade estão as cidades de Carpina, Palmares, Surubim, Taquaritinga do Norte e Garanhuns. No segundo semestre, a distribuidora de gás canalizado pernambucana inicia a terceira fase da expansão de sua rede de distribuição em Pernambuco, totalizando 24 km a mais de gasodutos. O gás será levado para outros bairros de Recife como Apipucos, Casa Amarela, Casa Forte, Jaqueira, Monteiro, Parnamirim, Poço da Panela, Santana e Tamarineira. O investimento nessa nova fase será de R\$ 10,2 milhões e deve atender 4,4 mil consumidores residenciais e 80 comerciais. A fase quatro vai atender aos bairros da Encruzilhada, Espinheiro, Rosarinho, Tamarineira, Torreão e acrescentar mais 9,7 km de gasodutos à região, com aportes de R\$ 3,6 milhões. Com esta malha instalada, o potencial de consumidores é de 3,8 mil unidades. Também estão incluídas, a partir do ano que vem, obras de gasodutos que atendem a Imbiribeira, no Recife, e Bairro Novo e Casa Caiada, em Olinda, município vizinho à capital pernambucana. Estas somam R\$ 6,7 milhões de investimentos com um potencial de 3,1 mil consumidores. Na expansão também consta o gasoduto Ilha do Leite, já concluído, e instalado no Polo Médico do Recife, que abrange os bairros da Boa Vista, Ilha do Leite e Paissandu. As duas primeiras fases já estão em andamento. Na Zona Norte de Recife, foram construídos 42 km de gasodutos que abrange os bairros das Graças, Aflitos, Espinheiro, Derby, Jaqueira, Encruzilhada, Rosarinho, Tamarineira, Ilha do Retiro, Madalena e Torre, e recebeu a primeira carga de gás natural em dezembro, com o fornecimento iniciado para estabelecimentos comerciais da região. Com o investimento de R\$ 13,5 milhões

nesta fase, a Copergás poderá atender mais 8,4 mil unidades residenciais e 140 comerciais. (Brasil Energia - 23.01.2018)

YPFB abrirá escritórios no Brasil

A estatal boliviana YPFB abrirá dois escritórios no Brasil, sendo uma representação em Cuiabá e outra em Campo Grande. Além do Brasil, a empresa também terá representações no Paraguai e na Argentina. De acordo com o presidente da companhia, Oscar Barriga, a ideia é permitir de forma mais direta as negociações de venda de gás natural para os países vizinhos. "Temos procurado viabilizar a comercialização, não só em nosso mercado interno, mas também nos países vizinhos", afirmou, em matéria do jornal La Razón, acrescentando que os novos escritórios são parte dos planos de reestruturação da companhia, que está em execução. Coincidentemente, a estatal do país vizinho abrirá seus escritórios nos estados que mais têm se aproximado nas negociações de compra direta do gás. Mato Grosso do Sul deve assinar no próximo dia 30/1, contrato de compra de 2 milhões de m³/dia de gás, enquanto que o ente federativo ao norte, negocia a compra de 4 milhões de m³/dia de gás. No caso do estado sul-matogrossense, a ideia é comprar o insumo para abastecer a termelétrica Ladário, com 267 MW de potência instalada. (Brasil Energia - 21.01.2018)

Expansão irá gerar investimento de R\$ 3 milhões pela PBGás

A PBGás irá investir cerca de R\$ 3 milhões na expansão de sua rede de distribuição em bairros de João Pessoa e Campina Grande, segundo o diretor-presidente da companhia, George Morais. Atualmente, a rede da distribuidora paraibana possui uma extensão de 311 km e está presente em 14 municípios. Esse investimento se justifica pela expectativa da empresa de um aumento do uso do gás natural em detrimento do GLP, que tem acumulado alta de preços, devido aos reajustes promovidos pela Petrobras. Nos últimos seis meses, a empresa informou que o energético teve aumento acumulado de 68% no preço. O gerente de mercado residencial e comercial, Renato Vilarim, considerou positivo o desempenho da companhia tendo em vista o período econômico vivenciado pelo país no ano passado e destacou que a disparada no preço do GLP também favoreceu o crescimento do gás canalizado nas áreas beneficiadas com a rede de distribuição. (Brasil Energia - 24.01.2018)

Celse estima LI para terminal de GNL da UTE Porto do Sergipe em março

A licença de instalação para o terminal de regaseificação de GNL e a estrutura de armazenamento do gás da termelétrica Porto de Sergipe deve sair em março, após obter a licença prévia do Ibama para essa parte do empreendimento, em dezembro, segundo o presidente da Celse, Eduardo Maranhão. À reportagem da Brasil Energia, o executivo contou que o Ibama também concedeu em dezembro a licença de instalação para a linha de transmissão para escoar a energia da térmica. Com este documento e a LP, é possível ter no horizonte a obtenção do documento definitivo para a térmica para daqui a dois meses. Com relação à

linha de transmissão, a previsão é que seja concluída em novembro. A termelétrica é construída em Barra dos Coqueiros (SE) pela Celse, empresa que tem como sócias a EBrasil e o consórcio formado por Golar Power e GenPower, e tem investimentos de R\$ 5 bilhões. Com 1,5 mil MW em capacidade instalada, a usina será capaz de prover 15% de toda a demanda do Nordeste. O terminal de GNL será operado pela Golar. As sócias no empreendimento também querem investir nas usinas a GNL Marcelo Déda e Laranjeiras, de 713 MW cada. A ideia é fazer a instalação no mesmo local da Porto de Sergipe, abrindo caminho para o compartilhamento do terminal de regas. (Brasil Energia - 24.01.2018)

Recebida a licença prévia da primeira térmica a biomassa

A termelétrica de biomassa do eucalipto Onça Pintada, no município de Selvíria (MS), recebeu na última quarta-feira (24/1) licença prévia da Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar do Mato Grosso do Sul. Com investimentos de R\$ 320 milhões, a usina tem capacidade instalada de 50 MW. Esta é a primeira usina do tipo no estado. O coordenador de Sustentabilidade da empresa responsável pelo empreendimento Eldorado Brasil, Fábio José de Paula, garantiu que até o segundo semestre os estudos necessários já tenham sido concluídos e deverá ser iniciada a construção da térmica, cuja entrada em operação está prevista para ocorrer em 2021. A Eldorado Brasil está avaliando o mercado de energia e pode vir a instalar mais duas termelétricas em Selvíria: Tuiuiu e Sucuri, cada uma com capacidade de 50 MW. A LP já autoriza os estudos para as três térmicas. (Brasil Energia - 25.01.2018)

Petrobras: 180 dias para transferência de gasoduto

A Petrobras tem prazo de 180 dias, a contar a partir desta sexta-feira (26/1), para efetivar a transferência do gasoduto do ramal Ibirité (MG) para a Gasmig. A medida está prevista em despacho da ANP publicado no DOU. A petroleira havia divulgado intenção de repassar esse ativo para a distribuidora mineira de gás no último dia 10/3 do ano passado, reclassificando o uso do duto para distribuição. De acordo com o documento, as justificativas apresentadas pela Petrobras ao longo do processo demonstraram que a infraestrutura em questão era compatível para este fim. Com isso, o duto de apenas 1,26 km deixa de incorporar a malha do país para ser propriedade da Gasmig. O ponto de entrega do gás é a termelétrica Aureliano Chaves. Até o fim do prazo estabelecido, a Petrobras terá de apresentar à ANP os documentos comprobatórios da transferência do ativo. (Brasil Energia - 26.01.2018)

Eldorado Brasil consegue licença ambiental para implantar térmica de 50 MW no MS

A Eldorado Brasil conseguiu a licença ambiental prévia para a implantação da termelétrica Onça Pintada, no município de Selvíria, no Mato Grosso do Sul, com capacidade de 50 MW e que vai operar a partir de biomassa de eucalipto. O secretário de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e

Agricultura Familiar, Jaime Verruck, entregou a licença na última quarta-feira, 24 de janeiro. "Esse projeto é extremamente importante na linha de uso alternativo da madeira. É importante para a base de diversificação de uso dos restos florestais, como folhas, raízes, cascas, demais subprodutos da madeira que não serve para produzir celulose. É o primeiro grande projeto em vias de instalação a partir de biomassa de eucalipto no Estado", comemorou Verruck. O coordenador de Sustentabilidade da Eldorado Brasil, Fábio José de Paula, assegurou que até o segundo semestre os estudos necessários já tenham sido concluídos e começa a implantação da termelétrica. A entrada em operação deve ocorrer em 2021. Esse é o primeiro grande empreendimento da Eldorado Brasil após a venda de 49,4% das ações da empresa à PaperExcellence, multinacional holandesa com sete usinas de transformação de celulose no Canadá e duas na França. O negócio foi fechado em outubro do ano passado. (Agência Canal Energia - 26.01.2018)

Petrobras reafirma interesse de aumentar investimentos em gás natural no exterior

O presidente da Petrobras, Pedro parente, reafirmou nesta segunda-feira o interesse da companhia de investir no exterior no desenvolvimento da produção de gás natural. Segundo Parente, a sociedade mundial está cada vez mais se encaminhando para as economias de baixo carbono, e o gás natural é considerado o combustível de transição entre os combustíveis mais fósseis, como gasolina e diesel, e os renováveis. Questionado pelo fato de no Brasil existirem reservas significativas de gás natural principalmente nos campos do pré-sal, parente afirmou que um dos problemas é que o combustível é associado ao petróleo. Desde que a Petrobras foi afetada por uma grave crise financeira por conta do esquema de corrupção revelado pela Operação Lava-Jato, em 2014, e a forte queda nos preços do petróleo, a companhia reduziu fortemente seus investimentos, principalmente no exterior. Pedro Parente participou da cerimônia de assinatura dos contratos de concessão dos blocos arrematados pela companhia na 14ª Rodada de licitações, realizada pela ANP em setembro de 2017. A Petrobras assinou sete contratos de concessão de áreas, dos quais 6 foram em parceria com a gigante Exxon Mobil na Bacia de Campos. (O Globo - 29.01.2018)

Destino de usina termelétrica é decidido

Os vereadores de Peruíbe, cidade do Litoral Sul Paulista, marcaram para esta terça-feira (30/1) a votação final do projeto de emenda à lei orgânica do município, que impede a instalação "de indústrias altamente poluentes e causadoras de chuva ácida". O resultado do pleito pode barrar em definitivo o Projeto Verde Atlântico Energias, da Gastrading, que previa a construção de uma termoelétrica de 1.700 MW de capacidade, inviabilizando também a implantação de um terminal de GNL. Só a usina tem previsão de investimento de R\$ 5,5 bilhões. Uma frente parlamentar, articulada por movimentos populares, está à frente do projeto da emenda, que foi reapresentada depois de não atingir número mínimo de votos no fim do ano passado. Em dezembro, a Cetesb indeferiu pedido de licenciamento da usina. Além dos impactos ambientais, a decisão citou

a resistência popular ao projeto como fator relevante. Representantes dos diversos movimentos populares envolvidos na campanha "Usina Não" prometem estar presentes na sessão de amanhã, ao lado de grupos de pescadores e representantes de aldeias indígenas da região. A ONG 350.org Brasil também vem apoiando a comunidade no movimento de resistência à implantação do empreendimento. Quando do indeferimento da LP pela Cetesb, a Gastrading informou que iria analisar o processo juntamente com o corpo técnico e jurídico. Os técnicos da companhia ambiental consideraram que teria sido ignorada a avaliação da compatibilidade com outros projetos existentes na região, além dos impactos da conexão com o sistema elétrico e a rede de gasodutos, bem como os impactos sociais do empreendimento, especialmente decorrentes da atração de mão de obra e impactos na economia local. (Brasil Energia - 29.01.2018)

Projeto de termelétrica em SP pode ser barrado definitivamente na quarta-feira, 31

A mobilização de moradores e movimentos sociais está marcada para a tarde desta quarta-feira, 31 de janeiro, na Câmara Municipal de Peruíbe, no litoral Sul de São Paulo.. Após meses de discussão, o movimento contrário espera barrar definitivamente o projeto Verde Atlântico da Gastrading, que propõe a instalação de uma termelétrica a gás no município de 1,7 GW e um terminal de regaseificação offshore. Os vereadores farão a votação final do projeto de emenda à lei orgânica do município, que impede a instalação de indústrias altamente poluentes. Uma frente parlamentar, articulada por movimentos populares, está a frente do projeto da emenda, que foi reapresentada depois de não atingir número mínimo de votos no fim do ano passado. Em dezembro, a Cetesb indeferiu pedido de licenciamento da Gastrading. Além dos reconhecidos impactos ambientais, a decisão citou a resistência popular ao projeto como fator relevante. A decisão trouxe novo ânimo aos movimentos contrários à obra, após a manobra que evitou a aprovação da emenda, em dezembro. Representantes dos diversos movimentos populares envolvidos na campanha Usina Não estarão presentes na sessão, ao lado de grupos de pescadores, surfistas e membros de aldeias indígenas da região. (Agência Canal Energia - 30.01.2018)

Se lei for aprovada, térmica da Gastrading pode ser inviabilizada

Os vereadores de Peruíbe (SP) aprovaram na última quarta-feira, 31 de janeiro, a emenda à lei orgânica do município, que impede a instalação de indústrias altamente poluentes na região. Com isso, ficaria impedida a construção do projeto Verde Atlântico, da Gastrading, que previa a instalação de uma termelétrica a gás no município de 1,7 GW e um terminal de regaseificação offshore. Em dezembro de 2017, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) já havia negado o pedido de licenciamento do projeto. (Agência Canal Energia - 01.02.2018)

Peruíbe aprova lei que veta térmica da Gastrading

A Câmara de Vereadores de Peruíbe, litoral de SP, aprovou no último dia 31/1, em segunda discussão, a proposta de emenda à lei orgânica do município que proíbe a construção de empreendimentos capazes de provocar chuva ácida sobre a cidade. Na prática, a medida veta a construção da termelétrica à gás natural de 1,7 GW de capacidade que a Gastrading pretendia construir. A previsão é que a nova lei seja promulgada pelo legislativo local na próxima segunda-feira (5/2), com sua publicação no Diário Oficial do município. A assessoria de imprensa da câmara, no entanto, disse que pode não haver tempo hábil para publicação na próxima segunda, que pode ficar para o próximo dia 12/2. A nova lei vinha sendo costurada desde o ano passado, por uma frente parlamentar que tentava barrar a construção da térmica. Os investimentos na usina seriam de R\$ 5,5 bilhões e também estava prevista a construção de um terminal de regaseificação de GNL. Em entrevista à Brasil Energia, no último dia 7/11, o presidente da Gastrading, Alexandre Chiofetti, havia dito que “não havia plano B”, em caso de negativa do município em construir a usina. Em dezembro, a Cetesb indeferiu pedido de licenciamento da usina. Além dos impactos ambientais, a decisão citou a resistência popular ao projeto como fator relevante. Além disso, movimentos do município também lutavam para impedir a construção da térmica. (Agência Brasil Energia - 02.02.2018)

Comgás conecta município de Mococa à rede

O município de Mococa (SP) foi conectado à rede da Comgás na última segunda-feira (5/2), com a ligação da Metalúrgica Mococa, no distrito industrial da cidade. Com uma população de 69 mil habitantes, a cidade paulista passa a contar com rede de gás canalizado tendo como foco clientes industriais. No terceiro trimestre do ano passado, a distribuidora paulista encerrou o período com mais de 27 mil novas conexões, saindo de 1,740 milhão de clientes no segundo trimestre para 1.768 milhão. No penúltimo trimestre de 2017, o volume de vendas foi de 1,11 bilhão de m³ de gás vendido em sua área de concessão. A Comgás atende cerca de 1,7 milhão de clientes em sua área de concessão no estado de São Paulo e possui mais de 15 mil quilômetros de rede de distribuição em 88 municípios, abastecendo com gás natural os segmentos industrial, comercial, residencial e automotivo, além de cogeração. (Agência Brasil Energia - 06.02.2018)

Wärtsilä prorroga O&M de térmica em Manaus por sete anos

A finlandesa Wärtsilä prorrogou com a Companhia Energética Manauara, por mais sete anos, o acordo de operação e manutenção da termelétrica Manauara (AM). A companhia construiu a usina em regime de EPC e é responsável por sua operação e manutenção desde 2006, quando a usina entrou em operação comercial. A Wärtsilä não revelou valores do novo contrato. A usina, composta por cinco motores, dos quais quatro em operação e um de reserva, tem capacidade instalada de 85 MW e potência contratada de 60 MW, usando gás natural como combustível principal e óleo combustível como combustível piloto e secundário. A usina foi convertida para bicombustível em 2010. (Agência Brasil Energia - 06.02.2018)

Cegas pretende manter a expansão em sua rede de distribuição

O gerente comercial da Cegás, David Barbosa, afirma que o crescimento destes dois segmentos é consequência do aumento da procura de gás natural devido a constantes altas no preço do GLP. Ao projetar o cenário de distribuidora para este ano, o presidente da empresa, Hugo Figueirêdo, diz que a companhia pretende manter a expansão em sua rede de distribuição, além de participar de outros projetos do estado. (Agência Brasil Energia - 07.02.2018)

Tradener recebe autorização para teste de extração gás

A Tradener recebeu autorização ambiental para extrair, em caráter de teste, o gás natural de dois poços no distrito de Barra Bonita, município de Pitanga, no centro do Estado do Paraná. Essa licença foi emitida pela ANP no dia 12 de Janeiro e é válida para todo o ano de 2018. O presidente da Tradener, Walfrido Avila, comentou que esse documento é fundamental para atestar a viabilidade econômica do poço. E ainda, que a companhia está preparando toda a acessibilidade aos poços, bem como a contratação de uma empresa especializada na compressão e transporte de gás. O combustível a ser retirado ainda na fase de teste é comercializado normalmente. A extração deve começar em julho deste ano e a expectativa é de alcançar 30 mil metros cúbicos por dia durante essa licença de teste. Na sua plena capacidade de extração deverão produzir 100 mil m³ diariamente, o equivalente a cerca de 15 caminhões. O investimento apenas na operação para o início de extração desses poços, é de US\$ 2 milhões. (Agência CanalEnergia - 16.02.2018)

Chinesa vence licitação para unidade de gás do Comperj

A chinesa ShandongKeruiPetroleum venceu licitação da Petrobras para a unidade de tratamento de gás natural do Comperj. O contrato, que deve ser assinado ainda este mês, é de R\$ 1,9 bilhão. A área do Comperj está com obras suspensas desde 2015, em consequência da crise da estatal e de denúncias de corrupção apuradas pela Operação Lava Jato em contratos da área de refino da Petrobras. A Shandong realizará as obras a unidade de tratamento de gás em consórcio com a brasileira Método Potencial. A instalação terá capacidade para processar 21 milhões de metros cúbicos de gás do pré-sal por dia. A expectativa é que a construção gere cerca de 2,5 mil empregos no complexo, instalado na cidade de Itaboraí, região metropolitana do Rio, que sofre com a suspensão das atividades da Petrobras na região. A estatal ainda licita contratos para a construção de uma central de facilidades no Comperj, que será responsável pelo fornecimento de energia e água, entre outros, às instalações do complexo. Enquanto isso, negocia com a também chinesa CNPC a retomada das obras da refinaria do local em troca de uma parceria no projeto, que já consumiu US\$ 14 bilhões. (Folha de São Paulo - 09.02.2018)

Sem apoio do BNDES, usina a carvão mineral busca crédito na China

A geração de energia usando o carvão mineral como combustível no Brasil passou a ser bancada com dinheiro chinês. Sem o apoio do BNDES para financiar seus projetos, a Eletrobrás recorreu ao China Development Bank para financiar a reforma de sua usina Candiota 3, no Rio Grande do Sul. Paralelamente, a empresa também fechou um contrato de R\$ 230 milhões, sem licitação, com a empresa chinesa Citic GuoHuaInternational, que fará a revisão geral da usina. Trata-se de um valor bem acima dos R\$ 130 milhões que a empresa havia estimado para o serviço dois anos atrás. O banco estatal CDB, que atua como uma espécie de BNDES chinês, passou a ser mais acionado desde outubro de 2016, quando o banco brasileiro de fomento mudou suas condições de financiamento à energia elétrica, dando prioridade às fontes alternativas, como a solar, e extinguiu o apoio a térmicas a carvão e a óleo. O plano de renovação de Candiota 3, usina que tem 350 megawatts de potência, prevê que a planta fique paralisada por 90 dias. Sobre o valor do contrato, a Eletrobrás declarou que o custo "foi avaliado através de análise de razoabilidade de preços baseada em propostas de fornecedores similares, para efeito comparativo com os preços dos equipamentos originais que foram projetados para esta usina". (O Estado de São Paulo - 14.02.2018)

CS Bioenergia: Licenciada a utilizar resíduos orgânicos para a geração de energia

A CS Bioenergia recebeu a Licença de Operação do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para iniciar a geração de energia a partir de resíduos orgânicos. A usina opera na modalidade de geração distribuída, possui 2,8 MW de capacidade instalada e utiliza como combustível cerca de 1 mil metros cúbicos de biogás originado de cerca de 300 toneladas de descartes de shoppings, restaurantes, supermercados, Ceasa, entre outros. Excluindo o consumo interno, serão injetados na rede da Copel até 2,2 MW. De acordo com o diretor da CS Bioenergia, Sérgio Vidoto, daqui a cerca de 60 dias a usina deverá alcançar sua potência nominal de geração em função da curva de aprendizagem da unidade. Mas já há planos para a expansão da unidade, bem como a construção de novas unidades neste mesmo modelo. Esse plano, tem como horizonte, o ano de 2019 e 2020 e consiste em elevar a capacidade instalada para 4,3 MW, segundo Vidoto. Já as novas unidades fazem parte de um plano que prevê mais duas usinas no Paraná e outras três em outras regiões. De acordo com o executivo, deverão ser plantas com capacidades diversas que formarão um portfólio de 10 MW de potência instalada. (Agência Canal Energia 16.02.2018)

Compagas: estudo para expansão da rede em Curitiba

A Compagas estuda expandir a rede de distribuição de gás natural em Curitiba (PR), com a construção de 261 km de novos ramais. Para tentar aprovar o plano, a companhia realiza, no próximo dia 7/3, em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, uma audiência onde será apresentado o estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental do projeto. A ampliação se dará conforme aprovação do orçamento da Companhia e para o atendimento da demanda pela rede de distribuição. O gerente da Assessoria de Saúde, Meio

Ambiente e Segurança da Compagas, Marco Aurélio Biesemeyer, disse que a construção de novos trechos de rede leva em conta o zoneamento da cidade a localização de potenciais usuários. O projeto está dividido em nove ramais, que contemplam bairros curitibanos ainda não atendidos. (Agência Brasil Energia - 20.02.2018)

Produção de gás da Petrobras no Brasil em janeiro chega a 78,7 milhões de m³/d

A produção de gás natural da Petrobras em janeiro, excluído o volume liquefeito, ficou em 78,7 milhões de m³/d, 1% acima do mês anterior. Já a produção de gás no exterior foi de 6,2 milhões de m³/d. A produção total de petróleo e gás natural em janeiro, chegou a 2,7 milhões de barris de óleo equivalente por dia, sendo 2,60 milhões produzidos no Brasil e 97 mil boed no exterior. No país, a produção média de petróleo foi de 2,10 milhões de barris por dia, volume 1% inferior ao de dezembro, em função, principalmente, da parada para manutenção no FPSO Capixaba, que opera no Parque das Baleias, na Bacia de Campos, e da cessão de direitos de 35% do campo de Lapa da Petrobras para a Total, no bloco BM-S-9A, no pré-sal da Bacia de Santos. (Agência CanalEnergia - 21.02.2018)

Tradener: importação de gás natural pode ocorrer até fevereiro de 2020

O MME publicou nesta quarta-feira, 21 de fevereiro, a portaria 56/2018, prorrogando até 28 de fevereiro de 2020 o prazo na autorização para a Tradener importar gás natural da Bolívia. As especificações técnicas devem estar de acordo com a regulamentação da ANP e a Tradener deverá apresentar o contrato de compra e venda do insumo à ANP. A portaria original com a autorização diz que o mercado potencial será o segmento industrial do Paraná e que o gás virá pelo Gasoduto Bolívia-Brasil. O volume a ser importado é de até 100 mil m³/dia, na média dos últimos 30 dias, em regime interruptível. (Agência CanalEnergia - 21.02.2018)

Ceg Rio quer duplicar base de consumidores até 2019

Até 2019, a Ceg Rio pretende duplicar sua base de clientes, para 4,6 mil. Atualmente, a distribuidora de gás canalizado atende 2,3 mil consumidores residenciais e comerciais no estado, com exceção da região metropolitana, atendida pela Ceg. Outro plano da companhia é iniciar o fornecimento de gás para indústria e para uso automotivo. No ano passado, a empresa iniciou o fornecimento para cinco municípios: Angra dos Reis, Mangaratiba, Saquarema, Maricá e Cachoeiras de Macacu. Com um plano de investimentos de R\$ 79,4 milhões - que começou em 2016 -, a empresa investiu na instalação de estações de GNC para viabilizar o gás para a região. (Agência Brasil Energia - 22.02.2018)

Termelétrica a carvão da Eletrobras no RS encerra operação

A termelétrica a carvão Presidente Médici - Fase A, no Rio Grande do Sul, que pertence à CGTEE, uma subsidiária da Eletrobras, teve a operação de sua unidade geradora I suspensa em caráter definitivo pela Aneel, segundo

publicação no DOU desta segunda-feira. A Eletrobras CGTEE já havia paralisado anteriormente a segunda unidade da termelétrica, bem como desativado em meados do ano passado a Fase B da usina, com duas turbinas. Com a suspensão da nova unidade, válida a partir de 1º de janeiro, a companhia soma um total de 446 megawatts paralisados, segundo documento da Aneel. A Eletrobras CGTEE havia firmado um termo de ajustamento de conduta (TAC) junto ao órgão ambiental federal Ibama que previa o desligamento definitivo da fase A da termelétrica a partir do final de 2017. Segundo os documentos da Aneel, a subsidiária de geração térmica da Eletrobras decidiu indisponibilizar em definitivo a usina devido a "problemas em vários sistemas que refletem em uma baixíssima confiabilidade da planta e a necessidade de investimento de monta para sua recuperação". (Reuters - 26.02.2018)

Tribunal do Cade perto de decidir venda da Liquigás

O tribunal do Cade decide na próxima quarta-feira (28/2) o destino da compra da Liquigás pelo grupo Ultra, cuja negociação vem se arrastando desde o ano passado. Será analisado o relatório da conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt e a expectativa é que ela acompanhe a recomendação da superintendência geral do órgão e reprove a transação. Em comunicado ao mercado, divulgado no último dia 28/9, o Cade informou que estendeu por mais 90 dias o prazo para concluir a avaliação da venda da empresa de GLP, que hoje é uma subsidiária da Petrobras mas está em venda, dentro do processo de desinvestimento da companhia. Semanas antes, o Cade já havia vetado a compra da rede de postos de combustíveis Alesat pela Ipiranga, alegando riscos concorrenciais em algumas regiões do Brasil, sinalizando uma mudança de postura do conselho quanto à defesa da concorrência. (Agência Brasil Energia - 27.02.2018)

SCGás vende 1,73 milhão de m³/dia de gás natural em janeiro

A SCGás vendeu, em janeiro, 1,73 milhão de m³/dia de gás natural, pouco abaixo do volume de 1,75 milhão de m³/dia comercializado em dezembro do ano passado. Já o consumo total para o primeiro mês do ano no mercado catarinense, foi de 54,2 milhões de m³ contra 54,1 milhões de m³ de dezembro. Com relação a dezembro, o consumo dos segmentos automotivo e residencial caíram 3,13% e 7,23%, respectivamente. Mas como o principal destino do gás no estado é para uso industrial, que registrou ligeira alta de 0,8%, as retrações nos dois primeiros pouco influenciaram no resultado final. Durante o mês foram ligados quatro novos empreendimentos à rede de gás natural de Santa Catarina. Na região Norte do estado, a nova consumidora é a Makrobom Indústria e Comércio de Chocolates, que produz doces em São Bento do Sul. No Vale do Itajaí, foi conectado o ProcaveReference Center, um complexo que vai contar com shopping center, colégio e salas comerciais. Em Florianópolis o novo cliente é o PlaceResidence, condomínio residencial que está sendo construído pela GND Incorporadora no Centro da cidade. Finalmente, no Sul do estado, o Prime House Residencial, novo empreendimento residencial de Criciúma que se junta aos outros 184 condomínios abastecidos com gás natural na cidade. A receita bruta

arrecadada pela distribuidora com a tarifa do gás foi de R\$ 58,8 milhões, e apesar de o lucro líquido ser de apenas R\$ 229 mil, a companhia reverteu sua trajetória de prejuízo. (Agência Brasil Energia - 28.02.2018)

Asja passa a integrar quadro da ABiogás

A Asja Brasil é a mais nova associada da ABiogás. A companhia, que integra Grupo Italiano Asja, é especialista em produzir energia verde a partir do biogás, além de energia eólica, fotovoltaica, biomassas e microcogeração. Desenvolve, constrói e gerencia plantas de geração de energia a partir de resíduos do biogás produzido pela digestão anaeróbica da fração orgânica dos resíduos sólidos urbanamente dispostos nos aterros sanitários. No portfólio de experiência da companhia está o serviço completo de gerenciamento de usinas de energia a partir de biogás, incluindo a gestão total do biogás de aterro, o controle remoto e no local de funcionamento das plantas, a manutenção de todos os componentes da planta, intervenções de emergência, e obtenção e acompanhamento de autorizações nos âmbitos regulatório, administrativo e ambiental. Segundo Pace, o Brasil, com mais de 70 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos produzidos e manejados, principalmente através de disposição de aterros (não controlados e, apenas recentemente, aterros sanitários), representam uma importante oportunidade de desenvolvimento para empresas que atuam na economia verde. Para a associação, a entrada da Asja reforça ainda mais o setor ao rol de importantes agentes do país e do mundo que se dedicam ao desenvolvimento, produção, comercialização e consumo do biogás. Segundo Alessandro Gardemann, presidente da ABiogás, a decisão da companhia em se juntar à Associação atrai mais fomento ao setor juntamente ao governo. (Agência CanalEnergia - 01.03.2018)

Petrobras avalia saídas para Liquigás

A abertura do capital da Liquigás é uma, mas não a única, das possibilidades consideradas pela Petrobras, como alternativa ao veto do Cade ao acordo de venda da distribuidora para a Ultragaz, do grupo Ultra, segundo quatro fontes consultadas pelo Valor. As restrições impostas pelo órgão antitruste, contudo, podem fazer a opção pelo IPO (sigla em inglês para oferta pública de ações) ganhar corpo. O Valor apurou que o assunto ainda está totalmente em aberto dentro da estatal. Além do IPO, a Petrobras também avalia a possibilidade de reiniciar o desinvestimento da distribuidora de GLP no mercado, seguindo o mesmo modelo adotado anteriormente. Ou seja, vender 100% da empresa, para um novo controlador. De acordo com sistemática do TCU, a estatal precisará recomençar o processo da Liquigás do zero, divulgando ao mercado a oportunidade de venda para que todos os potenciais interessados, que atendam às condições do negócio, possam participar. O entendimento na estatal, contudo, é que poucos investidores poderiam participar da negociação, devido às restrições impostas pelo Cade. O grupo Ultra estava disposto a pagar um prêmio maior pelo ativo, para consolidar sua liderança no mercado. Mas, com a imposição de restrições pelo Cade surgiu a hipótese de vender as ações da distribuidora de GLP na bolsa. Uma fonte lembrou, contudo, que a opção por um

IPO "não é trivial", sobretudo num ano eleitoral, e que exige tempo para ser estruturada. A Petrobras informou que as alternativas para desinvestimento da Liquegás ainda estão sendo avaliadas e nenhuma decisão foi tomada até o momento na diretoria executiva. A empresa reforçou também que mantém a estratégia de sair integralmente do segmento de distribuição de GLP, conforme previsto no plano de negócios da companhia. (Valor Econômico - 05.03.2018)

Eneva: futuras descobertas serão utilizadas para garantir a operação das termelétricas já existentes

Segundo o presidente da Eneva, Pedro Zinner, nas áreas mais próximas do Complexo Parnaíba, no Maranhão, as futuras descobertas serão utilizadas para garantir a operação das termelétricas já existentes, no longo prazo. Já nas áreas mais distantes, o plano é monetizar eventuais reservas que sejam descobertas a partir da construção de novas termelétricas, de 100 MW a 150 MW. Além do desenvolvimento de suas próprias reservas, a Eneva, segundo Zinner, é "parceira de escolha natural" de empresas interessadas no desenvolvimento de projetos "gas-to-wire", sobretudo no Parnaíba. Além da empresa, operam na região a Petrobras, Galp, Ouro Preto e Vipetro. A PGN, subsidiária da Eneva participou das últimas duas rodadas de concessão de blocos exploratórios. (Valor Econômico - 07.03.2018)

Imetame e Tradener têm projetos na Bahia e no Paraná

Enquanto a Eneva se consolida como referência na geração "gas-to-wire", outras empresas, como Imetame e Tradener, também miram oportunidades no setor. A capixaba Imetame investe cerca de R\$ 100 milhões para tirar do papel o primeiro projeto a gerar energia na cabeça do poço de gás, fora do complexo do Parnaíba. A companhia negociou em 2015 uma pequena usina, batizada de Prosperidade I, de 28 megawatts, em Camaçari (BA), que consumirá o gás natural a ser produzido no campo de Cardeal do Nordeste, na Bacia do Recôncavo. A termelétrica, segundo boletim da Aneel, começou a ser construída no ano passado e está atrasada. Prevista inicialmente para este ano, o empreendimento só deve começar a operar comercialmente em 2020. Prosperidade I foi concebido com previsão de ampliação futura, para até 90 megawatts, a partir do aumento da produção local de gás natural. Outra empresa que tem a intenção de apostar no setor é a Tradener. A comercializadora recebeu autorização da ANP para iniciar a produção de gás natural na área de Barra Bonita, no centro do Estado do Paraná. Segundo o presidente da companhia, Walfrido Victorino Avila, a ideia é começar em abril os testes de produção. A previsão da Tradener é que Barra Bonita comece produzindo 30 mil metros cúbicos diários, mas atinja, em plena capacidade, 100 mil m³ /dia. Diretor de exploração e produção da Eneva, Lino Cançado destaca que as mudanças nas regras dos leilões de energia desde 2017 atendem a um pleito das empresas interessadas e ajudam a viabilizar novos projetos "gas-to-wire". Na licitação de dezembro, duas térmicas a gás foram contratadas, mas nenhuma "gas-to-wire". (Valor Econômico - 07.03.2018)

Sulgás estuda alternativas de suprimento

A Sulgás buscará alternativas para fazer frente a um eventual aumento da demanda de gás natural no Rio Grande do Sul com a recuperação paulatina da economia. Atualmente, o estado é dependente de 2 milhões de m³/dia que vem da Bolívia, sendo que 80% desse volume é destinado ao consumo industrial. O diretor-presidente da companhia, Claudemir Bragagnolo, disse que a empresa negocia com a TBG um aumento da capacidade do Gasbol para que mais gás chegue ao estado. De acordo com ele, há possibilidade que a oferta de gás boliviano cresça para 3,5 milhões de m³/dia. O Rio Grande do Sul está na ponta final do Gasbol, que tem capacidade para transportar até 30 milhões de m³/dia. Porém, boa parte do insumo fica nas indústrias de SP antes de chegar ao território gaúcho. Outra alternativa negociada pela Sulgás é a contratação de biometano para injeção na rede. Bragagnolo adiantou que a chamada pública de contratação está em estudo pela empresa e deve ser divulgada ao longo do ano. A princípio, a companhia compraria até 100 mil m³/dia do biocombustível. A empresa pretende investir até R\$ 247 milhões até 2022, sendo que a maior parte desses recursos irá para expansão da rede. Está previsto também incentivo à conversão para gás canalizado e mais R\$ 13 milhões para tecnologia da informação, entre outros. Neste ano, a empresa pretende realizar aporte de R\$ 35,2 milhões na expansão da rede. (Agência Brasil Energia - 07.03.2018)

Eneva registra geração líquida 37% maior no quarto trimestre de 2017

A geração de energia líquida total das termelétricas da Eneva foi de 4,05 mil GWh no quarto trimestre de 2017, com um aumento de 37% com relação à igual período do ano anterior, quando foram gerados 2,95 mil GWh, segundo informações que constam da divulgação dos resultados anuais da empresa. No Complexo Parnaíba, no Maranhão, foram gerados 2,76 mil GWh e no ano, o despacho médio do parque termelétrico foi de 61,5%, com geração líquida de 6,5 mil GWh. De acordo com a empresa, esse volume se deu por conta do aumento do despacho das termelétricas em todo o país, com a queda nos níveis dos reservatórios das hidrelétricas. A usina de Itaquí gerou 683 GWh no quarto trimestre. A disponibilidade dela no trimestre foi de 99%, superando, pelo terceiro trimestre consecutivo, a disponibilidade requerida em seus contratos de comercialização. No mesmo período, Pecém II gerou 608 GWh, com despacho médio de 97%. A disponibilidade de Pecém II no trimestre foi de 86%, afetada por manutenções corretivas na planta ao longo do trimestre. De acordo com o presidente da Eneva, Pedro Zinner, no ano passado a empresa conseguiu reduzir os custos de desenvolvimento de R\$ 0,11 por m³ para R\$ 0,08/m³ e continuou aprimorando a eficiência das térmicas, na melhoria de disponibilidade e otimização da estrutura de custos. Resultado disso foi o aumento de disponibilidade de Itaquí, de 68%, em 2016, para níveis acima de 96% no segundo semestre do ano passado, cita. (Agência Brasil Energia - 15.03.2018)

Geração de energia da Petrobras sobe 40% em 2017

A Petrobras apresentou um aumento de cerca de 40% na geração termelétrica em 2017. A empresa saiu dos 2.252 MW med registrados em 2016 e chegou aos 3.165 MW med no ano passado. De acordo com o diretor de Refino e Gás Natural da

empresa, Jorge Celestino Ramos, que participou da apresentação de resultados nesta quinta-feira, 15 de março, embora a carga não tenha variado de forma significativa, o regime de chuvas impactou a hidrologia, o que levou ao aumento na produção de energia das termelétricas da estatal. A demanda de gás para termelétricas foi de 29 milhões de metros cúbicos por dia, cerca de 35% dos 83 MM m³/dia demandados pela Petrobras em 2017. Segundo o presidente da Petrobras, Pedro Parente, as negociações com a Eletrobras para o equacionamento da dívida bilionária com a Amazonas Energia continuam e que a estatal tem até a próxima assembleia para acertar uma proposta. (Agência CanalEnergia - 15.03.2018)

Eneva: estratégia é passar a focar a expansão no gás

A estratégia da Eneva, que tem 2,2 gigawatts em térmicas a carvão e gás em operação, é passar a focar a expansão no gás, incluindo a possibilidade de avaliar no futuro projetos com uso de GNL. Com essa visão, a empresa avalia agora que destino dar a uma carteira que soma cerca de 600 megawatts em projetos eólicos que poderiam ser inscritos em leilões e 50 megawatts solares. Ele comentou ainda que a forte expansão de renováveis no Brasil, como usinas eólicas e solares, será na verdade uma oportunidade para os projetos térmicos da Eneva, uma vez que será preciso o apoio de usinas mais "firmes" para compensar a variação na produção dessas fontes em função do vento e do sol. (Reuters - 16.03.2018)

Shell estuda novos projetos de gás no Brasil, diz presidente

O presidente da Shell no Brasil, André Araujo, afirmou nesta terça-feira (20) que a companhia tem interesse em novos projetos de gás natural no país. No ano passado, a empresa entrou no mercado brasileiro de geração a gás, como integrante do consórcio que arrematou a termelétrica Vale Azul II (466 megawatts), em Macaé (RJ), no leilão de energia nova A-6 de dezembro. "Temos interesse. O gás natural é estratégico para o grupo", disse o executivo a jornalistas, após participar do evento UK Energy, promovido pelo Consulado Britânico no Rio. Segundo Araujo, a Shell possui hoje uma equipe interna para avaliação de projetos de monetização de gás. Além de projetos termelétricos, a empresa avalia outras formas de monetização, como a venda de gás para distribuidoras. De acordo com Araujo, a empresa ainda tem "bastante apetite" pelo Brasil e avalia as oportunidades da 15ª Rodada de concessões de blocos exploratórios, na próxima semana. Araujo afirmou que as decisões de investimento no mercado brasileiro respeitarão a disciplina de capital. Segundo ele, o Brasil precisa manter sua competitividade perante os demais países, que competem por alocação de investimentos. A Shell pretende começar a perfurar em 2019 o primeiro poço na área Gato do Mato Sul, no pré-sal da Bacia de Santos, adquirida no ano passado. André Araujo disse que a empresa já deu entrada no processo de licenciamento ambiental para perfuração do primeiro poço do projeto. A ideia da empresa é avaliar melhor a descoberta de Gato do Mato. (Valor Econômico - 20.03.2018)

Falta de competitividade no gás tira a Petrobras do negócio de fertilizantes

A falta de competitividade do gás natural nacional fez a Petrobras desistir do negócio de fertilizantes, as fafens, conforme explicou nesta terça-feira (20/3), o diretor de Refino e Gás Natural da empresa, Jorge Celestino. De acordo com ele, estão à venda a UFN-3, no Mato Grosso do Sul, e a unidade Araucária Nitrogenados (Ansa), no Paraná, por se tornarem mais atraentes a investidores. Já as fábricas de Sergipe e Camaçari (BA), serão postas em hibernação, à espera de ofertas, o que deve ocorrer até o fim do primeiro semestre. O executivo explicou que a venda da UFN3 e da Ansa já se encontra na fase de envio de propostas vinculantes, mas não entrou em detalhes sobre com quais empresas está negociando. Celestino explicou que hoje o mercado brasileiro importa 85% do que consome em termos de fertilizantes, enquanto 15% vêm da produção nacional. Além disso, o que é fabricado aqui utiliza como matéria-prima GNL, menos competitivo do que em outras regiões exportadoras como a Rússia, países da África e Oriente Médio, onde há acesso a gás mais barato. Por essa razão, a Petrobras não vê mais sentido em permanecer no setor. O fechamento da unidade de Sergipe desagradou o governador do estado, Jackson Barreto. Ele informou que no próximo dia 22/3, irá a Brasília e vai mobilizar parlamentares contra o fechamento. Além disso, disse que pedirá uma audiência ao presidente Michel Temer para intervir no processo. A saída da Petrobras do mercado de fertilizantes foi anunciada no plano de negócios e gestão 2017-2021. Há seis anos, o segmento de fertilizantes era considerado a “menina de ouro” da então área de Gás e Energia da Petrobras, com a perspectiva de absorver mais de 40% dos US\$ 13,5 bilhões previstos no Plano de Negócios 2012-16. Na época, a UFN3 era o carro-chefe do segmento. (Agência Brasil Energia – 20.03.2018)

ExxonMobil tenta viabilizar usina da Bolognesi no RS

A ExxonMobil está tentando viabilizar a termelétrica Rio Grande, originalmente contratada pelo grupo gaúcho Bolognesi, que teve a concessão cassada em outubro. Representantes da gigante americana tiveram uma reunião na Aneel no início do mês, com o objetivo de checar com o regulador se o contrato da termelétrica ainda era "resgatável". O Valor apurou que a resposta foi positiva, desde que a Exxon garanta que tem condições financeiras de tocar a obra e garantir o fornecimento do gás. André Pepitone, diretor da Aneel relator do processo referente à termelétrica, confirmou ter recebido representantes da ExxonMobil no início de março para conversar sobre o assunto. Segundo ele, o antigo interessado em assumir o projeto, a também americana New Fortress Energy, desistiu do negócio e, agora, a ExxonMobil está avaliando a possibilidade. O diretor, no entanto, lembra que a outorga da termelétrica encontra-se revogada. Segundo fontes, a Exxon já tem os pré-contratos dos fornecedores e da empresa construtora garantidos, só faltando o aval do regulador para retomada do projeto. A construção da termelétrica, que terá 1,3 GW, deve ser atrelada a um terminal de regaseificação de GNL, o que vai ajudar a resolver o problema de fornecimento de gás no Rio Grande do Sul, hoje dependente da Bolívia. A usina ficaria no município gaúcho de Rio Grande. Além disso, as obras da usina são vistas no Estado como essenciais para retomada da economia na região, que enfrenta problemas depois da crise no setor de estaleiros. Se o negócio der certo, será a segunda participação da Exxon na área

de geração de energia no Brasil. A petroleira já fechou um acordo para fornecer parte do GNL que vai abastecer a termelétrica Porto de Sergipe. A usina, que terá 1,5 GW de potência, é controlada por um consórcio formado pela EBrasil Energia e pela Golar Power, joint venture entre a norueguesa Golar LNG e o fundo americano Stonepeak. (Valor Econômico – 22.03.2018)

Petrobras: Liquigás pode ser ofertada a novo comprador

Após o fracasso da venda da Liquigás para o Grupo Ultra, que foi barrada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica [Cade], a Petrobras busca outra forma de se desfazer de sua subsidiária de GLP. Uma das alternativas pode ser ofertá-la novamente a quem esteja interessado em adquiri-la. O presidente do Sindigás, Sérgio Bandeira de Melo, disse que nos bastidores comenta-se sobre essa possibilidade, além de uma IPO da empresa em bolsa de valores. Ele participou nesta quinta-feira, 22/03, do Congresso da Associação Ibero-Americana de GLP [AIGLP], no Rio de Janeiro. O executivo afirmou que a Liquigás é uma companhia saudável financeiramente e que a venda dela está ligada a escolha da controladora de focar somente no negócio principal de petróleo e gás natural. A Petrobras tenta desde o ano passado vender a Liquigás e chegou a fazer acordo com o Grupo Ultra, controlador da Ultragaz, mas o Cade entendeu que o negócio poderia ser danoso à concorrência de mercado e freou a transação, em reunião realizada no último dia 28/02. A superintendência do órgão já havia se manifestado contra a realização. (Agência Brasil Energia – 22.03.2018)

ABiogás e Abrelpe anunciam parceria para projetos na área de biogás e resíduos urbanos

A ABiogás e a Abrelpe anunciaram nesta segunda-feira, 26 de março, uma importante parceria para estudos e monitoramento do potencial energético existente nos resíduos. A intenção é subsidiar órgãos governamentais, empresas públicas e privadas, terceiro setor e especialistas sobre o tema. Futuramente as duas entidades também pretendem promover análises sobre o potencial energético na área de resíduos. A união chega em um momento importante em que o debate sobre a gestão correta do lixo e a crescente demanda por energias renováveis é mais intensa e necessária no país. Vale destacar que ambas associações pautam parte de suas ações em atividades de pesquisa, estudos e monitoramento dos respectivos setores, como a Proposta de Programa Nacional do Biogás e do Biometano (PNBB), feito pela ABiogás, e o Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, publicado anualmente pela Abrelpe. Segundo os dados da ABiogás, o potencial de biogás no setor de resíduos urbanos é de quase 4 bilhões de m³ por ano, o que representa mais de 10 mil MW de energia que deixa de ser aproveitada. Existem no Brasil cerca de 2 mil aterros, mas apenas 19 geram energia elétrica a partir do biogás, segundo dados Aneel. Além disso, após a regulamentação do uso e venda do biometano de saneamento pela ANP através da Resolução 687/2017, o energético gerado nos aterros pode ser substituir o diesel usado pelos caminhões na coleta, reduzindo o impacto do transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos. Segundo a Abrelpe, os brasileiros

produzem 219 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos todos os anos, o que reapresenta mais de 1 quilo por pessoa. Sem um tratamento ou destino correto, torna-se um grande problema para as cidades. (Agência Canal Energia – 26.03.2018)

Petrobras eleva o preço do GLP empresarial em 4,7% a partir da terça-feira

A Petrobras vai elevar o preço do GLP industrial e comercial, para embalagens acima de 13 quilos, vendidos às distribuidoras, em 4,7 por cento a partir de terça-feira, informou a empresa em seu site. Segundo a empresa, a política de preços para o GLP de uso industrial e comercial tem como base o preço de paridade de importação, formado pelas cotações internacionais destes produtos mais os custos que importadores teriam, como transporte e taxas portuárias, por exemplo. (Reuters – 26.03.2018)

Ceg levará aumento de capital social na próxima assembleia geral

A Ceg deverá levar para a próxima assembleia geral ordinária dos acionistas a proposta de aumento de capital social da empresa. A previsão é que a reunião seja realizada no próximo dia 27/4 e a elevação será de aproximadamente R\$ 100 milhões. Em documento entregue à CVM, a distribuidora de gás natural do Rio de Janeiro, informa que após a elevação, o capital social passará dos atuais R\$ 544,4 milhões para R\$ 644,4 milhões. Esclarece ainda que não ocorrerão alterações nas ações da companhias, que somam 259.637.732, e na participação acionária de cada acionista. O aumento se dará por meio da capitalização de reservas de expansão da empresa. (Agência Brasil Energia – 28.03.2018)

Petrobras conclui hibernação de Fafens no fim de outubro

A Petrobras confirmou para até o próximo dia 31/10, o prazo para concluir o processo de hibernação das fábricas de fertilizantes (Fafens) de Sergipe e da Bahia. Comissões deverão ser formadas por representantes dos respectivos estados e de suas federações de indústrias para buscar alternativas à hibernação, mas a petroleira informou que não podem causar prejuízos à suas operações. No último dia 27/3, o presidente da empresa, Pedro Parente, e o diretor de Refino e Gás Natural da empresa, Jorge Celestino, decidiram prorrogar o prazo por mais 120 dias para aprofundar os estudos. A companhia divulgou na semana passada que decidiu sair do negócio de fertilizantes em função do alto preço do gás natural. Na ocasião, Celestino explicou que outras duas unidades serão colocadas à venda, como a UFN-3, no Mato Grosso do Sul, e a unidade Araucária Nitrogenados (Ansa), no Paraná, por se tornarem mais atraentes a investidores. Ele havia dito ainda que hoje o mercado brasileiro importa 85% do que consome em termos de fertilizantes, enquanto 15% vem da produção nacional. Além disso, o que é fabricado aqui utiliza como matéria-prima o GNL, menos competitivo do que em outras regiões exportadoras como a Rússia, países da África e Oriente Médio, onde há acesso a gás mais barato. No ano passado, a unidade de Camaçari apresentou prejuízo de R\$ 700 milhões, enquanto em Sergipe, o resultado negativo foi de R\$ 200 milhões. (Agência Brasil Energia – 28.03.2018)

Banco Mundial pode emprestar US\$ 355 mi para termelétrica no Porto de Açu

A International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, deve emprestar até US\$ 355,6 milhões para um projeto de energia no Porto de Açu, que pertence à Prumo Logística e é localizado em São João da Barra (RJ). O investimento total dos projetos na região soma US\$ 1,2 bilhão e prevê a construção de uma termelétrica a gás que deve gerar 1,298 mil MW, além de outras obras. A IFC, além do empréstimo, vai também virar sócia do projeto, por meio de um aporte em ações de até US\$ 38 milhões. Já o empréstimo de até US\$ 355,6 milhões é dividido em duas partes, um crédito de US\$ 250 milhões e outro sindicalizado de US\$ 105,6 milhões, que prevê a participação de bancos internacionais e será destinado especificamente para a construção da primeira usina, a UTE GNA I. (O Estado de São Paulo – 01.04.2018)

Prumo negocia com IFC empréstimo para térmica no Açu

A Prumo está em negociações com a International Finance Corporation (IFC) para obtenção de empréstimo para construção da primeira térmica de seu hub de gás natural no Porto do Açu (RJ), a GNA I, com capacidade instalada de 1.250 MW e previsão da entrada em operação em 2021. Em nota, a companhia esclarece que “ainda não foram fechados contratos vinculantes relativos a qualquer financiamento” e não especificou os valores envolvidos na negociação. A dona do Porto do Açu tem licença para instalar até 6,4 GW de capacidade de geração térmica a gás no local, por meio da subsidiária GNA. Na construção das duas primeiras térmicas e no terminal de regaseificação de GNL, a Prumo deve investir total de R\$ 7 bilhões. A segunda usina, de 1.700 MW em capacidade instalada, negociou 1.450 MW médios no último leilão A-6, em dezembro do ano passado, através de 25 contratos no ambiente regulado pelo valor de referência de R\$ 213,91 por MWh. A previsão é que entre em operação em 2023. No fim do ano passado, a Prumo havia fechado um acordo de investimento com a BP Global Investments. Pelos termos, a britânica ficará com 30% do capital da GNA por meio da subscrição de novas ações pelo valor de US\$ 7,5 milhões. (Agência Brasil Energia – 02.04.2018)

Terminal GNL de Porto de Sergipe recebe licença de instalação

A Celse recebeu do Ibama no último dia 28/3 a licença de instalação para a unidade de armazenamento e regaseificação de GNL para o complexo termelétrico Porto de Sergipe I. O documento inclui instalações como o sistema de ancoragem, o gasoduto para transporte até a usina e as adutoras de captação de água e descarte de efluentes. A construção do complexo teve início em agosto de 2016. Atualmente a fase de construção civil está praticamente concluída, enquanto já tem início a montagem eletromecânica da térmica. Para o ano que vem, está previsto o início da fase de testes e comissionamento. Em janeiro de 2020, a usina deverá iniciar sua operação comercial. Os investimentos são de R\$ 5 bilhões. Anteriormente a empresa já havia recebido as licenças de instalação da própria termelétrica e para a linha de transmissão, que fazem parte do complexo. A usina negociou energia no leilão A-5 de abril de 2015, estabelecendo

26 contratos, negociando 867 MW médios. A usina tem capacidade instalada de 1.551 MW. (Agência Brasil Energia – 02.04.2018)

Âmbar vai suspender operação da termelétrica de Cuiabá

A Âmbar Energia vai deixar de operar temporariamente a térmica Cuiabá (MT), bem como o gasoduto Bolívia-Mato Grosso, que abastece a usina. A decisão da empresa do grupo J&F é consequência da decisão da Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), publicada na última segunda-feira (2/4), de arquivar ação movida contra a Petrobras. O processo movido pela Âmbar alegava conduta anticoncorrencial da petroleira quanto a fornecimento de gás natural ao empreendimento. A Âmbar, por meio de sua assessoria de imprensa, informa que, em decorrência da paralisação das atividades, deixa, portanto, de competir no mercado e que desde meados do ano passado, tenta, sem sucesso, chegar a um acordo com a Petrobras. De acordo com a empresa, nos últimos nove meses, a termelétrica teria recebido combustível suficiente para operar plenamente por apenas 35 dias, “tornando inviável manter um empreendimento desse porte nas condições atuais”, sustenta. Outra medida, assinala, é que a fim de evitar a demissão imediata dos quase 100 trabalhadores que atuam nas operações do gasoduto e da usina, iniciará um processo de negociação com o sindicato para suspender temporariamente os contratos de trabalho enquadrando os funcionários num processo de lay-off. A Âmbar resolveu ainda recorrer da decisão do Cade “para assegurar seu direito de concorrer no mercado de fornecimento de energia”. A restrição de acesso ao combustível é uma questão relevante para o Estado do Mato Grosso, assinala, sendo que o próprio governo local tentou adquirir gás diretamente da Petrobras no final do ano passado, mas, sem sucesso. (Agência Brasil Energia – 03.04.2018)

Térmica Cuiabá: MME tentou negociar junto à Petrobras a possibilidade da retomada de fornecimento

O MME, ante a importância da usina de Cuiabá para o Sistema Interligado Nacional, até tentou negociar junto à Petrobras a possibilidade da retomada de fornecimento, mas a estatal alegou que as atuais normas de governança interna não permitem à companhia fazer negócio com partes arroladas em processos judiciais, ainda que indiretamente, já que a Âmbar está ligada à J&F que, por sua vez, controla o complexo JBS. A térmica de Cuiabá tem capacidade de 480 MW e o Gasoduto Bolívia-Mato Grosso possui 645 Km de extensão, sendo 283 Km no lado brasileiro e 362 Km no lado boliviano, com capacidade de transporte de 4 milhões de BTU/dia sem compressão e 7,5 milhões de BTU/dia com compressão. (Agência Brasil Energia – 03.04.2018)

Engie não chega a acordo com CountorGlobal para venda de térmicas a carvão no Brasil

A Engie Brasil Energia disse que uma negociação com a CountorGlobal para a venda de um complexo termelétrico em operação e um em fase de implementação “não evoluiu satisfatoriamente”, o que levará a companhia a

“avaliar alternativas” para os ativos, segundo fato relevante nesta terça-feira. A companhia, controlada pela francesa Engie, anunciou ainda no início do ano passado que buscava compradores para o complexo Jorge Lacerda, de 857 megawatts, e a térmica Pampa Sul, em construção, que terá 340 megawatts. A intenção da companhia é “descarbonizar” seu portfólio de ativos. (Reuters – 10.04.2018)

Cemig tem 3 projetos para usinas térmicas

A estatal mineira Cemig está trabalhando, em parceria com sua controlada Gasmig, em projetos de três termelétricas a gás natural que ficarão em Minas Gerais, disse, em entrevista ao Valor, Pedro Magalhães, presidente da distribuidora de gás. Segundo ele, duas das usinas já estão com os trâmites ambientais concluídos, e poderão ser cadastradas para o leilão de energia do tipo A-6, previsto para 31 de agosto. Uma das termelétricas com maior avanço no projeto deve ficar em Jacutinga, e terá 250 MW de potência. A outra que também pode participar do leilão terá 300 MW, no município de Poços de Caldas. O terceiro projeto, que ainda está sendo estruturado, seria uma termelétrica maior, de 1 GW de potência, localizada em Queluzito. O papel da Gasmig em todos os três projetos é apenas o de entregar o gás natural, que será comprado da Petrobras, como nos demais projetos de termelétricas fornecidos pela companhia estatal. Em 2017, a companhia teve receita de R\$ 227,5 milhões com venda de gás para duas termelétricas, alta de 52%. O volume distribuído subiu 67%, para 361,6 milhões de metros cúbicos. Outro projeto da Gasmig envolve a instalação de um terminal de GNL em Belo Horizonte, onde o gás deve ser compactado, facilitando o transporte para outros municípios do estado. (Valor Econômico – 12.04.2018)

MT Gás consegue liminar para voltar a importar gás da Bolívia

A MT Gás obteve liminar na justiça do Mato Grosso para voltar a importar gás natural da Bolívia por meio do gasoduto operado pelas Gasocidente. Esta empresa havia interrompido o transporte no último dia 4/4, alegando que os custos do envio do gás não mais se viabilizavam diante da desativação da termelétrica Cuiabá. No último dia 2/4, proprietária da usina, a Âmbar Energia, do grupo J&F, havia anunciado a suspensão da operação da térmica após o Cade ter decidido arquivar processo desta empresa contra a Petrobras em uma queda de braço pelo fornecimento do gás. Na ocasião, o gasoduto também estava incluído na suspensão das atividades. A juíza Sinii Savana Bosse Saboia Ribeiro determinou em sua decisão que a operadora do gasoduto restabeleça ou mantenha o serviço de transporte de gás natural pelo prazo de três meses. Uma audiência de conciliação foi marcada para o próximo dia 18/7, para buscarem um entendimento. Na ação, a MT Gás sustenta que ainda distribui o produto para a empresa GNC Brasil, e esta o repassa para indústrias e postos de combustíveis, que, por sua vez, o revendem para taxistas e motoristas, fazendo a distribuição via gás natural comprimido. A magistrada considerou que está comprovado no processo a relação jurídica sólida entre a distribuidora e a Gasocidente, não podendo a transportadora romper o contrato sem um prazo para a cliente se adaptar à nova realidade. (Agência Brasil Energia – 12.04.2018)

Recarga de Angra 1 até julho

A INB pretende encerrar até julho o processo de recarga de Angra 1, incluindo o transporte dos elementos combustíveis para a usina, tendo como meta concluir o trabalho em 110 dias. No ano passado, a estatal levou 126 dias para realizar a recarga de Angra 2. A empresa realiza testes de desempenho de produção e faz os ajustes finais para fazer o reabastecimento. Para o coordenador de Desenvolvimento de Processos, Rodrigo Barbosa, os testes possibilitam corrigir problemas de operação e fazer possíveis melhorias. A recarga é processo de reabastecimento por meio da substituição de elementos combustíveis usados por novos. Estes elementos são estruturas metálicas, com até 5 metros de altura, formadas por um conjunto de tubos, chamados de varetas, que recebem as pastilhas de urânio enriquecido. (Agência Brasil Energia - 12.04.2018)

Recuperação da indústria mineira impulsiona lucro da estatal Gasmig

Impulsionada pela recuperação do consumo de gás natural pela indústria de Minas Gerais, a Gasmig, distribuidora de gás controlada pela Cemig, obteve forte melhora em seus resultados de 2017, e espera que a recuperação continue em 2018. O lucro líquido da companhia subiu 53% ano passado, para R\$ 149 milhões. Em entrevista ao Valor, o presidente da estatal, Pedro Magalhães, disse que a expectativa é chegar a um lucro líquido de R\$ 200 milhões neste ano. A receita líquida subiu 22,5%, para R\$ 1,4 bilhão, devido ao aumento de 12,7% no volume de gás distribuído, além do aumento médio de 7,8% nas tarifas. O faturamento bruto chegou a R\$ 1,77 bilhão, alta de 11%. Segundo Magalhães, a expectativa é chegar a um faturamento bruto de R\$ 2,2 bilhões neste ano. Além do aumento da receita, o resultado também foi beneficiado pela redução de despesas operacionais. O Ebitda subiu 40% em 2017, para R\$ 271,1 milhões. Desconsiderando o uso de gás natural fornecido para termelétricas, o volume distribuído cresceu 13% ano passado, para 957,5 milhões de metros cúbicos. A receita com distribuição de gás subiu 18%, para R\$ 1,54 bilhão. De acordo com a companhia, os resultados demonstram uma trajetória oposta no mercado mineiro de GNV em comparação com o restante do país. Segundo Magalhães, a tendência é que o aumento no consumo de gás natural se mantenha neste ano. Dados preliminares do primeiro trimestre de 2018 apontam alta de 20% no consumo, saindo de uma média diária de 2,2 milhões de metros cúbicos para 2,64 milhões de metros cúbicos. Ano passado, o número de consumidores industriais caiu, saindo de 112 para 107. (Valor Econômico - 12.04.2018)

De olho no biogás, Cegás espera por entrada de novos aterros sanitários

O presidente da Cegás, Hugo Figueirêdo, avalia que até o ano que vem outros três aterros sanitários em construção no estado podem se tornar produtores de biogás, aumentando a oferta do insumo de forma significativa, diante do fato de que o contrato da distribuidora com a Petrobras estar no limite. No Ceará, o crescimento de consumo de gás natural projetado pela distribuidora para o segmento não-térmico é da ordem de 16%. A demanda em expansão foi puxada pela entrada em operação, no ano passado, do complexo térmico de Pecém. De

acordo com Figueirêdo, se não fosse a oferta de biogás, o contrato com a Petrobras não seria suficiente para atender à demanda crescente. Os aterros estão localizados nas regiões de Sobral, Juazeiro do Norte e Limoeiro do Norte, e serão implantados em consórcios de cidades. A formação dos consórcios já vem ocorrendo há alguns anos e reúne municípios que em parceria enviam o lixo para aterros que pode dar destinação mais adequada aos resíduos, dentro da política setorial em vigor no país. A Cegás recebe o insumo diretamente na rede – a empresa realizou investimentos de R\$ 25 milhões na instalação de um gasoduto de 23 quilômetros de extensão, para escoar o produto. A Cerbras, indústria cerâmica, está recebendo o biogás para seu processo produtivo. No caso da GNR Fortaleza, Figueirêdo frisou que é o primeiro projeto de injeção de gás renovável na rede de uma distribuidora, no país, com oferta inicial de 70 mil m³/dia, elevando-se para 150 mil m³/dia no ano que vem. Os 70 mil m³/dia correspondem a 15% do mercado não-térmico da Cegás, o que dá mais importância ao empreendimento em termos de oferta. Figueirêdo afirmou que ainda está sob estudos de viabilidade a instalação de uma térmica e um terminal de GNL pela Kogas. O investimento está estimado na casa dos R\$ 800 milhões. Cegás e a coreana assinaram em setembro passado memorando de entendimentos a fim de realizar estudos de viabilidade para o terminal de regaseificação. (Agência Brasil Energia – 17.04.2018)

Eneva: Empresa conclui aquisição de ações de Pecém II

A Eneva concluiu a aquisição da totalidade da participação societária da Uniper Holding GmbH em Pecém II. O pagamento pelas ações, no valor de R\$ 50mi, foi efetivado pela companhia em 13/04. Em paralelo, informou a empresa, Pecém II realizou a liquidação antecipada de R\$ 220mi do saldo devedor atualizado de seu contrato de financiamento junto ao BNDES [R\$ 162mi ao custo de TJLP acrescido de 3,1% ao ano e R\$ 58 mi ao custo de IPCA acrescido de 10,6% ao ano]. De acordo com a Eneva, a redução do endividamento permitiu a declaração de Performance Financeira e Operacional de Pecém II pelo BNDES, e consequente liberação de todas as fianças bancárias garantidoras do financiamento. E comemora ainda que transcorridos menos de 6 meses da conclusão de oferta pública de ações, encerrada em 20/10/2017 conclui com sucesso a execução do plano de pré-pagamento de dívidas descrito no prospecto da oferta lançada à época. (Agência CanalEnergia – 17.04.2018)

Marquise Ambiental já olha novas áreas para produção de biogás

A Marquise Ambiental já está de olho nos eventuais novos projetos de produção de biogás que venham a se viabilizar no Ceará. Segundo o diretor presidente da empresa, Hugo Nery, a experiência com Fortaleza não se encerra com a inauguração da usina, que demandou R\$ 100 milhões em investimentos, e que injeta o biocombustível diretamente na rede de distribuição da Cegás. Nery contou que o estado formou, na gestão do então governador Cid Gomes, consórcios com municípios para a implantação de aterros. No total, foram formalizados 30 consórcios, cada um com algo entre 11 e 12 cidades em média. A formação de consórcios é recomendada, salienta, diante do porte de cada uma

das cidades, ou seja, união de municípios ajuda a viabilizar projetos como o de aterros sanitários. Dos consórcios formados, pelo menos três devem render novos projetos de biogás: nas regiões de Sobral, Juazeiro do Norte e Limoeiro do Norte. Segundo ele, dois dos três consórcios mostraram ser economicamente viáveis, o que desperta o interesse de se investir em iniciativas semelhantes. Ele ressaltou que Fortaleza é a quarta maior cidade do país em população e o lixo tem relação com poder econômico. Ainda não há previsão do potencial de produção dos três aterros, mas caso seja semelhante ao de Fortaleza, diante da quantidade de lixo que será produzido, o volume de investimentos é semelhante. O investimento do consórcio composto pela Ecometano e Marquise, entre outros parceiros, foi de R\$ 100 milhões, sem considerar o aporte da Cegás no gasoduto de 23 quilômetros para escoar o gás. Ou seja, numa conta rápida, se os consórcios de Sobral, Juazeiro do Norte e Limoeiro do Norte tiverem o mesmo volume diário de lixo, os investimentos serão de R\$ 300 milhões. A maior parte dos investimentos é destinada para a aquisição de equipamentos e tecnologias. Para Nery, o Brasil ainda está atrasado na gestão de resíduos sólidos e quando se trata de reciclagem de resíduos, a política deixa de ser voltada para a limpeza urbana e passa a ser uma política industrial. (Agência Brasil Energia – 17.04.2018)

Propostas pela TAG

A Petrobras recebeu ontem as propostas vinculantes dos três interessados pela TAG, segundo fontes ouvidas pelo Valor. A TAG é responsável por uma rede de gasodutos das regiões Norte e Nordeste e é o principal ativo à venda pela companhia neste momento. Os três grandes grupos no páreo por 90% da empresa são um consórcio formado por Mubadala, empresa de investimentos dos Emirados Árabes Unidos, e a EIG; outro consórcio formado pelo grupo australiano Macquarie, o fundo de pensão canadense Canada Pension Plan Investment Board, o fundo soberano de Cingapura GIC e a Itaúsa; e um terceiro liderado pela Engie, com outros investidores. (Valor Econômico – 20.04.2018)

Engie: venda de térmicas

A Engie mantém planos de vender seus ativos de geração a carvão no Brasil, mesmo com o encerramento das negociações com a britânica ContourGlobal para a venda das térmicas de Jorge Lacerda (SC) e Pampa Sul (RS), que somam 1.197 MW de potência. "Continuamos analisando oportunidade [de venda]", afirmou o presidente da Engie Brasil Energia, Eduardo Sattamini. (Valor Econômico – 20.04.2018)

Elétrica de Sergipe prevê emitir R\$3,4 bi em debêntures para complexo termelétrico

A Celse, responsável pela construção de um complexo termelétrico a gás de 1,55 GW em capacidade no Estado, prevê emitir 3,4 bilhões de reais em debêntures de infraestrutura para financiar a implementação do projeto, segundo nota da empresa nesta quinta-feira. O complexo termelétrico, que demandará aportes de 5 bilhões de reais no total, deverá estar pronto para operar comercialmente em

janeiro de 2020. A Celse tem como sócios no complexo termelétrico a Golar Power e a Ebrasil, uma companhia brasileira de investimentos em energia. A empresa disse que a operação com as debêntures terá cobertura da agência suíça de crédito à exportação, SERV (Swiss Export Risk Insurance), e o Goldman Sachs Brasil como coordenador líder da emissão. A companhia também informou que acaba de fechar um financiamento de 200 milhões de dólares com a IFC que também apoiará o desenvolvimento, construção e implantação da termelétrica. De acordo com a IFC, o empréstimo terá um prazo de 15 anos e ainda financiará a um terminal de GNL com uma unidade flutuante de regaseificação e um gasoduto de 6,5 quilômetros que serão construídos pela Celse como parte do projeto. (Reuters - 19.04.2018)

MP 814: Correção do preço do gás pode ser estendida a térmicas da Amazonas

O acordo que está sendo construído com o governo para a inclusão na MP 814 de uma emenda que prevê aumento no preço do gás das usinas do PPT no Nordeste pode ser estendido a outros três empreendimentos da Amazonas Energia, que recebem gás natural de Urucu. A inclusão dessas térmicas tem sido negociada pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), que alega defasagem entre os valores calculados pela ANP e o que a Petrobras considera que deveria estar no contrato de suprimento com as usinas. Braga, que preside a comissão mista da MP 814, participou na última quarta-feira, 18 de abril, de reunião com o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, e o deputado Julio Lopes (PP-RJ), relator da medida na comissão. A proposta de Lopes de atualização do valor dos contratos de gás para uma média de mercado beneficiaria inicialmente apenas as usinas do PPT. A ideia é de que esse custo seja pago pelos consumidores de energia elétrica, por meio do ESS. Só o custo adicional do PPT é calculado em mais de R\$ 2 bilhões. Braga justifica o repasse de mais esse custo para a tarifa lembrando que a defasagem no preço do gás natural levou ao desligamento da Termofortaleza, uma das térmicas com CVU mais baixo do Brasil. A usina deixou de receber gás da Petrobras, porque fica mais barato para a estatal pagar penalidades por descumprimento do contrato que fornecer o insumo ao preço contratado. Enquanto isso, afirma o senador, o país despacha térmicas com CVU de R\$ 900/MWh. Para o parlamentar, sem a MP, a situação da Amazonas Energia não será resolvida para que a empresa entre no pacote de privatização. (Agência Canal Energia - 19.04.2018)

Celse assina contrato de R\$ 5 bilhões para UTE Porto de Sergipe I

A Celse informou nesta quinta-feira (19/4) que assinou os contratos de financiamento de aproximadamente R\$ 5 bilhões do projeto do complexo termoelétrico Porto de Sergipe I. Os valores serão disponibilizados ao longo de 2018 e 2019. O empreendimento, localizado em Barra dos Coqueiros, representa o maior investimento privado já feito em Sergipe, segundo a Celse. Ainda de acordo com a companhia, aproximadamente R\$ 3,4 bilhões do total serão levantados por meio da emissão de debêntures simples não-conversíveis, com a cobertura da agência suíça de crédito à exportação, Swiss Export Risk Insurance (SERV), e com o Goldman Sachs Brasil como coordenador líder da emissão. O

projeto vai receber ainda o equivalente em reais a US\$ 200 milhões da IFC, organismo do grupo Banco Mundial voltado a investimentos no setor privado, e US\$ 288 milhões (R\$ 979 milhões) do IDB Invest, braço do Inter-American Development Bank para investimentos no setor privado. A empresa já recebeu todas as licenças ambientais aplicáveis para a atual fase do projeto, sendo que a última delas, da parte offshore, foi concedida pelo Ibama em 29/3. O complexo é composto pela usina termelétrica a gás natural Porto de Sergipe, linha de transmissão e as instalações offshore, que possuem unidade de armazenamento e regaseificação do GNL, o sistema de ancoragem, o gasoduto para transporte até a usina e as adutoras de captação de água e descarte de efluentes. A implantação do complexo teve início em agosto de 2016, e atualmente a fase de construção civil está em conclusão e já teve início a montagem eletromecânica. Em 2019, terá início a fase de testes e, em janeiro de 2020, a usina estará pronta para fornecer energia comercialmente. (Agência Brasil Energia - 19.04.2018)

Gas Natural Fenosa prevê investir R\$ 428 mi este ano

A companhia espanhola Gas Natural Fenosa pretende aumentar em 5% os investimentos na área de distribuição de gás no Brasil este ano. A empresa, que controla as concessionárias CEG e CEG Rio, no Rio de Janeiro, e a Gas Natural SPS, na região Sul do Estado de São Paulo, prevê investir, ao todo, R\$ 428,8 milhões em 2018, no segmento. A multinacional também anunciou a intenção de investir mais cerca de R\$ 400 milhões para desenvolver seu segundo projeto fotovoltaico no país, depois de estreitar no mercado brasileiro de energia solar, em 2016. A multinacional de origem espanhola abastece cerca de 1,085 milhão de clientes de gás natural no Rio e em São Paulo. As três concessionárias controladas pela empresa no Brasil, maior mercado de gás da companhia na América Latina, geraram receitas de R\$ 6,77 bilhões no ano passado. O lucro líquido das três distribuidoras, por sua vez, somou R\$ 470 milhões, o que representa um aumento de 17% ante 2016. O mercado mais importante da companhia é da área de concessão da CEG, na região metropolitana do Rio de Janeiro. A distribuidora concentrará a maior parte dos investimentos previstos pela Gas Natural Fenosa no Brasil este ano: R\$ 309 milhões, o equivalente a 72% dos aportes previstos pela multinacional. O orçamento representa um acréscimo de 12% ante 2017. A companhia esclareceu, contudo, que os valores ainda são provisórios, já que o processo de revisão tarifária da concessionária ainda não foi concluído. A CEG Rio, por sua vez, receberá investimentos de R\$ 76 milhões, uma queda de 22% frente ao ano passado, enquanto a Gás Natural SPS investirá R\$ 43,8 milhões este ano. (Valor Econômico - 23.04.2018)

Petrobras desiste de IPO e fará novo processo de venda da Liquigás

A Petrobras decidiu colocar a Liquigás à venda novamente, depois que a compra pela Ultragas foi reprovada pelo Cade no fim de fevereiro. A petroleira chegou a avaliar a alternativa de fazer uma IPO na bolsa, mas optou por um novo processo de venda de 100% da empresa. Desta vez, para evitar problemas com o Cade, a ideia é procurar interessados entre grupos estratégicos estrangeiros e investidores financeiros, de acordo com duas fontes. Bancos de investimento

começaram a ser avisados da decisão na semana passada. Houve uma avaliação de que uma oferta de ações teria um desconto grande em relação aos R\$ 2,8 bilhões que o grupo Ultra se dispôs a pagar. Além disso, num IPO, a Petrobras receberia apenas uma fatia do valor da distribuidora de gás GLP, uma vez que não seriam vendidas 100% das ações. Para uma terceira pessoa, a decisão do Cade, em 28 de fevereiro, sinalizou que a autoridade antitruste não aprovaria a compra por nenhuma outra empresa relevante do setor em operação no país, o que deixou poucas opções para a Petrobras no mercado local. A venda da Liquegás faz parte do plano de desinvestimento da estatal, que busca reduzir seu endividamento e colocar o foco em sua atividade principal, de exploração de petróleo em águas profundas. Por causa da reprovação pelo Cade, a Petrobras recebeu no mês passada R\$ 286 milhões da Ultragas, multa que estava prevista em contrato em caso de a venda ser barrada pelos reguladores. As empresas chegaram a propor ao Cade a venda de um pacote de ativos equivalente a 45% da Liquegás, mas não houve acordo. (Valor Econômico – 25.04.2018)

Celse obtém R\$ 5 bi no exterior para térmica

A Centrais Elétricas de Sergipe (Celse), formada pela Ebrasil e uma joint venture entre a norueguesa Golar LNG e o fundo americano Stonepeak, estuda incluir um total de 2 GW em projetos de geração termelétrica a gás natural no próximo leilão de energia nova, em 31 de agosto. Do tipo "A-6", a licitação negociará contratos de fornecimento de energia de novos empreendimentos para o início do suprimento em seis anos (2024). "O projeto está licenciado [em termos ambientais] para participação no próximo leilão, onde temos mais de 2 GW de capacidade de energia aptos a participar no leilão, localizados na mesma área, onde temos cerca de 140 hectares, o que é mais que suficiente para instalar esse projeto", afirmou o presidente da Celse, Eduardo Maranhão, ao Valor. A companhia já está construindo uma termelétrica a gás natural no mesmo local, em Sergipe. A usina, que terá capacidade instalada de 1,551 GW, já está com cerca de 60% das obras concluídas e está prevista para entrar em operação comercial em janeiro de 2020. Na última semana, a Celse assinou contratos de financiamento, de cerca de R\$ 5 bilhões, com bancos e organismos multilaterais, para a implantação da térmica, de um terminal de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) e de uma linha de transmissão de 34 quilômetros, ligando a usina até uma subestação que a conectará ao Sistema Interligado Nacional. Do total financiado, cerca de R\$ 3,4 bilhões são por meio da emissão pela Celse de debêntures simples não-conversíveis, com a cobertura da agência suíça de crédito à exportação Swiss Export Risk Insurance (Serv) e com o Goldman Sachs como coordenador líder da emissão. O empreendimento também receberá o equivalente em reais a US\$ 200 milhões da International Finance Corporation (IFC), organismo do Banco Mundial voltado a investimentos no setor privado, e US\$ 288 milhões do IDB Invest, braço do Inter-American Development Bank para investimentos no setor privado. (Valor Econômico – 02.05.2018)

Celse: quebra de paradigmas no financiamento para termelétrica

Segundo o presidente da Celse, Eduardo Maranhão, o financiamento de sua termelétrica a gás natural em Sergipe quebrou dois paradigmas no Brasil. O primeiro é implantar um empreendimento desse porte sem recursos do BNDES. O segundo é obter financiamento internacional para um projeto de geração de energia contratado em moeda nacional. "Isso mostra que o mercado de infraestrutura e de geração de energia no Brasil está maduro o suficiente para acessar o mercado de capitais internacional. E a nossa leitura é que isso será cada vez mais a tônica para projetos futuros", afirmou Maranhão. Com relação ao complexo, o terminal de regaseificação - que será o primeiro de uma empresa privada no Brasil - terá capacidade de processamento de 21 milhões de metros cúbicos diários de gás natural. Considerando que a termelétrica irá consumir menos de um terço desse volume, a Celse avalia a possibilidade de fornecer gás para o mercado. Nesse sentido, a companhia acompanha as discussões no Congresso sobre a reforma do marco regulatório do setor de gás natural, iniciadas pelo programa "Gás para Crescer", que prevê a abertura do mercado para esse insumo. "Temos participado ativamente [das discussões] através dos nossos acionistas. Estamos enxergando com muito bons olhos a abertura do mercado e a entrada de novos 'players' no setor", completou Maranhão. (Valor Econômico – 02.05.2018)

Engie segue com objetivo de venda de térmicas a carvão

O processo de venda das termelétricas a carvão da Engie continua mesmo após a desistência da Contour Global, anunciada no início do mês passado. De acordo com Maurício Bahr, presidente da Engie, ainda há outros interessados no complexo Jorge Lacerda e na UTE Pampa Sul, mas é necessário que eles deem continuidade a operação das térmicas. "Precisamos encontrar alguém que tenha capacidade de levar adiante esses projetos, que eles tenham uma vida útil. O novo comprador precisa seguir a vida dessas duas usinas", afirma Bahr, que participou do Engie Brasil Innovation Day 2018, realizado nesta segunda-feira, 2 de maio, no Rio de Janeiro (RJ). Bahr conta que Jorge Lacerda está operacional e Pampa Sul em fase final de construção, o que faz com que a preocupação com o futuro dos projetos aumente, o que inclui o seu contrato e os funcionários. A Engie do Brasil colocou as usinas à venda devido a decisão da matriz de descarbonizar seus ativos de geração. Ainda de acordo com o executivo, a Engie já conseguiu vender no mundo mais de € 15 bilhões em ativos fósseis nos últimos dois anos. (Agência CanalEnergia – 02.05.2018)

Eneva conclui aquisição do campo de Azulão

A Eneva concluiu no último dia 30/4, a aquisição do campo de Azulão (AM), de exploração de gás natural, por US\$ 56,5 milhões, o que representa mais de R\$ 150 milhões. No último dia 23/11, conforme noticiado pela Brasil Energia, o presidente da nova proprietária da concessão, Pedro Zinner, havia dito que pretendia aplicar a tecnologia reservóir-to-wire (R2W) no campo. De acordo com a empresa, esse tipo de tecnologia auxilia no barateamento da energia gerada pela térmica, justamente pela proximidade do poço de produção. No Parnaíba, onde a companhia já opera, o custo de um poço onshore está estimado em US\$

2,2 milhões. A venda faz parte do programa de desinvestimentos da Petrobras. De acordo com a petroleira, a operação foi finalizada após o pagamento por parte da Eneva e após serem cumpridos os requisitos necessários e os ajustes previstos no contrato de concessão. (Agência Brasil Energia - 02.05.2017)

Petrobras escolhe Engie para negociação exclusiva para venda da TAG, dizem fontes

A Petrobras escolheu o grupo francês Engie para entrar em negociações exclusivas para vender sua rede de gasodutos Transportadora Associada de Gás (TAG), disseram três fontes com conhecimento do assunto. Segundo as fontes, o período de exclusividade para discutir o contrato de venda será até 31 de maio. Representantes da Petrobras e da Engie não responderam de imediato a pedidos de comentário. (Reuters - 03.05.2018)

Porto do Açu aluga terreno para construir térmicas no Rio de Janeiro

A Porto do Açu, subsidiária da Prumo Logística, assinou um contrato de aluguel de uma área de aproximadamente 378 mil metros quadrados no Rio de Janeiro. O contrato foi assinado com outra subsidiária do grupo Prumo, a Gás Natural Açu. A área locada no Terminal 2 do Porto do Açu receberá, inicialmente, duas termelétricas, que totalizam 2.911 MW de capacidade instalada. Uma das usinas foi comprada da Bolognesi e a outra foi viabilizada no leilão de energia nova A-6, promovido pelo Governo Federal em dezembro de 2017. Com a assinatura do contrato de aluguel da área, o início da operação das térmicas está previsto para 2021 e 2023. O contrato de locação será por 23 anos, renováveis por mais 25 anos e prevê também o estabelecendo do direito de expansão de área em aproximadamente 426.000 m² para implantação de futuros projetos termelétricos até o limite de capacidade de geração de energia licenciada pela GNA, correspondente a 6.400MW. Segundo o comunicado divulgado ao mercado nesta quinta-feira, 3 de maio, além da área alugada, também foi acordada a utilização do molhe norte a fim de desenvolver um projeto de terminal de gaseificação de gás natural liquefeito, cuja capacidade inicial será suficiente para atender as demandas de suprimento de gás natural das usinas termelétricas que serão construídas pela GNA através de suas subsidiárias. (Agência CanalEnergia - 03.05.2018)

PSR analisa cenários para a UTE Enel Fortaleza

A análise feita pela PSR mostra que de janeiro de 2013 a dezembro de 2017, a economia para o sistema de energia elétrica alcançou R\$ 5 bilhões, cerca de R\$ 1 bilhão ao ano, quando comparado a geração efetiva da usina com de outras UTEs, que estavam fora do sistema no período. Quando o reajuste do gás é aplicado para esse mesmo período, a economia para o sistema chegaria a R\$ 636 milhões por ano, totalizando R\$ 3,2 bilhões. A Enel Fortaleza está desligada desde o fim de fevereiro, quando a liminar que obrigava a Petrobras a fornecer o combustível foi revogada. A reativação da usina faria com que usinas mais caras não fossem solicitadas pelo operador. (Agência CanalEnergia - 04.05.2018)

Cade vai votar ação da Âmbor contra Petrobras por usina Térmica de Cuiabá

O Cade deve votar, amanhã (09/05), o recurso voluntário para medida cautelar da Âmbor, empresa de energia da J&F, holding que controla a JBS, para que a Petrobras forneça gás este ano, através de um contrato e a preço de mercado para usina Térmica de Cuiabá, controlada pela Âmbor. A usina está sem contrato de fornecimento de gás desde junho de 2017, quando a Petrobras rescindiu o que estava em vigor sob a alegação de que a Âmbor infringiu a cláusula anticorrupção. Atos ilícitos foram admitidos nas delações de executivos do grupo J&F ao MPF algumas semanas após sua assinatura. A Âmbor argumentou que a J&F já celebrou acordo de leniência com o MPF, tornando-se, portanto, apta a fazer o negócio. No sorteio feito na semana passada, o processo será relatado pela conselheira Cristiane Alkmin. (Valor Econômico – 08.05.2018)

Petrobras: vendas de energia elétrica somaram 903 MW médios no mercado livre

A Petrobras registrou um lucro líquido de R\$ 7bi no 1ºtri em 2018, melhor resultado trimestral desde o início de 2013, quando a empresa havia lucrado R\$ 7,7bi. O lucro operacional foi de R\$ 17,82bi no 1ºtri de 2018, 25% superior ao do 1ºtri de 2017. A companhia apontou como principal explicação para o aumento de 56% no lucro líquido do primeiro trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano passado o aumento nas cotações internacionais do petróleo. A produção total de petróleo e gás natural no 1ºtri de 2018 foi de 2,680mi de barris de óleo equivalente por dia sendo 2,582mi boed no Brasil, 4% inferior em relação ao 1ºtri de 2017, refletindo, principalmente, as paradas programadas e o desinvestimento em Lapa. As vendas de energia elétrica da estatal do petróleo somaram 903 MW médios no mercado livre, um crescimento de 19%. Já no mercado regulado o volume recuou 9% quando comparado ao mesmo período do ano passado, chegando a 2.788 MW médios. (Agência CanalEnergia – 08.05.2018)

Compagas pretende investir R\$ 95 mi em expansão até 2022

A Compagas pretende investir cerca de R\$ 95 milhões até 2022 para ampliar em 54 quilômetros a rede de distribuição de gás natural – atingindo total de 827 quilômetros – com a meta de chegar a 57 mil consumidores no Paraná. Hoje a empresa atende 40 mil consumidores em 17 municípios do estado. A perspectiva é do novo presidente da empresa, Luiz Malucelli Neto, que assumiu o cargo na última segunda-feira (7/5). Ao assumir a presidência, Malucelli afirmou que pretende ampliar em 10% o volume de gás vendido pela empresa. A ideia, de acordo com ele, é expandir o alcance de atuação da distribuidora para o interior do estado. Além dele, também assumiram os cargos o novo diretor técnico-comercial, Theodoros Panagiotis Marcopoulos; e o novo diretor de administração e finanças, Eduardo Buschle. Malucelli assume após ser indicado pela governadora do Paraná, Cida Borghetti. (Agência Brasil Energia - 08.05.2018)

Chamada pública da TBG para Gasbol fica para o fim do ano

A chamada pública da TBG para contratação de capacidade no Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol) ficou para o fim do ano e o resultado deve ser divulgado no primeiro semestre do ano que vem. Anteriormente, a concorrência estava prevista para o primeiro semestre de 2018. De acordo com a TBG, o cronograma negociado com a ANP prevê que a consulta pública sobre o processo seja realizada entre outubro e dezembro e o lançamento do edital e o da chamada propriamente dita, no último mês de 2018. Com isso, a chamada pública acaba coincidindo com o início do vencimento do contrato de importação de gás natural com a Bolívia. Os governos brasileiro e boliviano ainda não chegaram a um acordo, mas o que se espera é que seja acertada uma renovação para até 20 milhões de m³/dia, contra os 30 milhões de m³/dia do contrato atual. A chamada pública vem sendo divulgada desde o ano passado. O diretor-superintendente da TBG, Renato de Andrade Costa, defendeu que o preço do contrato de capacidade esteja próximo à realidade atual. (Agência Brasil Energia - 08.05.2018)

Engie confirma negociação com Petrobras para compra da TAG

A Engie Brasil Energia informa que a sua controladora, a Engie Brasil Participações (EBP), foi convidada e está em negociações com a Petrobras para a compra de participação na Transportadora Associada de Gás (TAG). A empresa destacou, no entanto, que “não há, até o momento, qualquer definição efetiva sobre o assunto ou tampouco tenha sido celebrado compromisso de exclusividade, permanecendo a operação ainda em negociação e sujeita a disputas de preço com terceiros proponentes”. O comunicado, divulgado na noite desta terça-feira (8), é uma resposta à informação publicada pelo jornal “O Estado de S. Paulo” em sua edição de 5 de maio. (Valor Econômico - 08.05.2018)

Cade deve negar à Ânbar recurso contra Petrobras

A Ânbar, braço de energia da J&F do empresário Joesley Batista, não deve conseguir do Cade o aval para obrigar a Petrobras a assinar um novo contrato de fornecimento de gás para a termelétrica do grupo. O conselho julgará o caso nesta quarta-feira (9) e, até a conclusão desta edição, não havia consenso. Mais da metade dos conselheiros considerava não haver razões técnicas para atender ao pedido. A Petrobras não quer mais fornecer o gás para a Ânbar porque a empresa se envolveu em corrupção. O último contrato foi rompido pela estatal em junho de 2017 depois que o próprio Joesley Batista afirmou, em delação, ter acertado o pagamento de R\$ 500 mil para que o ex-assessor do presidente Michel Temer Rodrigo Rocha Loures resolvesse a questão no Cade. (Folha de São Paulo - 09.05.2018)

Cade extingue pedido de cautelar da Ânbar

O Cade extinguiu o processo em que a Ânbar, empresa de energia da holding J&F, tentava, por medida preventiva, obter um novo contrato de fornecimento de gás da Petrobras a preços de mercado. A decisão foi tomada em sessão realizada ontem, após a companhia, com sede no Mato Grosso, retirar o pedido

feito ao plenário do Cade. Tudo isso aconteceu ontem pela manhã, como desdobramento da decisão do superintendente geral do órgão antitruste, Alexandre Cordeiro, que surpreendeu com a publicação, após o encerramento do expediente na terça-feira, do arquivamento definitivo da cautelar por não apresentar fato novo. A decisão da Superintendência Geral (SG) levou a empresa dos irmãos Batista, dona da usina térmica de Cuiabá, a retirar a medida preventiva e aguardar, a partir de agora, o julgamento do mérito da questão. O mérito diz respeito ao fato da Petrobras estar com atitude anticoncorrencial ou não nesse caso específico. A estatal continua esperando que a empresa de energia cumpra os requisitos de compliance que atendam às suas exigências. Os dirigentes da Âmbar, por seu turno, alegam que estão cumprindo. (Valor Econômico – 10.05.2018)

Sulgás precisa de R\$ 1,8 bi em investimentos

A Sulgás precisa de investimentos de aproximadamente R\$ 1,8 bilhão nos próximos anos para conseguir cumprir seu plano de ampliar o mercado de distribuição de gás natural no Rio Grande do Sul até 2030, embora seja uma companhia superavitária. A secretária estadual de Minas e Energia, Suzana Kakuta, reafirmou que a privatização é necessária. A distribuidora está ao lado da CEEE e da Companhia Riograndense de Mineração no plebiscito que deverá ser realizado pelo governo gaúcho em outubro, sobre se a população aprova ou não a venda das três estatais. Para que seja viabilizado, o plebiscito precisa ser encaminhado à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa gaúcha e, posteriormente, ser aprovado em plenário. Outra providência necessária é a aprovação do projeto de lei 69/2018, que prevê que a autorização legislativa para plebiscito possa ser feita em até 90 dias antes das eleições. (Agência Brasil Energia – 09.05.2018)

Cresce a guerra de versões no caso Âmbar e Petrobrás

Há uma guerra de versões no caso Âmbar, Petrobras e Cade que obscurece a disputa entre a empresa de energia do grupo J&F, dono da JBS, a petroleira que foi gravemente ferida pela corrupção e o órgão antitruste, cuja função é julgar se há uma prática anticoncorrencial da Petrobras no mercado de fornecimento de gás. Os próximos passos desse caso que se arrasta, em prejuízo do abastecimento de gás no Estado do Mato Grosso e da operação de uma usina de 500 MW, deve ocorrer em 15 dias. Um dos conselheiros do Cade poderá avocar o processo e, se os demais aprovarem, ele retomará seu curso. O tribunal, porém, está dividido em torno desse assunto e são muitos os receios de alguns conselheiros. (Valor Econômico – 11.05.2018)

Comgás registra aumento de 6,3% na venda de gás no primeiro trimestre

A Comgás vendeu 11,9 milhões de m³/dia de gás natural no primeiro trimestre deste ano contra 11,2 milhões de m³/dia do mesmo período do ano passado, sem contar o consumo termelétrico. Isso representa um aumento de 6,3%. No mesmo período, a empresa registrou lucro líquido de R\$ R\$ 179 milhões contra R\$ 103,6

milhões do ano passado, o que dá um aumento de 72,8%. Entre os diferentes segmentos atendidos pela distribuidora paulista em sua área de concessão, o industrial – principal destino do gás natural em São Paulo – registrou elevação de 6% no volume vendido. No primeiro trimestre deste ano foram 860,7 mil m³ contra 812,2 mil m³. Isso reflete, informa a Comgás, a melhora na atividade econômica, principalmente nos setores químico/petroquímico, bebidas e alimentos e siderúrgico. (Agência Brasil Energia – 10.05.2018)

BR e Espírito Santo formarão nova distribuidora de gás

A BR Distribuidora e o governo do estado do Espírito Santo formarão uma empresa de distribuição de gás natural canalizado para o estado. Será de capital misto, mas com controle estadual e participação acionária, ainda não definida, da subsidiária da Petrobras. Acordo foi aprovado pelo conselho de administração da BR no último dia 7/5. A proposta ainda será submetida ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos, órgão do Tribunal de Justiça capixaba. A nova empresa precisará ser aprovada também na Assembleia Legislativa estadual, em lei específica que autorize a criação da estatal, uma vez que quem regula as atividades de distribuição de gás canalizado é o estado. O Espírito Santo conta atualmente com mais de 450 quilômetros de dutos, em 13 municípios (Anchieta, Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Itapemirim, Linhares, São Mateus, Serra, Sooretama, Viana, Vila Velha e Vitória). No total, são atendidos 50 mil usuários, nos segmentos industrial, comercial, residencial, postos e uma central térmica. (Agência Brasil Energia – 10.05.2018)

Bahiagás investirá mais de R\$ 600 mi até 2022

A Bahiagás deve investir cerca de R\$ 679 milhões nos próximos quatro anos, destinados à expansão da rede, oportunidades de negócios para novos clientes e contratação de novos fornecedores, entre outros. Só para este ano devem ser alocados R\$ 71,92 milhões. Os investimentos crescerão pouco a pouco até 2020, mas depois a serão reduzidos nos dois últimos anos do período previsto no relatório de administração da companhia. Para o ano de 2019, serão alocados R\$ 143,28 milhões; para 2020, R\$ 207,17 milhões; para 2021, serão investidos R\$ 193,56 milhões; e para 2022, R\$ 63,03 milhões. Ao longo dos próximos anos, está prevista a construção do gasoduto de distribuição decorrente do contrato firmado entre a distribuidora baiana e a Alvo Petro – que assinou esta semana contrato de suprimento de gás para a distribuidora. A empresa venderá cerca de 150 mil m³/dia de gás, em contrato firme, e mais 350 mil m³/dia, em base interruptível, do gás que virá do campo de Caburé. O gasoduto deverá receber aporte de até R\$ 24 milhões e terá uma extensão de 20 quilômetros, podendo movimentar até 500 mil m³/dia. Outro investimento previsto é de R\$ 2,8 milhões na construção de um duto de 380 metros para movimentar o gás para termelétrica da Imetame. Mais R\$ 2,8 milhões serão destinados para viabilizar um duto by-pass de 14” para o futuro atendimento a outras termelétricas. (Agência Brasil Energia – 11.05.2018)

AIEA conclui revisão operacional de Angra 1

Solicitada pela Eletrobras, a revisão da segurança operacional de longo prazo de Angra 1 foi finalizada por especialistas da Agência Internacional de Energia Atômica [AIEA]. A companhia, que possui dois reatores em funcionamento e outro em construção, prepara-se para pleitear a renovação da licença que estende a operação de Unidade 1, de 40 para 60 anos, num pedido que deve ser apresentado até outubro de 2019. A revisão do Pré-SALTO [Aspectos de Segurança da Operação a Longo Prazo] começou no dia 02/05, com uma equipe formada por 13 integrantes. Foram analisados a organização e os programas da empresa relacionados à operação segura de longo prazo [LTO], incluindo recursos humanos e gerenciamento de conhecimento usando os padrões de segurança da IAEA. De acordo com a análise, foi observado que a Eletrobras progrediu no campo do gerenciamento do envelhecimento e da preparação para uma operação segura. Os especialistas afirmaram que a gerência demonstrou o compromisso de fazer mais progressos e que o projeto LTO aborda muitos tópicos, conforme recomendado pelos padrões de segurança da Agência Internacional. (Agência CanalEnergia - 14.05.2018)

Engie confirma estar em tratativas com Petrobras sobre compra da TAG

Confirmando uma reportagem da Reuters, a presidente-executiva da Engie, Isabelle Kocher, disse em conferência com analistas que a companhia – que tem grandes investimentos no setor de energia elétrica do Brasil – quer diversificar suas atividades brasileiras e fez uma oferta pela unidade da estatal. “Aparentemente, apresentamos a melhor oferta na fase vinculante e atualmente estamos negociando os termos e condições de uma transação em potencial”, disse Isabelle. A TAG, parte importante do programa de desinvestimentos da estatal, possui cerca de 4.500 quilômetros de gasodutos no Nordeste do Brasil. A Petrobras recebeu ofertas de cerca de 8 bilhões de dólares pelo ativo, segundo fontes disseram à Reuters. Se a Engie vencer a competição, ela fará a aquisição com parceiros, disse a CEO. Fontes disseram à Reuters no início deste mês que, para cumprir as regras estabelecidas pelo TCU, a Petrobras convidará em junho os outros dois grupos que apresentaram propostas – liderados pelo australiano Macquarie e pelo Mubadala Development, dos Emirados Árabes Unidos – a oferecer novos lances, com base no contrato negociado com a Engie. (Reuters - 15.05.2018)

UTE Araucária pode ser despachada no segundo semestre, diz Copel

O diretor-presidente da Copel G&T, Sérgio Luiz Lamy, aposta que as condições do sistema elétrico no segundo semestre devem possibilitar a operação da termelétrica Araucária. Em teleconferência nesta quinta-feira, 17 de maio, o executivo confirmou que a Copel tem contrato de gás firmado com a Petrobras com vigência até 31 de dezembro de 2018. “Embora seja uma usina que opera na modalidade de merchant e que tem sem dúvida um CVU relativamente alto, há uma perspectiva bastante positiva, em função das condições energéticas que se apresentam no segundo semestre, da possibilidade de operarmos essa usina neste ano ainda”, disse. Ao sinalizar para um eventual despacho de Araucária, Lamy prevê em um cenário para o segundo semestre de altos custos de energia

no sistema elétrico. Questionado sobre a estratégia de sazonalização da Copel, respondeu: “Reservamos uma quantidade maior de energia no segundo semestre do ano porque a gente está vislumbrando uma situação bastante severa de hidrologia para este ano, resultando em nível de GSF baixo principalmente de junho a setembro, e nível de PLD alto.” (Agência CanalEnergia – 17.05.2018)

Fitch confirma rating da EDF NF com perspectiva estável

A Agência de classificação Fitch Ratings divulgou o Rating Nacional de Longo Prazo ‘AAA(bra)’ da EDF Norte Fluminense com Perspectiva Estável. Para a Fitch, o rating reflete a qualidade de crédito de sua controladora indireta, a Electricité de France S.A. O vínculo de moderado a forte compensa o maior risco de negócios e o perfil financeiro menos robusto em relação a outras empresas do setor elétrico brasileiro classificadas com o Rating Nacional de Longo Prazo ‘AAA(bra)’. A análise contempla o baixo risco do negócio de geração térmica da empresa e o seu robusto perfil financeiro em bases individuais, com histórico de forte geração operacional de caixa, estrutura de capital conservadora, manutenção de saldo elevado em caixa e expectativa de conclusão ainda este ano do único projeto em fase de construção do qual detém 51% de participação no capital. A avaliação também considera o moderado risco regulatório do setor elétrico brasileiro e o risco hidrológico atualmente acima da média histórica. A Agência considera que o vínculo com a matriz é reforçado pela gestão integrada de caixa do grupo EDF e a flexibilidade financeira concedida à subsidiária por meio da redução dos dividendos. O menor fluxo de dividendos durante 2013-2015 e em 2017 permitiu que a companhia conseguisse suportar, sem incorrer em dívidas, os desembolsos para o equity de sua participação na Sinop, usina hidrelétrica em fase final de construção. (Agência CanalEnergia – 17.05.2018)

Cade pede investigação sobre atuação da Petrobras no setor de gás natural

O plenário do Cade pediu à superintendência-geral do órgão abertura de inquérito administrativo para apurar supostas irregularidades praticadas pela Petrobras no fornecimento de gás natural a termelétricas, informou o Cade nesta quarta-feira. A ideia é investigar se a empresa tem adotado condutas que prejudicam outras companhias que atuam na geração de eletricidade a partir do gás natural, como discriminação anticompetitiva. Na prática, com a decisão, o colegiado poderá voltar a examinar a denúncia da Âmbar – empresa de energia da holding J&F com sede em Mato Grosso – contra a Petrobras. O inquérito administrativo que apurava o caso foi arquivado no início deste mês. Porém, a tramitação deverá ser bem mais demorada com o apensamento dos inquéritos. A investigação deverá englobar, portanto, o fornecimento de gás natural no setor de energia como um todo. Ou seja, poderão ser juntados ao inquérito outros procedimentos investigativos em curso no Cade envolvendo a Petrobras e o mercado de gás natural. (Reuters – 23.05.2018)

Estre inaugura usina a biogás de aterro em Tremembé

O grupo Estre Ambiental, operadora privada de 15 aterros de lixo doméstico no Brasil, inaugurou dia 15 de maio usina a biogás de resíduos sólidos urbanos em seu aterro de Tremembé, no interior paulista. Fruto de investimento de R\$ 15 milhões, a UTE Tremembé tem potência instalada de 4.278 kW e utiliza três motores GE Jenbacher de 1,426 MW cada. Para operar a usina o aproveitamento de biogás captado do aterro é de 2 mil m³/h. O local recebe lixo de toda a região, como por exemplo de Campos do Jordão. Trata-se da terceira usina da Estre em seus aterros. O planejamento da Estre é ter dez usinas a biogás de aterros nos próximos anos, investindo R\$ 260 milhões e mirando potência total entre 70 MW e 80 MW. A maior parte da energia é comercializada no mercado livre e parte no curto prazo. (Agência Brasil Energia - 23.05.2018)

Celpe abastece termoeletricas e garante energia por uma semana em 22 municípios do Pará

A Centrais Elétricas do Pará (Celpe) informou na segunda-feira (28) que conseguiu abastecer todas as usinas termoeletricas do Pará, apesar da greve dos caminhoneiros que dificulta o transporte de combustíveis pelo estado. Na última sexta-feira (25), a Concessionária informou que estava adotando um plano emergencial de atuação devido a falta de combustível e poderia iniciar um sistema de racionamento de energia em 22 municípios paraenses. De acordo com a Celpe, o abastecimento garante o funcionamento das usinas por pelo menos uma semana. Os municípios são atendidos por 22 usinas termoeletricas, que terão o fornecimento de energia garantido por sete dias. Após este período, a Concessionária avaliará a necessidade de um sistema de racionamento de energia para estes municípios. (G1 - 29.05.2018)

De acordo com fontes, Petrobras e Engie prorrogam prazo para negociação da TAG

A Engie apresentou a maior oferta entre três consórcios interessados em adquirir a TAG. A empresa francesa e a Petrobras deveriam concluir as negociações sobre o contrato de venda até quinta-feira, feriado no Brasil. Para cumprir as regras estabelecidas pelo TCU, os outros dois consórcios interessados na TAG terão permissão para oferecer novas propostas considerando o contrato de venda negociado entre a Petrobras e a Engie. A Petrobras agora ampliou o prazo para a discussão do contrato, embora não haja uma nova data firme. Os outros interessados poderão analisar o contrato da Petrobras com a Engie e fazer novas ofertas somente quando o documento estiver pronto. Os outros dois grupos que competem pela rede de gasodutos são liderados pelo Grupo Macquarie, da Austrália, e pelo fundo soberano Mubadala Development, com a EIG Global Energy Partners. As fontes disseram que os lances foram de cerca de 7 bilhões de dólares. (Reuters - 01.06.2018)

Petrobrás: Saída de Parente joga incertezas sobre venda de distribuidoras de gás

A renúncia de Pedro Parente à presidência da Petrobras, anunciada na sexta-feira (1/6) joga incertezas sobre a privatização das distribuidoras de gás natural bem como do desinvestimento da empresa no setor, como a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG). O sócio do escritório Tomanik Martiniano Sociedade de Advogados, Cid Tomanik, disse à Brasil Energia, disse que Parente tinha um perfil desestatizante, o que permitia o andamento desses processos. “A saída dele pode afetar o desinvestimento como um todo”, avaliou. Desde o ano passado, a Petrobras tenta vender a TAG, que no fim de 2017 entrou no período de entrega de propostas vinculantes. A etapa não vinculante havia sido iniciada em outubro do ano passado. A petroleira anunciou a venda da transportadora em setembro de 2017, quando deu início à chamada divulgação de oportunidade. Já com relação às distribuidoras, está em andamento também desde o ano passado a venda da MSGás (MS) e da Copergás (PE). Em 2017, foram contratadas consultorias especializadas para estudar o melhor modelo de desestatização e a expectativa do mercado é que a venda das duas companhias só se torne realidade no ano que vem. (Agência Brasil Energia – 01.06.2018)

PPSA celebra contratos de compra e venda de gás com Petrobras

A estatal Pré-Sal Petróleo SA (PPSA) informou que celebrou nesta segunda-feira dois contratos de compra e venda de gás natural junto à Petrobras (PETR4.SA), referentes aos campos de Sapinhoá e Lula, ambos no pré-sal da Bacia de Santos, segundo comunicado da companhia. Os contratos têm validade até dezembro deste ano e representam um volume diário de cerca de 230 mil metros cúbicos. A PPSA realizou diretamente a negociação, e o início da entrega depende da homologação pela ANP dos Acordos de Individualização da Produção de ambos os campos, de acordo com a empresa. (Reuters – 04.06.2018)

Cegás começa a injetar biogás na rede de distribuição

A Cegás iniciou, no último dia 4/6, a injeção de gás natural renovável (GNR) em sua rede de distribuição, proveniente do aterro sanitário de Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza (CE). Serão injetados, inicialmente, 70 mil m³/dia de biogás, mas há a perspectiva de ampliar esse volume paulatinamente até chegar ao total de 150 mil m³/dia. Para permitir a entrada do gás renovável, a distribuidora cearense investiu R\$ 22 milhões na construção de uma estação de transferência e de um gasoduto de 23 km que transporta o gás natural produzido em Caucaia para a rede. O biogás é purificado e convertido em gás natural renovável pela GNR Fortaleza. A Cegás começou a distribuir GNR no dia 22/12, inicialmente para a Cerbrás, de consumo industrial. Agora, os demais consumidores passam a receber o gás com acréscimo do gás renovável. (Agência Brasil Energia – 05.06.2018)

Itaipu e CIBiogás investem em biogás na agroindústria

Itaipu Binacional e o Centro Internacional de Energias Renováveis (CIBiogás) coordenarão um projeto sobre aplicações de biogás na agroindústria brasileira. Em um prazo de até cinco anos, o projeto receberá cerca de R\$ 25 milhões,

provenientes do Fundo Global do Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), e irá contemplar a viabilidade de implantação do biogás e do biometano nas atividades agrícolas, com foco no sul do país. Segundo o diretor-presidente do CIBiogás, Rodrigo Régis, a ideia do projeto é consolidar o biogás na agroindústria, principalmente na região Sul. Os recursos serão alocados no incentivo de políticas públicas, no aprimoramento das tecnologias e no desenvolvimento de modelos de negócio do biogás. Além disso, Régis destacou a necessidade de criar infraestrutura e políticas públicas para dispor de um ambiente confiável e atrair novos investimentos para o setor. (Agência Brasil Energia – 07.06.2018)

SCGás: Empresa investe R\$ 20 mi em expansão da rede

A SCGás investirá cerca de R\$ 20 milhões em seu projeto de desenvolvimento da rede de gás em Balneário Camboriú (SC). Com início previsto para setembro, as obras serão divididas em cinco fases. A primeira fase prevê a implementação dos quatro quilômetros de rede no setor chamado Barra Sul, com investimentos estimados em R\$ 2,4 milhões. A ligação da rede com os clientes deve começar a partir do segundo semestre de 2019. Após a conclusão de todas as etapas, a distribuidora de gás natural catarinense espera ter em sua rede 30 mil unidades consumidoras residenciais e 350 novos estabelecimentos comerciais. Neste plano, será aplicada a técnica desenvolvida pela empresa, que consiste no assentamento da rede de distribuição nas calçadas e não nas ruas, reduzindo os custos e causando menos impacto na mobilidade urbana. (Agência Brasil Energia – 11.06.2018)

FSRU de Barra dos Coqueiros recebe autorização de instalação

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) concedeu à Celse autorização para a instalação da FSRU que regaseificará o GNL para a termelétrica Porto de Sergipe I, em Barra dos Coqueiros (SE). A aprovação é pré-requisito para a emissão, por parte da ANP, de documento que autoriza a construção de gasoduto que ligará a FSRU ao complexo. O presidente da Celse, Pedro Litsek, afirmou que a unidade de regaseificação irá operar sem plataforma ou estrutura portuária. O complexo é formado pela térmica Porto de Sergipe, pela linha de transmissão e pelas instalações offshore, que contemplam uma unidade de armazenamento e regaseificação GNL e gasoduto até a usina. A configuração é de operação de uma unidade flutuante de armazenamento e regaseificação em ambiente offshore, ancorada em sistema do tipo soft yoke submarino (SSYS), fornecendo de combustível para geração elétrica, a chamada LNG to Power. Em janeiro de 2020, a usina estará pronta para fornecer energia comercialmente. Os investimentos são de R\$ 5 bilhões. (Agência Brasil Energia – 12.06.2018)

BahiaGás: Empresa inicia em agosto primeiro trecho do Gás Sudoeste

Está prevista para começar em agosto a construção do primeiro trecho do Gás Sudoeste, na Bahia. O projeto terá investimentos de R\$ 435 milhões e contempla a construção de um duto de distribuição com 306 quilômetros de extensão. O

primeiro trecho ligará os municípios de Itagibá e Jequié. A previsão é que a obra seja concluída em quatro anos. O empreendimento faz parte da estratégia da Bahiagás de levar para o interior do estado a distribuição de gás natural. Há cerca de seis anos, a companhia iniciou o fornecimento para a região sudoeste por meio de um gasoduto virtual, abastecido por carretas transportadoras de gás natural comprimido (GNC). (Agência Brasil Energia - 13.06.2018)

Enel questiona decisão da Petrobrás de revisar preços do gás para TermoFortaleza

Enel briga com a Petrobras na Justiça para continuar recebendo gás com preço subsidiado para a TermoFortaleza. A usina é um dos ativos da empresa no Ceará, onde ela também controla a distribuidora local. A empresa tem contrato com a Petrobras que prevê o suprimento até 2023 mas a estatal quer revisar o preço do combustível. A térmica foi desligada no dia 27 de fevereiro. Recentemente a Enel conseguiu derrubar uma liminar obtida pela estatal. Com a MP 814 a italiana tentava uma solução legal que permita pagar mais caro pelo gás transferindo a diferença para os consumidores, por meio de um aumento da tarifa. "Estamos buscando junto ao governo e ao legislativo uma solução para as térmicas incluídas no PPT, de forma a garantir a segurança jurídica dos contratos. Não é sustentável no longo prazo a gestão de um negócio baseada em liminares", disse Carlo Zorzoli em nota ao Valor. O executivo enfatiza ainda que é necessária medida estrutural para as térmicas "para que compromissos firmados em programas de investimento da própria União sejam mantidos, em benefício do ambiente de investimentos e dos consumidores brasileiros". A Enel calcula que quando a TermoFortaleza não gera energia isso custa R\$ 1 milhão por dia para o consumidor entre 28 de fevereiro e o final de maio. A projeção da Enel é que o custo adicional para o consumidor será de R\$ 500 milhões em 2018. (Valor Econômico - 19.06.2018)

MME: Aprovada UTE Vale Azul II como produtor independente

O MME confirmou a operação como produtor independente de energia do projeto da usina de geração termelétrica Vale Azul II, localizada em Macaé (RJ). A UTE, que também foi aprovada pelo MME como projeto prioritário e enquadrada junto ao Reidi, é de posse da Marlim Azul Energia S.A, que é controlada pela Mitsubishi Hitachi Power Systems Americas. O empreendimento terá capacidade de 466,3 MW e o período para execução das obras começa no próximo dia 30 de junho e irá até o final de 2021, demandando investimentos de R\$ 1,112 bilhão, sem contar a incidência de impostos. (Agência CanalEnergia - 21.06.2018)

UTE Porto Sergipe: Balsa totalmente brasileira vai ser utilizada para lançar dutos do sistema

Uma plataforma com 87,5 metros de comprimento, 30 de largura e 6 de profundidade. Essas são as dimensões da Locar Pipe, que além de maior é a primeira balsa lançadora de dutos em águas rasas inteiramente construída em

território brasileiro. Pronta desde 2013, a embarcação será utilizada pela primeira vez na estruturação de uma termoeletrica da Celse no Sergipe. Para a construção da embarcação foram investidos R\$ 140 milhões, considerando valores dos equipamentos, projetos, profissionais envolvidos e peças fabricadas. A operação será responsável pelo lançamento de 547 dutos ao mar, com 12 metros de comprimento, 18 polegadas, revestidos de concreto, e que farão a movimentação e condução dos fluidos produzidos no campo de petróleo e gás da termoeletrica. A saída do equipamento da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, está prevista para 10 de julho. Durante 12 dias o navio percorrerá toda a costa brasileira até chegar em Aracaju (SE). A contratação do equipamento foi feita pela Sapura Energy do Brasil, empresa terceirizada pela Celse, com vistas à construção da Usina Termoeletrica Porto de Sergipe, que integrará o Complexo de Geração de Energia Governador Marcelo Déda, tornando-se a maior do gênero na América Latina. (Agência CanalEnergia - 27.06.2018)

TBG: Chamada pública vai indicar sobre contratações de capacidade no transporte

A chamada pública da TBG será de crucial importância para o setor de gás natural. Isto porque a operação sinalizará ao mercado como se darão as contratações de capacidade no transporte, uma tendência nos próximos anos com a decisão da Petrobras de sair desse segmento e com a entrada em vigor das regras previstas no substitutivo ao Projeto de Lei 6407/13, no âmbito do programa Gás para Crescer. No entanto, a especialista em Energia, Petróleo e Gás pelo escritório de advocacia Souto Correa Advogados, Livia Amorim, aponta que ainda existem dúvidas de como se dará o acesso à malha de transporte, principalmente para termoeletricas que decidirem por contratar gás de outro ponto. A consultora disse à Brasil Energia que essa dúvida dificultará a gestão das usinas, já que ainda não se sabe como será feito o envio do gás nos casos em que o agente decide por contratar o combustível de outro gasoduto que não seja o de sua área de atendimento. "Pode ocorrer a contratação via TBG, mas como fica a entrada na malha da NTS?", questiona ela, que também é pesquisadora no Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da FGV (Ceri/FGV). Mas a forma de contratação é apenas um lado da moeda. A abertura não pode ser feita de forma indiscriminada, na avaliação da pesquisadora da FGV. Para a consultora, a abertura à infraestrutura deve ser feita com critérios, de forma que os transportadores não possam correr riscos ao oferecer sua malha para que terceiros possam executar suas operações de envio do gás. (Agência Brasil Energia - 28.06.2018)

BR Distribuidora: Iniciada divulgação de teaser de participações térmicas

A BR Distribuidora iniciou a divulgação de oportunidade de venda (teaser) de suas participações nas térmicas Pecém Energia e Energética Camaçari Muricy, de 45% e 50%, respectivamente. Conforme o comunicado, as térmicas estão localizadas no município Dias D'Ávila (BA) e em estágio pré-operacional, prestes a assinar os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica em Ambiente Regulado (CCEAR) com a Aneel. (Valor Econômico - 03.07.2018)

J. Malucelli: Empresa investirá R\$ 100 milhões em biometano

Cerca de R\$ 100 milhões serão investidos no Rio Grande do Sul, na construção de uma usina de produção de biometano no município de Montenegro. Quando iniciar sua produção, daqui a um ano, a unidade produzirá cerca de 15 mil m³/dia, mas quando estiver em operação plena, produzirá cerca de 35 mil m³/dia, que serão injetados na rede da Sulgás. A secretária de Minas e Energia do estado, Susana Kakuta, disse à Brasil Energia que o projeto é uma parceria com a J. Malucelli, empresa responsável pelos investimentos. Ao estado, caberá conceder incentivos fiscais, como diferimento na aplicação do ICMS ao biometano produzido, que deverá ser de aproximadamente 12%. O protocolo de entendimento foi assinado, nesta terça-feira (3/7), entre a empresa e o estado. Kakuta disse que a entrada do biometano se soma aos esforços gaúchos em reduzir sua dependência do gás natural enviado da Bolívia, cuja oferta que chega ao estado hoje é de 2 milhões de m³/dia. O projeto inclui ainda a construção de uma termelétrica com 2 MW de potência instalada; uma unidade de captura de CO₂, de cerca 40 toneladas por dia; e uma fábrica de biofertilizantes, que deverá produzir 4 mil toneladas/mês. (BrasilEnergia - 03.07.2018)

Celse: Obras de UTE Porto Sergipe devem terminar no fim de 2019

Os testes e comissionamento da FSRU Golar Nanook, que fará a regaseificação do GNL para a termelétrica Porto de Sergipe, estão previstos para começar no primeiro semestre de 2019. Além disso, as obras do complexo termelétrico serão concluídas no fim de 2019, com a operação comercial da usina começando em 2020. O presidente da Celse, Pedro Litsek, disse à Brasil Energia que tudo está dentro do cronograma. “As três turbinas da usina já chegaram ao Brasil e, nas próximas semanas, estão sendo monadas. A obra da termoelétrica se encontra na etapa de montagem eletromecânica, o que representa metade do cronograma de construção”, adiantou o executivo, acrescentando que todas as turbinas irão gerar cerca de 1,5 mil MW em capacidade instalada. Sobre o terminal GNL, Litsek explicou que a FSRU terá capacidade de acomodar até 170 mil m³ de gás e pode regaseificar até 21 milhões de m³/dia, sendo que a térmica deve consumir até 6 milhões de m³/dia desse gás. O excedente será enviado para o mercado local. “O mercado mundial tem se mostrado favorável para o comprador, de maneira que o Brasil poderia aproveitar esse momento para assegurar mais contratos de fornecimento de GNL de longo prazo”, sugeriu o presidente da Celse. (BrasilEnergia - 06.07.2018)

Grupo vai investir R\$ 400 milhões na construção de UTEs na Bahia

O grupo chinês Jiangsu Communication Clean Energy Technology (CCETC) deve anunciar nas próximas semanas seu primeiro investimento no Brasil, apurou o Estado com fontes a par do assunto. A empresa vai fazer um aporte de cerca de R\$ 400 milhões para construir duas termoelétricas na Bahia: Camaçari Muricy II e Pecém Energia, de 143 MW cada. O valor inclui a compra do controle das duas SPEs (Sociedades de Propósito Específico) e recursos para levantar as usinas movidas a óleo diesel. O grupo chinês terá cerca de 50% de participação

nas empresas, que tinham como sócios a Petrobrás e um fundo de investimento chamado MDC, gerido pela Pacifico Administração de Recursos. O negócio envolve a participação do fundo, mas os chineses podem comprar 100% das térmicas futuramente. Isso porque a Petrobrás, por meio da BR Distribuidora, anunciou na semana passada a intenção de vender as térmicas dentro de seu programa de desinvestimento. Procurada, a Petrobrás afirmou que não pode comentar o assunto. A Greenhill, que assessora o MDC e o banco Haitong, que está com os chineses, não se pronunciaram. A CCETC também foi procurada, mas não respondeu até o fechamento da reportagem. Embora ainda não tenha oficializado o negócio, os chineses já se encontraram com o governador da Bahia, Rui Costa (PT), para falar dos investimentos nas duas termelétricas. A empresa asiática se comprometeu com o governo baiano a contratar 70% da mão de obra local. As duas térmicas serão construídas no município de Dias D'Ávila, na região metropolitana de Salvador. (O Estado de São Paulo – 11.07.2018)

Disputa judicial entre Enel e Petrobras deixa desligada termelétrica de 326 MW no Ceará

Uma importante termelétrica no Ceará está desligada desde o final de junho em meio a uma disputa nos tribunais entre a italiana Enel e a estatal brasileira Petrobras, que fornecia o gás necessário à operação do empreendimento. A briga começou após a Petrobras exigir um reajuste nos valores do combustível, negado pelos italianos, que entendem que as condições de fornecimento à usina foram estabelecidas por um programa federal de incentivo na década passada (PPT) e não poderiam ser alteradas, informou a Enel à Reuters. “A Enel sempre atendeu às regras do PPT e entende que todas as partes precisam fazê-lo. Nós estamos honrando nossas obrigações sob o PPT no momento, mesmo que a Petrobras não esteja”, disse o diretor da Enel para o Brasil, Carlo Zorzoli, em nota. A Enel chegou a conseguir uma liminar na Justiça que obrigava a Petrobras a fornecer o gás nas condições estabelecidas pelo programa, mas recentemente a decisão foi derrubada, o que levou no mês passado ao desligamento da usina, a Termofortaleza, com cerca de 326 MW em capacidade. “Pelo PPT, a Petrobras é delegada pelo Estado brasileiro a fornecer o gás, então nós não vemos como atender ao PPT sem a Petrobras retomar o fornecimento de gás”, adicionou Zorzoli. Procurada, a Petrobras disse que não iria comentar a situação da termelétrica. A Enel disse estar “confiante” em uma solução negociada com autoridades para o caso, uma vez que a Termofortaleza possui custos menores que grande parte das usinas acionadas para atender à demanda no Brasil no momento, uma vez que chuvas fracas têm reduzido a produção de hidrelétricas e exigido maior uso de geração térmica mais cara. (Reuters – 16.07.2018)

ONS: Disputa entre Enel e Petrobrás faz com que térmicas mais caras sejam despachadas

Uma disputa nos tribunais entre a italiana Enel e a estatal brasileira Petrobras acaba impossibilitando o uso da UTE Fortaleza [326 MW]. Segundo o ONS, as usinas térmicas mais caras acionadas para atender à demanda no sistema elétrico têm custo superior a 550 reais por megawatt-hora, o diretor-geral do ONS, Luiz

Eduardo Barata, disse à Reuters que a térmica da Enel em Fortaleza é uma das mais baratas do país, com um custo de operação de cerca de 140 reais por megawatt-hora. “Seria natural a usina ser despachada, mas neste momento, como a liminar foi revogada, ela não está sendo despachada”, apontou Barata. Ele adicionou que o ONS tem se manifestado em meio ao embate judicial entre as empresas para tentar sensibilizar todas as partes envolvidas sobre a importância de uma saída que permita a retomada das operações da termelétrica. “Nós nos manifestamos sobre a importância da usina. Nem a favor da Enel, nem da Petrobras, mas pela necessidade de despacho da térmica, principalmente nesse período seco que estamos vivenciando. Não contar com a usina significa despachar uma energia muito mais cara”, explicou Barata. (Reuters - 16.07.2018)

Solução de disputa entre Enel e Petrobrás pode estar em PL das Distribuidoras

A briga entre Enel e Petrobrás está impossibilitando o uso de uma importante UTE [326 MW] no Ceará. Essa disputa começou após a Petrobras exigir um reajuste nos valores do combustível, a Enel entende que as condições de fornecimento à usina foram estabelecidas pelo PPT (Programa Prioritário de Termelétricidade) e por isso não poderiam ser alteradas. Atualmente acontece um embate na justiça quanto ao problema, contudo, as duas empresas podem ter seu conflito resolvido por um projeto de lei atualmente em tramitação no Congresso Nacional. Um projeto originalmente dedicado a reduzir passivos de distribuidoras de energia da Eletrobras que serão privatizadas recebeu de deputados uma emenda que autorizaria repassar para os consumidores, via tarifa, eventual aumento de custos no gás para empreendimentos do PPT. Se a medida for aprovada no Senado e sancionada pelo presidente Michel Temer, os custos extras de termelétricas como a de Fortaleza seriam bancados pela CDE, um fundo abastecido por encargos cobrados nas contas de luz. O atendimento nessas condições, segundo o projeto, exigiria como contrapartida a desistência pelas empresas de ações judiciais e arbitrais referentes aos contratos de gás natural. (Reuters - 16.07.2018)

Termelétrica Araguaia (MT-23MW) será desligada porque State Grid conseguiu antecipar LT

O CMSE recomendou a descontração da termelétrica Araguaia (MT-23MW), tendo em vista que a entrada em operação do sistema de transmissão LT 230 kV Paranatinga -Canarana e da Subestação Canarana 230/138 kV que solucionou o problema energético de forma estrutural da região do Baixo Araguaia, considerada de grande importância para o estado de Mato Grosso por sua produção agrícola. “Desse modo, o agente Eletronorte será informado da decisão para descontração da usina até julho de 2018”, escreveu o CMSE na ata da reunião de 6 de junho do Conselho. O documento que não é disponibilizado imediatamente após os encontros. A ata da reunião de julho ainda não está disponível. Localizada no município de Querência (MT), a UTE Araguaia, movida a óleo, entrou em operação em abril de 2016 para atender de forma temporária e excepcional a região do Baixo Araguaia, situada entre os rios Xingu e Araguaia, no nordeste mato-grossense. A operação temporária deveria durar

até 2019 ou até a entrada em operação da solução estrutural para atender às cargas do Araguaia. O desligamento da usina só foi possível porque a chinesa State Grid conseguiu antecipar em 24 meses a operação do sistema Paranatinga-Canarana, com 275 km de extensão. (Agência CanalEnergia – 16.07.2018)

Petrobras: Decresce no Brasil a produção de petróleo e gás natural no mês de junho

A Petrobras informou que, em junho, sua produção total de petróleo e gás, incluindo líquidos de gás natural (GNL), foi de 2,62 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), sendo 2,53 milhões boed produzidos no Brasil e 98 mil boed no exterior. A produção total operada da companhia (parcela própria e dos parceiros) foi de 3,30 milhões boed, sendo 3,17 milhões boed no Brasil. No país, a produção média de petróleo foi de 2,03 milhões de barris por dia (bpd), volume 1,5% inferior ao de maio, devido, principalmente, à parada para manutenção do FPSO Cidade de Paraty, localizado no campo de Lula no pré-sal da Bacia de Santos, e à cessão de 25% da participação do campo de Roncador para a Equinor, concluída em 14 de junho. Destacamos ainda que, em 22 de junho, foi iniciada a produção do FPSO Cidade de Campos dos Goytacazes, localizado no campo de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos. A produção de gás natural no Brasil, excluído o volume liquefeito, foi de 78,2 milhões de m³/d, 3,4% abaixo do mês anterior devido, principalmente, aos motivos citados acima. (Agência CanalEnergia – 17.07.2018)

Petrobrás: Produção externa de petróleo aumenta enquanto a de GNL se mantém estável

A Petrobras informou que, em junho, sua produção total de petróleo e gás, incluindo líquidos de gás natural (GNL), foi de 2,62 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), sendo 2,53 milhões boed produzidos no Brasil e 98 mil boed no exterior. No exterior, a produção de petróleo foi de 60 mil bpd, volume 2,3% acima do mês anterior, devido ao aumento de produção em campos na Nigéria. A produção de gás natural foi de 6,4 milhões de m³/d, volume em linha com o produzido em maio. (Agência CanalEnergia – 17.07.2018)

SCGás: Serão fornecidos 4,4 mil m³/dia para novos consumidores industriais

Novos consumidores industriais de gás natural na área de atuação da SCGás (Companhia de Gás de Santa Catarina), em Santa Catarina, irão consumir aproximadamente 4,4 mil m³/dia do insumo. Uma das empresas foi interligada à rede da companhia, em Jaraguá do Sul, enquanto outra, será atendida por meio de entrega de gás natural comprimido (GNC). No fim de junho, em Jaraguá do Sul, foi conectada à rede a fabricante de geradores de energia elétrica Geraflex, que utilizará o insumo para testar e desenvolver geradores tri-fuel, movidos a gasolina, etanol e gás natural. No contrato firmado com a distribuidora catarinense, a Geraflex prevê o consumo de 800 m³ de gás natural por mês. Já a empresa Molas Marchetti, que atua no setor de autopeças e tem sede no município de Rio dos Cedros, passou a consumir gás natural no início de julho.

A indústria é a terceira de Santa Catarina a ser atendida pelo modal comprimido, por meio de caminhões que transportam o insumo a partir de uma base de compressão em Indaial. Pelo contrato firmado, é esperado o consumo de 3.600 m³/dia. (Brasil Energia – 18.07.2018)

MME extingue concessões de oito UTEs da Energisa

O MME extinguiu as concessões de oito termelétricas outorgadas em favor da Energisa Mato Grosso, distribuidora de energia ligada ao grupo Energisa. Segundo Portaria nº 307, publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira, 19 de julho, a extinção não implicará em ônus ao Poder Concedente ou à Aneel. Também foi dispensada a reversão dos bens vinculados às concessões, liberando o agente a dar o melhor destino às instalações e aos bens. Foram extintas as concessões das térmicas Santa Terezinha, Gaúcha do Norte, Tapurah, Pontes e Lacerda, Porto Alegre do Norte, Apiacás, Querência e Juruena, cujas potências totalizam 21 MW. (Agência CanalEnergia – 19.07.2018)

Revisão tarifária da CEG e da CEG Rio para o período de 2018 a 2022 fica para fim de outubro

A conclusão do processo de revisão tarifária da CEG e da CEG Rio para o período 2018 a 2022 ficou para o próximo dia 29/10. A previsão anterior era concluir o processo no próximo dia 27/8. A postergação atende ao pedido da Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à UFF, consultoria contratada pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenera) para dar auxílio ao processo da revisão quinquenal. De acordo com o novo cronograma, a audiência pública sobre a revisão ficou para o dia 13/9 e a entrega do relatório final do grupo de trabalho responsável pela análise da revisão tarifária deve ocorrer até 24/9. A empresa propõe aumento de 34% e de 24% na margem da CEG e da CEG Rio, respectivamente, na quarta revisão tarifária, item que faz parte da composição da tarifa final a ser cobrada dos consumidores. A margem de distribuição corresponde a 12% da composição da tarifa, enquanto 22% são tributos e 66% refletem o custo do gás. No Brasil, esse custo, incluindo o transporte da molécula, é de US\$ 8,9 por milhão de BTU, de acordo com dados da Gás Natural Fenosa, controladora das duas distribuidoras. (Brasil Energia – 20.07.2018)

Gigantes da energia aumentam lucros com aposta em gás natural

As maiores companhias de petróleo do mundo estão produzindo mais gás natural do que nunca, ajudando a impulsionar seus lucros ao mesmo tempo em que atendem a uma crescente demanda global por combustíveis que possam mitigar emissões de gases do efeito estufa. Isso marca uma mudança frente à última década para uma indústria que antes focava principalmente o petróleo e tinha o gás na maior parte dos casos como uma segunda opção. BP (BP.L), Exxon Mobil (XOM.N), Shell (RDSA.L), Total (TOTF.PA) e Chevron (CVX.N) ampliaram em conjunto sua produção de gás natural em 15 por cento na última década graças a uma melhor tecnologia e cortes de custos, segundo dados da consultoria

Wood Mackenzie. Analistas esperam que todas elas apresentem expansão de dois dígitos no lucro do segundo trimestre nos próximos dias, segundo levantamento da Thomson Reuters. A Exxon avalia que o uso de gás natural deve crescer a um ritmo maior que qualquer outra fonte de energia até 2040, atingindo uma fatia de um quarto da demanda global nesse período. "Estou confiante de que o gás natural terá um papel central no atendimento à demanda global por energia por décadas", disse o presidente da Chevron, Mike Wirth, também durante conferência sobre gás em Washington. (Reuters - 23.07.2018)

Ministro Moreira Franco reforça que vai conversar com Petrobras sobre parada de UTEs

O ministro de Minas e energia, Moreira Franco, confirmou nesta segunda-feira, 30 de julho, que vai se reunir com o presidente da Petrobras, Ivan Monteiro para entre outros assuntos, deliberar sobre a parada para manutenção na plataforma de Mexilhão. "É um apelo em benefício da sociedade inteira, ver se é possível em vez de fazer agora, que é o momento crítico, que se faça depois", avisou o ministro, que participou de solenidade de autorização para a implantação da usina UTE GNA Porto do Açú III (RJ -1.673 MW), no Rio de Janeiro (RJ). Moreira disse ainda que o pedido não seria feito pelo fato da Petrobras ser uma empresa estatal, mas sim em função do panorama hidrológico atual, de baixas vazões. Ele vai pedir para que a parada para manutenção seja adiada por um ou dois meses para que até lá a situação hidrológica esteja melhor. O ministro descartou qualquer tipo de auxílio financeiro por parte do governo para cobrir eventuais aumento nos custos do consumidor. (Agência CanalEnergia - 30.07.2018)

Petrobras: Parada em plataforma será compensada por importação de gás

A Petrobras afirmou nesta terça (31) que planejou a importação de gás natural para compensar a queda na produção nacional com a parada na plataforma de Mexilhão, na Bacia de Santos, que preocupa o governo. A companhia diz ainda que a unidade só responde por 10% da oferta nacional. A questão foi discutida em encontro na segunda (30) entre o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, e o presidente da Petrobras, Ivan Monteiro. Antes da reunião, o ministro disse que faria um apelo à estatal para adiar a manutenção na plataforma. "Para compensar a parada em Mexilhão, o planejamento realizado pela Petrobras envolveu aumento na oferta nacional de gás natural por meio da importação de gás natural liquefeito", disse a empresa, em nota. (Folha de São Paulo - 31.07.2018)

Petrobras dará detalhes ao CMSE sobre planejamento da parada de Mexilhão

A Petrobras vai apresentar ao Conselho de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) os detalhes sobre o planejamento da parada técnica da plataforma de Mexilhão. A reunião acontecerá na próxima quarta-feira, 1º de agosto, com objetivo de esclarecer as dúvidas dos integrantes do Conselho sobre eventuais impactos no setor elétrico. A parada técnica na plataforma envolve investimentos de US\$ 300 milhões e mobiliza atualmente mais de 500 pessoas. O projeto atende

a exigências legais de segurança do Ministério do Trabalho (NR-13), além de adaptar as instalações para o escoamento da crescente produção de gás natural no pré-sal da Bacia de Santos, tendo seu planejamento iniciado em 2014. (Agência CanalEnergia – 31.07.2018)

Eletronorte vai ressarcir os cofres da União em R\$ 73,4 mi

Uma das bondades do governo de Dilma Rousseff à Bolívia, fruto de uma portaria que formalizou ações de cooperação energética entre o Brasil e o país vizinho, foi revertida na Justiça, levando a Eletronorte a ressarcir os cofres da União em R\$ 73,4 milhões. Trata-se da usina térmica Rio Madeira, em Porto Velho (RO), com potência de 90 MW, que passaria por uma reforma antes de ser doada e ter seu maquinário transportado ao território boliviano. Em 2017, dois anos depois de o governo brasileiro editar a medida provisória (MP) que criou créditos orçamentários para a recauchutagem do empreendimento, a juíza Diana Maria Wanderlei, da 5ª Vara Federal de Brasília, anulou o procedimento. Àquela altura, R\$ 60 milhões já haviam sido transferidos pelo governo à Eletronorte para este fim - o valor, corrigido, teve de ser devolvido ao erário no ano passado. O comprovante do depósito foi juntado aos autos apenas neste mês de julho. O reembolso foi resultado de ação civil pública proposta por três advogados de Brasília que questionaram a doação da usina à Bolívia, sem qualquer contrapartida, em meio a aguda crise energética no Brasil. A medida provisória editada por Dilma - e aprovada pelo Congresso Nacional - previa que o empreendimento fosse reestruturado para operar com gás natural, combustível farto na Bolívia. Para a juíza, porém, a MP continha "vícios", pois previa uma transferência milionária de verbas da União para a Eletronorte, sem licitação. (Valor Econômico – 01.08.2018)

MME: Aprovada UTE GNA Porto Açu II como produtor independente

O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, assinou nesta segunda-feira (30) a autorização para a implantação da Usina Termelétrica GNA II, a segunda que será desenvolvida no Porto do Açu, em São João da Barra, no Norte Fluminense. Segundo a Prumo Logística, empresa que desenvolve o Porto, o empreendimento contará com 1.673 MW de capacidade instalada. Desenvolvido pela GNA, parceria entre a Prumo Logística, a BP e a Siemens, a GNA II sagrou-se vencedora do leilão A-6, que aconteceu em dezembro de 2017. O início da operação comercial desta unidade está previsto para janeiro de 2023. De acordo com José Magela, presidente da Prumo Logística, “serão mais de R\$ 8 bilhões investidos até 2023 na instalação das duas termelétricas a gás natural e no terminal de regaseificação de GNL, o que significa geração de emprego e renda e desenvolvimento econômico não só para o Norte Fluminense, como para todo o Brasil”. (G1 – 31.07.2018)

ONS e Petrobrás consideram impossível mudar cronograma de Campo de Mexilhão

No que depender do ONS e da Petrobrás, a manutenção da Plataforma de produção de Gás Mexilhão não terá seu cronograma alterado, como pediu o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco. O ministro Moreira Franco havia pedido que a paralisação ocorresse em outro momento, por conta da situação crítica de muitos reservatórios de hidrelétricas do País, sem condições de serem acionadas para gerar maior volume de energia. No entanto, em documento enviado à Aneel na segunda-feira, 30, o ONS foi categórico ao declarar que “a Petrobrás informou da impossibilidade de se reprogramar ou reescalonar as atividades, devido essencialmente à necessidade de atendimento a requisitos de segurança, e à complexidade envolvida na atual parada da plataforma de Mexilhão.” No documento, ao qual o ‘Estado’ teve acesso, o ONS lembra que a Petrobrás, no dia 08 de maio, informou o operador sobre a necessidade de parada da plataforma de produção de gás Mexilhão no período de 15 de julho a 30 de agosto. Na ocasião, ONS solicitou que o início da parada não ocorresse em 15 de julho, por conta da operação especial no setor realizada durante a Final da Copa do Mundo FIFA 2018. A solicitação foi atendida pela Petrobrás, que reprogramou o início da parada para o dia 24 de julho. (O Estado de São Paulo – 01.08.2018)

Após polêmica com plataforma, governo quer Petrobras em reuniões do setor elétrico

A Petrobras iniciou na semana passada uma parada programada da plataforma de Mexilhão, na Bacia de Santos, para manutenção e realização de obras de infraestrutura para o escoamento de gás natural que será produzido nos campos do pré-sal. Ao mesmo tempo serão desligadas para manutenção sete térmicas a gás. Após a polêmica criada com a parada de uma plataforma de petróleo da Petrobras, o MME convidou a estatal a participar de todas as reuniões mensais de monitoramento do setor elétrico. Além disso, o governo quer que a empresa “comunique com antecedência futuras paradas preventivas de plataformas e gasodutos que possam trazer impactos no setor elétrico”. (O Globo – 01.08.2018)

Petrobras divulga relatório e registra venda de 888MW de energia no 1º semestre

A Petrobras apresentou um lucro líquido de R\$ 10 bilhões no segundo trimestre do ano, no mesmo período de 2017 os ganhos da estatal foram de R\$ 316 milhões. No acumulado dos seis primeiros meses a companhia reportou assim um lucro líquido de pouco mais de R\$ 17 bilhões, crescimento de 257% ante o mesmo período de 2017, o que representa o melhor resultado semestral desde 2011. As vendas de energia elétrica no primeiro semestre de 2018 somaram 888 MW médios para o ACL, crescimento de 14% ante o mesmo período de 2017. No ambiente regulado o volume ficou em 2.788 MW médios, queda de 9%. A geração de energia ficou em 2.108 MW médios, retração de 10%. Em entrevista coletiva sobre os resultados, o diretor da área, Jorge Celestino, lembrou que o PLD médio tem a tendência de alta em comparação com 2017. No trimestre as vendas no ACR somaram 873 MW médios, o volume no ACL ficou estável em 2.788 MW médios e a geração foi de 2.248 MW médios. Excluindo as vendas do ACL os demais ficaram abaixo dos volumes reportados no segundo trimestre de 2017. De

acordo com a empresa, o volume de geração de energia apresentou pequena queda em relação ao ano anterior, em virtude do maior custo de aquisição do gás na base semestral e no trimestre, houve crescimento ante o primeiro trimestre do ano em função do cenário hidrológico desfavorável que aumentou o PLD e elevou a ordem de despacho. (Agência CanalEnergia – 03.08.2018)

Petrobrás: Oferta de gás natural atinge 77 milhões de m³/dia no primeiro semestre

A oferta de gás natural pela Petrobras atingiu 77 milhões de m³/dia no primeiro semestre do ano. Do total, 51 milhões de m³/dia foram produção nacional e 26 milhões de m³/dia foram importados – 23 milhões de m³/dia provenientes da Bolívia e 3 milhões de m³/dia trazidos via gás natural liquefeito (GNL). Os dados foram divulgados pela petroleira nesta sexta-feira (3/8). No mesmo período de 2017, o volume ofertado foi de 78 milhões de m³/dia, sendo 53 milhões de m³/dia de produção nacional e 25 milhões de m³/dia importados. Da Bolívia, a Petrobras importou 22 milhões de m³/dia, enquanto vieram 3 milhões de m³/dia vieram por GNL. (Brasil Energia – 03.08.2018)

Petrobrás: Paralisação da plataforma de Mexilhão afeta abastecimento de UTEs, diz presidente

O presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, comentou na apresentação do relatório semestral da estatal, em apresentação do relatório semestral, que a paralisação da plataforma de Mexilhão, que causou o corte no fornecimento de gás natural em momento de aumento do despacho térmico de usinas atendidas pela empresa já vinha sendo planejada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico e com a própria ANP. Esse planejamento já vinha sendo feito desde 2014 e que atualmente há 900 pessoas das empresas responsáveis pela manutenção da unidade de produção mobilizadas nessa operação. (Agência CanalEnergia – 03.08.2018)

MME: Celse autorizada a importar GNL para UTE Porto De Sergipe I

O Ministério de Minas e Energia publicou nesta terça-feira, 7 de agosto, a portaria 320/2018, autorizando a Centrais Elétricas do Sergipe (Celse) a importar gás natural liquefeito. A Celse está implantando a Termelétrica Porto de Sergipe I (SE – 1.551 MW), que será suprida via GNL. De acordo com a portaria, a Celse está autorizada a importar até 6 milhões de metros cúbicos de GNL, sem definição prévia de origem. Pelos termos da Portaria 320, publicada hoje no Diário Oficial da União, a Celse deverá apresentar à ANP, em até 15 dias, os compromissos de compra e venda de GNL assinados com os potenciais fornecedores do combustível, ficando passível de ter a autorização suspensa até que os documentos sejam apresentados. Até o dia 25 de cada mês, a empresa deverá apresentar um relatório com informações detalhadas sobre as operações de transporte de GNL referentes ao mês anterior, incluindo dados como país de origem e data do carregamento do GNL, volume carregado no navio transportador e seu equivalente na forma gasosa, quantidade de energia

correspondente ao volume carregado e poder calorífico do gás natural carregado, entre outros dados. (Brasil Energia – 07.08.2018)

Comgás: Venda de gás no segundo trimestre do ano é 2,9% maior que a do primeiro

A Comgás vendeu 1,1 bilhão de m³ de gás natural no segundo trimestre de 2018. O volume foi 2,9% maior que o entregue aos consumidores no mesmo período do ano passado, quando chegou a 1,080 bilhão de m³ e não considera o consumo termelétrico. No acumulado do ano, houve aumento de 4,5% no volume de gás, passando de 2,088 bilhões de m³ para 2,1 bilhões de m³, ainda desconsiderando a venda para térmicas. Os números fazem parte do resultado financeiro do segundo trimestre da distribuidora. O desempenho é reflexo do segmento de cogeração, cujo consumo aumentou 15,2%, ao passar de 68,4 milhões de m³ para 78,8 milhões de m³, em função da entrada de novos clientes. No semestre, o consumo do segmento de cogeração cresceu 9,9%, ao sair de 136,2 milhões de m³ para 149,8 milhões de m³. O industrial, que representa a maior fatia de consumo da distribuidora, registrou crescimento de 1,9% no volume de vendas, passando de 854,2 milhões de m³ no segundo trimestre de 2017 para 869,8 milhões de m³ no mesmo período deste ano. Já o segmento comercial apresentou expansão de 4,6% no segundo trimestre, registrando 38 milhões de m³ consumidos. Somente o residencial apresentou queda de 2,2%, atingindo 69,3 milhões de m³. Essa redução pode ser explicada pela temperatura média, que foi maior no segundo trimestre deste ano em comparação com o mesmo período de 2017. (Brasil Energia – 08.08.2018)

Bahigás comprará a maior parte do volume de gás natural em chamada pública do NE

A Bahigás (BA) comprará a maior parte do volume de gás natural adquirido através a chamada pública das distribuidoras do Nordeste, que será de até 4,1 milhões de m³/dia. As empresas de sete estados da região lançaram nesta terça-feira (14/8) seus editais de aquisição do combustível. Já o menor volume a ser comprado é o da Sergás (SE), que deverá adquirir até 350 mil m³/dia. A chamada pública das distribuidoras do Nordeste foi divulgada na semana passada e será feita de forma coordenada, embora cada empresa tenha seu próprio processo de compra. Além da Bahigás e da Sergás, também participam do processo a Algás (AL), Cegás (CE), Copergás (PE), Potigás (RN) e PBGás (PB). (Brasil Energia – 14.08.2018)

Copel solicita novo CVU à Aneel para UTE Araucária

A Copel solicitou para a Aneel um novo Custo Variável Unitário para UTE Araucária, que vai lhe dar uma perspectiva de despacho ainda para o segundo semestre de 2018. A empresa mostra ainda disposição para disputar o próximo leilão A-1, em dezembro com a energia da UTE Araucária. “Estamos com expectativa forte de bidar e ter uma contratação firme para 2019 e 2020, essa é

nossa meta”, disse o presidente da Copel GT, Sergio Lamy. (Agência CanalEnergia – 16.08.2018)

Eletrobras espera definição sobre Angra 3 até final do ano

Wilson Ferreira Junior, presidente da Eletrobras, revelou que espera que até o fim do ano a usina de Angra 3, que encontra-se com as obras paralisadas, tenha uma definição, já que o grupo de trabalho no CNPE deve entregar até o fim de setembro uma posição final. Ferreira Júnior também trabalha com até o fim do ano para que a CGTEE seja incorporada pela Eletrosul. A Amazonas GT, que hoje foi desverticalizada da Amazonas Energia, deve ficar para o ano que vem. (Agência CanalEnergia – 21.08.2018)

SCGás: Foram vendidos no mês julho, uma média de 1,99 milhão de m³/dia de gás

A SCGás vendeu, em julho, média de 1,99 milhão de m³/dia, com o pico de entrega de gás natural registrado no dia 12/7, com a venda de 2,17 milhões de m³. Em termos absolutos, a distribuidora de Santa Catarina vendeu no mês 61,9 milhões de m³ de gás. A receita bruta arrecadada pela empresa, em julho, foi de R\$ 90,1 milhões e lucro líquido de R\$ 1,09 milhão, invertendo a curva de prejuízos dos últimos cinco meses. No acumulado de sete meses, a empresa acumula prejuízo de R\$ 24,9 milhões. (Brasil Energia – 24.08.2018)

Raízen: Resultados da UTE Bonfim vão definir planos da empresa para biogás

Os resultados obtidos após a implantação da UTE Bonfim (SP – 21 MW) serão determinantes para que a Raízen pense em mais térmicas a biogás obtidos por subprodutos da cana. A empresa iniciou a construção da térmica na última quinta-feira, 24 de agosto. De acordo com o vice-presidente executivo da área de Etanol, Açúcar e Energia da Raízen, João Alberto Abreu, o modelo de negócio da empresa exige que para uma segunda planta, é preciso que todas as premissas econômicas, operacionais e financeiras adotadas na primeira usina sejam comprovadas. O prazo contratual de início da operação é 2021, mas a intenção é adiantar esse prazo, para aprimorar a experiência. A UTE fica na unidade de produção Bonfim, a segunda maior da Raízen. Com 70% da energia da energia contratada, o restante da energia deverá ser vendido no mercado livre. O vice-presidente mostrou-se animado com a venda do insumo no ACL. Segundo Abreu, como estamos em um período de seca nos reservatórios, a demanda por energia aumenta. “Mas esse é um mercado que tem a sua volatilidade e aí você precisa se planejar com bastante profissionalismo e técnica para tomar a decisão correta”, observa. (Agência CanalEnergia – 24.08.2018)

Presidente da SCGás voltará a conselho de administração da Abegás

O presidente da distribuidora SCGás, Cosme Polêse, voltará a fazer parte do conselho de administração da Abegás. Ele representará as três distribuidoras do Sul no grupo, substituindo Claudemir Bragagnolo, presidente da Sulgás. Polêse

já foi membro do conselho da Abegás entre 2014 e 2017, além de ter integrado o conselho deliberativo da associação de 2011 até o início de 2013. (Brasil Energia - 24.08.2018)

IBS Energy: Construção de térmica de biomassa em SP demandará R\$ 350 milhões em investimentos

O grupo IBS Energy, especializado em comercialização e gestão de energia, vai investir na construção de uma termelétrica a biomassa de cavaco de madeira, em Lençóis Paulista, na região centro-oeste do Estado de São Paulo. Os cavacos são pequenos pedaços de madeira obtidos através da picagem de toras, sobras das serrarias, indústrias moveleiras e da madeira descartada, ou seja, que pode ser reciclada. Com 50 MW de capacidade instalada, a usina será o primeiro projeto de geração do grupo e vai demandar investimentos estimados em R\$ 350 milhões. O empreendimento está previsto para entrar em operação em meados de 2021. O grupo também desenvolveu um modelo inédito para a implantação do projeto, lançado oficialmente esta semana. O IBS Energy abriu chamada para os clientes do grupo que quiserem participar do empreendimento adquirindo alguma cota. Segundo o presidente do IBS Energy, Antonio Bento, não existe um limite mínimo ou máximo pré-estabelecido para o preenchimento das cotas. Outra etapa importante do projeto está marcada para 25 de outubro, quando será realizado um leilão de venda de energia da termelétrica para o mercado livre. Segundo Bento, a usina deverá consumir cerca de 650 mil toneladas por ano de cavaco de madeira. (Valor Econômico - 27.08.2018)

MSGás pretende se aproximar de fornecedores de gás natural bolivianos para suprir cota de chamada pública

O diretor-presidente da MSGás, Rudel Trindade, busca estreitar relações com eventuais supridores de gás natural da Bolívia, onde participa, nesta semana, do 1º Foro Internacional del Gas, Petroquímica y Combustibles Verde na cidade boliviana de Santa Cruz de La Sierra. O evento tem por objetivo avaliar o cenário mundial do setor e traçar estratégias para desafios futuros. Durante o encontro, Trindade apresentou a chamada pública que está sendo coordenada pelas distribuidoras do Centro-Sul do Brasil, que buscam comprar até 10 milhões de m³/dia de gás natural. No último dia 10/8, além da MSGás e da GasBrasiliano, as distribuidoras do Sul do país, como Sulgás (RS), SCGás (SC) e Compagas (PR), anunciaram a realização de chamada pública para diversificar o fornecimento de gás por novos supridores. (Brasil Energia - 30.08.2018)

YPFB: Bolívia tem gás suficiente para Brasil e Argentina pelos próximos 17 anos

Um dia após a Bolívia informar ter reservas de gás natural que podem chegar a 12,5 trilhões de pés cúbicos (TCF), o presidente da estatal boliviana YPFB, Oscar Barriga, buscou, nesta sexta-feira (31/8), tranquilizar o Brasil e a Argentina, os compradores de seu hidrocarboneto. De acordo com ele, o país tem “o suficiente” para abastecer os dois clientes pelos próximos 15 ou 17 anos. Atualmente, a

Bolívia produz média que varia de 55 milhões de m³/dia a 60 milhões de m³/dia, dos quais cerca de 24 milhões de m³/dia são destinados ao Brasil, enquanto até 20 milhões de m³/dia são enviados para a Argentina. Já o consumo do mercado interno boliviano gira em torno de 12 milhões de m³/dia a 14 milhões de m³/dia, com metade sendo usado para fins de geração termelétrica. Segundo o governo boliviano, o estudo realizado pela empresa canadense Sproule considera ainda uma outra categoria de mensuração das reservas, enquadrado como “possíveis”, que poderiam chegar a 14,7 TCF. Para o presidente da YPFB, os números obtidos pelo estudo dão poder de barganha aos bolivianos para negociar um novo contrato a partir de 2019, quando vence o primeiro dos quatro acordos de importação. (Brasil Energia – 31.08.2018)

TSB: Ampliada autorização para importar gás da Argentina

A Transportadora Sulbrasileira de Gás (TSB) teve sua autorização para importar gás da Argentina ampliada até o fim do ano. O prazo para compra de 1,3 milhão de m³/dia terminaria em setembro. O volume de gás será entregue no ponto de entrega do gasoduto Uruguaiana-Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e destinado para a propulsão da ferramenta de inspeção do duto. Seus acionistas são a Gaspetro, Ipiranga, Tucunaré Empreendimentos e Total Gás, cada um com 25% de participação. (Brasil Energia – 31.08.2018)

Eneva: Planejamento passa por antecipar operação de térmica para 2022

A Eneva anunciou que planeja antecipar a entrega da energia comercializada no leilão A-6 para o primeiro semestre de 2022. Como o contrato com as distribuidoras terá início em janeiro de 2024, nesse intervalo a empresa pretende vender a produção do projeto no mercado livre, aumentando a rentabilidade do investimento. A Eneva, que tem entre os acionistas o BTG Pactual, a Cambuhy Investimentos, a alemã E.ON e o Itaú Unibanco, foi uma das vencedoras no leilão realizado pela Aneel na última sexta-feira, 31 de agosto. A empresa vendeu a produção futura resultante de uma otimização na termelétrica a gás natural Parnaíba I (676 MW), no Maranhão. Conhecido como fechamento de ciclo, o projeto batizado de Parnaíba V na verdade consiste em instalar quatro caldeiras e uma turbina a vapor para aumentar a capacidade de Parnaíba I em 386 MW, sem aumento da queima de gás. O diretor de exploração e produção da Eneva, Lino Cançado, explicou que uma mudança no projeto inicial permitiu a redução no investimento para R\$ 1,25 bilhão, de R\$ 1,9 bilhão. A empresa pretende buscar financiamento para 60% das necessidades de investimento, que poderão vir de bancos de fomento como BNDES, BNB, ou de tomada de dívida no mercado de capital com a emissão de debêntures incentivadas. A empresa informou que também considera financiamento estrangeiro para 35% das necessidades, podendo fazer uso de agências multilaterais. A maior parte do capex será necessária entre os anos de 2020 e 2021. (Agência CanalEnergia – 03.09.2018)

Eneva: Mantida a produção de gás para atender projeto térmico Parnaíba V

A Eneva informou, nesta segunda-feira (3/9), que manterá sua produção de gás natural para atender a demanda que virá com o projeto térmico Parnaíba V, que vendeu 326,4 MW médios no leilão de energia A-6, realizado no último dia 31/8. Segundo a Eneva, não haverá acréscimo de consumo de gás porque Parnaíba V prevê gerar energia por meio de vapor a partir do calor produzido por Parnaíba I. Considerado o fechamento de ciclo de Parnaíba I, o projeto deve consumir 8,4 milhões de m³/dia e tem início de operação comercial previsto para o primeiro semestre de 2022. Para isso, a Eneva assinou contrato de EPC com a empresa Techint para a construção da usina. Os equipamentos críticos da ilha de potência serão fornecidos por empresa do grupo GE. Parnaíba V deverá assegurar à empresa uma receita fixa anual de R\$ 272,3 milhões, pelo prazo de 25 anos, a partir de janeiro de 2024. O investimento previsto é de R\$ 1,2 bilhão, com início das obras no segundo semestre de 2019. Com o projeto, a Eneva chegará a 2024 com uma capacidade instalada total de 2,5 GW e faturamento bruto mínimo anual de R\$ 2,5 bilhões. (Brasil Energia – 03.09.2018)

Chinesa Spic negocia aquisição de uma das térmicas que Engie pretende vender

O processo do grupo francês de energia Engie para vender suas duas térmicas a carvão no Brasil voltou a andar. O Valor apurou que a companhia chinesa de energia State Power Investment Corporation (Spic) está negociando a aquisição de uma das usinas. A Spic tem interesse, no momento, apenas na compra da térmica Pampa Sul, localizada no Rio Grande do Sul. A negociação da térmica em discussão está entre R\$ 800 milhões e R\$ 1 bilhão, conforme duas fontes. Pampa Sul ainda está em construção e tem previsão de conclusão de obra no início do ano que vem, com capacidade de 340 MW. A Engie teria investido mais de R\$ 2 bilhões no ativo, segundo um executivo, mas já não espera reaver todo o valor aplicado. A Engie também tenta vender o complexo termelétrico Jorge Lacerda, em Santa Catarina. Sem dívida, essa térmica é avaliada entre R\$ 1,3 bilhão e R\$ 1,6 bilhão e tem capacidade de 857 MW. As duas fontes não descartam uma negociação da Spic pelo "pacote fechado", mas afirmam que, no momento, o negócio é focado apenas em Pampa Sul. (Valor Econômico – 05.09.2018)

Cade: Pátria e Shell obtém aprovação para comprar fatia em projeto de térmica no RJ

O fundo de investimento em participações Pátria Infra FIP, gerido pela Pátria Infraestrutura e pela Shell Brasil, da petroleira Shell (RDSa.AS), teve aprovada sem restrições no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a compra de fatia em uma termelétrica no Rio de Janeiro, segundo despacho do órgão antitruste no Diário Oficial da União desta terça-feira. Pelo acordo, o Pátria Infra FIP vai adquirir junto à atual controladora, Mitsubishi Hitachi Power Systems Americas, uma participação na Marlim Azul Energia, que conquistou em leilão do governo no ano passado contratos para construir a termelétrica Vale Azul II, com 466 megawatts em capacidade, que será instalada em Macaé (RJ). Segundo o Cade, havia um acordo formalizado entre as empresas em maio pelo qual a Pátria Infra FIP e a Shell poderiam explorar uma joint venture para o

projeto. Os termos da transação não foram relevados pelo Cade, que informou apenas tratar-se de um negócio “sem aquisição do controle”. A técnica Vale Azul II deverá receber investimentos de cerca de 1,2 bilhão de reais, segundo informações da licitação que viabilizou o empreendimento, divulgadas pela CCEE. (Reuters – 04.09.2018)

Codesul pressiona Petrobras por negociação de gás com Bolívia

As distribuidoras de gás natural do sul do país e do Mato Grosso do Sul estão impedidas de avançar nas negociações de compra de gás direto da Bolívia por carência de informações que deveriam ser enviadas pela Petrobras. Segundo o Codesul – Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul, que reúne os estados da região Sul e o Mato Grosso do Sul -, isso ocorre porque a estatal boliviana YPFB pede informações como o volume de gás que a Petrobras trará a partir de 2020, após o término do acordo atual, em 2019. Esses dados são considerados fundamentais pelos bolivianos para dar prosseguimento às negociações. A compra direta do gás boliviano é considerada uma das principais possibilidades de suprimento para as distribuidoras da região a partir de 2020. O grupo informou que encaminhou um ofício à Petrobras na semana passada solicitando as informações necessárias. Procurada pela reportagem da Brasil Energia, a petroleira informou que não vai comentar o assunto. (Brasil Energia – 06.09.2018)

GasBrasiliano: Expansão da distribuição em Jaú (SP) prevê R\$ 15 milhões em investimentos

A GasBrasiliano deve investir cerca de R\$ 15 milhões no projeto de expansão da distribuição de gás natural para Jaú, no interior de São Paulo. O plano está previsto para o quinquênio 2019-2023 e o foco inicial da empresa é atender o consumo de gás industrial em segmentos como alimentício, papel, fertilizantes, usina de asfalto. A Cetesb, órgão ambiental do estado, já recebeu o pedido de licença ambiental prévia para a execução da obra, que agora depende de aprovação da entidade. A obra será dividida em duas etapas: a primeira deve ser iniciada com a construção de 13 quilômetros de rede local, que representa a antecipação da disponibilização de gás ao município, que será feito por meio do Gás Natural Comprimido (GNC). Com isso, o combustível estará disponível a partir de 2020. A partir de 2021, a rede local será conectada à rede da distribuidora em uma segunda etapa, por meio da expansão de 23 quilômetros a partir do município de Barra Bonita. Com a implantação do projeto, Jaú será interligada ao mesmo gasoduto que atualmente abastece municípios como Araçatuba, Araraquara, Bauru, Marília, Ribeirão Preto, São Carlos e outros municípios do noroeste do estado de São Paulo, totalizando 36 cidades. (Brasil Energia – 13.09.2018)

Petrobrás: Realizado o reajuste de 5% em GLP para uso industrial e comercial

A Petrobras elevará em 5% o preço médio do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), para uso industrial e comercial, embalado em botijões de acima de 13 kg, a partir de 20 de setembro, segundo informações publicadas no site da petroleira nesta

quarta-feira. Segundo a empresa, a política de preços para o GLP de uso industrial e comercial vendido nas refinarias às distribuidoras tem como base o preço de paridade de importação, formado pelas cotações internacionais destes produtos mais os custos que importadores teriam, como transporte e taxas, por exemplo. (Reuters – 19.09.2018)

Eneva: Investimento para campanha exploratória de gás será de R\$ 100 milhões em 2019

A Eneva vai continuar investindo cerca de R\$ 100 milhões na sua campanha de exploração de gás em 2019. Em entrevista coletiva a jornalistas nesta quarta-feira, 26 de setembro, o presidente da empresa, Pedro Zinner, disse que a declaração de comercialidade do campo de Gavião, também anunciada hoje, está dentro da estratégia da empresa para suprir o seu parque térmico. A empresa vem investindo desde 2015 de R\$ 80 a R\$ 100 milhões na campanha. Zinner prevê um despacho térmico médio entre 50% e 60% no ano que vem. Ainda de acordo com ele, a empresa ainda tem quatro poços a serem perfurados esse ano e uma agenda de perfuração ativa para o ano que vem. Segundo o executivo, a campanha de exploração também tem um outro objetivo, que é o de habilitar as oportunidades de crescimento da Eneva. (Agência CanalEnergia – 27.09.2018)

TBG: Planejamento é para que ocorram chamadas públicas anuais para Gasbol

Após realizar a primeira chamada pública de contratação de capacidade no Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol), a TBG passará a realizar novas chamadas anuais. Isso porque os contratos de capacidade passarão a ser firmados com prazo de até três anos, no máximo, segundo informou o diretor-presidente da empresa, Renato de Andrade Costa. Além da primeira chamada, cujo processo tem conclusão prevista para julho de 2019, todos os novos contratos firmados pela TBG passarão a contemplar o novo regime de entrada e saída – solução tida no setor como a mais próxima do ideal para o novo mercado concebido pelo programa Gás para Crescer. A ideia é converter os contratos aos poucos, à medida em que eles forem vencendo. “Por enquanto, vamos conviver com um regime híbrido”, disse. (Brasil Energia – 26.09.2018)

Estre: Usina a biogás de aterro de Tremembé começa a operar nesta semana

A Estre Ambiental iniciou, nesta semana, a geração de energia a partir do biogás captado de seu aterro sanitário de Tremembé, em São Paulo. A usina, segundo a empresa, é a primeira do gênero na região do Vale do Paraíba. A usina se baseia em três motores GE Jenbacher, com capacidade total de geração de 4,3 MW, suficiente para atender a uma cidade de 60 mil habitantes. A energia produzida vai para a rede elétrica da operadora local e comercializada para empresas no mercado livre. O investimento foi de R\$ 15 milhões. Além de Tremembé, a Estre opera outras usinas a biogás em seus aterros de Curitiba (PR) e Guataparã (SP). O projeto de Tremembé está sendo apresentado nesta quarta-feira (26/9) em Nova York, em evento do Pacto Global, iniciativa da ONU para fomentar a sustentabilidade em empresas. (Reuters – 26.09.2018)

Gas Natural Fenosa: Potencial de consumo de 12 milhões de m³/dia viria via mercado livre e compulsório de gás

O presidente da Gas Natural Fenosa, Bruno Armbrust, propõe a criação de um mercado livre compulsório de gás natural. Inicialmente, participariam desta modalidade, por exemplo, consumidores industriais e automotivos, segmentos que respondem por parcela expressiva da demanda de gás nacional. Segundo o executivo, esse tipo de modalidade poderia representar um potencial de consumo de 12 milhões de m³/dia. A ideia é que a oferta aos potenciais consumidores livres seja feita por meio de leilões, o que ajudaria a estimular um novo mercado, como prevê o programa Gás para Crescer. Os consumidores residenciais e comerciais continuariam a ser atendidos pelas distribuidoras, em um mercado cativo. A proposta, porém, não agrada a todos os agentes que atuam no mercado. A Abrace, por exemplo, é um deles. Na opinião de Edvaldo Santana, presidente da entidade, todos os consumidores devem ter o direito de escolher seu fornecedor de gás, sem ser obrigado a aderir a um eventual mercado livre, embora reconheça a importância desta modalidade em promover a competição. (Brasil Energia – 25.09.2018)

Prumo: Estudos conceituais sobre exportar gás do pré-sal como GNL levaram cerca de um ano para ficarem prontos

A Prumo Logística estuda, com operadoras de exploração e produção de petróleo e gás natural, a construção de uma unidade de liquefação de gás natural liquefeito (GNL) para exportação no Porto do Açú, para viabilizar a exportação do gás associado do pré-sal. De acordo com o presidente da empresa, José Magela Bernardes, essa iniciativa é um conceito que está levando em consideração diversos cenários futuros. Os estudos conceituais devem levar cerca de um ano para ficarem prontos e o projeto, até a sua entrada em operação, deve levar de sete a dez anos. A projeção é que a capacidade de exportação fique em torno de 15 milhões de m³/dia a 30 milhões de m³/dia. Magela explica que são estudados dois cenários principais: o primeiro considera a oferta maior do que a demanda, enquanto no segundo, a demanda se equipara à produção. (Brasil Energia – 25.09.2018)

Prumo: Ritmo das obras em térmicas do Porto do Açú segue constante

A Prumo Logística segue com as obras das térmicas localizadas no Porto do Açú, no Norte do Rio de Janeiro. As UTEs Gás Natural Açú I e II, que somam 3.000 MW, vão demandar investimentos de R\$ 8 bilhões até 2022. Movidas a gás GNL, o projeto compreende também um terminal de regaseificação. Em entrevista exclusiva à Agência CanalEnergia durante a Rio Oil & Gas, Guilherme Penteado, diretor de regulação da GNA, elogiou o ritmo de obras e a sinergia dos empreendimentos. “Boa parte da obra feita na UTE GNA I vai ser aproveitada e compartilhada com a UTE GNA II e as obras estão indo bem”, explica. (Agência CanalEnergia – 25.09.2018)

Eneva: Investimento para campanha exploratória de gás será de R\$ 100 milhões em 2019

A Eneva vai continuar investindo cerca de R\$ 100 milhões na sua campanha de exploração de gás em 2019. Em entrevista coletiva a jornalistas nesta quarta-feira, 26 de setembro, o presidente da empresa, Pedro Zinner, disse que a declaração de comercialidade do campo de Gavião, também anunciada hoje, está dentro da estratégia da empresa para suprir o seu parque térmico. A empresa vem investindo desde 2015 de R\$ 80 a R\$ 100 milhões na campanha. Zinner prevê um despacho térmico médio entre 50% e 60% no ano que vem. Ainda de acordo com ele, a empresa ainda tem quatro poços a serem perfurados esse ano e uma agenda de perfuração ativa para o ano que vem. Segundo o executivo, a campanha de exploração também tem um outro objetivo, que é o de habilitar as oportunidades de crescimento da Eneva. (Agência CanalEnergia – 27.09.2018)

TBG: Planejamento é para que ocorram chamadas públicas anuais para Gasbol

Após realizar a primeira chamada pública de contratação de capacidade no Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol), a TBG passará a realizar novas chamadas anuais. Isso porque os contratos de capacidade passarão a ser firmados com prazo de até três anos, no máximo, segundo informou o diretor-presidente da empresa, Renato de Andrade Costa. Além da primeira chamada, cujo processo tem conclusão prevista para julho de 2019, todos os novos contratos firmados pela TBG passarão a contemplar o novo regime de entrada e saída – solução tida no setor como a mais próxima do ideal para o novo mercado concebido pelo programa Gás para Crescer. A ideia é converter os contratos aos poucos, à medida em que eles forem vencendo. “Por enquanto, vamos conviver com um regime híbrido”, disse. (Brasil Energia – 26.09.2018)

Estre: Usina a biogás de aterro de Tremembé começa a operar nesta semana

A Estre Ambiental iniciou, nesta semana, a geração de energia a partir do biogás captado de seu aterro sanitário de Tremembé, em São Paulo. A usina, segundo a empresa, é a primeira do gênero na região do Vale do Paraíba. A usina se baseia em três motores GE Jenbacher, com capacidade total de geração de 4,3 MW, suficiente para atender a uma cidade de 60 mil habitantes. A energia produzida vai para a rede elétrica da operadora local e comercializada para empresas no mercado livre. O investimento foi de R\$ 15 milhões. Além de Tremembé, a Estre opera outras usinas a biogás em seus aterros de Curitiba (PR) e Guataporã (SP). O projeto de Tremembé está sendo apresentado nesta quarta-feira (26/9) em Nova York, em evento do Pacto Global, iniciativa da ONU para fomentar a sustentabilidade em empresas. (Reuters – 26.09.2018)

Golar Power: Terminal de GNL em SC deve receber licença ambiental até o fim do ano

O Terminal Gás Sul (TGS), de regaseificação de gás natural, deve receber licenciamento ambiental, por parte do Ibama, até o fim deste ano. A previsão foi

dada, nesta quinta-feira (27/9), pelo diretor de Desenvolvimento de Negócios da Golar Power, Edson Real. O projeto, situado em São Francisco do Sul (SC), terá capacidade de regaseificação de até 15 milhões de m³/dia e se conectará com o trecho sul do Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol). Os investimentos estão estimados em cerca de US\$ 120 milhões, ou aproximadamente R\$ 480 milhões, considerando o câmbio atual, na casa dos R\$ 4. O TGS deverá ter uma configuração semelhante ao terminal de GNL da Bahia, além de um gasoduto submarino, de cerca de 2 quilômetros, ligando a unidade de regaseificação, por meio da Baía de Barbitonga, ao município de Itapoá. De lá, seria conectado ao Gasbol. (Brasil Energia - 27.09.2018)

Gas Natural Fenosa altera a identidade e passará a se chamar “Naturgy” a partir de janeiro

O reposicionamento da marca da Gas Natural Fenosa, que passou a se chamar Naturgy na Espanha, chega ao Brasil em janeiro. A informação foi dada pelo presidente da CEG, Bruno Armbrust, que anunciou também estar deixando o cargo até o fim de outubro. Após a saída, ele passará a compor o conselho de administração da distribuidora, mas um novo nome ainda não foi definido para substituí-lo. A Gas Natural Fenosa segue a tendência das empresas de petróleo em alterar sua identidade visual com o objetivo de ficar mais aderente à nova realidade global, tais como a Statoil, que passou a se chamar Equinor. Na Espanha, país de origem da empresa, a mudança foi anunciada em julho. Com isso, a companhia pretende consolidar a empresa como uma das principais operadoras de energia no mundo, como parte da implantação do novo Plano Estratégico da companhia até 2022. (Brasil Energia - 28.09.2018)

Bahiagás: Chegada de dutos marca início de obra para construção do Gás Sudoeste

A Bahiagás deu início às obras de construção do Gás Sudoeste, com a chegada dos dutos que compõem o empreendimento ao canteiro de obras, localizado entre os municípios de Ipiaú e Barra do Rocha. A entrega do material continua até o fim de novembro, quando o gasoduto contará com os 72 quilômetros de tubulação correspondentes à primeira etapa da obra, que prevê a ligação até o município de Jequié. Os investimentos previstos nessa primeira fase são de R\$ 79,14 milhões. Na primeira semana, de 17/9 a 21/9, seis carretas se deslocaram ao local, transportando mais de 300 tubos em aço carbono com 10 polegadas de diâmetro. Após a colocação dos tubos na faixa destinada ao gasoduto, serão feitos todos os testes necessários antes de enterrar a tubulação. A construção do Gás Sudoeste faz parte da estratégia da distribuidora baiana de interiorização do gás natural na Bahia. Ele será o maior duto de distribuição do Nordeste e o segundo maior do país, com extensão prevista de 306 km, interligando os municípios de Ipiaú e Brumado. Com estimativa de execução total de quatro anos, o empreendimento tem investimento total estimado de aproximadamente R\$ 432 milhões. (Brasil Energia - 28.09.2018)

Eneva: Conselho aprova reestruturação societária e de estrutura de capital

O conselho de administração da Eneva aprovou o plano de reestruturação societária e de estrutura de capital da holding e suas subsidiárias de geração a gás e upstream. A estrutura da geradora ficará mais simples no que diz respeito ao Complexo Parnaíba, no Maranhão. Com essa alteração a empresa terá a redução do número de subsidiárias operativas, com conseqüente redução dos custos administrativos, simplificação dos contratos financeiros (financiamentos, garantias e fianças bancárias), diversificação da base de credores e redução de 48% nas amortizações de principal de dívida previstas para os anos de 2019 e 2020. A divisão de produção de gás natural, a PGN, será incorporada pela controladora e deixará de ser uma subsidiária. Além disso serão eliminadas a Parnaíba III e IV que farão parte da Parnaíba II. As subsidiárias Itaqui, Pecém II e outras SPEs não serão afetadas. Nessa reestruturação ainda está previsto o pagamento antecipado do saldo remanescente da dívida relativa às 2ª e 6ª emissões de debêntures simples da PGN, no montante de, aproximadamente, R\$ 589 milhões. (Agência CanalEnergia - 01.10.2018)

Eneva: Parnaíba I e II tem autorizadas as emissões de debêntures simples

A Eneva teve a autorização para emitir até R\$ 695 milhões em debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, pela Parnaíba II, com custo de CDI + 2,5% ao ano e vencimento em 2025. Esses papéis têm pagamento de juros semestral, carência de principal de 18 meses e serão amortizadas em 12 parcelas semestrais consecutivas. A emissão tem garantia firme integral de colocação pelo coordenador líder, Banco Bradesco BBI. Esses recursos captados serão parcialmente destinados ao refinanciamento de dívidas de Parnaíba II, no valor de cerca de R\$ 380 milhões, cujo vencimento era previsto para 03 de janeiro de 2019. Já a Parnaíba I foi autorizada a emitir até R\$ 866 milhões em debêntures simples, não conversíveis em ações, com série incentivada e série não-incentivada, para distribuição com esforços restritos de colocação. A série incentivada totaliza até R\$ 315 milhões, com custo estimado de NTN-B + 2,5 % ao ano e vencimento em 2025. A série não-incentivada totaliza até R\$ 551 milhões, com custo de CDI + 2,5% ao ano e vencimento em 2025. Ambas as séries têm pagamento de juros semestral, carência de principal de 12 meses e serão amortizadas em 13 parcelas semestrais consecutivas. A emissão tem garantia firme integral de colocação pelos coordenadores da oferta, Banco Santander (Brasil), BB - Banco de Investimento e Citibank. Os recursos relativos a essas debêntures serão parcialmente utilizados para a liquidação antecipada do saldo remanescente da dívida de Parnaíba I junto ao BNDES, no valor de, aproximadamente, R\$ 515 milhões. (Agência CanalEnergia - 01.10.2018)

Comerc Energia: Levantamento aponta aumento de 10,4% no preço do gás doméstico

O preço do gás natural doméstico, na modalidade nova política renegociada - praticado no city gate - registrou em agosto um aumento de 10,4%, chegando a US\$ 8,57 por milhão de BTU, frente a US\$ 6,84/milhão de BTU do mês anterior. Esse valor está mais alto do que o preço do combustível na modalidade nova

política, que chegou a US\$ 7,41/milhão de BTU. Por outro lado, o gás importado não apresentou alteração. Os dados foram divulgados pela Comerc nesta quinta-feira (4/10). (Brasil Energia – 05.10.2018)

MME extingue concessão de térmica da Chesf na Bahia

O MME extinguiu a concessão da termelétrica Camaçari (360 MW), localizada no município de Dias D'Ávila, na Bahia, outorgada à Chesf. Segundo a Portaria nº 420 publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira, 5 de outubro, foi dispensada a reversão dos bens vinculados à concessão. “A extinção de que trata esta portaria não implicará ônus de qualquer natureza ao Poder Concedente ou à Aneel”, diz o documento. A UTE Camaçari foi construída entre 1977 e 1979, quando iniciou sua operação com 292,5 MW de potência. A usina opera com dois tipos de combustível: gás natural e óleo. (Agência CanalEnergia – 05.10.2018)

Programa de consumo incentivado da Copergás entra em vigor

A Copergás iniciou no último dia 1º/1 seu programa voltado para o consumo incentivado de gás natural, voltado a clientes industriais, que representam a maior fatia do insumo que é vendido em Pernambuco. As tarifas incentivadas terão redução de até 17,62%, dependendo da faixa de consumo. Estão incluídas 12 faixas de uso, sendo a primeira para clientes que consomem até 1 mil m³/dia. Estes têm uma redução maior no preço: pagarão pela molécula R\$ 1,0626 por m³ contra R\$ 1,2899/m³ do que seria praticado regularmente. Clientes maiores, com volume superior a 225 mil m³/dia, terão uma redução de 7,85% no preço, pagando algo em torno de R\$ 0,9871/m³, contra 1,0712/m³ que seria aplicado em situações normais. Podem participar do programa, todos os clientes Industriais que atenderem as regras do programa e estiverem adimplentes com a companhia. O segmento industrial consome atualmente 1,1 milhão de m³/dia de gás, que equivale a 84% do mercado estadual, não destinado à energia elétrica e reúne 92 empreendimentos dos setores químico, petroquímico, cerâmico, metalúrgico, de vidros e de alimentos. (Brasil Energia – 05.10.2018)

GasBrasiliiano: Contrato com novo supridor deve ser assinado no fim de 2019

A GasBrasiliiano espera assinar o contrato de compra de gás natural com um novo supridor no fim de 2019. A empresa participa da chamada pública coordenada por distribuidoras do Centro-Sul para comprar cerca de 10 milhões de m³/dia de gás. Após o recebimento das propostas, a expectativa da companhia é chegar uma convergência das negociações em julho para concluir o processo de assinatura do contrato até o fim do ano que vem. No caso da GasBrasiliiano, o atual contrato de fornecimento com a Petrobras vence em 2021, o que permite à empresa prazo razoável para concluir a negociação de compra de gás natural. Isso significa que caso não haja consenso com o supridor vencedor da chamada pública ao longo do próximo ano, é possível realizar uma nova rodada de negociações em 2020, segundo explicou o diretor-presidente da companhia, Walter Fernando Piazza Júnior, à Brasil Energia. (Brasil Energia – 08.10.2018)

Petrobras trabalha com governo para destravar venda de ativos da TAG

A Petrobras e o governo tentam destravar a venda de ativos da estatal, principalmente a Transportadora Associada de Gás (TAG), ainda neste ano, apurou o Valor com fontes com conhecimento do caso. A ideia é utilizar um dispositivo da Lei 9.478 de 1997, a Lei do Petróleo, para retomar a negociação mesmo sem uma decisão sobre uma liminar do STF que suspendeu venda de estatais sem aval do legislativo. O governo deve pedir à AGU um parecer que ateste que o artigo 64 da Lei do Petróleo já cria a autorização para venda de subsidiárias. (Valor Econômico – 10.10.2018)

Bloomberg: Engie e fundo de investimento canadense miram aquisição da TAG da Petrobrás

A francesa Engie e o fundo canadense Caisse de Depot et Placement du Quebec planejam oferecer até US\$ 9 bilhões (R\$ 34 bilhões) para a Transportadora Associada de Gás (TAG) da Petrobras, segundo a Bloomberg. O valor representa cerca de US\$ 1 bilhão a mais do que a oferta inicial. A Engie, cuja oferta inicial era a mais alta (de US\$ 8 bilhões incluindo dívida), pretende aumentar o valor para garantir a aquisição, no momento que o crédito barato está ajudando nos financiamentos para aquisições. (Valor Econômico – 15.10.2018)

Petrobras espera retomar processo de venda da TAG no próximo mês

A Petrobras espera retomar o processo de venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) no próximo mês, se cassar uma liminar no STF com o suporte da AGU, disse uma pessoa com conhecimento do assunto. A estatal informou anteriormente que estava em negociações exclusivas com a francesa Engie para a venda da TAG, uma rede de gasodutos no Nordeste. Mas o processo foi suspenso em julho após decisão do ministro do STF Ricardo Lewandowski, que exigiu que as vendas de ativos por empresas estatais sejam aprovadas pelo Congresso. (Reuters – 15.10.2018)

ANP: Eneva autorizada para participar como comercializadora de gás natural

A Eneva recebeu, nesta segunda-feira (15/10), autorização da ANP para atuar como comercializadora de gás natural. Essa passa a ser mais uma atividade da empresa, além da exploração e produção, e não inclui as atividades de distribuição de gás natural comprimido (GNC) e de gás natural liquefeito (GNL). Para isso, a companhia terá de adequar sua nova atividade às regras previstas na resolução publicada pela ANP sobre o tema em 2011. Pelas regras, a Eneva poderá fechar contratos de venda de gás, informando dados como a modalidade de prestação de serviço, os volumes a serem vendidos e o preço, que será composto pela parcela referente à molécula e a parcela aplicada ao transporte do gás. Os contratos deverão ser registrados na autarquia em até 30 dias após sua assinatura. (Brasil Energia – 15.10.2018)

IBS Energy: Leilão de venda de cotas de participação em termelétrica será realizado dia 25/10

O Grupo IBS Energy realiza, no próximo dia 25/10, um leilão de cotas de participação na termelétrica a biomassa Lençóis Paulistas, prevista para entrar em operação a partir de 2021. A ideia é assegurar a obtenção de energia a preços competitivos e estáveis no longo prazo, com contrato de opção de compra flexível às empresas consumidoras e participantes do mercado livre. Com capacidade de geração de 50 MW médios, a usina deve consumir o equivalente a 650 mil toneladas de biomassa por ano. O ponto de entrega da energia terá como centro de gravidade o mercado consumidor do submercado Sudeste/Centro-Oeste. (Brasil Energia – 16.10.2018)

SCGás: Vendidos cerca de 59,6 milhões de m³ de gás em setembro

O consumo de gás natural fornecido pela SCGás alcançou 59,6 milhões de m³ em setembro, representando uma média diária de 1,98 milhão de m³/dia. O pico de consumo foi registrado no dia 14/9, quando foram consumidos 2,1 milhões de m³/dia. Porém, esse volume de vendas não tem sido suficiente para a empresa deixar de registrar prejuízos. A receita bruta arrecadada chegou a R\$ 88 milhões, mas houve prejuízo operacional de R\$ 1,95 milhão. Por conta desse resultado, a concessionária catarinense chega a um prejuízo acumulado de R\$ 31,3 milhões em 2018. Para o próximo resultado financeiro, já é esperado impactos no balanço da SCGás com o reajuste extraordinário, de em média de 11,64%, em vigor desde outubro deste ano. O segmento industrial, principal destino do gás no estado, registrou aumento de 11,63%; o comercial, de 7,48%; o residencial, elevação de 5,83%; e o automotivo, 12,09%. (Brasil Energia – 25.10.2018)

Algás: Aberta oferta pública de gás a curto prazo para consumidores industriais

A Algás, distribuidora de gás natural de Alagoas, iniciou, nesta quinta-feira (25/10), uma oferta pública de gás natural a curto prazo para atender consumidores industriais. Será oferecido um volume total de 26 mil m³/dia, com tarifa de R\$ 1,32 por m³, sem considerar os impostos. O suprimento será feito durante o mês de novembro, de acordo com o edital. A ideia é ofertar volume adicional para as empresas que necessitarem de mais combustível. O prazo para início de fornecimento é 1/11. Serão habilitados para a compra consumidores que tenham contrato já firmado com a Algás, na modalidade firme inflexível, e que estejam adimplentes com as obrigações contratuais. Os habilitados devem enviar, até o dia 29/10, a proposta de compra de volumes adicionais a curto prazo. A minuta do contrato apresenta algumas características como take-or-pay de 90%; retirada do volume solicitado somente quando superar o volume de referência definido para cada cliente, sendo o volume de referência de 105% da quantidade diária definida, na modalidade firme inflexível, entre outros aspectos. (Brasil Energia – 26.10.2018)

Algás: Oferta pública apresenta apenas uma empresa habilitada

Apenas uma empresa foi habilitada com proposta de compra de gás natural a curto prazo na oferta pública lançada pela Algás. Trata-se da Portobello, empresa de produção de pisos e azulejos. Agora, a proposta está em fase de avaliação pela distribuidora e, se houver o aceite integral ou parcial, o contrato será assinado na próxima quarta-feira (31/10), com início do suprimento já no dia seguinte. Nesta oferta pública, a distribuidora alagoana colocou à venda 26 mil m³/dia para consumidores industriais interessados em comprar volume adicional ao que já recebe de gás. Os volumes adicionais serão ofertados durante o mês de novembro. (Brasil Energia - 30.10.2018)

Raízen: Operação de compra de Boa Vista Energia abre risco para concentração de mercado

A Petróleo Sabbá, empresa do grupo Raízen com atuação no Norte do país desde 1971, entrou com um pedido de parte interessada no processo de avaliação de ato de concentração de mercado envolvendo a operação de compra da distribuidora de energia elétrica Boa Vista Energia pelo Consórcio Oliveira Energia-Atem, composto pelas empresas Oliveira Energia Geração e Serviços Ltda. e Atem's Distribuidora de Petróleo. A Petróleo Sabbá apresentou o pedido de parte interessada direto à presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), alegando interesse na decisão. A empresa atua na revenda de combustíveis, sendo com isso, concorrente da Atem's. Como a região é dependente de geração termelétrica movidas a óleo diesel, sendo um mercado mais restrito, o CADE entendeu que "eventual exercício de poder de mercado em qualquer uma de suas diferentes formas tende a ser facilitado, prejudicando os players e o próprio mercado". (Agência CanalEnergia - 01.11.2018)

Engie congela venda da UTE Pampa Sul

A Engie Brasil Energia, geradora do grupo Engie, decidiu congelar a venda da UTE Pampa Sul até terminar a obra. Com isso, a empresa acredita que essa negociação que não prosperou no decorrer de 2018 possa ser realizada em 2019 ou, na mais conservadora das possibilidades, em 2020. A meta da empresa é poder entregar a usina ao comprador do ativo sem o risco de construção associado a todo projeto enquanto em obras. Ele lembrou que já houve interessados no ativo. E que a decisão atual foi para não haver a divisão de riscos de construção. (Agência CanalEnergia - 01.11.2018)

Chesf: Aberta chamada pública para UTE Camaçari

A Chesf iniciou o cadastro de empresas interessadas em firmar parceria para viabilização de negócio em sociedade, utilizando os ativos remanescentes da extinta concessão da Usina Térmica de Camaçari. Podem participar da Chamada Pública Empresas Empreendedoras, detentoras de projetos de geração, com ou sem contratos de venda firmados no ACR ou ACL, e Empresas Investidoras, Instituições Financeiras e Fundo de Investimento em Participações (FIP), isoladamente ou reunidos em consórcio. De acordo com a companhia, os formulários de cadastramento deverão ser enviados para o e-mail chamada-cmd-

2018@chesf.gov.br, no período de 05/11/2018 a 05/12/2018. (Agência CanalEnergia - 05.11.2018)

Comgás: Terceiro trimestre registra crescimento de 8,5% nas vendas

A Comgás vendeu, no terceiro trimestre deste ano, volume de 1,209 bilhão de m³ de gás natural, desconsiderando o segmento termelétrico. Isso significa um aumento de 8,5% com relação ao mesmo período do ano passado, quando atingiu 1,114 bilhão de m³. Incluindo a venda para térmicas, o volume chega a 1,879 bilhão de m³, contra 1,768 bilhão de m³ do terceiro trimestre do ano passado, uma elevação de 6,3%. Apesar disso, o lucro líquido da distribuidora de gás natural de São Paulo decresceu 9,8% no terceiro trimestre, ao sair de R\$ 207,9 milhões para R\$ 181,4 milhões. O consumo industrial teve crescimento de 7,2% em frente ao terceiro trimestre de 2017, ao sair de 876,5 milhões de m³ para 939,6 milhões de m³, suportado por negociações comerciais para incremento de volume e pela retomada, ainda que moderada, da produção industrial, principalmente nos setores químico/petroquímico e de papel e celulose. (Brasil Energia - 07.11.2018)

Empresas estudam construção de termelétrica a GNL em Santa Catarina (RS)

As empresas Porto Brasil Sul, RBE Comercializadora de Energia e Ponte Nova Energia Serviços (PNES), assinaram um memorando de entendimento para estudar a construção de termelétrica em Santa Catarina que seria associada a um terminal de regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL). Detalhes do projeto ainda não foram divulgados, mas a instalação deve ocorrer na região Norte do estado, de forma a atender o consumo industrial local. O presidente da PNES, Paulo Monteiro, adiantou que este empreendimento não ficará em São Francisco do Sul, onde já existe um terminal de GNL em processo de licenciamento, pertencente à Golar Power. (Brasil Energia - 07.11.2018)

Comgás e Petrobras encerram disputa judicial de R\$ 1 bi

A Comgás e a Petrobras encerraram uma disputa judicial que envolvia um montante de R\$ 1 bilhão relativos às práticas comerciais na venda de gás natural. Com o encerramento amigável das ações, a Comgás devolverá à Petrobras o valor que vinha sendo retido e provisionado pela distribuidora desde 2014. Em contrapartida, os dois contratos existentes, com término previsto para junho e dezembro de 2019, foram estendidos até dezembro de 2021. A disputa judicial entre as empresas se arrastou durante toda esta década. Com esse assunto resolvido, as duas empresas renovaram os contratos de fornecimento para até 2021 e sentam, agora, para negociar novos termos de compromisso que estendem o suprimento à distribuidora para o período entre 2022 e 2027. A empresa paulista informou que o tema ainda será encaminhado para análise pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arseps). Há ainda uma outra disputa judicial, também encerrada, mas que não envolvia questões relacionadas ao custo do gás, no qual a empresa paulista será indenizada em até R\$ 800 milhões. A Comgás não informou quais assunto estavam envolvidos nessa disputa. (Brasil Energia - 16.11.2018)

Chesf pretende reativar operação de UTE Camaçari

A Chesf espera reativar a operação da termelétrica Camaçari. Para isso, a estatal abriu chamada pública para formar parcerias para utilização da infraestrutura e dos ativos remanescentes da termelétrica, cuja concessão foi extinta pela Aneel no último dia 5/10. O prazo para envio das propostas termina no dia 5/12. A ideia é viabilizar a retomada da geração de energia da usina de forma competitiva, podendo vender a energia produzida no mercado regulado ou no mercado livre. Pelas regras, a Chesf deverá deter até 49% de participação nas parcerias, que deverão ser novas Sociedades de Propósito Específico (SPEs) ou oferta de participação em SPEs já existentes. A termelétrica foi concluída em 1977 e sua operação comercial teve início em 1979. A partir de 2002, a usina passou por um trabalho de repotenciação, na qual foi adaptada para operar tanto a gás natural quanto a óleo combustível e operou até julho de 2016. (Brasil Energia – 19.11.2018)

Sulgás reajusta GNL em 8,95% e afeta geração termoelétrica local

O gás natural está 8,95% mais caro no Rio Grande do Sul, estado atendido pela Sulgás. Esse percentual atinge todos os segmentos de consumo, como industrial, residencial, comercial automotivo, cogeração e energia elétrica. De acordo com a companhia, o aumento, que entrou em vigor no último dia 16/11, recompõe parcialmente o custo de aquisição do gás natural, que apresenta elevação de 33,2% neste ano em relação ao ano passado. Uma parte desse aumento se deve à trajetória de alta nas cotações no mercado internacional, que compõe o preço de compra do gás. A outra parte diz respeito à desvalorização cambial, já que o gás consumido no estado é importado. Apesar de o reajuste não cobrir a integralidade do custo de aquisição do gás natural, a Sulgás garantiu que a capacidade de investimento da distribuidora está sendo preservada. (Brasil Energia – 19.11.2018)

Bolt Energias é multada em R\$ 5 mi e fica proibida de participar de leilões por desistir de térmica

Após desistir da construção de uma termelétrica na Bahia, a Campo Grande Bioeletriciade, da Bolt Energias, foi multada em R\$ 4,96 milhões, bem como ficará, por um ano, impedida de contratar e participar de licitações promovidas pela Aneel. A Bolt Energias foi vencedora do leilão A-5 de 2013, mas não conseguiu viabilizar a construção de uma usina de 150 MW. O empreendimento utilizaria o cavaco de eucalipto como combustível para gerar energia e sua operação estava programada para janeiro de 2018. A multa aplicada pela Aneel representa 1% do valor do total do investimento previsto no projeto, na época do leilão estimado em R\$ 650 milhões. (Agência CanalEnergia – 14.11.2018)

Copel pretende recuperar perdas com térmica

A Copel deve realizar uma série de providências para recompor as perdas com a Usina Elétrica a Gás Araucária (UEGA), que foi alvo de investigação da empresa

durante nove meses. A iniciativa foi aprovada durante reunião do conselho de administração da companhia, realizada no último dia 7/11. O conselho também aprovou o acompanhamento mensal do andamento das investigações, a apuração das responsabilidades e a entrada de ações cabíveis na Justiça contra os responsáveis. Os dados estão na ata da reunião do conselho divulgada nesta terça-feira, 20 de novembro. Em julho deste ano, a companhia elétrica paranaense foi obrigada a rever seu balanço financeiro após descobrir um investimento realizado pela UEGA em um empreendimento imobiliário em Osasco (SP). A operação envolveu o então diretor financeiro, Erlon Tomasi, que teria destinado cerca de R\$ 160 milhões, por meio da subsidiária, para um fundo multimercado. Na ocasião, a empresa teve de revisar o balanço em R\$ 150 milhões. (Brasil Energia – 20.11.2018)

Algás: Oferta pública no curto prazo prevê volume de 26 mil m³/dia

A Algás, distribuidora de gás natural de Alagoas, está realizando uma oferta pública de venda de gás ao mercado para atendimento no curto prazo. Com suprimento previsto para o período entre 1º/12 e 31/12, o volume a ser negociado é de 26 mil m³/dia e atenderá o segmento industrial. A tarifa fixada em edital é de R\$ 1,3289 por m³, sem considerar os tributos incidentes. A decisão da distribuidora em realizar essa oferta ocorreu devido ao fato de que muitas empresas que atuam no estado entram em recesso nesta época do ano, possibilitando a venda de volumes adicionais por períodos superiores a dez dias. (Brasil Energia – 27.11.2018)

Copagaz: Investimentos de R\$ 100 mi devem reformar plantas de distribuição

A Copagaz deverá investir ao menos R\$ 100 milhões no próximo ano. A maior parte do montante será aplicada em reformas em suas plantas de distribuição, segundo o presidente da empresa, Caio Turqueto. A marca reduziu seus aportes previstos para 2018 após a greve dos caminhoneiros. “Automatizamos dois terminais em ritmo mais lento que o planejado. A política de preços da Petrobras também teve impacto, e o consumo de gás não subiu como se esperava no segundo semestre”, diz. “ (Estado de São Paulo - 28.11.2018)

Revisão tarifária da Ceg e da Ceg Rio só termina em 2019

A quarta revisão tarifária da Ceg e da Ceg Rio deve terminar no fim de fevereiro. O novo cronograma foi divulgado nesta sexta-feira (30/11), após cerca de um mês suspenso em razão de recursos apresentados pelas distribuidoras contra o relatório de consultoria feita pela UFF a pedido da Agência Reguladora de Energia e Saneamento do Estado do Rio (Agenera). A princípio, o processo deveria ter encerrado no último dia 27/8, data para a qual estava previsto o julgamento da nova tarifa mas que, por diversas razões, foi sendo postergada. (Brasil Energia – 30.11.2018)

Eneva: Parnaíba Gás Natural é incorporada

Os acionistas da Eneva aprovaram em assembleia geral extraordinária, realizada em 30 de novembro, a incorporação da subsidiária integral Parnaíba Gás Natural, empresa exploradora e produtora de gás natural que é utilizado como combustível para o complexo térmico da geradora no Maranhão. Em razão da operação, a companhia incorporará a totalidade dos ativos e passivos da PGN. (Agência CanalEnergia - 03.12.2018)

GNA prevê R\$ 8,5 bilhões para nova fase do projeto térmico do Açú

A construção da segunda termelétrica no Porto do Açú deve começar no quarto trimestre de 2019, segundo informou o diretor-presidente da Gás Natural Açú (GNA), Bernardo Perseke. Além disso, a empresa prevê aportes superiores a R\$ 8,5 bilhões na próxima fase do projeto térmico do Porto do Açú, que compreende a construção de mais duas termelétricas – GNA III e GNA IV – e a de um terminal onshore de GNL. A térmica GNA II tem 1.672 MW de potência instalada e vendeu 1.450 MW médios no leilão A-6 do ano passado, em 25 contratos, pelo valor de referência de R\$ 213,91 por MWh. (Brasil Energia – 03.12.2018)

Presidente da Algás é novo vice presidente do conselho da Abegás

O diretor presidente da Algás (AL), Arnóbio Cavalcanti, foi eleito vice-presidente do conselho de administração da Abegás. A informação foi divulgada nesta quarta-feira (5/12). O executivo irá compor o conselho junto com Nelson Gomes, presidente da Comgás, que também foi eleito o novo presidente do conselho, cuja gestão irá até 2020. Para o executivo, com a eleição, Alagoas terá participação mais efetiva na agenda estratégica da Abegás de 2019, em um ambiente de perspectivas de redefinições para a Indústria do Gás no Brasil. (Brasil Energia – 05.12.2018)

Naturgy: Espanhola prevê investir cerca de R\$1,7 bi até 2022

A espanhola Gas Natural Fenosa passará a se chamar Naturgy no Brasil, onde prevê investir R\$ 1,7 bi até 2022, com foco na ampliação das vendas e do desenvolvimento de novos produtos e equipamentos a gás, informou a companhia em nota nesta quinta-feira. A multinacional espanhola controla as distribuidoras de gás Ceg e Ceg Rio, no Rio de Janeiro; Gas Natural Fenosa, em São Paulo; e Gas Natural Serviços, que atua no mercado de soluções energéticas no RJ. No Brasil, as três distribuidoras têm juntas 1,1 milhão de clientes. A expectativa é captar pelo menos 250 mil novos clientes nos próximos cinco anos. A Naturgy opera ainda dois projetos de geração de energia solar, localizados no Piauí, já em operação; e Minas Gerais, em fase de construção, que receberam investimentos de R\$ 765 mi e devem gerar cerca de 319 GWh. (Reuters – 06.12.2018)

Usina Batatais: Unidade Lins receberá R\$ 332,7 mi do BNDES para expandir plantio e cogeração elétrica

O BNDES aprovou financiamento de R\$ 332,7 milhões para investimentos da Usina Batatais Açúcar e Álcool S/A. Os recursos vão apoiar a ampliação da capacidade instalada de moagem da Usina Lins, com expansão do plantio e aumento da produção de vapor e da cogeração de energia, e também o reflorestamento das áreas vicinais às usinas Lins e Batatais, ambas localizadas no estado de São Paulo. Sediada em Batatais, perto de Ribeirão Preto (SP), ela atua na produção e comercialização de produtos derivados da cana. (Agência CanalEnergia - 06.12.2018)

Assembleia Legislativa do Espírito Santo aprova criação da ES Gás

A Assembleia Legislativa do Espírito Santo aprovou, nesta segunda-feira (10/12), o Projeto de Lei 273/2018, que autoriza a criação da Companhia de Gás do Espírito Santo (ES Gás). A nova distribuidora nasce de uma proposta do poder executivo e estabelece como sócios o Estado, que será o controlador com pelo menos 51% das ações, e a BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras. A matéria foi aprovada com emenda apresentada pela Mesa Diretora em reunião conjunta das comissões de Justiça, Infraestrutura, Ciência e Tecnologia e Finanças e retorna à Comissão de Justiça para elaboração de redação final. (Brasil Energia - 10.12.2018)

ES Gás: Distribuidora recém-criada vai herdar mercado

Após 25 anos de espera, o estado do Espírito Santo finalmente contará, a partir do dia 1º de janeiro, com sua própria distribuidora de gás natural. A atividade vinha sendo prestada pela BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras, que, agora, atuará como sócia na nova companhia. O estado será o sócio majoritário, com pelo menos 51% de participação. Apesar de nascer estatal, a nova empresa poderá ser incluída no programa de desestatização onde outras companhias semelhantes já estão incluídas. A ES Gás vai herdar toda a malha atendida hoje à BR Distribuidora em 13 municípios do estado, com 48.516 clientes. (Brasil Energia - 11.12.2018)

MME revoga concessões das UTE gaúchas a carvão Nutepa, Presidente Médici e São Jerônimo

Após a Aneel autorizar a operação comercial de novas usinas renováveis, o MME decidiu declarar extintas as concessões das termelétricas a carvão Nutepa, Presidente Médici (Fases A e B) e São Jerônimo, todas no Rio Grande do Sul e operadas pela CGTEE, braço da estatal Eletrobras. Segundo portaria da pasta no Diário Oficial, a medida não implicará ônus ao Poder Concedente e nem à Aneel, que deverá tomar as providências necessárias para viabilizar a revogação dos contratos das usinas, que entraram em operação entre os anos 50 e 60. As térmicas somam capacidade de 490 megawatts, sendo 446 megawatts da usina Presidente Médici. (Reuters - 12.12.2018)

Criação da ES Gás ainda passará por acordo judicial

A ES Gás, futura distribuidora de gás natural do Espírito Santo terá o governo do estado com 51% de participação acionária e a BR Distribuidora com 49%, de acordo com o estabelecido na lei de criação da empresa, sancionada nesta quinta-feira (13/12) pelo governador Paulo Hartung. Mas a criação da empresa deverá ser precedida de acordo judicial a ser celebrado no Tribunal de Justiça (TJES) do estado. Uma vez criada, a nova estatal capixaba será vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento (Sedes) e submetida à fiscalização da Agência de Regulação de Serviços Públicos (Arsp). (Brasil Energia - 13.12.2018)

YPFB estuda participar da chamada pública de gás do Centro-Sul

A YPFB estuda a possibilidade de entrar na disputa da chamada pública coordenada pelas distribuidoras do Centro-Sul para fornecer gás natural. Para isso, representantes tanto da estatal boliviana quanto das distribuidoras participantes deverão se reunir na primeira quinzena de janeiro para discutir detalhes da proposta. O prazo para o envio das manifestações de interesse na chamada pública termina no dia 31 de janeiro. A pauta do encontro prevê ainda a entrada da YPFB no projeto termelétrico Termo Fronteira, localizado entre Mato Grosso do Sul e Bolívia. (Brasil Energia - 13.12.2018)